piauí_233
fevereiro

piauí_233, R$ 42,00, ano 20, fevereiro, 2026
ISSN 19801750 00233
9 771980 175002

A República Federativa do Master
Consuelo Dieguez mostra a extensão da rede de influência criada pelo banco e os bastidores (tenebrosos) da fraude

O Supremo do Tayayá
Fernando de Barros e Silva examina a corrosão da mais alta corte do país

À sombra do império
- **Angélica Santa Cruz** reconstitui a tumultuada história da estatal petrolífera da Venezuela
- **Fernando Brancoli** mostra como a Flórida pavimentou o sequestro de Maduro
- **Roberto Andrés** perfila Gustavo Petro, o colombiano que desafia Trump

E mais:
A brutalidade da paisagem do Rio, por Danilo Marques
O novo livro de Haddad, por Celso Rocha de Barros
Villa-Lobos revisto, por Oscar Pilagallo
Lévi-Strauss, segundo sua mulher, por Felipe Fortuna

COMPANHIA DAS LETRAS

Conheça o livro em companhiadasletras.com.br

piauí_233

capa — *De estadistas e ribaldos*, de **Vito Quintans**

colaboradores_4 — Quem fez o quê na edição de fevereiro
imagens **Caio Borges**

questões vultosas_6 — **TOGADOS DO TAYAYÁ**
Uma aula prática do patrimonialismo brasileiro
Fernando de Barros e Silva + imagem **Allan Sieber**

esquina_8 — Heloísa Helena retorna ao Congresso por seis meses; um historiador da ditadura é processado por um general; um bloco faz 100 anos no Carnaval do Recife; dois veteranos relembram o auge das revistas; um escritor narra as histórias da imigração japonesa; uma flautista polonesa no desfile do Salgueiro
imagens **Andrés Sandoval**

baixios das altas finanças_14 — **A CONTAMINAÇÃO**
O Banco Master e a desmoralização da República
Consuelo Dieguez + imagem **Caio Borges**

diário do geraldo_23 — **É TEMPO DE SUNGAS DIVERTIDAS**
Nunca mais misturo Fogo Paulista com Dreher. Fiquei lokasso. Toda vez que espirro sai glitter
Renato Terra + imagem **Caco Galhardo**

à sombra do império I_24 — **A GIGANTE DEPENADA**
Entre traições, expurgos e reviravoltas, a estatal do petróleo – alvo da cobiça americana – é o retrato do fracasso venezuelano
Angélica Santa Cruz + imagem **Pietro Paolini**

à sombra do império II_34 — **OPERAÇÃO FLÓRIDA**
Como o ambiente conservador de Miami pavimentou o caminho para a queda de Maduro
Fernando Brancoli + imagem **Brendan Smialowski**

à sombra do império III_40 — **O ÚLTIMO AURELIANO**
O nacionalismo mágico de Gustavo Petro, o presidente colombiano que desafia Trump
Roberto Andrés + imagem **Nathalia Angarita**

questões políticas_46 — **A UTOPIA LEVADA A SÉRIO**
O passado e o futuro do socialismo no novo livro de Fernando Haddad
Celso Rocha de Barros + imagem **Cássio Loredano**

portfólio_52 — **ÚNICA NA FOTO**
Documentarista reúne imagens em que mulheres aparecem sozinhas num mar de homens
Simone Duarte

relato pessoal_60 — **A PAISAGEM BRUTAL**
Como enfrentar a beleza e o cinismo do Rio de Janeiro
Danilo Marques + imagem **Caio Borges**

questões musicais_66 — **VILLA-LOBOS REVISTO**
Compositor tem toda a sua obra corrigida e é tema de duas novas biografias
Oscar Pilagallo + imagem **Kleber Sales**

vultos da antropologia_72 — **MONIQUE E CLAUDE**
A viúva de Lévi-Strauss conta em livro sua relação com o antropólogo
Felipe Fortuna + imagem **Marc Gantier**

ficção_76 — **CÉU DE MIGUELZIN**
Meu menino sempre teve esse olho virado pro alto, pras nuvem
Jeovanna Vieira + imagem **Faw Carvalho**

poesia_78 — Escavo o papel atrás de uma frase oculta
Antonio Carlos Secchin + imagem **Pedro Franz**

cartas_80 — As reações sobre a inadmissível chacina do Complexo do Alemão

despedida_82 — **SEM RECHEIO**
O desaparecimento gradual dos filhos do meio
Mônica Manir + imagem **Alberto Benett**

colaboradores_ fevereiro

Danilo Marques

Consuelo Dieguez

Celso Rocha de Barros

Jeovanna Vieira

Roberto Andrés

Angélica Santa Cruz

CAIO BORGES

Vito Quintans [Capa], artista plástico, assina a direção de arte do jogo virtual *Lampião Verde: a maldição da botija*.

Fernando de Barros e Silva [*Togados do Tayayá*, p. 6] é repórter da **piauí** e apresentador do *Foro de Teresina*. Ilustração de **Allan Sieber**.

Consuelo Dieguez [*A contaminação*, p. 14], repórter da **piauí**, é autora de *O ovo da serpente: nova direita e bolsonarismo* (Companhia das Letras). Ilustração de **Caio Borges**.

Adão Iturrusgarai [Cartuns a partir da p. 16] é humorista, cartunista, artista plástico e escritor. Publica suas tiras no jornal *O Globo*, na *newsletter Correio Elegante* e na plataforma Um Brasil. Seu livro mais recente é *Amsterdã é uma festa* (independente).

Renato Terra [*É tempo de sungas divertidas*, p. 23], documentarista e escritor, dirigiu *O canto livre de Nara Leão*, *Narciso em férias* e *Uma noite em 67*, entre outros. Ilustração de **Caco Galhardo**.

Angélica Santa Cruz [*A gigante depenada*, p. 24] é jornalista da **piauí**.

Fernando Brancoli [*Operação Flórida*, p. 34] é professor de relações internacionais na UFRJ e pesquisador visitante no Instituto de Estudos Avançados de Princeton. É autor de *Bolsonarismo: the global origins and future of Brazil's far right* (Rutgers University Press).

Roberto Andrés [*O último Aureliano*, p. 40], urbanista e professor da UFMG, é diretor da Rede Nossas Cidades e autor de *A razão dos centavos: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013* (Zahar).

Celso Rocha de Barros [*A utopia levada a sério*, p. 46] é apresentador do *Foro de Teresina*, doutor em sociologia pela Universidade de Oxford e colunista da *Folha de S.Paulo*. Publicou *PT, uma história* (Companhia das Letras). Ilustração de **Cássio Loredano**.

Simone Duarte [*Única na foto*, p. 52], jornalista, é autora do livro *O vento mudou de direção: o Onze de Setembro que o mundo não viu* (Fósforo). Dirigiu o documentário *Sérgio Vieira de Mello – a caminho de Bagdá*. A organização das fotos do portfólio é de **Immy Humes**.

Danilo Marques [*A paisagem brutal*, p. 60] é repórter da **piauí**. Ilustração de **Caio Borges**.

Oscar Pilagallo [*Villa-Lobos revisto*, p. 66] é jornalista, com passagem pela *Folha de S.Paulo* e a BBC de Londres. Publicou, entre outros, *O girassol que nos tinge: uma história das Diretas Já, o maior movimento popular do Brasil* (Fósforo). Ilustração de **Kleber Sales**.

Felipe Fortuna [*Monique e Claude*, p. 72] é poeta, ensaísta e diplomata. Publicou os livros de poesia *O mundo à solta* (Topbooks) e *O rugido do sol* (Pinakotheke), entre outros.

Jeovanna Vieira [*Céu de Miguelzin*, p. 76] é autora dos romances *Virginia mordida* e *Toda caixa-preta é laranja* (a ser publicado neste ano), ambos pela Companhia das Letras. Ilustração de **Faw Carvalho**.

Antonio Carlos Secchin [*Poesia*, p. 78] é poeta e crítico literário, membro da Academia Brasileira de Letras e professor emérito da UFRJ. Publicou, entre outros, *Desdizer* (poesia, Topbooks) e *Papéis de prosa: Machado & mais* (crítica, Editora Unesp). Ilustração de **Pedro Franz**.

Mônica Manir [*Sem recheio*, p. 82], jornalista, publicou os livros *Por um ponto final* (Com-Arte) e *Diário de uma fadiga* (Cancioneiro). Ilustração de Alberto Benett.

Ilustrações de *Esquina* por **Andrés Sandoval**.

NAS BANCAS, LIVRARIAS
E EM CULTLOJA.COM.BR

APONTE A CÂMERA
DO CELULAR PARA O
QR CODE ACIMA E
FAÇA SUA ASSINATURA

Cult
A MAIS LONGEVA
REVISTA DE CULTURA
DO BRASIL

REVISTACULT.COM.BR CULTREVISTA REVISTACULT

O romance transformador que inspirou a adaptação com Jessie Buckley e Paul Mescal

Com sensibilidade impressionante, livro de Maggie O'Farrell narra a história por trás de uma das maiores peças de todos os tempos

"*Hamnet* é a prova de que sempre há novas histórias a serem contadas até quando se trata de uma das figuras históricas mais conhecidas. A obra também revela a escrita extremamente versátil de O'Farrell."

— *The Observer*

HAMNET
a vida antes de Hamlet

Somente nos cinemas

TOGADOS DO TAYAYÁ

Uma aula prática do patrimonialismo brasileiro

FERNANDO DE BARROS E SILVA

Em *Terra Brasilis*, o fato político mais relevante (e mais preocupante) deste início de 2026 é a decomposição da imagem do Supremo Tribunal Federal. Não se trata de um simples "desgaste", mais um, entre tantos na história do tribunal, nem de uma crise passageira, como outras que já vimos. Não se trata tampouco, não mais, de encontrar uma "saída honrosa" para o rolo monumental que envolve o ministro José Antonio Dias Toffoli e o escândalo do Banco Master.

Sorteado para cuidar do caso, ele tomou uma série de decisões injustificáveis, ou só explicáveis à luz dos interesses dos investigados (os já conhecidos e os que continuam surgindo dos bueiros da República). Para piorar, fora das quatro linhas da Corte, o comportamento do ministro não o ajudou. Primeiro, ele foi flagrado no jatinho que o levou a Lima para ver a final da Libertadores. A aeronave, do empresário Luiz Osvaldo Pastore (guardemos este nome), também levava a bordo o advogado Augusto de Arruda Botelho, àquela altura já contratado por um diretor graúdo do banco.

Descobriu-se depois que a família Toffoli e um dos principais personagens do escândalo Master haviam feito negócios milionários. Cunhado de Daniel Vorcaro, o dublê de empresário e pastor Fabiano Zettel comprou em 2021 uma parte da fatia que os dois irmãos de Toffoli possuíam do Tayayá Aqua Resort. O empreendimento, agora em evidência, fica em Ribeirão Claro, no Paraná, às margens da Represa Chavantes. A região é conhecida como Angra Doce, uma espécie de genérico de Angra dos Reis, onde gente mais rica que os Toffoli costuma se refugiar do Brasil.

Zettel, que chegou a ser preso pela Polícia Federal quando embarcava no Aeroporto de Guarulhos para Dubai, nos Emirados Árabes (ah, os clichês), pagou aos irmãos Toffoli 6,6 milhões de reais usando fundos da gestora Reag, recentemente liquidada pelo Banco Central (ah, as coincidências).

Quando o negócio foi feito, um dos proprietários do Tayayá era José Eugênio, engenheiro eletricista, morador de Marília, terra natal da família Toffoli, no interior paulista. O outro proprietário era José Carlos, conhecido na cidade como padre Carlão. Por que diabos padre Carlão e seu irmão engenheiro foram se aventurar no ramo hoteleiro é algo difícil de entender. Eis o mistério da fé no empreendedorismo.

O que se sabe é que o mais renomado dos irmãos, José Antonio, gostava muito de frequentar o Tayayá. Os gastos com seguranças de Toffoli deslocados para a região do resort indicam isso. Entre janeiro de 2022 e novembro do ano passado, chegaram perto de meio milhão de reais.

Pode-se perguntar o que faz um segurança do STF no Tayayá, além de proteger o ministro dos demais hóspedes. Seja como for, uma mulher não identificada, provavelmente hospedada no resort, furou a blindagem e flagrou uma cena inusitada com seu celular. O registro, segundo o portal de notícias *Metrópoles*, é do dia 25 de janeiro de 2023. Era uma quarta-feira. O Supremo estava em recesso (e em obras, já que duas semanas e meia antes, em 8 de janeiro, suas instalações haviam sido destruídas por uma horda de golpistas).

No Tayayá o dia estava ensolarado. De costas para a câmera, Toffoli está em pé, com as mãos para trás, numa área entre a piscina e o gramado que se estende até o heliponto. Fazendo as vezes de anfitrião, de camiseta azul-marinho, bermuda creme e óculos escuros, o ministro observa o pouso de um helicóptero, com a visão da represa ao fundo.

Descem da aeronave dois homens e duas mulheres. Um deles é Luiz Pastore, o mesmo empresário que levaria Toffoli até Lima no seu jatinho, quase três anos depois. O outro é o banqueiro André Esteves, sócio do BTG Pactual e dono do helicóptero flagrado pela gravação. O ministro os cumprimenta efusivamente, chega a dar um beijo no rosto de Pastore. Minutos depois, aparece conversando na área da piscina com Esteves, ambos com drinques na mão.

Ninguém espera que Dias Toffoli se comporte como Pepe Mujica. Mas vê-lo com ares de proprietário em dia de lazer, recepcionando naquelas condições a turma do dinheiro grosso, gente que por definição tem grandes interesses transitando pelos gabinetes do STF, equivale a uma aula prática do funcionamento ordinário do patrimonialismo brasileiro.

A sequência me levou, por associação livre, à cena de abertura de um dos grandes romances de Machado de Assis, *Quincas Borba*, de 1891. Cito o primeiro parágrafo, uma obra-prima:

Rubião fitava a enseada – eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta; mas, em verdade, vos digo que pensava em outra coisa. Cotejava o passado com o presente. Que era, há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista. Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade.

Por reunir em torno de si esses ingredientes mundanos, Dias Toffoli atraiu a maior parte das críticas dirigidas ao Supremo. Sim, ele merece. Mas os fatos escandalosos envolvendo o Master e o tribunal extrapolam a figura do relator. Há outros personagens implicados na *vorcarização* do STF. O ex-ministro Ricardo Lewandowski é um deles. O ministro Alexandre de Moraes é outro. E Gilmar Mendes – bem, Gilmar Mendes é o decano da cavalaria. Seria ousado propor uma definição deste ministro que pudesse rivalizar com as palavras definitivas que Luís Roberto Barroso lhe dirigiu no plenário da Corte, ainda em 2018: "Você é uma pessoa horrível, uma mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia."

Mas cuidemos de Lewandowski, personagem mediano demais para inspirar elogios superlativos, como este que Barroso dedicou ao antigo colega. Sabíamos que ele havia feito um *pit stop* no banco de Daniel Vorcaro entre a sua saída do STF, em abril de 2023, e sua chegada no Ministério da Justiça de Lula, em janeiro de 2024. Lewandowski faria parte de um tal "comitê estratégico" do Master, na condição de conselheiro. Humm... (O leitor ou a leitora pode imaginar aqui aquele emoji com a mãozinha no queixo e expressão de dúvida.)

Mas quase tudo na vida tem explicação. E soubemos recentemente, tam-

ALAN SIEBER_2026

A dança dos magistrados: a desmoralização das instituições, a começar pela mais alta Corte do país, é o caminho mais eficaz para pavimentar a volta da extrema direita ao poder

bém por meio do *Metrópoles*, que o Lewandowski Advogados firmou em agosto de 2023, quando o ex-ministro do Supremo passou a integrar o "comitê estratégico", um contrato com o banco, pelo qual passou a receber mensalmente 250 mil reais. O serviço? "Consultoria institucional."

Quando convocado por Lula para comandar a pasta da Justiça, Lewandowski pai transferiu a Lewandowski filho (o nome dele é Enrique) a tarefa de continuar colaborando com a obra de Daniel Vorcaro. O escritório da família passou então a prestar consultoria ao banco sobre "assuntos fiscais e tributários", a especialidade do garoto, pelos mesmos 250 mil mensais. O dinheiro só parou de pingar em setembro de 2025, pouco antes da liquidação do Master pelo Banco Central. Ao todo, Vorcaro pagou 6,5 milhões de reais pelos serviços advocatícios da família Lewandowski.

Sim, um escárnio, mas coisa pouca, se comparada ao que o mesmo Vorcaro se propôs a pagar ao escritório de Viviane Barci de Moraes – 129 milhões de reais ao longo de três anos. O negócio, chamemos assim, foi fechado em janeiro de 2024. E interrompido em outubro de 2025, o mês anterior à liquidação do Master. Depois de ter revelado os termos do contrato, o jornal *O Globo* também revelou que Alexandre de Moraes procurou o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, para tratar do Master. Os dois admitiram ter conversado, mas disseram que a prosa se deu em torno da Lei Magnitsky, que Trump havia aplicado contra o ministro. Ah, que alívio.

Se Vorcaro cumpriu com seus compromissos perante a banca da doutora Barci de Moraes, onde também trabalham os filhos do casal, ele terá desembolsado 79 milhões – 3,6 milhões de reais a cada mês. Lewandowski tem razões para se sentir diminuído.

Apesar de todas as evidências (entre elas o próprio contrato), vozes na esquerda, sobretudo ligadas ao mundo jurídico e ao jornalismo governista, saíram ruidosamente em defesa de Moraes. Muitos se levantaram contra a imprensa evocando a memória da Operação Lava Jato, como se estivéssemos diante de um repeteco para desestabilizar a democracia. Trata-se de uma falácia. Se há algo em curso neste momento, não é a gestação de uma nova Lava Jato, mas o risco de *vorcarização* do país, com Supremo, com tudo.

Nunca será demais reconhecer a importância histórica da condenação do ex-presidente e de um punhado de generais por tentativa de golpe de Estado. A despeito disso, a percepção de que ministros transitam para lá e para cá com a elite financeira do país e se valem do STF para extrair vantagens eventualmente escusas serve para reanimar as viúvas e mobilizar os herdeiros de Bolsonaro. A desmoralização das instituições, a começar pela Corte Constitucional do país, é o caminho mais eficaz para pavimentar a volta da extrema direita ao poder.

Que se pense, por exemplo, naquele 7 de setembro de 2021, quando Bolsonaro escalou em sua cruzada golpista, ofendendo e desafiando o ministro: "Sai, Alexandre de Moraes, deixe de ser canalha!" Goste-se ou não – e a gente não gosta –, é inegável que a frase ganhou uma nova camada de sentido e rejuvenesceu à luz dos fatos recentes.

Não será escondendo a sujeira da Corte sob o tapete que o país defenderá a democracia de seus inimigos. Se isso prosperar, que respaldo político terá uma figura respeitável como Flávio Dino para seguir atuando na elucidação e no desmonte da roubalheira do orçamento secreto? Quem são, neste momento, os aliados da República dentro do tribunal?

Gilmar Mendes? Só se for a República do Tayayá. No final de janeiro, ele foi às redes sociais para defender o colega: "O ministro Dias Toffoli tem uma trajetória pública marcada pelo compromisso com a Constituição e com o funcionamento regular das instituições." Acrescentou ao blá-blá-blá que a Procuradoria-Geral da República havia reconhecido "a regularidade de sua permanência no caso", referindo-se à decisão de Paulo Gonet, que mandou arquivar um pedido para afastar Toffoli da relatoria. O mesmo Gonet já havia arquivado, no final de 2025, um pedido para investigar Moraes e Viviane Barci no caso do Master. A operação abafa é organizada.

O presidente da Corte, Edson Fachin, não parece ter força nem disposição para enfrentá-la. Criou-se grande expectativa sobre o posicionamento do ministro a respeito do caso. Quando, enfim, ele publicou sua nota oficial, em 22 de janeiro, muita gente saiu atrás de identificar os recados que ela continha nas entrelinhas. Era uma forma, ainda que involuntária, de admitir que não havia muita coisa nas linhas. E o que havia não era bom.

Entre platitudes e omissões, Fachin respaldou Toffoli e disse que "quem tenta desmoralizar o STF para corroer sua autoridade, a fim de provocar o caos e a diluição institucional, está atacando o próprio coração da democracia", como se o problema, desta vez, viesse de fora, e não tivesse sido criado dentro de casa, pelo comportamento reiterado de certos marmanjos de toga.

Depois de frustrar quem esperava dele um gesto claro contra a esbórnia no tribunal, Fachin concedeu uma entrevista ao *Estadão*. Voltou à necessidade de criação de um código de conduta para os magistrados, mas ressalvou que o assunto deve ser enfrentado "sem filhofobia", lembrando que ele próprio é pai de uma advogada.

Ninguém de boa-fé pode ser contra um manual de normas e procedimentos para que as pessoas que zelam pela Constituição ajam de modo decente, segundo critérios republicanos. Mas Fachin dá a impressão de que está empenhadíssimo em mudar a decoração da sala de uma casa que está pegando fogo. A ideia do código soa, além disso, algo infantilizante, como se fosse preciso dizer aos meninos que não pode passear de aviãozinho particular em má companhia, não pode brincar de ministro da Justiça de dia e de consultor de banco à noite etc. etc. etc.

Para que não se diga que a imprensa só quer saber de propagar o caos, fica aqui uma pequena sugestão para o novo manual de conduta do STF: daqui em diante, o Gilmarpalooza se realizará em solo pátrio e passará a ser chamado de Fórum Jurídico de Tayayá. Em nome da austeridade, os jatinhos estão banidos e os convidados devem se dirigir ao local apenas de helicóptero. E vinho, só nacional. Tim-tim. ✪

esquina

A LOBA E A LUA

Heloísa Helena retorna ao Congresso por seis meses

Depois de dezoito anos longe do Congresso, Heloísa Helena (Rede-RJ) subiu à tribuna da Câmara dos Deputados para sua posse, no dia 16 de dezembro passado. Vestia calça jeans e uma bata branca, seu figurino despojado de sempre, que destoa dos ternos e *tailleurs* usados pelos parlamentares. O cabelo longo estava amarrado no mesmo rabo de cavalo. No rosto, os mesmos óculos sem aro. Nas mãos, o mesmo dedo em riste antes de iniciar um discurso. Da Heloísa Helena que incendiava o plenário no início dos anos 2000, a única mudança visível agora, aos seus 63 anos, é o volume de fios brancos no penteado.

A nova deputada não levou parentes nem amigos para assistir à posse. No primeiro dia de mandato, tumultuado como costuma ser, ela se dividiu entre tarefas burocráticas – cadastrar senha para votações, organizar o gabinete, reunir a equipe recém-formada – e uma sessão que atravessou a madrugada. "Estava lá no plenário o consórcio da sacanagem", disse Heloísa à **piauí**. "Um acordo do governo com a direita carcomida."

Os parlamentares negociavam a aprovação de um projeto que alterava regras de tributação e benefícios fiscais. Um dos artigos, no entanto, obrigava o governo a pagar o restante das emendas de relator barradas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na prática, o projeto ressuscitava o orçamento secreto. Heloísa reagiu com fúria. Passou aquela noite e o dia seguinte ajudando a redigir um mandado de segurança ao STF, ao lado de parlamentares da Rede e do Psol. Na semana seguinte, o ministro Flávio Dino suspendeu os efeitos do tal artigo.

No terceiro dia de mandato, Heloísa já estava recolhendo assinaturas para a instalação da CPI do Banco Master, na companhia da deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS). Passou horas enviando aos colegas os links de acesso para assinaturas virtuais. "Todo dia a gente fica lá mandando quinhentos e-mails. Agora não precisa mais da caneta, como era no meu tempo, né?"

A alagoana voltou à Câmara para um mandato de seis meses pelo Rio de Janeiro – seu domicílio eleitoral desde 2022 –, como suplente do deputado Glauber Braga, afastado por agredir um militante do MBL. Em 10 minutos de discurso, Heloísa Helena prestou solidariedade ao colega, lembrou as humilhações que ela própria sofreu naquele plenário e acusou o governo Lula de traição de classe. Criticou o entreguismo com relação às terras raras, o enfraquecimento dos direitos trabalhistas, as privatizações e os "podres conluios palacianos entre setores da esquerda e a oligarquia alagoana".

"Quem alimentou o Arthur Lira em Alagoas?", me pergunta Heloísa, e ela mesma responde: "O Lula, que foi lá para elegê-lo como deputado e encher a pança dele e do pai dele." Em 2010, quando Heloísa tentou retornar ao Senado, Lula apoiou Biu de Lira (então no PP), pai do deputado, que se elegeu junto com Renan Calheiros (MDB). "Aí, depois, [*Lula*] fica dizendo: 'Ó, que Congresso horrível.' Pois é, mas as pústulas desse Congresso horroroso foram alimentadas por todos os governos, de esquerda e direita."

O rompimento de Heloísa com o PT, ao qual pertencia, ocorreu em 2003. Ela e outros três parlamentares votaram contra a reforma da Previdência, confrontando a orientação do partido. Acabaram expulsos. A então senadora por Alagoas virou *persona non grata* entre os petistas, que a chamavam de "cachorra louca" na época. "São as escolhas que eu fiz, não tenho nenhuma reclamação quanto a isso, não tem vitimismo", diz ela. "Só falo por constatação histórica."

Com os dissidentes, Heloísa fundou o Psol em 2004. Dois anos depois, disputou as eleições para presidente da República pela Frente de Esquerda, formada pelo Psol, o PSTU e o PCB. Ficou em terceiro lugar. Em 2015, saiu do Psol, em razão de divergências internas, e filiou-se à Rede Sustentabilidade, onde mergulhou em novas disputas, desta vez pelo comando partidário. O racha ficou evidente no ano passado, durante a eleição para a direção nacional da Rede.

Para a ala que apoia Marina Silva, Heloísa Helena é radical demais na defesa do meio ambiente. Em vez do diálogo com integrantes do sistema político e econômico, Heloísa propõe a ruptura do modelo capitalista como condição para a justiça ambiental e a social. A diferença de visões respinga na atuação da Rede em Brasília. Novamente foi chamada de "cachorra louca" pelos detratores, mas não se fez de rogada: "Eu olhava para a lua e uivava."

ANDRÉS SANDOVAL, 2026

No fim, Heloísa venceu a disputa com 76% dos votos. "Gosto de fazer o debate com quem pensa de forma diferente. Eu só não tenho paciência para lamber o rastro por onde passa o poder", dispara.

Quando alguém sugere que ela está mais madura, Heloísa Helena responde que está mais dura. Os sucessivos confrontos nos partidos de esquerda só fortaleceram suas convicções ideológicas. Ela se apresenta como socialista democrática – ou simplesmente trotskista. "Está fora de moda dizer isso, mas o sistema capitalista joga milhões de pessoas na extrema vulnerabilidade, e os governos colaboram para que essas pessoas fiquem à margem", diz, levantando as mangas da blusa branca e subindo o dedo em riste. "Se a esquerda não aceita fazer o debate sobre o coração do sistema, já assinou a rendição da covardia."

Ela não fará parte da base do governo. Chamou de "migalha" a isenção do imposto de renda para quem ganha até cinco salários mínimos. "A prova é que todos os setores [*econômicos e políticos*] concordaram", diz. Ressalta o declínio do poder de compra da população, com dados que relacionam o preço da cesta básica ao salário mínimo vigente. (Dessa perspectiva, o poder de compra teve

um leve aumento desde 2023, mas ainda está abaixo do que foi entre 2013 e 2019.)

Para Heloísa, enquanto patrocinarem o modelo econômico vigente, os setores da esquerda não têm condições de disputar corações e mentes. Ela diz que o caso do Banco Master é exemplar, já que parlamentares do campo progressista negaram apoio à instalação da CPI. "Não querem investigar banqueiro e a promiscuidade política porque se apertar sai pus", dispara.

A deputada garante que tem as assinaturas necessárias no Senado para abrir a CPI, mas não quis citar o nome dos apoiadores para evitar que sejam alvo de pressão e acabem retirando o apoio. Na Câmara, encontrou uma situação mais difícil, mas nada muito diferente do que experimentou nos anos 2000.

Pergunto se acredita que a CPI tem chances reais de prosperar, dada a pressão que ela própria testemunhou. Heloísa Helena gargalha, jogando o corpo para trás. "Se eu não movesse meus passos pelo que desafia a lógica formal, eu não andaria no maldito mundo da política", diz, sorrindo. "E, quando acabar esse mandato-relâmpago, eu espero que quem me odeia passe a me odiar ainda mais." ✪

Camille Lichotti

O PESADELO DE VOLTA

Um historiador da ditadura é processado por um general

Conhecido como o AI-5 das universidades, o decreto-lei nº 477, de 1969, criminalizou a prática de greves e manifestações políticas no ambiente universitário durante a ditadura militar. Aos 19 anos, quando era aluno de história na UFRJ, Francisco Carlos Teixeira da Silva foi denunciado, com base nesse decreto, por um professor que atuava na organização paramilitar Comando de Caça aos Comunistas (CCC). O estudante fazia parte da Tendência Bolchevique da Quarta Internacional, uma organização trotskista. Foi preso, torturado e solto pouco tempo depois.

Já professor assistente da Universidade Federal Fluminense (UFF), Teixeira da Silva se viu obrigado em 1978 a apresentar à instituição um "atestado de ideologia" – que era emitido por um dos mais infames órgãos da repressão, o Departamento de Ordem Política e Social (Dops). "Ir até a Rua dos Inválidos [*onde ficava a sede do Dops no Rio*] era o mesmo que se colocar na boca do lobo", diz Teixeira da Silva à **piauí**. Ele não foi ao Dops e não obteve o documento. Ficou um ano sem salário, mas não abandonou o trabalho na universidade, imaginando que o regime militar logo cairia (a ditadura só terminou em 1985).

Em 1982, o historiador foi estudar sobre autoritarismo na Alemanha. Ao saber que uma manifestação neonazista percorreria as ruas de Hamburgo, cidade onde estava vivendo, ele imaginou que veria apenas uma meia dúzia de idosos com uniformes puídos da SS. Assustou-se ao deparar com jovens de cabeça raspada portando bandeiras com a suástica e empunhando tacos de beisebol.

Foi um ponto de virada no pensamento de Teixeira da Silva. Até então, ele supunha que "o nazismo era coisa de livro". Percebeu então que os horrores do passado seguiam ameaçando o tempo presente. Quando ainda estava na Alemanha, militares brasileiros notificaram a polícia do país de que ele fazia parte de uma organização armada. As autoridades alemãs acreditaram na calúnia, cassaram seu visto e recolheram o passaporte. Com a mulher e um filho pequeno, ele passou a viver na Alemanha como apátrida, sob os cuidados da Cáritas Internacional.

De volta ao Brasil em 1984, Teixeira da Silva tornou-se um estudioso de assuntos militares e do autoritarismo – tema que analisou, por exemplo, no livro de ensaios *O século sombrio* (Elsevier). Também voltou a dar aulas na UFF e lecionou na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, da qual é professor emérito. O passado parecia superado.

Mas não. Agora, aos 71 anos, o historiador – que é professor aposentado de história moderna e contemporânea da UFRJ – volta a enfrentar o pesadelo da ditadura. Ele está sendo processado por calúnia pelo general da reserva Álvaro de Souza Pinheiro, que no posto de capitão participou do massacre à Guerrilha do Araguaia nos anos 1970. O processo corre na Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio. Como o general sofre do mal de Alzheimer, não é ele quem está movendo o processo, mas seu filho, o padre Alexandre Pinheiro.

O processo foi motivado por uma entrevista que Teixeira da Silva deu em novembro de 2024 ao portal UOL. O assunto não era a Guerrilha do Araguaia. Ele foi chamado para falar da participação dos chamados "kids pretos" – integrantes das brigadas de Operações Especiais do Exército – na tentativa de golpe urdida por Bolsonaro. Esses militares, especializados em missões complexas e de alto risco, participaram dos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023, como relatou o jornalista Allan de Abreu na reportagem *Os kids pretos*, publicada pela **piauí** em junho de 2023. Apenas quatro meses depois da invasão das sedes dos Três Poderes, o historiador lançou o livro *Como (não) fazer um golpe de Estado no Brasil* (Edupe), escrito em parceria com Karl Schurster, da Universidade de Pernambuco (UPE).

Na entrevista ao UOL, Teixeira da Silva propôs a dissolução dessas brigadas especiais do Exército, que na sua opinião têm natureza antidemocrática. A menção a Álvaro Pinheiro foi breve. O historiador referiu-se ao general como "o grande instrutor e herói das Forças Especiais [*do Exército*]" e disse que ele era "um torturador notório, um inimigo da democracia", a quem coubera treinar centenas de militares. Teixeira da Silva e Pinheiro se conhecem de longa data: eles deram aula na mesma época na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

A intimação para retirada do vídeo chegou para o historiador e o UOL em 3 de dezembro do ano passado. O processo pede indenização de 30 mil reais. Os advogados do general – que não quiseram dar entrevista à **piauí** – dizem no processo que as acusações feitas por Teixeira da Silva são infundadas e que seu cliente tem uma "conduta ilibada". O padre Alexandre Pinheiro também foi procurado pela reportagem, mas não quis se manifestar.

Teixeira da Silva diz que baseou suas declarações ao UOL no fato de Pinheiro ter sido comandante de operações durante a repressão à Guerrilha do Araguaia. "Todos os manuais de disciplina e todas as regras de engajamento das Forças Armadas são unânimes em estabelecer que um comandante é responsável diretamente por tudo aquilo que acontece sobre o seu comando", diz o historiador. "A cadeia de comando leva diretamente ao comandante. Ele é o responsável, seja por ação, seja por omissão." O livro *Brasil nunca mais* – que em 1991 fez um inventário das torturas e violações dos direitos humanos durante a ditadura – concluiu que "todos os guerrilheiros presos no decorrer da terceira campanha [*do Araguaia*] foram mortos, sob tortura ou simplesmente fuzilados".

Em novembro de 2013, o general Álvaro Pinheiro prestou depoimento na Comissão Nacional da Verdade. Como tantos outros, disse que não teve participação em torturas e que apenas recorreu à "pressão psicológica" em presos. Como tantos outros, afirmou ainda que se orgulhava de ter feito parte das Forças Especiais. Como tantos outros, se recusou a informar onde estariam os corpos dos guerrilheiros mortos no Araguaia.

Com a comissão tentando esclarecer os crimes da ditadura militar, Teixeira da Silva pensou que o Brasil finalmente estava na rota de superação de sua perseverante tradição autoritária. Mas a esperança do historiador foi frustrada com a ascensão da extrema direita em 2018.

"Foi Bolsonaro quem recolocou a ditadura em pauta. Nós tivemos que voltar a estudá-la também como fenômeno de memória criada", ele afirma. A expressão "memória criada" diz respeito a distorções ou falseamentos da verdade dos fatos. "Quem não viveu o regime não pode ter a noção do que foi."

Teixeira da Silva acredita que é tarefa dos historiadores apontar os militares que serviram à ditadura, bem como as pessoas que atuaram como torturadores, muitos dos quais seguem anônimos, protegidos pela anistia, sancionada em 1979. Esses crimes nunca punidos, e por vezes celebrados, lançam sua sombra sobre o presente. "Tortura continua acontecendo no Brasil", diz Teixeira da Silva. "A polícia ainda tortura os pretos, pardos, pobres e miseráveis." ✪

Danilo Marques

NÃO TEM CUPIM NA FOLIA

Um bloco faz 100 anos no Carnaval do Recife

Quem entra na sede do Madeira do Rosarinho, na Zona Norte do Recife, dá de cara com duas estantes de vidro que vão do chão ao teto, abarrotadas de troféus. São cerca de 35 conquistas nos desfiles de blocos da cidade, acumuladas ao longo de um século de carnavais. Sim, um século: em setembro, o Madeira celebra seu centésimo aniversário.

As disputas em que o Madeira amealhou seus prêmios acontecem no domingo de Momo, no Centro da cidade. Os juízes avaliam os blocos líricos – como são chamadas as agremiações que resgatam o frevo de bloco, com melodias poéticas e saudosistas – por critérios como confecção das fantasias, elegância do porta-flabelo (a pessoa que porta o grande leque ornamental), afinação da orquestra e do coral, e postura dos integrantes das alas. O troféu mais recente do Madeira entrou para a vitrine em 2024, quando a agremiação conquistou o segundo lugar.

Entre as estantes, bem no meio da parede, está pintada a letra de *Madeira que cupim não rói*, marcha de bloco composta por Lourenço da Fonseca Barbosa (1904-97), mais conhecido como Capiba. Regravada por artistas como Alceu Valença, Antonio Nóbrega, Almir Rouche e Nena Queiroga, a música tornou-se um dos frevos mais conhecidos do Brasil.

Adotada como hino pelo Madeira, a canção ainda está longe dos cem anos: surgiu de uma derrota traumática do bloco, no Carnaval de 1962. O vencedor naquele ano foi o Batutas de São José, resultado que os madeirenses consideram injusto até hoje. Os dirigentes do Madeira encomendaram a Capiba, já então um consagrado compositor de frevos, uma música que expressasse todo o desgosto provocado pela decisão dos juízes.

No Carnaval seguinte, o Madeira se apresentou diante da comissão julgadora sem subir à passarela, usando panos pretos nas vestes como sinal de protesto e entoando o frevo recém-criado:

Não vem pra fazer barulho,
Vem só dizer... e com satisfação,
Queiram ou não queiram os juízes,
O nosso bloco é de fato campeão.
E, se aqui estamos, cantando essa canção,
Viemos defender a nossa tradição
E dizer bem alto que a injustiça dói.
Nós somos madeira de lei que cupim não rói.

O Madeira foi fundado por três amigos no bairro Rosarinho, em 7 de setembro de 1926. Conta a história que eles haviam brigado com o bloco Inocentes do Rosarinho e tiveram a ideia de fundar uma agremiação dissidente durante uma conversa à sombra de um pé de gogoia. Daí seu primeiro nome: Bloco Carnavalesco Gogoia.

Tempos depois, os três amigos compraram um espaço para abrigar a sede do bloco, mas foi preciso fazer uma reforma completa na edificação: construída toda em madeira, ela foi refeita em alvenaria. O trio achou por bem, então, rebatizar o bloco como Madeira do Rosarinho.

Nessa mesma época, outros blocos carnavalescos surgiram na cidade, como o Andaluzas em Folia, o Cartomantes do Recife, o Bloco Concórdia e o Pyrilampos de Tejipió. "Com a modernização dos espaços públicos, as ruas passaram a ser vistas como um lugar civilizado, e o Carnaval de bloco virou um símbolo de novidade. O que hoje é chamado de tradicional, lá atrás era inovador", explica Lídia Rafaela Nascimento dos Santos, historiadora especialista em festas populares. Dos blocos arrolados, apenas o Madeira segue desfilando.

A sobrevivência do bloco da agremiação centenária não depende de patrocinador. O Madeira se mantém por meio de eventos promovidos na sede erguida nos anos 1920, que tem capacidade para 1,5 mil pessoas. Todos os sábados, o lugar realiza uma noite de brega. Uma vez por mês, promove um bingo dançante. "O bloco só continua existindo porque temos essa sede", afirma Regivaldo de Santana – ou Duca, como é conhecido no bairro –, presidente da agremiação há sete anos.

O Madeira recebe da prefeitura uma ajuda de custo de 24 mil reais para montar seu desfile de Carnaval. O subsídio é concedido a todos os integrantes do grupo especial, que inclui mais quatro blocos: Com Você no Coração, Flôr da Lira, Flor do Tamarindo e Batutas de São José. A quantia, segundo Duca, cobre apenas uma parte das despesas. "Só no dia do desfile, eu pago 6,5 mil reais de cachê aos músicos e de transporte dos foliões. Fora o que gasto nos meses de preparação", ele diz.

Desde meados do ano passado, as noites de terça-feira na sede estão reservadas para os ensaios das três músicas do desfile mais esperado da história do Madeira: o do centenário, previsto para o domingo de Carnaval, dia 15 de fevereiro. A canção *Paraquedista* ironiza a rivalidade com o Inocentes do Rosarinho, bloco que não desfila desde 2016:

Quem me chamou paraquedista,
Não pense que eu vou parar.
A vida só é boa assim,
Compõe tu de lá
E eu de cá.

As outras duas canções são: *Assim não me convém* e a tradicional *Madeira que cupim não rói*. O tema do desfile, claro, será "Madeira que cupim não rói – 100 anos". Em busca de seu sétimo campeonato, o bloco preparou, entre outras novidades, uma espécie de carro alegórico em formato de bolo de aniversário, que terá, dentro, um bolo real. Vão desfilar 150 foliões, divididos em cinco alas. As duas primeiras são as tradicionais do cordão: a ala com dirigentes e membros destacados do bloco, e a ala das damas – que remete ao tempo em que as "damas da sociedade" desfilavam com destaque, exibindo longos vestidos, sombrinhas e leques.

As outras três alas homenageiam figuras que marcaram a história do bloco e de Pernambuco. A ala Capiba reverencia o compositor do hino do bloco. A ala Ariano Suassuna (1927-2014) presta tributo ao autor de *Auto da compadecida* (em cujo velório *Madeira que cupim não rói* foi entoada por amigos e familiares). A terceira homenageia Eduardo Campos (1965-2014), governador do estado que transformou o frevo em trilha sonora de suas campanhas eleitorais.

Três costureiras, uma bordadeira e um carnavalesco estão empenhados na elaboração das fantasias, com as cores do Madeira: verde, vermelho e branco. Todo o figurino será feito do zero. "Carnaval é reciclagem, mas eu mandei fazer tudo novo", diz Duca. "A cobrança da comunidade é grande, e o desfile precisa ser à altura do centenário. Tem de honrar a história." ✪

Felipe Fernandes

A ERA DOURADA DO PAPEL

Dois veteranos relembram o auge das revistas

Após meses de tratativas com um jornalista americano que fez a ponte com celebridades de Hollywood, Thomaz Souto Corrêa, então diretor de redação da revista *Claudia*, chegou a Los Angeles com uma equipe de dez profissionais – entre eles, o fotógrafo Lew Parrella e as modelos Mila Moreira e Bettina Volk.

ANDRÉ SANDOVAL, 2025

A edição de abril de 1967 da revista seria dedicada ao cinema americano, e eles estavam lá para produzir uma matéria de dezesseis páginas com astros como Henry Fonda, Glenn Ford e Ricardo Montalbán. O ensaio fotográfico mais inusitado foi com Alfred Hitchcock. O diretor de *Psicose* mantinha um açougue particular em sua residência, e foi dentro da câmara frigorífica que ele posou para o retrato, ao lado das modelos. A foto ganhou a capa da revista.

A indústria editorial ainda não conhecia a palavra "crise", e o orçamento de *Claudia* permitia extravagâncias. Graças a essa liberdade econômica, Souto Corrêa pôde desafiar um tabu político: em plena Guerra Fria, dedicou uma edição especial a Moscou. Toda a revista foi criada e fotografada na capital da então União Soviética, dos editoriais de moda às páginas de receitas.

Uma tradutora portuguesa radicada em Moscou foi contratada para acompanhar a equipe brasileira. Mas havia um problema: ela encerrava o expediente às seis da tarde. "Depois disso, não conseguíamos fazer um pedido em restaurante, porque naquele país ninguém falava espanhol, francês ou inglês", recorda Souto Corrêa. *Claudia Moscou* chegou às bancas no rebelde Maio de 1968, trazendo na capa uma modelo com chapéu de pele – "Moda fotografada a 20° abaixo de zero", dizia a legenda. O título era: "Tudo sobre a nova mulher soviética."

Ignácio de Loyola Brandão – jornalista, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras – era então um dos editores de *Claudia* (na redação da revista feminina, eram todos homens, lembra Souto Corrêa). Estava escalado para também ir à Rússia, mas não teve sorte: dias antes do embarque, contraiu hepatite. Ficou no Brasil.

Loyola Brandão, 89 anos, e Souto Corrêa, 87, se encontraram na manhã de 1º de dezembro em um estúdio na Zona Sul de São Paulo para gravar um episódio de *Mestres da Comunicação*, programa que a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) mantém em seu canal no YouTube. Em conversa de mais de uma hora, mediada pelos jornalistas Ricardo Lessa e Gisele Vitória, os dois nativos do interior paulista – Loyola Brandão é de Araraquara; Souto Corrêa, de Mirassol – recordaram as redações em que conviveram e se tornaram amigos.

Em cinco décadas na Editora Abril, Thomaz Souto Corrêa esteve à frente de publicações com vendagens inimagináveis nos dias de hoje. *Claudia* nasceu em outubro de 1961 para discutir temas caros à mulher: trabalho, igualdade salarial, casamento, divórcio, maternidade, sexo. O primeiro número veio robusto, com tiragem de 150 mil exemplares. Em 2010, antes da consolidação das redes sociais (o Instagram foi criado em outubro daquele ano), a tiragem da revista era de 390 mil exemplares. Em 2020, a circulação média de *Claudia* foi de 88 324 exemplares – o último dado disponível, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), por cujos serviços a revista não paga mais.

Souto Corrêa lembra que *Claudia* não teve uma só linha cortada durante a ditadura militar: "As revistas femininas nunca tiveram uma censura explícita." Houve só um militar que reclamou, por carta, da edição moscovita: com tantos países do mundo para escolher, perguntou ele, por que justo a União Soviética?

Loyola Brandão sentiu o bafo da repressão de perto quando trabalhava na sucursal paulista do jornal *Última Hora*, cuja sede no Rio de Janeiro foi invadida e depredada no nefasto 1º de abril de 1964.

Quando a redação em São Paulo reabriu no dia 17 de abril, Loyola Brandão passou de secretário gráfico a editor. Um censor se instalou ao lado de sua mesa para decidir o que poderia ou não ser publicado. O futuro autor de *Não verás país nenhum* (1981) passou a guardar reportagens, fotos e charges vetadas em uma gaveta. Quando o censor não estava presente, carregava esse material para seu apartamento na Praça Roosevelt.

Um dia a atriz Ítala Nandi, integrante do Teatro Oficina, foi visitar o amigo jornalista e perguntou sobre a pilha de papéis que ele estava acumulando em casa. Ao saber que se tratava de material censurado, sugeriu que Loyola Brandão escrevesse um livro a respeito.

Em 1966, a convite de Souto Corrêa, Loyola Brandão deixou o jornal de Samuel Wainer para trabalhar na Abril, onde passou por *Realidade* e *Claudia*. Escrito naqueles anos difíceis, o romance *Zero* incorporou muitas das histórias que não saíram no *Última Hora*, correndo em paralelo às desventuras do protagonista, José (a paginação pouco convencional do romance lembra páginas de jornal).

A obra foi recusada por treze editoras brasileiras. Souto Corrêa decidiu levar uma cópia do inédito em uma viagem a trabalho pela Itália e oferecê-lo a uma editora de lá. "Isso que é amigo. Se a polícia pegasse no aeroporto, ele seria preso por mim", brinca Loyola Brandão.

A Feltrinelli, editora sediada em Milão, publicou o romance em 1974. No ano seguinte, ele saiu no Brasil, pela Editora Brasília. "Como não havia censura prévia de livros, foi só depois de publicado que *Zero* virou alvo", recorda o autor. Proibido de ser reimpresso, o romance era amplamente fotocopiado ("xerocado", como se dizia então) por universitários.

Ao fim da conversa, Souto Corrêa criticou os veículos de imprensa que hoje se amparam em pesquisas de mercado para publicar o que o leitor quer (ou diz querer). O jornalismo, afirma ele, deve surpreender o leitor com reportagens sobre realidades que ele ainda não conhece. "Tem de arriscar", diz. "Nós somos contadores de história."

Os dois veteranos ainda preferem ler jornais e revistas em papel, e não na tela. "Eu até tenho celular, mas deixo ele em casa", contou Loyola Brandão, bem-humorado. Ele também falou com orgulho do selo em sua homenagem que os Correios lançaram no ano passado. ✪

João Batista Jr.

"SOMOS BRASILEIROS"

Um escritor narra as histórias da imigração japonesa

Na escola, o adolescente Oscar Nakasato era o "CDF gente boa", com quem os colegas queriam estudar antes da prova. Também era um leitor voraz, desde a infância. Primeiro, foram os gibis típicos de sua geração, como *Turma da Mônica*, *Pato Donald*, *Tio Patinhas*. Depois, vieram os romances *A ilha perdida* e *Éramos seis*, da escritora paulista Maria José Dupré (1898-1984). "Aos 13, 14 anos, eu já lia Machado de Assis e Eça de Queiroz", ele recorda. De vez em quando, como todo adolescente, Nakasato fazia pose: "Na biblioteca do colégio, havia uma edição de *Os irmãos Karamázov*, de Dostoiévski. Era um livro de capa dura, na cor vermelha. Nem li na época, mas ficava circulando com ele para impressionar os outros estudantes."

Hoje, com 62 anos e três romances publicados – *Nihonjin* (2011), *Dois* (2017) e *Ojiichan* (2024) –, Nakasato não sabe definir bem de onde veio seu interesse pelos livros. A escola certamente influiu, mas ele não se lembra de um professor específico que lhe tenha indicado leituras marcantes.

Seus pais fizeram só o ensino fundamental. Primeira geração de descendentes de japoneses nascidos no Brasil, eles trabalhavam a terra no município de Floresta, no centro-norte do Paraná. Em 1972, Yassuo, o pai de Kakasato, decidiu mudar-se com a família para Maringá, a 30 km de Floresta, porque lá os filhos teriam acesso a escolas melhores.

Não foi uma mudança fácil para o pai: aos 40 anos, ele se empregou como contínuo na concessionária de carros de um primo. Sua mulher, Emiko, dividia o cotidiano de afazeres domésticos com serviços de costura, para ajudar no orçamento.

Oscar Nakasato começou a se afastar do convívio com *nikkeis*, como são chamados os descendentes de japoneses, no início da adolescência. Isso afetou até sua vida amorosa: ele passou a se interessar mais por garotas que não pertenciam à comunidade nipônica. Na hora do vestibular, resolveu se distanciar do estereótipo que associa estudantes de ascendência asiática às ciências exatas, e decidiu fazer direito na Universidade Estadual de Maringá (UEM), que ficava a meia quadra de sua casa.

Quando veio o resultado, ele se orgulhou. "Passei em primeiro lugar", conta. Mas logo constatou que aquele não era o curso certo para ele, e só continuou porque trabalhava durante o dia e havia poucas opções de cursos no período noturno.

Dois anos e meio depois, porém, Nakasato desistiu de vez do direito. Passou alguns meses pensativo e indeciso – e acabou se matriculando no curso de letras. Uma escolha que sua irmã mais velha, Marcia Takahashi, hoje com 70 anos, considerou óbvia: "Esse negócio foi sempre o forte dele." Ela lembra que o irmão cultivava não só o gosto pela leitura, mas também pela escrita: ainda bem jovem, sentado à escrivaninha, datilografava páginas e páginas em uma máquina de escrever Olivetti.

Quando trocou de curso, ele trabalhava na Caixa Econômica Federal e refletiu bastante antes da mudança. "Pensei: 'Vou estudar letras porque gosto de literatura, mas dinheiro eu ganho de outro jeito.' Eu não queria ser professor", conta. Depois, Nakasato fez mestrado e doutorado em letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), em Assis. E acabou tomando gosto pela docência: lecionou por um tempo na UEM e, em 1996, tornou-se professor titular no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, atual Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Ao se lançar como escritor, perto dos 50 anos, Nakasato já voltara a se aproximar da cultura nipônica e dos *nikkeis* – até chegou a fazer um curso de japonês. *Nihonjin*, seu romance de estreia, é reflexo dessa reconciliação: trata da experiência dos imigrantes japoneses ao longo de três gerações. A trama, apesar do apreço do escritor pela tradição japonesa, também ressalta as variadas tensões enfrentadas pelos descendentes. Um dos personagens, Haruo, em crise, pergunta-se sobre sua identidade: se seria japonês ou brasileiro.

Há traços biográficos na história, mas o autor faz questão de frisar que não transpôs sua vida para os livros. "São romances de ficção", ele ressalta. *Nihonjin* foi selecionado para publicação em um concurso de obras inéditas

promovido pelo selo Benvirá, da editora Saraiva, em 2011, e ganhou no ano seguinte o Prêmio Jabuti de melhor Romance Literário. Em 2025, o livro (relançado pela editora Fósforo) foi adaptado para um filme de animação, *Eu e meu avô nihonjin*, dirigido por Celia Catunda. Para ler o título – *nihonjin* significa "pessoa japonesa" –, basta pronunciar o "j" como "dj", ensina o autor.

"Eu sei de escritores que têm tudo muito planejado na cabeça quando começam a escrever. Parece que o Milton Hatoum trabalha um pouquinho dessa forma. Eu, não", diz Nakasato. "Quando eu tenho uma ideia, já coloco logo no papel."

Apesar dessa ventilada despretensão, a editora Eloah Pina, com quem o escritor trabalhou na Fósforo, diz que não é bem assim. "Para o seu terceiro romance, *Ojiichan* [*avô, em japonês*], ele fez previamente uma pesquisa muito ampla sobre como vivem as pessoas da terceira idade na comunidade nipo-brasileira", diz Pina. "Ele é um autor muito cioso, disciplinado."

Nihonjin também foi precedido por uma pesquisa: o doutorado de Nakasato. Ele mapeou os personagens *nikkeis* na literatura brasileira entre as décadas de 1920 e 1990 – e ficou frustrado com o que descobriu. "Tanaka foi o primeiro personagem nipônico que eu encontrei, em *Amar, verbo intransitivo* [*publicado em 1927*], de Mário de Andrade", conta. "Até a década de 1980, há poucos. O que muda é que, na década de 1970, alguns escritores *nikkeis* também começaram a publicar suas histórias."

Ele diz que atualmente personagens de origem nipônica têm aparecido em obras escritas por autores *nikkeis* e não *nikkeis*, e cita autores como Adriana Lisboa, Ana Shitara, Bernardo Carvalho e Marilia Kubota. Ainda é pouco, mas Nakasato vê avanços. "Havia antes um estereótipo negativo. Depois, houve um estereótipo positivo", diz. "Agora, acho que os descendentes de japoneses no Brasil estão sendo bem representados, realmente. E como brasileiros. Nós somos brasileiros." ✪

Tatiane de Assis

ZIRIGUI TÃ-TÃ-TÃ-TÃÃÃ

Uma flautista polonesa no desfile do Salgueiro

Não existe nada equivalente à palavra borogodó em polonês. Talvez os termos que mais se aproximem da melódica expressão sejam *wdzięk* (graça) e *charyzma* (carisma). Mesmo assim, Marta Klimczak esbanja borogodó – ou molejo, bossa, gingado. "Não exagere", contesta a polonesa de 35 anos. "Para uma gringa, até que impressiono. Mas perto das brasileiras..."

Ela é passista do Salgueiro e, desde novembro, treina pesado no Rio de Janeiro com a intenção de "quebrar tudo" durante o Carnaval. "Ensaio 90 minutos às terças-feiras e duas horas e meia às quintas." Também atravessa as noites e madrugadas de sábado em exibições que sacodem a quadra da tradicional escola de samba. Um domingo por mês ainda se apresenta nas feijoadas que a agremiação organiza para arrecadar fundos.

O Salgueiro, criado há sete décadas, reúne pelo menos 3 mil foliões. Uma parcela reduzida deles vem de outros países, especialmente das Américas e da Europa. Klimczak (pronuncia-se "clintchaque") chama atenção entre os sambistas estrangeiros porque, antes de cair no ziriguidum e no telecoteco, abraçou o tum-tum de Ravel e o tã-tã-tã-tãã de Beethoven. "Eu tocava flauta transversal em orquestras da Polônia e lecionava música clássica." Loira de olhos azuis, a passista mede 1,70 metro. Tem o rosto ovalado, um porte vigoroso e a pele bronzeada. "Se pego Sol, não fico vermelha, não! Fico dourada", esclarece, sem dissimular o orgulho.

ANDRÉS SANDOVAL, 2026

Toruń, a cidade natal de Marta Klimczak, se localiza às margens do extenso Rio Vístula. Com quase 170 mil habitantes, ganhou fama pela arquitetura gótica, pelos pães de gengibre e por ser o berço do astrônomo Nicolau Copérnico (1473-1543). No jardim da infância, a sambista já arrastava as asas para tamborzinhos, xilofones mirins e flautas doces. Os pais notaram o interesse da filha e trataram de adquirir um punhado de CDs eruditos, que a garota ouvia junto da irmã gêmea, hoje comissária de bordo.

A passista começou o aprendizado de música clássica assim que completou 10 anos e o prolongou até finalizar o mestrado. Durante o percurso, frequentou escolas tanto na Polônia quanto na Alemanha e Suécia. "Foi dificílimo. Os professores exigiam bastante de nós. Houve fases em que estudávamos dez horas por dia. Mal sobrava tempo para aproveitar a vida", conta Klimczak.

Quando menina, a aluna apreciava sobretudo os compositores românticos, como Tchaikovsky e Chopin. Mais tarde, descobriu o barroco e morreu de amores por Bach. Nos raros momentos de folga, curtia pop americano (Britney Spears, Christina Aguilera, Backstreet Boys) e bandas polonesas de rock (Coma, Strachy Na Lachy, Happysad). "Eu adorava dançar em baladas."

Depois de concluir os estudos, a musicista integrou duas orquestras respeitáveis: a Sinfônica de Toruń e a Filarmônica Báltica de Gdańsk. Em paralelo, dava aulas de flauta transversal para crianças e adolescentes. Certa ocasião, um violonista manifestou o desejo de trabalhar com a colega. Nasceu, então, o duo Os Solistas. "Tocávamos apenas canções de Tom Jobim. Nosso repertório de doze músicas incluía *Chega de saudade*, *Desafinado* e *Garota de Ipanema*. Eu admirava o Jobim porque já conhecia a Bossa Nova. Sabia que as composições dele soam muito bem na flauta e no violão", recorda Klimczak. O duo se exibia em bares e restaurantes, entre um concerto e outro das orquestras que empregavam a flautista

Conhecer a Bossa Nova não significava conhecer o Brasil. Quando formou a dupla, a instrumentista ignorava quase tudo do país. "No colégio, só aprendi que o Brasil é abafado e gigante." Telejornais poloneses costumavam mostrar o Sambódromo do Rio em pleno Carnaval, mas as cenas – geralmente curtas – não seduziam a futura passista. "Uma vez, numa feira de rua, minha mãe comprou um top amarelo para mim." A frente da roupa trazia a inscrição "Brasil" em verde. Apesar de o substantivo não lhe dizer grande coisa, a menina gostou do presente. "Me apaixonei rapidinho pelas cores e não tirei mais o top."

Em julho de 2019, com ajuda da irmã, Marta Klimczak conseguiu uma passagem aérea barata para o Chile, onde ficou alguns dias. Como ainda tinha umas semanas de férias, decidiu esticar a viagem por terra. Foi à Bolívia e depois explorou o Sul do Peru. Em Cusco, um grupo de turistas propôs: "Visite o Brasil. Está perto daqui e é tão bonito..."

Lembrando-se de Tom Jobim e do top amarelo, a viajante atendeu à sugestão. Rumou para o Acre também por terra e, de lá, voou até o Rio. Baixou num *hostel* da Lapa, deixou as bagagens e saiu andando pela vizinhança. "Era de manhã. Caminhei um pouquinho e me roubaram, acredita?" Indignada, jurou que permaneceria o resto da temporada carioca dentro do *hostel*. O clamor da noite, porém, a fez mudar de ideia. Num bar dos arredores, a polonesa se engraçou com um mineiro que não apenas falava inglês como demonstrou ser um exímio dançarino.

À época, Klimczak sentia falta de movimentar mais o corpo. "Repare que músicos eruditos quase não se mexem. Tocar em orquestras requer gestos muito precisos, muito sutis. Por isso, depois de iniciar minha carreira, busquei praticar *crossfit*, salsa e *high heels dance* para aliviar as tensões." As atividades, entretanto, não a satisfaziam plenamente. "Acabei largando todas."

No Rio, a viajante acompanhou o mineiro em festas onde o samba e o forró corriam soltos. Os ritmos frenéticos a enfeitiçaram. "Impossível descrever a alegria que tomou conta de mim." Não por acaso, logo que regressou à Europa, Klimczak entrou em depressão. "A informalidade e a energia do Rio me abriram os horizontes. Percebi que meu cotidiano na Polônia havia perdido o sentido." Ela queria chutar o balde, mas ainda não dispunha de coragem nem de recursos para tanto.

Em março de 2020, a pandemia do coronavírus eclodiu. Com mais tempo livre, devido às restrições sociais, Klimczak resolveu fazer as oficinas online de Katarzyna Stocka-Dapiaggi, a Kashira, concorrida professora polonesa de "samba no pé". A principiante se revelou uma bailarina tão hábil que dobrou a aposta e procurou coreógrafos brasileiros. Primeiro, encontrou Liani Devito. Depois, Alex Coutinho. Ambos também ofereciam aulas pela internet.

Os cursos pavimentaram a trilha para Klimczak desfilar nos carnavais de 2022 e 2023 por escolas de Niterói (Acadêmicos do Cubango) e do Rio (Em Cima da Hora, Paraíso do Tuiuti e Império da Tijuca). Graças à experiência, a passista – que está solteira e não tem filhos – arriscou um salto ainda maior. Tirou uma licença profissional e morou dezoito meses na capital fluminense (entre outubro de 2023 e abril de 2025). Pôde, assim, se aprimorar como sambista e aprender português.

Quando retornou do sabático, virou finalmente a mesa. Abdicou dos empregos e imigrou: trocou a Polônia por Ayia Napa, cidade do Chipre onde protagoniza shows de samba em hotéis. Agora, enquanto treina sob a batuta do Mestre Carlinhos para sair no Salgueiro pela primeira vez, garante que não voltará à música clássica. "Sambar é tudo de que meu corpo e minha alma precisam." ✪

Armando Antenore

Uma homenagem a São Paulo

No Pulso Hotel, a hotelaria valoriza a arte, a cultura e a urbanidade da capital paulista

GIULIANA BERGAMO

O semblante contido de Otávio Suriani não consegue esconder o entusiasmo (ou a satisfação) ao ouvir um elogio específico sobre seu hotel: "chique." Levando em consideração o perfil e o histórico do negócio, o adjetivo pode soar óbvio. Inaugurado há pouco mais de um ano nas imediações da Avenida Brigadeiro Faria Lima, região nobre de São Paulo, o Pulso Hotel está na seleta categoria da hotelaria de luxo paulistana. Em tão pouco tempo de funcionamento, já figura entre os cinco laureados com chaves do *Guia Michelin*, o selo que atesta a alta qualidade das acomodações, do serviço e de outras características do setor.

Mas a palavra "chique" o coloca em um segmento especial e nem sempre comum no mercado de luxo. "Ninguém é *chic* se não for civilizado", afirma categoricamente uma das maiores especialistas no assunto, a consultora Gloria Kalil na abertura de seu livro *Chic* (Senac, 2019). Chique, portanto, não necessariamente tem a ver com valor financeiro ou com luxo. É, segundo ela, "fazer escolhas acertadas" para a moda, para "a vida pessoal, a própria inteligência, o outro, a cidade e o ambiente em que se vive". Tudo isso fica evidente no Pulso: desde a fachada (toda de vidro, aberta ao vaivém da cidade), até os detalhes sutis na decoração ou no serviço.

Para erguer o 15º hotel da Estancorp (e o primeiro do segmento de luxo), empresa paulistana que transita entre o desenvolvimento urbano e a hospitalidade, à frente também das marcas Estanplaza e Estanconfor, Suriani reuniu um time de grandes nomes da intelectualidade paulista. A arquitetura ficou nas mãos de Arthur Casas, conhecido mundialmente pelos projetos modernistas que integram espaços internos e externos em prédios quase sempre horizontais. Assim, nem é preciso cruzar a porta de vidro para enxergar a instalação *Mácula*, de Nuno Ramos, que esteve na Bienal de 1994 e agora figura no jardim do lobby. Além dela, outras três centenas de obras de arte contemporânea estão expostas nas áreas comuns e acomodações do hotel. Sim, é uma verdadeira galeria, com curadoria de Guilherme Wisnik, irmão da estilista responsável pelos uniformes dos funcionários do hotel, Iara Wisnik.

FRAN PARENTE

A lista de assinaturas segue extensa e seleta. A gastronomia de Charlô Whately está no Charlô Restaurante e no Cha Cha Boulangerie. No Sarau Bar, a coquetelaria é de Gabriel Santana e a curadoria musical, da dupla Rômulo Fróes e Vitor Kurc. Os três ambientes, aliás, têm vida própria. Ao longo de toda a semana, recebem uma clientela formada também por não hóspedes. Isso faz do restaurante um bom local para reuniões de negócios, encontros familiares e até uma celebração discreta como o casamento que aconteceu ali no almoço de uma segunda-feira em janeiro. O Sarau também é perfeito para encontros intimistas com boa música, carta de *bourbons*, conhaques, drinques e a cerveja Pulso.

Outro ambiente que fica aberto a visitantes é o Spa Pulso by L'Occitane. Ali, apesar da parede de vidro que permite ver a cidade a partir da academia, da piscina coberta e climatizada ou das espreguiçadeiras, é fácil esquecer do ritmo lá fora e embarcar em uma experiência de puro relaxamento, em um ambiente silencioso e tranquilo.

A experiência idílica continua nos apartamentos. Com a ajuda do sistema Alexa, você pode abrir as janelas ou a varanda que dão para a rua ou se fechar no ambiente climatizado e acolhedor, decorado com objetos garimpados pelo próprio Suriani em antiquários da cidade. É dele também a seleção dos cerca de cinquenta títulos da alta literatura espalhados pelo hotel. Estão lá edições caprichadas de Machado de Assis, Tolstói, Homero, entre tantos outros. A lista deve crescer em breve: "Quero incluir mais poesia bilíngue", diz o empresário, que também confessa: "O único objeto que levei de um hotel na vida foi um livro, uma edição em português e inglês de Elizabeth Bishop." Importante dizer: o souvenir incomum foi levado com consentimento da equipe do hotel. Chique.

Nos detalhes das acomodações, nas áreas comuns ou na arquitetura, o Pulso é uma espécie de homenagem a São Paulo. Além de valorizar algumas de suas melhores características – a gastronomia, a vida noturna, o serviço de excelência, a arte e a cultura em geral –, o hotel exalta a cidade, a vida coletiva e o espaço urbano em si. Vem daí, aliás, a atitude que conferiu o adjetivo "chique" escolhido por um hóspede para elogiar o lugar, depois de ter sua bicicleta transportada cuidadosamente – e não tratada como um problema – até o quarto pela equipe do Pulso. Está aí uma grande prova de civilidade.

A CONTAMINAÇÃO

O Banco Master e a desmoralização da República

CONSUELO DIEGUEZ

Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, estava envolvido em atividades frenéticas na segunda-feira, 17 de novembro. Depois de reunir-se com seus advogados pela manhã, marcou uma videoconferência urgente com o diretor de Fiscalização do Banco Central, Ailton de Aquino, e dois superintendentes da instituição. Na conversa, que começou às 13h30 e durou quarenta minutos, Vorcaro fez uma comunicação surpreendente: o seu quebrado Master, que o BC proibira de ser vendido ao BRB, controlado pelo governo do Distrito Federal, havia encontrado um novo comprador. O interessado era a Fictor, uma holding de investimentos de pouca tradição no mercado que, segundo o banqueiro, se juntara a um fundo de investidores árabes dispostos a participar do negócio. Era a salvação de seu banco.

Havia apenas um senão. Para que a transação se realizasse, Vorcaro disse que precisava viajar ainda naquela noite para Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, para assinar o contrato. Era uma notável coincidência. No dia anterior, véspera da videoconferência, o juiz Ricardo Augusto Soares Leite, da 10ª Vara Federal de Brasília, tomara uma decisão sigilosa no âmbito das investigações que vinham revelando uma montanha de irregularidades no Master: autorizara prender Vorcaro e três diretores do banco, confiscar seus passaportes e fazer uma operação de busca e apreensão em seus endereços. Com a decisão do juiz, a Polícia Federal começou a montar a logística da operação, que seria deflagrada na manhã de terça-feira, dia 18, tão logo fossem expedidos os mandados de prisão preventiva dos investigados.

Mas coisas esquisitas começaram a acontecer na segunda-feira. Enquanto a logística da ação policial era organizada, o advogado de Vorcaro, Walfrido Warde, pediu acesso ao inquérito policial – do qual, em tese, não deveria nem ter conhecimento, porque se tratava de documento sigiloso. Ao mesmo tempo, a Polícia Federal entrou em alerta. Com a intenção de Vorcaro de viajar às pressas para o exterior, aliada à decretação de sua prisão na véspera, os agentes federais não tiveram dúvida: a operação policial preparada para terça-feira havia vazado e a viagem do banqueiro era, na verdade, uma tentativa de fuga.

O juiz Ricardo Leite foi informado sobre a movimentação e não perdeu tempo. Uma hora depois da videoconferência entre o banqueiro e o BC, o magistrado antecipou a emissão dos mandados de prisão e determinou que Vorcaro fosse preso naquela mesma segunda-feira, dia 17. Enquanto ocorria essa mobilização em Brasília, de São Paulo veio uma encenação. Por volta das cinco da tarde, a Fictor distribuiu um comunicado à imprensa anunciando que havia formado um consórcio com investidores árabes para colocar 3 bilhões de reais e salvar o Master. Diante do rombo espetacular do banco, da ordem de 80 bilhões, o valor anunciado foi recebido como piada.

A Polícia Federal, que monitorava os movimentos de Vorcaro, já havia rastreado o seu plano de voo, também traçado às pressas. A bordo do seu jato, Vorcaro partiria do Aeroporto de Guarulhos em direção a Dubai, com escala na Ilha de Malta. Às dez da noite, quando se preparava para embarcar, o banqueiro foi preso e levado à carceragem da Polícia Federal. No dia seguinte, às seis da manhã, a PF prendeu mais seis pessoas, entre elas três diretores do Master – Luiz Antonio Bull, Angelo Antonio Ribeiro e Alberto Felix de Oliveira Neto – e um nome central no esquema: o fundador e ex-sócio do banco, o baiano Augusto Ferreira Lima. Quase no mesmo instante, o Banco Central decretou a liquidação do Master.

Em 14 de janeiro passado, a Polícia Federal deflagrou uma segunda rodada de operações e apreendeu celulares, joias, dinheiro e bens de outros envolvidos. Entre eles:

■ O empresário baiano Nelson Tanure, outra figura-chave na estrutura do Master. Desde os anos 1980, Tanure vem aumentando seu patrimônio por meio da compra e desmonte do caixa de empresas em dificuldades – sempre com auxílio da Justiça carioca.

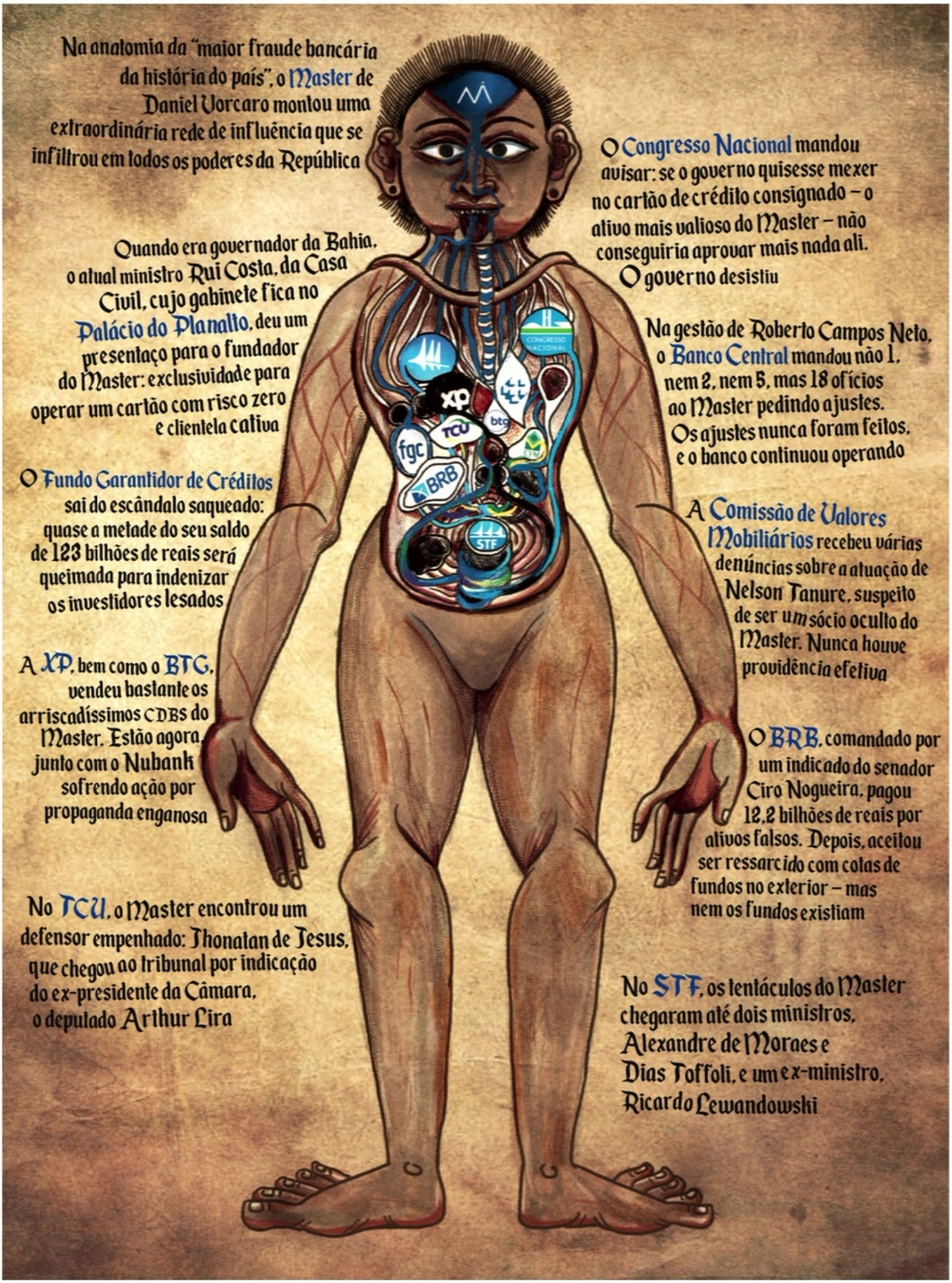
■ Fabiano Zettel, dono de uma biografia extensa: é gestor de fundos, é casado com a irmã de Vorcaro, foi pastor da Igreja Batista da Lagoinha até o mês passado e grande financiador de campanhas. Em 2022, deu 3 milhões para Jair Bolsonaro e 2 milhões para Tarcísio de Freitas.

■ João Carlos Mansur, fundador da Reag, administradora responsável por quase todas as operações fraudulentas do Master e que acaba de ser liquidada pelo Banco Central por fraudes e crimes contra o sistema financeiro. A situação é ainda pior: a Reag é suspeita de fazer investimentos para o PCC, a maior organização criminosa do país.

■ Fechando a lista dos suspeitos, a investigação chegou em um primo, na irmã e no pai do banqueiro.

Com a prisão da cúpula do Master e outros envolvidos, começou a autópsia pública do que talvez seja, nas palavras do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, "a maior fraude bancária da história do país". Não é uma hipérbole. O Master já garantiu destaque na galeria dos grandes escândalos nacionais, não apenas pelo volume bilionário das fraudes, mas, sobretudo, pela extraordinária amplitude de sua rede de influência, cujos tentáculos se infiltraram em todos os poderes da República, capturaram políticos sobretudo de partidos da direita e da extrema direita, desmoralizaram instituições de fiscalização e lesaram mais de 1 milhão de investidores.

O Banco Master nasceu, cresceu, pintou e bordou debaixo do nariz do economista Roberto Campos Neto, que presidiu o BC de fevereiro de 2019 a dezembro de 2024. O Master pedia autorização para atuar no mercado desde 2017, mas, durante a presidência de Ilan Goldfajn, nunca conseguiu o sinal verde. Em 2019, sob a administra-



CAIO BORGES, 2026 (ILUSTRAÇÃO BASEADA NO DESENHO *FIGURA ANATÔMICA NEPALESA*, C.A. 1800, DE AUTOR DESCONHECIDO. A IMAGEM ORIGINAL FAZ PARTE DA WELLCOME COLLECTION)

ção de Campos Neto, Vorcaro chegou lá. A licença causou alguma surpresa, já que, entre os critérios para autorizar um banqueiro no mercado, está a exigência de "reputação ilibada".

Vorcaro tinha um passado complicado. Quando atuava no mercado imobiliário em Minas Gerais, deu um cano milionário na Prefeitura de Belo Horizonte na construção de um hotel de 37 andares. Entre 2010 e 2017, participou de um esquema que aplicou um golpe em institutos de pensão públicos – um esquema que contou também com a atuação de João Carlos Mansur, da Reag. (Em 2020, quando a Polícia Federal investigou a falcatrua, Vorcaro chegou a receber ordem de prisão.) Por alguma razão, o Banco Central não viu problema em nada disso.

O Master entrou no mercado como um foguete. Em 2019, seu primeiro ano de atividade, já tinha 2,5 bilhões de reais em Certificados de Depósito Bancário (CDBs). Em 2022, eram 17, 4 bilhões. Em 2024, o volume saltara para 40 bilhões – soma fabulosa para um banco de pequeno porte. O Master operava com ousadia. Captava dinheiro dos investidores oferecendo até 140% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), quando o mercado não pagava mais que 100%. Para tanto, divulgava que seus investimentos estavam assegurados pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que, em caso de quebra ou liquidação de um banco, ressarce os investidores em até 250 mil reais. Era uma estratégia capciosa. O FGC, mantido com dinheiro dos próprios bancos, foi criado para proteger os investidores em caso de colapso, não para servir de alavanca para um banco lançar operações de risco.

Como fiscal do mercado, o Banco Central acompanhou o Master e constatou que havia um descompasso nas suas provisões e que suas práticas de gestão eram uma ameaça. No entanto, o BC se limitou a mandar um ofício de alerta. Mandou um segundo. Depois um terceiro. Depois mais um, outro e outro. Na gestão de Campos Neto, o BC mandou nada menos que dezoito ofícios ao Master pedindo um ajuste nas contas e a adoção de boas práticas de gestão. "A pergunta é: um banco que não se enquadra depois de dezoito ofícios do BC ainda tinha chances de se corrigir?", me disse, em tom irônico, um ex-funcionário do FGC. Afora isso, Vorcaro teve 38 conversas com diretores do BC – uma delas, com Campos Neto, na qual trataram de pleitos do Master e operações de precatórios, com os quais o banqueiro havia entupido o balanço do seu banco.

Enquanto ignorava as sucessivas advertências, o Master realizou grandes proezas com ajuda do próprio Banco Central. Conseguiu, por exemplo, até adquirir outros bancos. Em 2024, comprou o Voiter e o Letsbank, além do Will Bank, que, apesar do nome, não é um banco. Mas todos os três, assim que ficaram debaixo do guarda-chuva do Master, se puseram a emitir CDBs, sempre alardeando a garantia do FGC. O então diretor de Fiscalização do BC, Paulo Sérgio Neves de Souza, não ligava para os alertas do mercado, que já eram constantes. Dizia que os grandes bancos tinham "inveja do crescimento do Master". E garantia que o banco de Vorcaro ainda iria "colocar o ovo em pé".

Então, em março de 2024 a crise de liquidez do Master levou o BC a cogitar alguma medida mais severa. Na prática, tudo continuou como antes. Em novembro, faltando pouco mais de um mês para Campos Neto deixar a presidência do BC, a situação se agravara. Conforme documento do próprio Banco Central, já havia sido detectada "a existência de irregularidades" cometidas pelo banco, incluindo o descumprimento de normas e fornecimento de "informações incorretas". Então, Campos Neto convocou Vorcaro para uma reunião de emergência em Brasília. No encontro, deu-lhe mais uma chance: um prazo de quatro meses para ajustar o ativo e o passivo do Master, sob pena de ser liquidado.

Naquele ponto, o banco não tinha saldo para honrar quase 50 bilhões de reais em dois tipos de títulos. Eram 30 bilhões de CDBs e quase 20 bilhões de reais em CDIs, dos quais 12 bilhões venceriam ao longo de 2025. Depois de dar o prazo de quatro meses, Campos Neto deixou o cargo. Meses depois, virou executivo do Nubank, a maior *fintech* da América Latina, que está respondendo a uma ação judicial sob acusação de vender os CDBs do Master omitindo os riscos e apoiando-se em publicidade enganosa.

Em conversas com colegas de mercado, Campos Neto tem dito que só soube do caos promovido pelo Master em 2024, quando foi alertado por banqueiros. A análise da situação de bancos pequenos, que não têm dimensão para causar uma crise sistêmica, raramente chega à presidência do BC. Mas, quando tomou conhecimento do que estava ocorrendo, Campos Neto tomou duas medidas. Primeiro, reduziu o limite de CDBs emitidos pelos bancos pequenos com garantia do FGC. (Na época, o Master tinha 30 bilhões de CDBs nessa condição, mas o total de emissões dos bancos pequenos e médios chegava a 850 bilhões de reais.)

Em segundo lugar, limitou o uso de precatórios no balanço dos bancos pequenos. "O BC mandou o Master contratar uma consultoria para avaliar se os precatórios estavam precificados corretamente no balanço", me disse um diretor do BC. "A KPMG, a auditoria contratada, disse que os preços estavam dentro da realidade." Ainda assim, o BC preferiu restringir o limite de precatórios nos balanços. "O Banco Central procura minimizar os efeitos de uma quebra de banco sobre o sistema. Tudo era discutido com a diretoria. Gabriel Galípolo fazia parte. As votações são unânimes", me disse o diretor.

O problema da gestão de Campos Neto é que, desde 2023, o FGC vinha alertando a ele próprio e aos diretores da área de fiscalização e supervisão sobre os riscos do Master. A diretoria do FGC chegou a fazer três reuniões com Campos Neto para pedir que a sangria fosse contida. Nada aconteceu. Até meados de 2024, todas as conversas com Campos Neto e diretores e superintendentes giravam em torno do risco que o Master representava. "Nós estamos vendo uma bomba, e vocês?", diziam os técnicos do FGC. O pessoal do BC respondia: "Achamos que está tudo sob controle."

E assim, em janeiro de 2025, Campos Neto encerrou seu mandato no comando do BC e deixou o pepino na mesa de Gabriel Galípolo, seu sucessor.

Com o cerco se fechando, Vorcaro abriu negociações com o BRB. Era uma opção natural. O BRB era um amigo do Master. O governador do DF, Ibaneis Rocha, um bolsonarista filiado ao MDB, tinha relações com Vorcaro. Além disso, havia meses que o BRB comprava lotes de créditos consignados (que são descontados na folha de pagamento do tomador) para ajudar o Master. Em dezembro passado, ao depor na PF, Vorcaro admitiu que tratou da negociação Master-BRB com o governador. Ibaneis negou. Disse que esteve com Vorcaro quatro vezes, mas nunca tocaram no assunto. (A oposição na Câmara Legislativa do DF já apresentou dois pedidos de impeachment do governador.)

A pressão política para empurrar o Master pela garganta do BRB não se limitou ao governador. Filiado ao PP, o senador Ciro Nogueira, cujo nome aparece com inquietante assiduidade nos escândalos nacionais, é outro que transita bem entre os bancos. Está nas duas pontas. Do lado do BRB, apadrinhou a indicação de Paulo Henrique Costa para o comando do banco. Do lado do Master, propôs no Congresso um projeto para aumentar a cobertura do FGC de 250 mil para 1 milhão de reais. O endereço de sua proposta era tão evidente que ganhou o apelido de "emenda Master".

O deputado Arthur Lira, ex-presidente da Câmara e igualmente filiado ao PP, também fez parte do pelotão para salvar o Master. Em vez de recorrer ao BRB, os dois, o senador e o deputado, poderiam ter optado pela Caixa Econômica Federal, outro banco no qual têm influência. O presidente da CEF, Carlos Antônio Vieira Fernandes, foi indicado por Lira. O vice-presidente de Negócios de Atacado, Tarso Duarte de Tassis, ex-assessor de Vorcaro, foi indicado por Ciro. Tassis era tão simpático ao Master que demitiu três gerentes da Caixa que se recusaram a avalizar a compra de 500 milhões de papéis de longo prazo do Master. Em retrospecto, está claro que certos estavam os gerentes demitidos.

Cercado por essa teia de influência de políticos, o BRB mergulhou de cabeça no desastroso projeto de salvar o Master. Em março do ano passado, então, o negócio foi oficialmente anunciado. O BRB se dispusera a pagar 2 bilhões de reais para comprar 58% das ações do Master. O banco estatal de Brasília ficaria com a parte saudável do Master, do qual Vorcaro se manteria sócio, e o pedaço podre permaneceria com o Master falido, que, por sua vez, trataria de arrumar uma saída. De imediato, hou-

ve uma grita no mercado e de alguns políticos do Distrito Federal, alarmados com a negociação.

Afinal, o Master era um banco quebrado, que certamente contaminaria o balanço do BRB. Coube então ao diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do BC, Renato Gomes, analisar os detalhes do negócio. Como é praxe nessas transações, Gomes pediu ao presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, que comprovasse a viabilidade financeira da operação.

Quando Costa apareceu no BC com seu plano de compra, os técnicos da instituição se assustaram. "Tudo era muito amador. O balanço do BRB era uma bagunça", me disse um analista do BC, que pediu para não ser identificado porque não tem autorização para falar do assunto. "O Paulo Henrique fazia o que queria. Apenas ele e o diretor financeiro, o Dario Oswaldo Garcia Junior, participavam das reuniões. O Conselho de Administração do BRB nunca apareceu para opinar. Os conselheiros não tinham a menor ideia do que estava acontecendo", continuou. "O BRB, claramente, era uma instituição sem governança."

Nas reuniões com o BC, Costa não conseguia justificar nem aspectos básicos da operação. Não sabia informar com que ativos do Master o BRB pretendia ficar. Não sabia detalhar as operações que interessavam ao BRB. O mais grave: não tinha noção do passivo do Master. Ou seja: estava se comprometendo a pagar todas as dívidas do Master, como manda a lei de aquisição bancária, sem, no entanto, ter ideia do tamanho do buraco. "O risco a que o Paulo Henrique estava expondo o BRB era imenso. Aquilo não era sério", me disse outro analista do BC que participou das reuniões.

Além de desconhecer informações banais, Costa tentou vender gato por lebre. Um dos ativos que ficariam com o BRB eram cártulas do finado Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), que foi comprado pelo Banco do Brasil em 2008. As cártulas eram ações do antigo Besc que não haviam sido trocadas pelas ações do BB no momento de sua aquisição – e, esquecidas na gaveta, haviam perdido a validade. Costa e Vorcaro diziam que as tais cártulas valiam 13 bilhões de reais porque seriam cobradas judicialmente do BB.

"Era tudo na base do chute", me disse esse técnico do BC. "Eram tantos erros grosseiros que parecia coisa de estagiário." Houve, inclusive, operações claramente fajutas. Numa delas, o BRB apontou como ativo uma carteira de 3 bilhões de CDBs do Master que, naquela altura, já tinha virado pó. Costa chegou a dizer que algumas operações que garantiam a viabilidade do negócio dependiam do resultado do Will Bank, que pertencia ao próprio Master. Era uma afronta. O Will Bank nunca deu resultado positivo. Pelo contrário.

Em meio à barafunda, o BC encontrou a mais tenebrosa de todas as transações entre as duas instituições. Em janeiro de 2025, Master e BRB fizeram um negócio no valor de 12,2 bilhões de reais. O BRB pagou essa quantia pelas carteiras de créditos do Master – no caso, empréstimos consignados que o banco dizia ter a receber. O BC pediu que as duas instituições comprovassem os recursos das carteiras de crédito. O que recebeu de volta foi uma carrada de mentiras.

Primeiro, disseram que se tratava de uma carteira de empréstimos consignados de servidores do estado da Bahia. Ao checar os números com o estado, o BC descobriu que era mentira. "Durante todo o processo de levantamento das fraudes, o Vorcaro e o Paulo Henrique mantinham a calma e diziam não haver nada de errado naquelas operações grosseiras. Mas, quando foram pegos nessa mentira, foi a primeira vez que eles saíram da reunião conosco com as mãos suadas", disse o analista do BC.

Mesmo ao se deparar com o embuste, o BC resolveu dar uma nova chance para que as duas instituições se explicassem. Veio outra impostura. A justificativa, agora, era de que os créditos pertenciam a uma empresa chamada Tirreno Consultoria, Promotoria de Crédito e Participações S.A., que era representada por um ex-funcionário do Master chamado André Felipe de Oliveira Seixas Maia. Falso. Nem a Tirreno e nem os créditos existiam. Estava claro que o BRB desembolsara 12,2 bilhões de reais em troca de vento.

Diante da evidência de que fora lesado, seria razoável imaginar que o BRB exigiria devolução imediata dos 12,2 bilhões. No entanto, o banco propôs ao Master que lhe pagasse em várias prestações. Coisa de pai para filho. Ainda assim, o Master não topou. Sua contraproposta foi ressarcir o BRB com cotas de seus fundos no exterior. O BRB, sempre generoso com o Master, aceitou. Quando saiu em busca dos fundos, descobriu que, mais uma vez, era tudo cascata. Os fundos tinham sido fechados e o dinheiro, evaporado.

Apesar do cardápio de fraudes a que estava sendo apresentado, o Banco Central não desistiu de dar oxigênio ao Master. E, então, encontrou uma alternativa que chocou o mercado.

No dia 15 de abril, o Banco Central de Gabriel Galípolo, por meio do Departamento de Resolução e de Ação Sancionadora, enviou um ofício ao FGC, no qual pedia que o fundo prestasse "assistência financeira" ao banco de Vorcaro. A solicitação vinha assinada por três funcionários: André Maurício Trindade da Rocha, de Monitoramento do Sistema Financeiro; Belline Santana, de Supervisão Bancária; e Climerio Leite Pereira, de Ação Sancionadora. O ofício explicava que o BC estava empenhado em viabilizar a venda do Master ao BRB e, para que a negociação saísse, o Master precisava de um empréstimo de 11 bilhões de reais. Assim, o banco poderia deixar o mercado sem causar traumas ao sistema.

ADÃO ITURRUSGARAI, 2026

Em tom sutilmente ameaçador, o BC alertava que, caso o dinheiro não fosse liberado, o Master poderia se inviabilizar a ponto de ser liquidado, o que resultaria em custos muito maiores para o FGC. Nos cálculos do BC, a bancarrota do Master custaria 54,3 bilhões de reais ao fundo. O ofício pintava um quadro tenebroso. Se a liquidação ocorresse em função da negativa do empréstimo, outras instituições que operavam da mesma forma que o Master – ou seja, pagando altas comissões para usar plataformas de investimento para distribuir seus CDBs ao mercado – também poderiam quebrar.

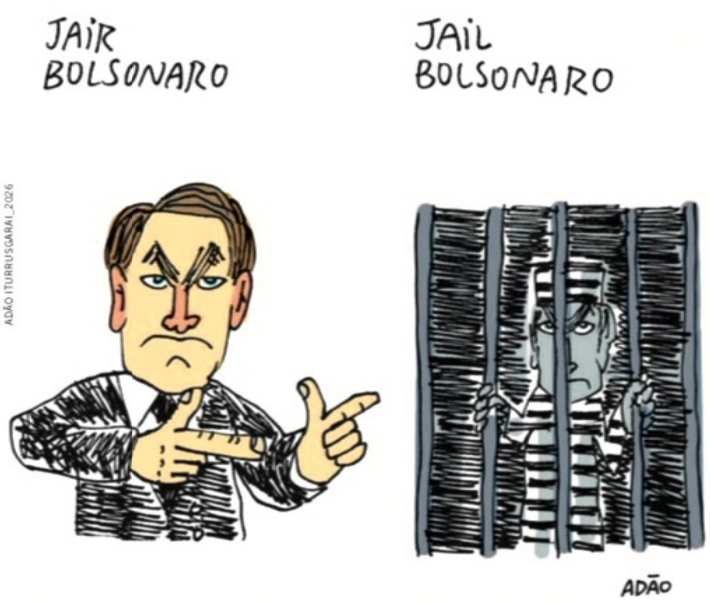
Como que para comprovar que não era alarmismo, o documento informava que, em dezembro de 2024, mais de 40% das captações de 25 bancos e 28 financeiras de pequeno porte, além do Master, eram feitas através de plataformas de investimento. Em conjunto, estas instituições tinham 119 bilhões em captações cobertas pelo FGC. Não que houvesse indícios de que estivessem sofrendo uma crise de credibilidade, dizia o ofício do BC, mas "as incertezas envolvendo a solução do Master estavam gerando rumores que poderiam influenciar negativamente as percepções de mercado e impactar a solidez de instituições com as mesmas características do Master".

Enquanto digeriam o ofício, que praticamente jogava a responsabilidade por uma crise sistêmica no colo do FGC, os técnicos do fundo receberam, naquele mesmo dia, outra carta – essa em tom abertamente ameaçador. Vinha assinada por Walfrido Warde, o advogado de Vorcaro. Warde se valia de argumentos idênticos aos do BC, só que os expunha com mais ênfase. Mesmo assim, as cartas eram tão semelhantes que pareciam redigidas pela mesma pessoa. Em seu ofício, Warde afirmava que o FGC tinha o dever de apoiar as soluções privadas, como era o caso da venda do Master ao BRB, e solicitava que o fundo desse máxima celeridade à solicitação.

Com receio de vir a ser acusado de gerar uma crise bancária, o FGC aquiesceu, mas reduziu o valor do empréstimo. Em vez de 11 bilhões, liberou 5,7 bilhões. Além da pressão e da ameaça, o FGC levou em conta a garantia que recebera do BC segundo a qual, com seu empréstimo, a crise estaria resolvida. O BRB compraria o Master, e o FGC estaria livre de um impacto maior em suas contas. E, afinal, quando se trata de ajudar a debelar uma crise para evitar uma crise ainda maior, o FGC tem autorização estatutária para entrar no jogo.

Ocorre que, cinco meses depois de ter dado essa garantia por escrito e obtido os 5,7 bilhões de reais, o Banco Central rejeitou a venda do Master ao BRB, porque se tratava de uma operação inviável. Sentindo-se ludibriado, o FGC enviou uma carta ao BC lembrando que, no curso da operação de empréstimo, o fundo insistira reiteradamente na necessidade de receber informações e documentos do Master, bem como de se manter atualizado sobre o andamento das tratativas. Reclamava que todos os seus pedidos haviam sido negados pelo BC. O BC não respondeu.

"É vergonhoso o que o Banco Central fez", me disse um irado represen-



tante do mercado financeiro cujo banco faz pesados aportes ao FGC. "Em abril do ano passado, quando mandaram aquele ofício ao FGC, eles já sabiam da fraude e nem sequer chamaram os técnicos do fundo para buscarem uma saída conjunta. O empréstimo, como está no estatuto do fundo, só se justificaria se houvesse chance de recuperação do banco. E o Banco Central já sabia que essa chance não existia." E concluiu: "O FGC existe para proteger os investidores e não para salvar criminosos."

O comportamento errático do Banco Central se repetiu, pouco depois, em outra situação também mal digerida pelo mercado. Em julho, o Banco Central autorizou a criação de uma nova instituição – o Banco Pleno, que pertence a ninguém menos que o baiano Augusto Lima, o fundador e ex-sócio do Master. (Quando comprou o Voiter, que pertencia ao Master, Lima trocou seu nome para Pleno.) Naquele mesmo mês de julho, o Banco Central denunciou ao Ministério Público as fraudes que descobrira no Master.

"Como é possível isso? O Banco Central autoriza o funcionamento do Pleno logo depois de ter denunciado um de seus donos ao Ministério Público?", disse o diretor de um banco em tom de perplexidade. Preso pela Polícia Federal na operação de 18 de novembro, a exemplo dos demais executivos do Master, Lima foi solto e hoje usa tornozeleira eletrônica. Mas é dono do Banco Pleno. (Normalmente, o BC leva, pelo menos, um ano para aprovar o funcionamento de uma nova instituição. No caso do Pleno, a autorização saiu em 45 dias.)

O argumento do Banco Central para ter aprovado o Banco Pleno é controverso. O primeiro é de que Lima tem um patrimônio de 1 bilhão de reais, que irá colocar no banco. Esses recursos, portanto, voltariam ao "perímetro do caso", se Lima vier a ser condenado pelas fraudes. O segundo argumento, menos plausível ainda, é de que Lima obedeceu a todos os requisitos do BC para abrir um banco, incluindo a "reputação ilibada". "Como ele ainda não foi condenado, não tinha como negar a operação", me disse um técnico do BC.

O raciocínio não leva em conta que, ainda que Lima não tenha sido condenado, o próprio Banco Central já havia levantado provas das irregularidades dele. Para completar, antes de dar a autorização em tempo recorde, o Banco Central chegou a perguntar para Lima por que ele queria se meter num negócio tão arriscado. Revela que o próprio BC tinha suas desconfianças, mas a pergunta deveria ser inversa. Por que o BC autorizaria uma pessoa que sabidamente fazia negócios suspeitos a entrar no mercado?

A autorização para o funcionamento do Pleno promete causar mais dores de cabeça ao Banco Central. Por duas razões. Quando desfez a sociedade com Vorcaro em 2024 para ficar com o Pleno, Lima levou consigo os ativos mais lucrativos do Master. Com isso, os credores do Master não terão acesso à parte que poderia lhes garantir algum ressarcimento. Segundo: o Pleno, sem dinheiro para operar, já está pedindo um socorro. Para quem? Para o FGC. Em uma carta enviada ao fundo no dia 23 de janeiro passado, o Pleno afirma que o FGC "também tem por finalidade a contribuição para a preservação da estabilidade do sistema financeiro nacional e a mitigação de riscos de natureza sistêmica". E apresenta seu pleito: uma assistência financeira no valor de 800 milhões de reais.

"Esse não foi o maior golpe contra o sistema financeiro", me disse Antônio Marques de Oliveira Neto, da 369 Capital, empresa que intermedeia compra e venda de instituições financeiras e opera na recuperação de empresas quebradas para oferecê-las de volta ao mercado. "Esse foi o maior golpe contra os credores na história do Brasil."

Com tantas controvérsias, o próprio BC resolveu abrir uma investigação interna para apurar eventuais falhas em relação ao Master, focando principalmente no período de Campos Neto. No âmbito da sindicância, que corre em sigilo, dois diretores entregaram seus cargos. Um é Belline Santana, que assinou o ofício pedindo ao FGC para socorrer o Master com 11 bilhões de reais. O outro é Paulo Sérgio de Souza, que apostava que o Master acabaria colocando o "ovo em pé".

O baiano Augusto Ferreira Lima está na origem do Master. Coube a ele levar para o banco, quando se associou a Vorcaro, em 2019, o Credcesta – um cartão de crédito consignado que opera com servidores públicos e aposentados pelos estados e também pelo INSS. A ideia surgiu na Bahia, em 2018, durante o governo de Rui Costa (PT), atual ministro da Casa Civil. Naquela época, Costa estava tentando privatizar a Empresa Baiana de Alimentos (Ebal), dona da rede de supermercados Cesta do Povo, que vendia produtos subsidiados aos funcionários do estado – e só dava prejuízo. O problema é que o estado já havia feito dois leilões e os compradores não apareciam.

Augusto Lima, que ainda não operava com o mercado financeiro, fez então uma reunião com Jaques Wagner, na época secretário de Desenvolvimento Econômico do governo da Bahia e hoje líder do governo no Senado. Conseguiu convencê-lo a tornar o leilão mais atraente. Sua ideia: o governo baiano incluiria no edital uma cláusula permitindo que o comprador da Ebal operasse um cartão de crédito consignado para ser oferecido aos 400 mil servidores, pensionistas e aposentados da Bahia. Além de comprometer 30% de sua renda com empréstimos consignados comuns, como prevê a lei, o servidor baiano passaria a poder comprometer mais 10% de sua renda com o tal cartão de crédito, que foi batizado de Credcesta.

A proposta vingou. No terceiro leilão, a Ebal foi arrematada por 15 milhões de reais. O comprador? Augusto Lima. O cartão de crédito, por si só, já era um negócio para lá de vantajoso, pois cobrava mais de 5% de juros ao mês. Além disso, operaria sem risco de calote, porque era consignado, e tinha uma clientela garantida, os 400 mil servidores. Dezesseis dias depois, contudo, Lima recebeu mais um presentaço do governador Rui Costa: o Credcesta seria o único a operar naquele mercado durante quinze anos.

A exclusividade transformou o Credcesta numa mina de ouro ainda mais apetitosa. Para operá-lo, porém, Lima precisava de um banco. Em São Paulo, procurou o BMG, cuja sede funcionava no Pátio Victor Malzoni, o prédio mais badalado da Avenida Faria Lima. O BMG recusou a proposta. Por sugestão de um investidor que o acompanhava, Lima desceu até o segundo andar do edifício, onde funcionava um banco novo e desconhecido: o Master, que gostou da proposta. Por 25 milhões de reais, Vorcaro tornou-se dono de 50% do Credcesta, que virou um ativo altamente lucrativo para o seu banco. Depois da Bahia, o Rio de Janeiro foi o primeiro estado a aderir ao Credcesta, após uma negociação entre correligionários: Antonio Rueda, o presidente do União Brasil, intermediou o negócio com o governador Cláudio Castro (PL). Com um detalhe: o Credcesta, no Rio, também teve a exclusividade garantida.

O Master chegou a operar com o Credcesta em 24 estados. O sucesso do produto atraiu pequenos bancos, que passaram a reclamar o direito de também entrar no mercado. No governo de Jair Bolsonaro, com apoio de Ciro Nogueira e Arthur Lira, o Congresso fez duas mudanças. Numa, permitiu que os empréstimos consignados, antes limitados a 30% da renda do tomador, subissem para 35%. Na outra, abriu o mercado para os bancos pequenos operarem com o cartão consignado, no qual o tomador do dinheiro podia comprometer mais 10% de sua renda, além do limite de 35% do empréstimo consignado. A farra estava cada vez maior. Quando assumiu a Presidência da República, Lula reclamou com o ministro Fernando Haddad que os servidores estavam sendo empurrados a pagar juros extorsivos. Podiam comprometer 35% de sua renda com empréstimo consignado, em que os juros ficam na faixa de 2%, e mais 10% com o cartão consignado, entre eles o pioneiro Credcesta, em que os juros passam de 5%. Por que não dar aos servidores o direito de usar 45% de sua renda com os empréstimos mais baratos?

Haddad fez um estudo sobre o assunto. Sua proposta não proibia o cartão de crédito consignado, mas dava ao servidor a opção de usar os 45% de sua renda com os empréstimos de juros de 2%, sem ter que recorrer ao cartão com taxa de 5% – uma vantagem evidente. Assim que concluiu o estudo, a equipe da Fazenda recebeu um recado claro de membros do Congresso: se o governo mexesse no cartão de crédito consignado, não conseguiria aprovar mais nada no Legislativo. A proposta foi engavetada e Lula nunca pediu para ver o estudo. No Ministério da Fazenda, pouca gente tem dúvidas de que Au-

gusto Lima estava por trás da pressão vinda do Congresso. Afinal, depois de sair do Master no ano retrasado, Lima levou consigo o ativo mais valioso do banco, o Credcesta, e passou a operá-lo com outro banco. Qual? O Banco Pleno, o mesmo que está pedindo uma ajuda de 800 milhões de reais ao FGC.

Como Vorcaro, Augusto Lima também é um sujeito muito bem relacionado. Além da amizade com Rui Costa e Jaques Wagner, ele tem boas relações com a dupla Ciro Nogueira e Arthur Lira. Sua mulher, Flávia Peres, é outra que circula bem nas altas esferas. Foi ministra-chefe da Secretaria de Governo da Presidência na gestão de Jair Bolsonaro. No Palácio do Planalto, seu gabinete era vizinho do gabinete de Ciro Nogueira, então ministro da Casa Civil. Flávia Peres, fechando o círculo das relações que explicam o negócio Master-BRB, também é próxima do governador Ibaneis Rocha, do DF.

As digitais de Augusto Lima no rolo Master-BRB estão por toda parte. A Polícia Federal descobriu que o baiano controlava duas associações de servidores na Bahia. Eram justamente aquelas duas entidades cujos nomes foram invocados para dar suporte à venda fraudulenta, por 12,2 bilhões, da carteira de crédito consignado. Descobriu também que a Tirreno, a empresa-fantasma, era uma ficção criada por Henrique Peretto. E quem é Henrique Peretto? Ex-parceiro de Lima em vários negócios – entre eles, o consórcio que comprou a Ebal e o Credcesta. Os dois chegaram a dividir um *coworking* no oitavo andar do edifício Pátio Victor Manzoni.

Em que pese a relevância de Augusto Lima, é impossível contar a história do Master sem iluminar o papel de outro baiano: o empresário Nelson Tanure, cuja presença no noticiário dos negócios obscuros é uma constante. Suas ligações com o Master são tantas que o mercado especula se o empresário não era sócio oculto do banco. Com a atuação de Tanure desde os primórdios, o Master prosperou – pelo menos no papel. Seu patrimônio líquido saltou de 219 milhões em 2019 para 4,7 bilhões em 2024.

Numa ponta, o Master captava dinheiro com as ousadas operações com CDBs, escorando-se nas garantias do FGC. Na outra, investia o dinheiro captado em fundos atulhados de ativos podres: Light, CVC, Ambipar, Oi, Gafisa, Aliança Saúde, Oncoclínicas, Liga Telecom, Westwing. Todas empresas em recuperação judicial ou com sérios problemas de caixa. Eram, portanto, ativos baratos – e com uma vantagem adicional: os seus valores eram inflados artificialmente, o que também inflava o balanço do Master, dando ao banco a aparência de uma instituição robusta.

Entre essas empresas, havia um ponto em comum: Nelson Tanure era o principal sócio de todas elas. Em 2024, o empresário, através de um dos seus fundos, o Phoenix, fez uma jogada ainda mais ousada, radicalizando seu modo de operar. Mas deu errado. Por 1 bilhão de reais, com financiamento da XP Investimentos, comprou o controle da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), sucessora da Eletropaulo, vendida pelo governador Tarcísio de Freitas. Sua aposta era receber a dívida de cerca de 40 bilhões do estado de São Paulo com a Emae e, com esse dinheiro, pagar o financiamento. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu o pagamento do estado e, sem o dinheiro, Tanure não pagou nem a primeira parcela à XP – que executou a dívida e lhe tirou a Emae.

O elo que desperta a suspeita de uma sociedade oculta entre Tanure e Master chama-se Banvox Holding Financeira. A Banvox está no nome de Maurício Quadrado, mas, na verdade, pertence a um fundo chamado Estocolmo – que, por sua vez, pertence a Tanure. É seu modo de atuar. Tanure não costuma colocar seus negócios em seu nome, mas sempre em nome de fundos que ele próprio cria. Não é uma prática rara no mercado. Ao contrário. A maioria dos detentores de fundos usa essa tática: ou para pagar menos impostos, ou para esconder a origem do dinheiro – ou ambos.

No caso de Tanure, boa parte de seus investimentos é feita por meio da Aventti Strategic Partners, sua empresa registrada no Reino Unido. É ali que estão abrigados os fundos e empresas que escondem a sua pessoa física. Os nomes vieram a público porque os órgãos britânicos de fiscalização, mais ativos que os brasileiros, exigiram que Tanure prestasse contas, sob pena de perder os investimentos. Graças a isso, agora se sabe que Tanure opera com Modal, Trustee, Banvox, Ilha de Patmos, Estocolmo, Phoenix, Planner... Todos operam com o Master daquele modo: têm ativos podres e precificação artificial, que engordam, na aparência, o balanço do banco.

Por meio de seus fundos, Tanure também costuma comprar ações de empresas até se tornar o controlador, o que é perfeitamente legal. Mas, quando isso acontece, a lei manda que o controlador compre, pelo mesmo preço, as ações dos sócios minoritários que quiserem vendê-las. A maior queixa dos minoritários era que Tanure sugava o caixa das empresas e largava o esqueleto sem qualquer valor. Vladimir Timerman, gestor do fundo Esh Theta, de São Paulo, sócio minoritário em uma empresa adquirida por Tanure, a Gafisa, já colocou a boca no trombone para denunciar as práticas predatórias e ilegais.

Timerman fez várias denúncias à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão que fiscaliza o mercado de valores. Nunca foi ouvido. Chegou a brigar com o então presidente da CVM, João Pedro Nascimento, que foi indicado ao cargo por Flávio Bolsonaro. Nascimento, amigo bastante próximo de um braço direito de Tanure, Pedro Borba, chegou à chefia da CVM sob a desconfiança de que sua proximidade com Borba contaminaria sua atuação. Borba era tão íntimo de Nascimento que, dentro das empresas de Tanure, ganhou o apelido de "Mister CVM".

Em suas investidas, Timerman acusava Nascimento de ignorar deliberadamente as falcatruas de Tanure. Mas, agora, com o escândalo do Master sangrando em público, sente-se aliviado e recompensado por seus anos de denúncias. "Eu fiquei muito tempo brigando sozinho para provar as irregularidades nas empresas de Tanure que lesavam os minoritários. Agora tudo está sendo comprovado." O escândalo mostrou que uma batelada de operações irregulares do Master e seus parceiros passou pelo meio das pernas da CVM. A lista de irregularidades é longa: desvio de recursos dos fundos, gestão temerária, riscos excessivos, fraudes no mercado de capitais, manipulação de preços.

Mas Timerman não se limitou a acionar a CVM. Também recorreu ao Banco Central para denunciar o Master pela quantidade assombrosa de CDBs que o banco mantinha na praça. Depois de um ano de espera, Timerman recebeu um ofício do BC desconsiderando suas denúncias. O BC também não reagia bem quando os agentes do mercado diziam que a maior parte dos ativos do Master não representavam operações bancárias e sim participações em um monte de empresas com dificuldades financeiras. Diante dos questionamentos, o chefe da Supervisão Bancária, Belline Santana, que agora está afastado no âmbito das investigações internas, respondeu, certa vez, candidamente: "Essas empresas existem, nós estivemos lá."

Até que chegou a hora.

Quando já não era mais possível conter o naufrágio do Master, Gabriel Galípolo, comandante do BC, reuniu a diretoria. Queria que todos os diretores votassem em conjunto pela recusa da operação Master-BRB. Temia que qualquer divergência fosse usada por grupos de pressão política para forçar o BC a recuar. Na reunião, o diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, Renato Gomes, que in-

vestigou a transação com o BRB, avisou que, se a operação fosse aprovada, não teria seu aval. Pediu que, se quisessem levar a operação adiante, que aguardassem o fim do seu mandato, em janeiro.

No dia 3 de setembro de 2025, a operação foi rejeitada por unanimidade. Mas o banco só seria liquidado dois meses depois. Enquanto isso, o Master sangrou em praça pública. Até o normalmente discreto advogado Marcelo Trindade, ex-presidente da CVM, abriu o verbo em um artigo no blog *Valor Invest*, do jornal *Valor Econômico*. "A demora na solução da situação do Banco Master faz surgir no Brasil um tipo inédito de instituição financeira. Trata-se do 'banco zumbi' incapaz de captar recursos de investidores sérios, que sobrevive diariamente à expectativa de sua iminente liquidação pelo Banco Central, mas segue perambulando pelo mercado."

No período em que vagava feito morto-vivo, o Master promoveu o lance mais cênico. Bateu na porta da Fictor e dos investidores árabes, que nunca foram identificados, e anunciou que estava prestes a ser vendido. Um integrante do BC, que esteve envolvido no caso, me disse que a Fictor tampouco apresentou a documentação necessária para fazer o negócio. Especulando sobre a identidade dos árabes, esse funcionário me disse com sarcasmo: "Só se forem árabes de Carnaval."

Enquanto isso, o Banco Central, que temia uma reação contrária à liquidação, andava acuado. Segundo me disse um gestor do mercado financeiro, o BC só teve coragem de liquidar o Master depois de ter a Polícia Federal ao seu lado. "É um Banco Central totalmente de joelhos, acovardado, sem coragem de usar a caneta. Precisa da ajuda da Polícia Federal." E fez uma analogia médica. "A demora do Banco Central em agir é como um médico que se recusa a aceitar que o paciente está morto. O Banco Central precisou esperar que o cadáver estivesse cheirando mal para aí falar 'é, realmente acho que agora parece que está morto'", disse ele. "Foi preciso chegar a ponto de não ter 1 real no caixa do Master para a autoridade monetária decretar a quebra."

O coro que se levantou em favor do Master não justifica a reticência do BC, mas ajuda a explicar o cenário. A pressão chegou às ruas, inclusive. Durante a análise do processo pelo diretor Renato Gomes, o portal de notícias brasiliense *Metrópoles*, que pertence ao empresário Luiz Estevão, espalhou pelos pontos de ônibus da cidade cartazes divulgando uma reportagem. Tinha a foto de Gomes ampliada e uma pergunta: "Técnico ou político? Renato Gomes decide futuro do Master."

Das ruas, a pressão pulou para os gabinetes dos tribunais. No Tribunal de Contas da União (TCU), Vorcaro encontrou um empenhado defensor de seus interesses. Desde a liquidação do banco, o ministro Jhonatan de Jesus, um ex-deputado pelo Republicanos de Roraima que ganhou a cadeira por indicação do deputado Arthur Lira, entrou numa cruzada em favor de Vorcaro.

Querendo reverter o desmonte do banco, Jesus partiu para cima do Banco Central, afirmando que a autoridade monetária deveria ser fiscalizada por ter se "precipitado" na liquidação do Master. Exigiu que fosse feita uma investigação do próprio BC. Por pressão das instituições financeiras, que viam nessa ingerência política o risco de enfraquecer a regulação do sistema bancário, Jesus voltou atrás na decisão e recolheu-se. Antes disso, ministros do TCU já haviam me alertado de que a proposta de investigar o BC não iria para a frente. "Nós não somos o STF. Aqui, não existe decisão monocrática. Tudo é decidido pelo colegiado, e o Jhonatan, apesar de ter o apoio de Aroldo Cedraz e de João Augusto Nardes [*ministros do TCU*], todos os dois próximos de Arthur Lira, seria derrotado pela outra ala que não é ligada ao ex-presidente da Câmara", me disse um dos ministros. "Isso foi uma audácia do Jhonatan, que beira a ingenuidade."

Quem mais se enredou na teia do escândalo foi o Supremo Tribunal Federal (STF), onde a estrutura tentacular do Master chegou a dois ministros, Alexandre de Moraes e José Dias Toffoli, e um ex-ministro, Ricardo Lewandowski. O jornal *O Globo* revelou o contrato que o escritório de advocacia da mulher de Alexandre de Moraes, Viviane Barci de Moraes, mantinha com o Master. Qualquer escritório tem o direito de representar quem quiser, mas havia um problema e tanto: o valor extraordinário do contrato. Eram 129 milhões de reais em três anos – 3,6 milhões por mês – para defender o Master de Vorcaro junto a uma penca de órgãos dos três poderes da República.

"Escuta", me explicou um advogado. "Isso não existe. Quando você pega um caso, você precisa calcular os seus custos, quantos advogados vai precisar, quantas viagens terão que ser feitas, quanto tempo vai durar a causa, coisas assim. Dessa forma, você apresenta para o cliente seus honorários e suas despesas. Como é que você faz um contrato às cegas, pagando 129 milhões de reais?"

Para piorar, o mesmo jornal *O Globo* noticiou que Alexandre de Moraes havia pressionado Gabriel Galípolo para que resolvesse o caso do Master. Moraes admitiu ter tido conversas com o presidente do BC, mas disse que trataram de assuntos relacionados à Lei Magnitsky, com a qual o presidente Donald Trump queria punir o magistrado por seu papel decisivo na condenação de Jair Bolsonaro e demais golpistas. Galípolo confirmou a versão de Moraes. Os dois casos – o inexplicável contrato milionário e o conteúdo da conversa – ficaram por isso mesmo, mas o STF não conseguiu sair da berlinda. Ao contrário.

Assim que a liquidação do Master foi decretada, o ministro José Dias Toffoli começou a adotar uma sucessão de medidas estapafúrdias que jogavam dúvidas sobre a legitimidade da ação do BC. De início, aceitou um pedido da defesa do Master para tirar o caso da 10ª Vara Federal de Brasília e levá-lo para o STF. Para tanto, Toffoli concordou com a alegação da defesa de que, na papelada apreendida do Master, havia um contrato assinado por um deputado, que, como todo parlamentar, tem direito a ser julgado diretamente no STF. Era um pretexto. O contrato versa sobre a compra de um terreno que nada tem a ver com a história do Master.

Além disso, Toffoli decidiu, sozinho, que ele é o único supervisor do caso. Convocou uma esdrúxula acareação entre Vorcaro e o diretor de Fiscalização do BC, Aílton Aquino, antes mesmo que os dois tivessem prestado seus respectivos depoimentos. Decretou segredo de Justiça sobre o processo – e depois voltou atrás. Impediu que a PF fizesse perícia em parte do material apreendido pela própria polícia – e depois, criticado em público, recuou em privado, autorizando a perícia por meio de um telefonema à PF. Deu prazo de 24 horas para os policiais cumprirem mais de quarenta mandados de busca e apreensão – e depois acusou os agentes de má vontade por não terem cumprido prazo tão exíguo.

"O que Toffoli está fazendo é totalmente fora dos padrões, e ninguém o para", me disse um jurista que acompanha o comportamento da Corte. Como se não bastasse o tumulto que provocou no processo, Toffoli tem relações com Vorcaro, o investigado. O ministro era frequentador das festas do banqueiro e vice-versa. Toffoli ainda viajou no jatinho de um amigo, o empresário Luiz Osvaldo Pastore, onde estava também Augusto Botelho, o advogado de um dos diretores do Master, Luiz Antonio Bull, que foi preso preventivamente pela PF. O objetivo da viagem era assistir à final da Libertadores, no Peru. O advogado Augusto Botelho disse que nada tinha a ver com o ministro. Que, durante a viagem, ficou sentado no banco de trás do avião com seu filho. Que o preço da passagem era caro. Que não havia nada de mais pegar carona no jatinho do amigo. Que, se não puderem estar com os amigos, os advogados não podem ter "vida social".

A situação de Toffoli tornou-se ainda mais embaraçosa depois que o jornal *O Estado de S. Paulo* revelou que um primo e dois irmãos do ministro – o engenheiro José Eugênio e o padre José Carlos Dias Toffoli – compraram parte do resort Tayayá, no Paraná, com financiamento do fundo Arleen. O principal cotista do Arleen vem a ser Fabiano Zettel, o cunhado de Vorcaro. (Para manter a praxe do esconde-esconde, Zettel, na verdade, não era dono do Arleen diretamente, mas através de outro fundo, o Leal, de modo a dificultar sua identificação como dono real do investimento.)

Quando a sociedade foi montada, em 2021, os irmãos de Toffoli não tinham recursos para participar do negócio. Então, receberam um aporte de 20 milhões de reais do Arleen, numa operação triangulada pela Reag, aquela mesma administradora acusada de fazer investimentos para o PCC. Em 2024, o Arleen

chegou a fazer um novo aporte no resort. Depois da abertura da investigação pela Polícia Federal, Zettel informou que havia fechado o fundo em 2025. Justamente após a primeira operação da PF.

Os rolos de Toffoli pareciam não ter como piorar, mas pioram. O *Metrópoles* noticiou que, entre 2022 e 2025, o STF pagou mais de uma centena de diárias para seguranças que viajaram para a região do resort Tayayá em feriados, fins de semana e dias de recesso. Como os ministros do STF costumam usar seguranças em seus deslocamentos, ficou evidente que Toffoli fez as viagens. Mas a confirmação de que Toffoli é frequentador do resort não custou a vir a público. O *Metrópoles* divulgou um vídeo em que o ministro aparece à beira de um gramado no Tayayá, onde pousa um helicóptero trazendo o banqueiro André Esteves, do BTG, e o empresário Luiz Osvaldo Pastore, o dono do jatinho que deu carona para Toffoli até o Peru. Quando o helicóptero aterrissa, o ministro, que carregava dois drinques de boas-vindas, caminha na direção dos visitantes para saudá-los.

Com seu envolvimento com os personagens do escândalo, seria de supor que Toffoli se sentisse impedido de julgar o assunto. Até o fechamento desta edição, a despeito das pressões para que abandonasse o caso ou devolvesse os autos para a 10ª Vara, Toffoli continuava no jogo. O ministro rejeitou até apelos dos colegas Gilmar Mendes e Flávio Dino. (Quem desistiu foi o advogado Walfrido Warde, que deixou a defesa de Vorcaro no dia 21 de janeiro, sem dar explicações. Sua saída tem sido atribuída a um de seus principais clientes, o Bradesco, que, ao contrário de Vorcaro, não tem nenhum motivo para brigar com o BC.)

E então surgiu a conexão Ricardo Lewandowski. Quatro meses depois de deixar o STF em abril de 2023, o escritório de advocacia do ex-ministro foi contratado pelo Master por sugestão do senador Jaques Wagner, líder do governo no Senado. Os termos do contrato não são propriamente esclarecedores. Dizem que, em troca de 250 mil reais mensais, o escritório deveria prestar "consultoria jurídica e institucional de caráter estratégico". Em janeiro de 2024, ao assumir o Ministério da Justiça, Lewandowski deixou o escritório e suspendeu sua carteira da OAB, que lhe dava direito a advogar.

O portal *Metrópoles*, porém, mostrou que os vínculos não foram cortados. Enquanto Lewandowski exercia o cargo de ministro da Justiça, seu escritório, que havia passado para o comando de sua mulher Yara e seu filho Enrique, continuou cumprindo o contrato, cujos termos foram alterados para focar mais em questões tributárias. A cronologia significa que, durante quase todo o tempo em que Lewandowski esteve no Ministério da Justiça, o escritório de sua família trabalhava para Vorcaro e, mais do que isso, com um contrato cujo valor não foi alterado. É curioso. Uma coisa é apostar no Santos com Pelé, outra coisa é apostar o mesmo valor sem Pelé. A conexão Lewandowski fez a crise colocar um pé na rampa do Planalto.

Já se sabia que, em dezembro de 2024, o presidente Lula recebera Vorcaro e Augusto Lima. Noticiado originalmente por O *Globo* ainda no ano passado, o encontro não causou alarme. Afinal, é comum que um presidente da República, ao ser informado de que um conhecido está no palácio, aceite recebê-lo em seu gabinete. Vorcaro e Lima tinham reunião com o chefe de gabinete de Lula e, a certa altura, pediram para ser recebidos por ele. O presidente aceitou e pediu a presença do ministro Rui Costa, aquele que deu a Augusto Lima o presentaço do Credcesta, e de Gabriel Galípolo, que estava a um mês de tomar posse na presidência do BC. Por isso, o encontro ocorreu sem agenda prévia.

Agora, porém, examinado à luz dos novos fatos, o encontro ganha outros contornos. Conectando as pontas: enquanto Lula recebia Vorcaro e Lima em seu gabinete, o escritório de advocacia da família de um ministro prestava "consultoria" de "caráter estratégico" ao Master. Naquela altura, dezembro de 2024, já era público e notório que o Master era um banco singularmente enrolado. Uma reportagem da **piauí**, publicada em outubro daquele ano, já mostrara em detalhes as arriscadíssimas operações do Master, seus problemas de liquidez e seus parceiros explosivos. Não se tem notícia de que essas conexões palacianas tenham enveredado para o pântano, mas mostram que a influência do Master, que tropeçava em dívidas e fraudes grosseiras, chegou ao nível da metástase.

Um indignado gestor de um fundo de investimento de São Paulo fez um diagnóstico: "Nunca se viu no país uma rede tão poderosa de proteção a um pequeno banco." E continuou: "Sabe o que me assusta? É que o Banco Central pegou coisas muito mais difíceis de pegar sem nenhum tipo de demora. Começou de liquidar, fechar e investigar. Eu nunca vi esse tipo de complacência e de amor à legalidade que o Banco Central teve que demonstrar no caso do Master." Ele prosseguiu: "O Cruzeiro do Sul foi liquidado num piscar de olhos. O Prosper foi liquidado. O Banco Santos, com toda a confusão que deu, foi liquidado. E alguns tinham muito menos ativos do que o Master." O pior, para ele, é que as áreas de fiscalização e de supervisão bancária do Banco Central podiam ter percebido o caso do Master com extrema facilidade. "Era

uma história relativamente trivial, até tosca, executada de um jeito totalmente não trivial, numa escala nada trivial."

Em meio a toda confusão, quando se esperava que as pressões políticas sobre o mercado arrefecessem, Lula nomeou o advogado Otto Lobo para comandar a CVM. Lobo chegou à diretoria da autarquia por indicação do ministro Luiz Fux, do STF. Quando João Pedro Nascimento deixou a CVM, Lobo assumiu a presidência interinamente, enquanto se buscava um substituto. Não era o nome do Ministério da Fazenda, que tinha sugestões mais técnicas. Lobo é conhecido por decisões controversas, como a de ter absolvido a JBS num caso de informação privilegiada em operações com derivativos, em 2017, logo depois de ter se reunido com o dono da empresa, Joesley Batista. Com isso, o empresário se livrou de uma multa de 150 milhões de reais. (O mercado especula que a confirmação de Lobo na presidência veio por sugestão de Joesley Batista. Ele nega. Mas Lobo também contava com outro padrinho: Davi Alcolumbre, o presidente do Senado, que, sem nenhuma surpresa, pertence ao União Brasil.)

Lobo também é acusado de beneficiar outro barão dos negócios, que violou a lei ao não comprar ações dos minoritários da Ambipar, uma empresa que atua na área de "transformação ecológica". O beneficiado é ele mesmo: Nelson Tanure, além de seu sócio na empresa, Tércio Borlenghi Junior. A maioria da CVM decidiu que Tanure tinha que comprar as ações dos minoritários, como manda a lei. Na época, João Pedro Nascimento ainda presidia o órgão e também votou contra Tanure e o sócio. Lobo foi voto vencido. Porém, quando assumiu a presidência interina da CVM, Lobo inventou uma jabuticaba: chamou nova votação para que, desta vez, ele se manifestasse "na condição de presidente" – e derrubou o pagamento de 1 bilhão de reais.

Essas ingerências políticas na CVM enfraquecem a entidade. Um advogado me fez a seguinte avaliação. "Isso tudo é muito ruim para o mercado brasileiro de fundos, que é o terceiro do mundo", disse. "Politizar dessa forma a CVM só vai causar desconfiança dos investidores internacionais em relação ao Brasil."

O caso do Master, porém, mostrou que a politização – no seu pior sentido – está em toda a parte. O banco deveria ter sido liquidado de uma penada só pelo Banco Central assim que ficou evidente a sua inviabilidade, mas as pressões se fizeram sentir. "Instituições que não deveriam se envolver na liquidação de um banco interferiram demais. E a instituição que deveria ter atuado com mais agilidade, o Banco Central, se recolheu", avalia Armínio Fraga, presidente do BC no governo Fernando Henrique Cardoso.

Uma das razões para a paralisia é o fato de que o BC deixou de acompanhar, por falta de recursos e de técnicos, os avanços tecnológicos das instituições financeiras. "Acho que o Banco Central é uma instituição que merece proteção. É uma instituição que precisa ser modernizada para poder atuar melhor", me disse Armínio Fraga. "Mas essas intervenções do STF, do TCU e da classe política fragilizam ainda mais o banco. E isso não é bom para o mercado. Não é bom para o Brasil."

O escândalo do Master já deixou um rastro de destruição considerável, sobretudo quando se leva em conta que era uma instituição classificada como S3, de pequeno porte – um tamborete, como o mercado jocosamente chama as instituições menores. Até agora, estima-se que quase metade do patrimônio do FGC, de 123 bilhões de reais, vai evaporar com os ressarcimentos obrigatórios. Os cálculos atualizados indicam que o fundo poderá perder até 60 bilhões de reais.

Em apenas seis anos atuando no mercado, o Master lesou 1,6 milhão de investidores, arrastou para o buraco mais dois bancos, o BRB entre eles, e ainda sugou o caixa de dezoito fundos de previdência de estados, municípios e empresas privadas – com destaque para o Rioprevidência do governador Cláudio Castro, que torrou quase 1 bilhão de seu patrimônio aplicando no Master. "Muitos fizeram negócios em dezembro de 2024 com o Master porque não foram alertados nem pelo Banco Central nem pelo Ministério da Previdência Social, de que o Master era um banco de risco", afirma Antônio Marques de Oliveira Neto, da 369 Capital, que foi chamado para ajudar os dezoito fundos lesados. Além disso, lembra Oliveira Neto, o Master tinha auditoria da KPMG, além de excelente classificação pela Fitch Ratings.

O estranho é que a cegueira dos fundos parece ter ideologia. Dos dezoito fundos que aplicaram no Master, dezessete são geridos por governos ou prefeituras de partidos de direita. É evidente que os fundos estão longe de ser inocentes, considerando que o mercado inteiro conhecia a situação do Master, que, aliás, já tinha chegado às páginas da imprensa. Além disso, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar recomenda que os fundos façam investimentos seguros e, claramente, esse não era o caso do Master que se encheu de CDBs a taxas altíssimas. No caso do Rioprevidência, os gestores chegaram a ser alertados, inclusive pelo Tribunal de Contas do Estado, mas preferiram insistir no negócio arriscado – sabe-se lá por quê.

"Nós vamos na Justiça buscar esse prejuízo que terá que ser coberto pelos Tesouros Federal e Estadual", me disse Oliveira Neto. Além do Rioprevidência, outras duas entidades já entraram com ações judiciais para serem dispensadas de repassar ao Master os créditos consignados devidos pelos servidores e aposentados. Uma é a Amprev, do Amapá, que aplicou 400 milhões no Master. Um dos conselheiros da Amprev é Alberto Alcolumbre, irmão do presidente do Senado. A outra entidade a recorrer à Justiça é o Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande (MS). A prefeita da cidade é Adriane Lopes, do PP.

São remotas as chances de sucesso dessas ações judiciais – se é que existem. Os créditos consignados não podem deixar de ser pagos pelo tomador do empréstimo, sob o risco de ser judicialmente penalizado. "Isso é tudo absurdo", me disse um agente do mercado. "Esses fundos puseram o dinheiro dos aposentados nos CDBs do Master, e, agora, para continuar a confundir e ludibriar os aposentados propõem essas ações judiciais como se fosse possível suspender o repasse dos créditos consignados."

Antônio Oliveira Neto, defensor dos fundos, joga toda a culpa no BC. Sua maior crítica é a forma como a instituição esvaziou o caixa do Master, vendendo seus ativos para outras instituições, quando já sabia que o Master não escaparia da liquidação. Assim, queimou a possibilidade de usar o caixa do banco para pagar os credores. "O André Esteves, desse abutre que é o BTG, pagou 1,5 bilhão de reais por ativos do Master que valem mais de 5 bilhões", me disse Oliveira Neto. "Esteves comprou a participação do Master na Light, no Fasano, na Veste e outras empresas a preço de banana, enquanto os credores não têm agora ativos do banco para ressarci-los."

Para Oliveira Neto, é incompreensível que o Banco Central, em vez de tomar o patrimônio pessoal dos donos do Master, tenha optado justamente por sacar o dinheiro do caixa do banco. "É sabido que Vorcaro tem três jatos no Brasil, um outro lá fora, iates, casas de praia de 280 milhões de reais e mais uma batelada de imóveis", diz ele. "Só aí o Banco Central arrecadaria 1 bilhão de reais para ajudar a cobrir o rombo."

O Banco Central ainda terá pela frente situações complicadas que envolvem bancos e relações políticas em Brasília. É o caso do Banco Digimais, instituição da Igreja Universal, que opera como o Master: vende CDBs por meio de plataformas, escora-se na garantia do FGC e aplica seus recursos em empresas enredadas, além de estar entupido com ativos podres do próprio Master. Quem levou esses ativos para o banco do bispo Edir Macedo foi um dos fundadores do Master, Maurício Quadrado, aquele mesmo que é sócio de Tanure na Banvox. Quadrado fez parte da gestão do Digimais e planejava fundi-lo com o Letsbank, que pertencia ao Master. O BC proibiu o negócio.

Como as contas do Digimais não estão fechando, o Banco Central terá, neste caso, uma nova chance de provar a sua força – ou atestar sua submissão. O outro caso enrolado à frente é o próprio BRB, alvejado pelo rombo de 12,2 bilhões de reais. O ministro Fernando Haddad já deixou claro que o Tesouro não vai socorrer o banco. Já o FGC recebeu recentemente a visita de uma comitiva do BRB para uma consulta. Qual? Queriam saber as chances de descolar uma ajuda financeira. ✪

É TEMPO DE SUNGAS DIVERTIDAS

CACO GALHARDO_2026

1º DE JANEIRO_Depois daquela festança de Réveillon, nunca mais tomo Fogo Paulista misturado com Dreher. Tô com uma ferida enorme no braço e fui perguntar para Libelu o que era aquilo. Ela fez cara de impaciente, sacou o celular e me mostrou uma galeria de fotos. Na primeira, eu aparecia sem camisa fazendo malabarismo com tochas acesas no dorso de uma capivara. Agora eu lembro. Fiquei lokasso. Toda vez que espirro sai *glitter*. Não quero nem saber se essa tatuagem que apareceu na minha virilha é provisória ou definitiva. Só quero ficar deitado sem mexer um músculo. A gente vai aprendendo que o corpo não aguenta. Tudo dói. Chega uma idade em que a gente não sabe mais se é ressaca ou chikungunya.

2 DE JANEIRO_Este ano tem Copa do Mundo, eleição, Trump, Putin, BBB e o ataque do Santos vem com Neymar e Gabigol. Preciso levantar da cama.

3 DE JANEIRO_Descobri que Libelu tá craque no futevôlei. Fica repetindo aos quatro ventos o bordão *Summer isn't over yet* da Zara Larsson. E ainda por cima tá se organizando com as amigas para ir no show do BTS em outubro. Como sou um homem desconstruído e atravessado por afetos, tenho achado tudo muito bom.

A energia de Libelu acendeu o Justin Bieber que mora dentro de mim. Abri o meu armário de sungas divertidas, escolhi um modelo dos Ursinhos Carinhosos e saí para fazer *stand up paddle*.

4 DE JANEIRO_Um pouco antes de dormir tive uma epifania e saquei o trocadilho duplo contido na sigla BTS. Foi só a minha mente prafrentex que atentou para a possibilidade de pronunciar *bitch ass*? De qualquer maneira, vou mandar um memorando para o vice-presidente da Coreia do Sul no primeiro horário de amanhã.

5 DE JANEIRO_Primeiro compromisso oficial do ano era com Gustavo Feliciano, ministro do Turismo. Queria uma sugestão de viagem romântica para surpreender Libelu. Um amigo me indicou o resort Tayayá, queria saber se é bem avaliado mesmo. Mas minha serenidade foi interrompida pela invasão de Trump na Venezuela. O laranjão abduziu o Maduro.

No final do dia, Delcy Rodríguez saiu do grupo de WhatsApp dos vices da América Latina.

6 DE JANEIRO_Os integrantes do clã Bolsonaro que ainda estão soltos vêm a público a todo instante para reclamar das condições do Jair na prisão. Fico emocionado de ver que a família agora milita em prol dos direitos humanos. Nunca é tarde para mudar.

8 DE JANEIRO_O President'Lula, que não é bobo nem nada, criou um evento em defesa da democracia para vetar a dosimetria aprovada pelo Congresso. Como não teve Chico, Caetano, Gilberto Gil, Emicida ou Geraldo Azevedo, eu levei meu ukulele para cantar *Cálice*. Mas o Sidônio veio todo carinhoso explicar que o microfone não era adaptado para captar corretamente as ondas graves das apresentações musicais e pediu para eu desistir. Achei que fazia sentido.

Correm boatos de que o Nicolás Maduro pediu para ser julgado pelo Dias Toffoli. Mandei checar.

12 DE JANEIRO_Vi que foram distribuídos santinhos da sorte com o rosto da Fernanda Torres para a equipe de *O agente secreto* no Globo de Ouro. Não deu outra. O filme foi premiado e o Wagner Moura ainda levou o prêmio de melhor ator. Dei um jeito de imprimir uma "Fernanda Torres da sorte" para mim também.

Fiquei sabendo depois que o Wagner copiou o meu tom de voz grave e sexy para compor o personagem. Eu não mereço tanto, mas se o Museu Madame Tussauds quiser fazer uma estátua de cera do Geraldo, vou ter que aceitar.

13 DE JANEIRO_O Brasil acordou em festa e orgulhoso de si. Não sei se é por causa de *O agente secreto* ou porque lançamos o Portal da Reforma Tributária.

Imagina se a moda pega. Trump invadiu a Venezuela e abduziu o Maduro para saquear o petróleo. Se ele quiser comer chocolate às cinco da manhã de uma terça-feira chuvosa, invade a Suíça.

14 DE JANEIRO_Descobri que existem profissionais especializados em *aero-looks*. "Para os homens, o chinelo geralmente não é a melhor escolha para aeroportos e voos longos. Além de pouco prático, ele acaba deixando o visual mais desleixado. Tênis estilosos, *slip-ons* ou *loafers* confortáveis são opções muito mais interessantes e elevam o look sem perder o conforto." Tive que concordar.

A única ação concreta de Trump a respeito das mudanças climáticas é invadir uma ilha cujo gelo deve derreter para saquear as terras. Como diria Ronnie Von: "Significa." Não vejo a hora de dar um sapeca iaiá naquele topete.

15 DE JANEIRO_E não é que aquela María Corina foi entregar o Prêmio Nobel da Paz para o Trump? Esse sacripanta já catou o petróleo na mão grande e agora surrupiou o Nobel. É possível que termine o mandato com 1 Oscar, 2 Grammys, 1 Pulitzer, 5 medalhas olímpicas de ouro, 1 Bola de Ouro da Fifa e com a Taça das Bolinhas do Campeonato Brasileiro de 1987. Passei a chamá-la de María Coringa. Sou ou não sou um pândego?

Bolsonaro falou em gripezinha, tentou um golpezinho e foi transferido para a Papudinha. Achei coerentezinho.

16 DE JANEIRO_A busca pela paz interior reflete na pacificação à nossa volta. É preciso dar oportunidade para os legumes se expressarem. O mundo precisa ouvir a mensagem holística de Aline Campos. Ainda bem que ela teve a voz amplificada no BBB.

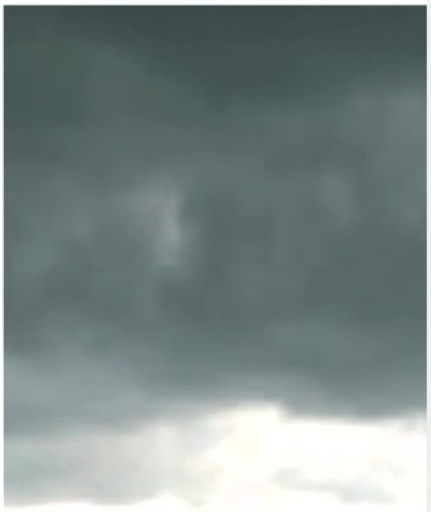
17 DE JANEIRO_Vivemos na síndrome do VAR. Não se pode comemorar mais nada sem um pé atrás. A gente ganha eleição e tem tentativa de golpe. Agora fechamos esse acordo entre Mercosul e União Europeia e tô sentindo que a cabine do VAR vai chamar o juiz para rever o lance.

19 DE JANEIRO_Jones Manoel colocou os pingos nos is no debate sobre decolonialismo provocado pelo Safatle. Nunca esquecerei que o Brasil foi capaz de produzir nosso Indiana Jones decolonial.

20 DE JANEIRO_Hoje o Brasil começa a exercer sua democracia. É o primeiro paredão do *Big Brother*. Coloquei minha Fernanda Torres da sorte no bolso. Minha torcida é pela Aline Campos. Suas mensagens veementes sobre os benefícios da meditação precisam ecoar pelo mundo todo.

21 DE JANEIRO_Trump assaltou a Venezuela e tá de olho na Groenlândia. Espero que nunca descubra que terra rara mesmo é Pindamonhangaba.

22 DE JANEIRO_Everaldo marcou um gol pelo Fluminense. O que mostra que 2026 já é o ano mais surpreendente de todos os tempos. ✪



A GIGANTE DEPENADA

Entre traições, expurgos e reviravoltas, a estatal do petróleo – alvo da cobiça americana – é o retrato do fracasso venezuelano

ANGÉLICA SANTA CRUZ

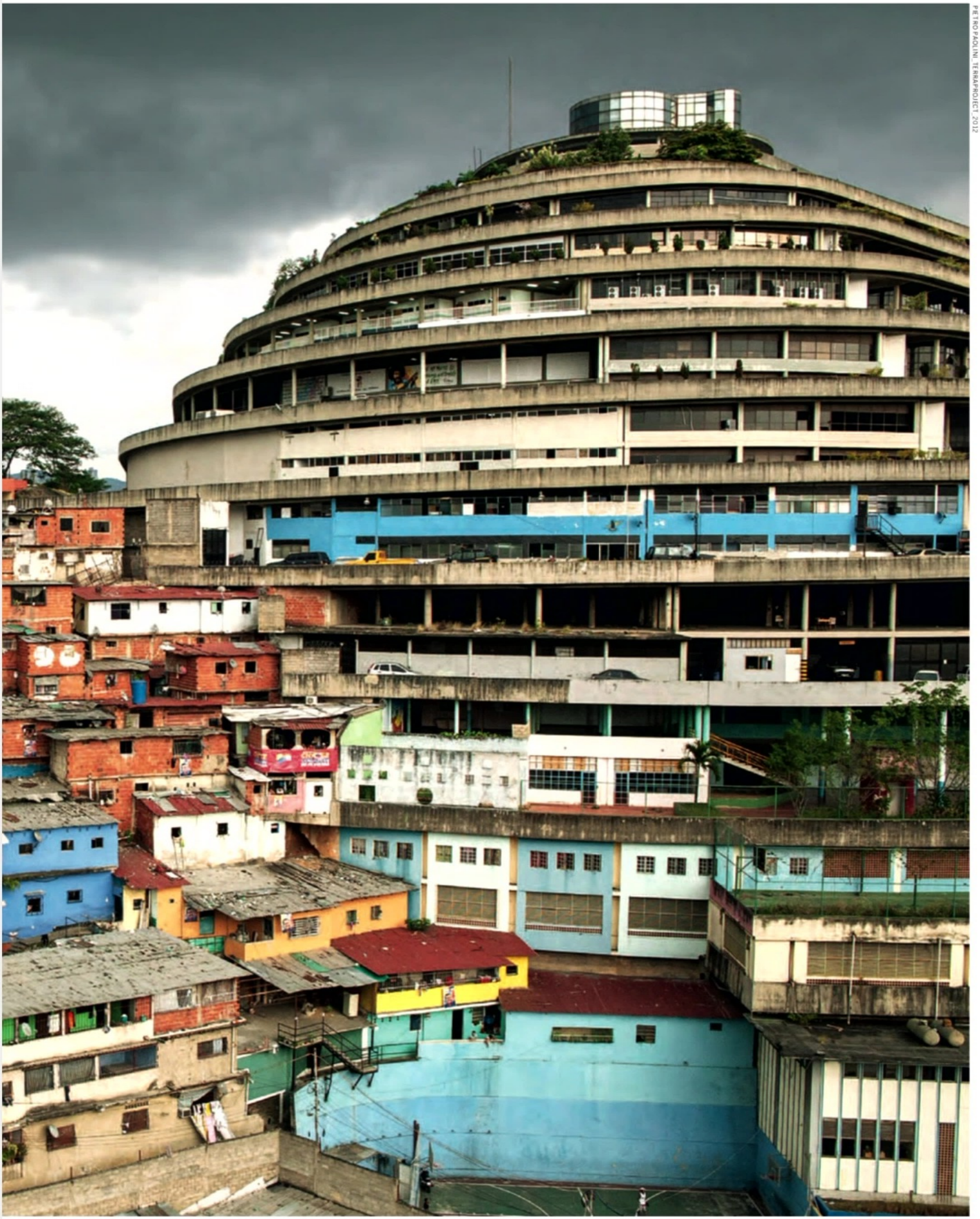
El Helicoide, construído para ser um shopping nos

José Ángel Pereira Ruimwyk dormia em sua casa, em Houston, nos Estados Unidos, quando foi acordado por uma mensagem de WhatsApp enviada por um amigo. "Você viu o que está acontecendo?", perguntava o texto, disparado direto da Venezuela. Era 3 de janeiro, uma hora da manhã no horário do Texas e três da manhã em Caracas. Ele pulou da cama e ligou a televisão. Pouco mais de duas horas depois, soube que Nicolás Maduro havia sido sequestrado em uma operação militar empreendida pelo governo Donald Trump. No dia seguinte, assistiu, embasbacado, às primeiras imagens em que o ditador venezuelano aparecia algemado, em uma base aérea em Nova York.

"Quando vi aquele homem com as algemas que na Venezuela são chamadas de *el pulpo* [*o polvo*] – porque acorrentam as mãos e os pés – cercado pelos guardas, praticamente arrastado para fora do caminhão... Foi um choque, um evento que causou emoções conflitantes na minha família e em mim", descreveu ele em conversa com a **piauí**. "Porque foi exatamente o que ele fez comigo", completou.

José Pereira, como é conhecido no setor energético, ocupou cargos-chave na estrutura da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), a estatal que, por ser a principal fonte de receita do país, é não só o coração da sua economia, como também o epicentro de sua política. Foi presidente da Citgo Petroleum Corporation, subsidiária da PDVSA nos Estados Unidos, que chegou a ser a sexta maior refinaria do país – opera 4,5 mil postos de gasolina em território americano e é um dos ativos mais valiosos da Venezuela.

Seu edifício-sede fica em Houston, em uma área conhecida como Energy Corridor, um polo corporativo onde se espraiam várias gigantes de petróleo e gás, como BP America, Shell Oil Company e ConocoPhillips. Pereira transitava por esse mundo com desenvoltura, lambendo um certo orgulho pelo ponto alto que alcançou na carreira. Era um tecnocrata, um integrante de um corpo técnico que tocava a empresa enquanto a política se desenrolava em Caracas. Estava a meses de se aposentar. Pretendia ficar em Houston com a



PETRO PAOLINI. TERRAPROJECT, 2012

anos 1950, tornou-se uma prisão temida, com torturas e outras violações graves dos direitos humanos – e, assim, ganhou uma tenebrosa semelhança com o inferno de Dante (*na página anterior*)

família – a mulher, Mervis Ruiz, com quem àquela altura estava casado havia 31 anos, dois filhos e dois netos.

No sábado, 18 de novembro de 2017, Pereira resolveu dar uma pausa na vida estressante de alto executivo que o fizera desenvolver diabetes e ganhar muitos quilos. Levou Mervis para assistir ao filme *Liga da Justiça* – ele é fã do Super-Homem. O casal foi a uma sala *premium* de cinema. Ele pediu um uísque; ela, vodca com suco de laranja. A comida chegou, o filme começou e eles se prepararam para relaxar na poltrona. Mas o telefone dele começou a tocar.

Era o seu chefe, Nelson Martínez, um homem com ar acadêmico, estourado e direto que, em seus anos de formação na Europa, aprendera a admirar a boa gastronomia. Martínez era um nome lendário na empresa. Tinha quase 35 anos de serviço, mestrado no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) e doutorado na Universidade de Reading. Depois de quatro anos como presidente da Citgo em Houston, voltara à Venezuela para ser ministro de Petróleo de Nicolás Maduro. Ficou no cargo durante sete meses e, depois, assumiu a presidência da PDVSA.

No telefonema, Martínez deu uma instrução inusual. Pediu que Pereira fosse para Caracas no dia seguinte, para participar de uma reunião de emergência na sede da estatal, marcada para a segunda-feira. Também instruiu que ele levasse alguns de seus executivos, que nominou um por um.

Como tinha uma reunião marcada com a primeira-ministra de Aruba, Evelyna Wever-Croes, para tratar do projeto de arrendamento de uma refinaria inativa, Pereira tentou se esquivar do convite inesperado. Não adiantou; Martínez insistiu que ele reagendasse o compromisso. O programa no cinema foi abortado. Pereira voltou para casa a fim de se preparar para a viagem e tratou de acalmar a mulher – prometeu estar de volta dali a cinco dias, no Dia de Ação de Graças.

Na manhã do domingo, ele chegou com seu motorista particular ao hangar do aeroporto Sugar Land Regional, a meia hora da sede da empresa, onde encontrou os outros seis executivos da Citgo.

Todos eram nascidos na Venezuela e, em algum ponto de suas carreiras, se mudaram para os Estados Unidos. Entre eles, estavam Tomeu Vadell, vice-presidente de Refino, um descendente de espanhóis alto e grisalho, com vasta experiência na PDVSA e na Citgo; Jorge Toledo, vice de Comércio e Abastecimento, oriundo de uma família de italianos, tão elegante que recebera dos colegas o apelido de *golden boy*; os sorridentes irmãos José Luis Zambrano, vice de Serviços Compartilhados e adepto de uma estética caubói que usava botas e cinto texanos, e Alirio Zambrano, gerente-geral da refinaria da Citgo em Corpus Christi, também no Texas. Completavam o grupo Calixto Ortega, vice de Finanças, um jovem de ar concentrado e apadrinhado pelo então ministro de Finanças; Edoardo Orsoni, vice de Assuntos Jurídicos, um afável descendente de italianos com cabelos cacheados; e, enfim, Gustavo Cárdenas, vice de Relações Institucionais, um homem de fala mansa, integrante de uma grande e tradicional família venezuelana, admirado na empresa por sua eficiência.

O grupo embarcou em um Falcon 900, o avião com nove lugares da Citgo. Enquanto cruzava o Mar do Caribe, trocou impressões sobre o caráter insólito da reunião. Alguns achavam que seria apenas mais um evento chato, outros ponderavam que havia algo de estranho no convite. Cinco horas depois, o avião chegou ao hangar do La Guaira, no aeroporto de Maiquetía, em Caracas. Os executivos seguiram direto para a sede da PDVSA, um complexo com duas torres de vidro no bairro La Campiña, que marca a paisagem de Caracas.

Foram recebidos por Nelson Martínez e levados para uma imensa sala de reuniões na torre Leste. As coisas só ficavam mais estranhas. O chefe olhou para Edoardo Orsoni, vice-presidente da área jurídica, e mandou que ele voltasse imediatamente para Houston, para resolver um imprevisto. Na reunião, os executivos foram pautados: deveriam detalhar novos projetos e os planos de refinanciamento da dívida da empresa. A apresentação seria liderada por Pereira, no dia seguinte, às 8h30.

Três meses antes, os Estados Unidos haviam imposto sanções à PDVSA, cujo acesso a novos financiamentos e à emissão de dívida estavam bloqueados. Nelson Martínez confidenciou a Pereira que também havia sido surpreendido com a reunião de emergência e que, até onde pudera entender, a cúpula do governo queria saber como a empresa poderia operar nessas condições.

Os seis altos funcionários da subsidiária foram para um hotel e passaram as horas seguintes preparando uma apresentação. Na segunda-feira, 20 de novembro, o grupo seguiu para o Auditorio Simón Bolívar, na sede da PDVSA. Estavam no evento representantes de todas as subsidiárias da estatal e autoridades graúdas, como o então vice-presidente da República Tareck El Aissami, o ministro de Petróleo, Eulogio Del Pino, e o ministro de Economia e Finanças, Simón Alejandro Zerpa Delgado.

A apresentação de José Pereira ficou para o último lugar. Começou somente às 17 horas e terminou com aplausos da plateia. Aliviado por ter se saído bem na missão emergencial, ele pediu que preparassem o avião para seu compromisso seguinte, a reunião com a primeira-ministra de Aruba – essa seria sua última viagem de negócios antes da aposentadoria. Foi, no entanto, chamado de novo por Nelson Martínez, que, outra vez, mandou que ele adiasse o compromisso para participar de mais uma reunião no dia seguinte, também no auditório da PDVSA. Pereira tentou argumentar. E, de novo, foi em vão.

Na terça-feira, 21 de novembro, Pereira chegou a La Campiña, como é chamada a sede da empresa entre seus funcionários, e se sentou na primeira fila da plateia, esperando o evento começar. De repente, entraram no auditório cerca de vinte homens vestidos de preto, com o rosto coberto com máscaras em forma de caveira e uniformes com logotipos amarelos fosforescentes onde se lia: Dgcim. Na definição de Pereira, "pareciam ter saído do filme *Robocop*". O executivo perguntou a um colega: "Que diabos é Dgcim?" Ouviu a resposta: "É a Direção-Geral de Contrainteligência Militar do governo venezuelano." Alguns dos executivos olharam em volta, tentando encontrar o chefe, Nelson Martínez, mas ele não estava lá.

Não haveria reunião, era uma cilada.

O grupo da Citgo foi levado para uma sala privada ao lado do auditório. Calixto Ortega, vice-presidente de Finanças, foi liberado. Os outros seis ouviram do general Ramón Agustín Balza Liotta, vice-diretor da Dgcim, que estava à frente do destacamento: "Vocês estão presos, acusados pelo procurador-geral da República." Todos tiveram celulares, computadores e malas confiscados. Saíram algemados do auditório, diante de todos os colegas e de populares que já se aglomeravam na rua.

Os executivos da Citgo foram jogados em uma van, que percorreu a cidade durante horas, inclusive com uma parada para que os policiais mascarados pudessem comer cachorro-quente em uma barraquinha na rua. Perto da meia-noite, com os ternos amassados, suando em bicas e sempre algemados, os seis chegaram às instalações da cadeia da Dgcim, mais conhecida pelo nome do bairro onde fica, Boleíta. Ali, Pereira pôde telefonar para um de seus filhos, Joao. Soube que a notícia da prisão do grupo já corria o mundo. Enquanto eles eram presos, o procurador-geral Tarek William Saab anunciava, em cadeia nacional, que eram acusados de espionagem, traição, corrupção, desfalque, conspiração, conluio com contratados, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

José Pereira ficou preso por cinco anos, em um calvário que incluiu dois anos e um mês na Boleíta, dois períodos em prisão domiciliar em Caracas e dois anos e meio no temido El Helicoide, a casa de detenção que se transformou em símbolo da repressão na Venezuela. A prisão funciona em um prédio projetado na década de 1950 para ser um shopping center

futurista. É um edifício com cúpula geodésica, rodeado por rampas em espiral concebidas para que os consumidores dirigissem pelos andares para chegar às lojas. Costuma ser comparado a um imenso molusco cravado na paisagem de Caracas – é onde funciona a prisão do Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (Sebin). Relatórios feitos por missões da ONU e organizações como a Anistia Internacional apontam El Helicoide como o local de um desfile penoso de violações graves dos direitos humanos, como torturas e prisões arbitrárias.

Em suas passagens pelos dois cárceres, o ex-presidente da Citgo presenciou e ouviu torturas, ficou dias seguidos sem comida – só no primeiro ano, perdeu 50 kg. Teve sarna, dormiu empilhado com outros presos. E sofreu um ataque cardíaco que o deixou três dias em coma. Foi um voo rasante pelo inferno que ele descreve em detalhes no livro *From hero to villain* (De herói a vilão), que conta a história dos cinco anos do sequestro dos seis executivos da Citgo, o "Citgo6", como o caso ficou conhecido. Lançado em 2024, o livro é uma mistura de manual de superação, panorâmica dos bastidores da PDVSA e memórias do cárcere – com descrições angustiantes que incluem o costumeiro sadismo sem limites de torturadores em regimes ditatoriais.

O governo Maduro acusou os seis executivos de participar de um plano de refinanciamento de dívidas da Citgo de maneira irregular, sem conhecimento do conselho da PDVSA e do governo. A defesa do grupo apresentou a gravação e a ata da reunião que mostrava que a junta diretora da estatal e o primeiro escalão do governo não só sabiam da operação como assinaram a autorização para que a operação fosse feita – a ata tinha até mesmo a assinatura de Delcy Rodríguez, atual presidente interina da Venezuela, na época vice-presidente.

O refinanciamento da empresa, que nunca foi concluído, teria como propósito evitar a venda da Citgo e jogar dinheiro no combalido caixa do governo venezuelano. Os cinco vice-presidentes que foram presos junto com José Pereira sequer haviam participado das negociações. Eles só foram promovidos a VPs de suas áreas dois meses depois.

José Pereira tem residência permanente nos Estados Unidos, os outros cinco executivos são cidadãos americanos. O episódio virou um imbróglio diplomático entre a Venezuela e os Estados Unidos, cheio de idas e vindas.

"Durante anos, o governo Maduro nos levava até o prédio do Palácio da Justiça, onde ficam todos os tribunais, apenas para assinar a ciência de que a audiência havia sido adiada. O traslado era um espetáculo: fechavam as ruas de Caracas inteira, colocavam viaturas em todos os semáforos e, quando chegávamos ao tribunal, algemados, fechavam os corredores. Se encontrassem alguém com o celular tentando nos filmar, prendiam a pessoa", descreveu Pereira à **piauí**.

Nos Estados Unidos, o embaixador Roger D. Carstens foi nomeado enviado presidencial especial para assuntos relacionados a reféns por Donald Trump e mantido por seu sucessor, Joe Biden. Para tentar desatar o caso Citgo6, Carstens passou a viajar para Caracas em missões secretas, junto com outros altos funcionários do governo americano. Foram meses de conversas. Em algumas dessas viagens, Carstens conversou com Pereira e seu grupo na prisão. A partir dessas visitas, o grupo foi tirado dos porões sem janelas e banheiro e transferido para celas maiores, com camas.

Com a saúde em frangalhos, pai de um rapaz que sofre de uma doença metabólica rara que atrofiou seu crescimento físico, Gustavo Cárdenas acabou solto em março de 2022. O resto do grupo só seria libertado sete meses depois, em troca de dois sobrinhos criados como filhos por Cilia Flores, a mulher de Maduro – Franqui e Efraim Flores, que cumpriam pena por tráfico de drogas nos Estados Unidos.

Em seu livro, Pereira descreve o momento da troca secreta, feita em São Vicente e Granadinas, uma pequena ilha no Caribe. No avião da Casa Branca, o embaixador Carstens chegou com os sobrinhos Flores, que a imprensa apelidara de "narcosobrinhos". Em um segundo avião, atordoados e sem saber para onde eram levados, estavam os ex-executivos da Citgo.

E, em um terceiro, viajava o psiquiatra e político Jorge Rodríguez – irmão de Delcy Rodríguez, ex-prefeito de Caracas, hoje presidente da Assembleia Nacional da Venezuela. Com todos em solo, Rodríguez ordenou que se retirassem as algemas e tornozeleiras dos Citgo6. Em seguida, os instruiu a caminhar até o avião americano.

Quando chegou à base área de San Antonio, no Texas, Pereira foi abraçado pelo terceiro neto, de 3 anos, que só conhecia por fotos e chamadas de vídeo. Hoje, Pereira tem uma consultoria e dá palestras sobre resiliência para ex-reféns. Depois da conversa com a **piauí**, ele entrou em mais uma chamada por Zoom, dessa vez para uma seção de terapia – que faz há três anos. Outros três executivos do grupo – Tomeu Vadell e os irmãos Zambrano – processam a Citgo que, a despeito de ter um contrato que garantia assessoria jurídica aos seus altos funcionários, os deixou sem apoio.

No ano passado, Jorge Toledo, outro dos integrantes dos Citgo6, também publicou um livro, chamado *1,775 days of captivity: survival and growth* (1 775 dias de cativeiro: sobrevivência e crescimento). O prefácio é assinado pelo embaixador Carstens. "Esses homens haviam sido presos sob acusações forjadas de desvio de recursos e condenados à prisão depois de enfrentarem um processo judicial prolongado que só pode ser descrito como uma farsa", escreveu ele.

ADÃO ITURRUSGARAI, 2026

Se é indagado sobre o que acha de os Estados Unidos terem entrado em um país para retirar seu líder político à força, José Pereira dá o tipo de resposta que escancara a complexidade da Venezuela: "O país tentou de tudo, por todas as vias democráticas. Eleições, manifestações que acabaram com pessoas presas e torturadas – eu conheci muitas delas na cadeia. Maduro não é presidente da Venezuela, ele roubou as eleições. Francamente: *I don't care*."

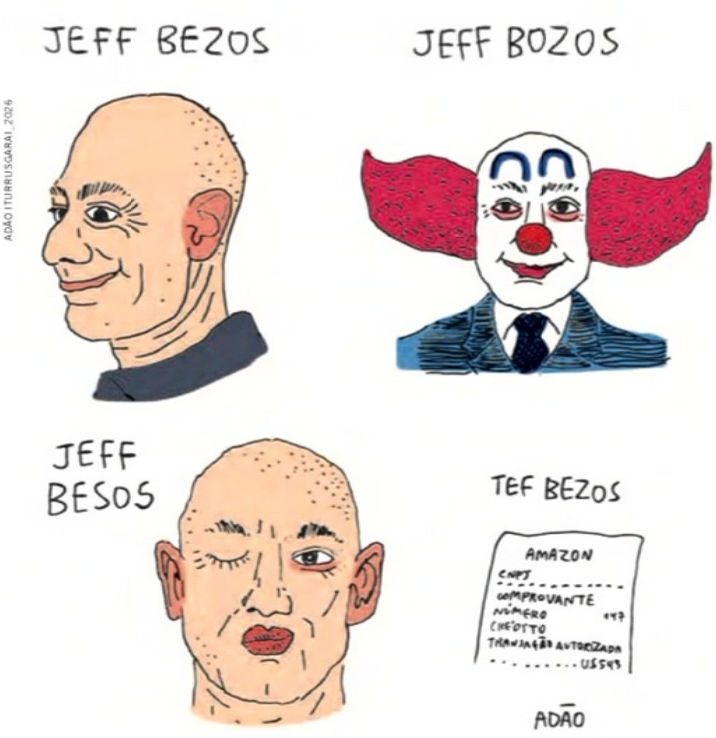
Criada em 1976, a PDVSA é a espinha dorsal da Venezuela, um país que não é apenas um vendedor de petróleo – é um "petroestado" com dependência completa de seu recurso natural. O petróleo vendido pela PDVSA significa 95% das exportações do país. Só entre 2007 e 2012, a PDVSA repassou 450 bilhões de dólares para a Venezuela. E todo o dinheiro que gerava, se não era drenado pela corrupção, se misturava imediatamente com o do país. Por isso, a estatal virou também uma força política sem precedentes – o que inclui uma engrenagem novelesca de traições, expurgos, disputas selvagens pelo poder.

Na estrutura da PDVSA, há uma grande probabilidade de que o poderoso de hoje seja o detento ou fugitivo de amanhã. Desde 2017, mais de cem funcionários da empresa e suas subsidiárias foram acusados de corrupção e presos, incluindo 28 executivos. Como é próprio dos regimes autoritários, é difícil saber quais são os casos de punições seletivas de roubalheiras reais e quais são fábulas criadas para tirar do caminho pessoas incômodas ou vítimas de intrigas.

Quatro ex-presidentes da PDVSA, todos aliados históricos de Hugo Chávez, foram presos durante o governo de Maduro. Um deles morreu na cadeia em dezembro de 2018, um ano depois de ser enviado a "La Boleíta". Com complicações cardíacas e renais, agonizou por dias, sem conseguir falar e se movimentar, com tremores no corpo. Só foi levado para uma UTI quando seu quadro já era irreversível, segundo denunciou depois sua mulher, Beatriz Arias. O preso? O ex-ministro Nelson Martínez, o chefe de José Pereira.

Até hoje os Citgo6 especulam se Martínez sabia da arapuca montada para prendê-los. Não conseguem chegar a uma conclusão. O então chefão da PDVSA acabou preso nove dias depois dos subordinados que, voluntariamente ou não, ajudou a atrair para a emboscada. Vestindo camiseta azul, foi levado de casa pelos homens de preto da Dgcim, sob as mesmas acusações que caíram na cabeça dos seis executivos.

Logo em seguida, também foi preso Eulogio Del Pino, ministro do Pe-



ADÃO ITURRUSGARAI, 2026

tróleo, um engenheiro geofísico com mestrado na Universidade Stanford que passara pela presidência da PDVSA meses antes. Del Pino foi acusado de desvios na Petrozamora, outra subsidiária da estatal. Poucos dias antes de sua prisão, ele gravou um vídeo, que postou nas redes sociais. Em pânico, pedia direito à defesa, dizia que havia, ele mesmo, denunciado desvios na empresa. Também reafirmava seu compromisso com os valores da Revolução Bolivariana, o projeto iniciado por Chávez para implantar o "socialismo do século XXI" na Venezuela. De nada adiantou. Usando uma camisa da seleção venezuelana, acabou levado de casa pelos mascarados de preto. Permanece preso, na Boleíta, até hoje.

Martínez e Del Pino viviam se digladiando – o primeiro era da corrente contrária à venda da Citgo, achava uma temeridade o país se desfazer de um ativo de tamanha importância no exterior; o segundo fazia parte da turma que achava que o governo americano, em algum momento, confiscaria a subsidiária, portanto era melhor vendê-la logo. As duas correntes armavam emboscadas internas e contrainformações, a ponto de, em determinado momento, os executivos da subsidiária americana terem que ir ao mercado para montar duas operações contraditórias: vender a empresa e, ao mesmo tempo, prospectar refinanciamentos de suas dívidas. Martínez e Del Pino acabaram presos na mesma cela.

Depois deles viriam outros – vários outros.

Em 17 de dezembro de 2025, o conselheiro de segurança interna da Casa Branca, Stephen Miller, postou no X: "O suor, a engenhosidade e o trabalho americanos criaram a indústria petrolífera na Venezuela. Sua expropriação tirânica foi o maior roubo já registrado de riqueza e propriedade americanas. Esses ativos saqueados foram então usados para financiar o terrorismo e inundar nossas ruas com assassinos, mercenários e drogas." E, em janeiro, depois do sequestro de Maduro, em um pronunciamento em Mar-a-Lago, Trump deixou claríssimo o motivo da operação militar para tirar o ditador do poder: "Vamos ter o nosso petróleo de volta", disse.

Diante desses torpedos, ficou no ar a pergunta: a qual evento, especificamente, o governo Trump estaria se referindo? Só restou evidente que vai sobrar para a PDVSA.

A história da exploração do petróleo na Venezuela é uma gangorra que ora pende para a nacionalização, ora para a privatização da produção. É uma linha do tempo que se entrelaça com várias versões da Lei de Hidrocarbonetos, a principal legislação que rege a indústria petrolífera no país – a primeira é de 1920. E que também se confunde com a jornada de inúmeras famílias venezuelanas, como a de José Pereira. O ex-presidente da Citgo integra a terceira geração de profissionais da indústria petroleira, caminho que um de seus dois filhos também seguiria.

O petróleo, em si, não é juridicamente privado na Venezuela – as riquezas naturais do subsolo pertencem à nação. As extrações pioneiras feitas por companhias privadas começaram com a venezuelana Compañia Petrolia del Táchira. A primeira grande empresa estrangeira a entrar em cena foi a New York & Bermudez Company, de início com foco em asfalto, que perfurou seu primeiro poço de petróleo em 1913 e já se meteu em um imbróglio político, porque foi acusada de financiar a tentativa de derrubada do então presidente Cipriano Castro.

A exploração em larga escala começou em 1914, no poço Zumaque I, perto do Lago de Maracaibo – é o evento considerado o marco zero dos destinos do país, que passariam a ser irrevogavelmente enganchados no ouro negro.

O avô materno de José Pereira, um holandês chamado John Edward Ruimwyk, chegou à Venezuela em 1920 para trabalhar na área administrativa da Royal Dutch Shell, empresa cuja subsidiária, a Caribbean Petroleum Company, era encarregada justamente da perfuração desse poço. O país ainda era essencialmente rural. Vivia da produção de café, cacau e gado.

Em 1922, veio o segundo grande marco dessa linha do tempo, agora em versão cinematográfica. Também perto do Lago de Maracaibo, um poço chamado Los Barrosos II "explodiu" quando a perfuração atingiu grandes depósitos no subsolo. Fotografias da época mostram homens de branco, em mangas de camisa e usando chapéus, posando diante de um líquido preto que jorrava desenfreadamente do chão, como um imenso gêiser. O petróleo ficou ali, esguichando sem controle, por nove dias, a uma taxa estimada de 100 mil barris. Foi uma das maiores explosões de todos os tempos – um acidente que, no entanto, revelou ao mundo o imenso potencial das reservas do país.

Nesse período, incentivadas pelo ditador Juan Vicente Gómez, dezenas de empresas petrolíferas começaram a perfurar poços em solo venezuelano. A maioria delas, americanas – o que, nas décadas seguintes, foi moldando uma simbiose entre a elite do país e os Estados Unidos.

"A gente encontra muito na literatura o termo 'excepcionalismo venezuelano', um fenômeno gestado ao longo do século XX em que os venezuelanos se entendiam como uma nação diferente. Até a eleição de Hugo Chávez, eram totalmente voltados para os Estados Unidos, nem sequer se viam como sul-americanos – vamos lembrar que Caracas e Miami ficam a apenas três horas de voo", explica Carolina Silva Pedroso, professora do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e autora da tese de doutorado *Entre o bolivarianismo e a adesão à hegemonia: a relação de Venezuela e Estados Unidos durante o chavismo (1999-2013)*.

Na famosa era dourada, em que o país era chamado de Venezuela Saudita, as elites faziam até mesmo compras triviais em Miami. "O petróleo foi se transformando nesse *éthos* venezuelano de 'não somos um país latino-americano comum, somos petroleiros'. É algo tão pronunciado que se reflete até na cultura das misses, por exemplo: mulheres que não parecem latinas, mas europeias ou norte-americanas. Além de tudo, a partir de 1958, era um país democrático rodeado por ditaduras militares", completa Pedroso.

Esse vínculo se expressava até mesmo na paisagem.

"Quando fui designado para Houston, tive um *déjà-vu* impressionante. Ao aterrissar, ver as fazendas ao redor era exatamente como ver a Mesa de Guanipa [*região petrolífera no Leste da Venezuela*]. Meses depois, viajei de carro para Austin e o *déjà-vu* foi ainda mais forte. As empresas americanas fizeram praticamente um *copy-paste* do urbanismo: estradas, casas, tudo. É lógico: se você é brasileiro e vai fundar um acampamento na África do Sul, leva seu modelo cultural para se sentir confortável", conta José Pereira. E lembra: na Venezuela, o beisebol é o esporte principal, as pessoas chamam pipoca de *cotufa* – uma corruptela para *corn to fry*, ou "milho para fritar", que vinha escrito nas embalagens importadas – e calças jeans até hoje são chamadas de *wrangler*, em referência à marca. E assim por diante.

Em meio à projeção internacional, o país ia oscilando na tentativa de ter controle sobre o próprio petróleo. Avançava, andava várias casas para trás, avançava de novo. Em 1928, o país já havia se transformado no maior exportador do mundo e, em 1943, uma nova lei de hidrocarbonetos fixou um prazo de quarenta anos para as companhias transnacionais devolverem as concessões para o Estado, além de estabelecer um imposto sobre a renda do petróleo. Depois, uma lei tributária aprofundou essa diretriz e forçou as petroleiras que operavam no país a dividir com o Estado 50% de seus lucros líquidos com a exploração.

Na década de 1950, durante o governo do ditador Marcos Pérez Jiménez, o país suspendeu a outorga de novas concessões e, em 1958, já na transição democrática, estabeleceu uma participação estatal ainda maior nos rendimentos petrolíferos, que passou a incluir tributos que garantiam ao Estado cerca de 60% da renda gerada no setor.

Era dinheiro a rodo e foi nesse período que a economia do país viveu seu auge. Entre os anos 1950 e 1970, embalada pelos petrodólares, a Venezuela

virou uma das economias com maior PIB *per capita* da América Latina. Em 1960, o governo eleito por voto popular de Rómulo Betancourt criou a Corporação Venezuelana de Petróleo (CVP), uma estatal concebida para concorrer com as companhias privadas. Era uma espécie de antecessora da PDVSA.

O pai de José Pereira trabalhou na CVP. Chegou a ser enviado pela companhia para fazer doutorado em Tulsa, Oklahoma. As empresas que atuavam na Venezuela despachavam funcionários promissores para se especializar na cidade americana conhecida como "a capital mundial do petróleo". Fazer uma carreira ascendente seria questão de tempo, mas ele morreu jovem de um ataque cardíaco.

Apesar das medidas protecionistas, nos anos 1970 empresas estrangeiras – sobretudo americanas, como Exxon, Gulf, Texaco e Chevron – ainda controlavam a maior parte da produção de petróleo bruto no país, por meio do sistema de concessões. Em 1975, o Congresso Nacional da Venezuela aprovou a lei orgânica que nacionalizou a indústria e o comércio do petróleo. A Venezuela indenizou as empresas pelos ativos, em grande parte por meio de títulos da dívida pública, avaliados à época em cerca de 1 bilhão de dólares. As petrolíferas estrangeiras espernearam, alegando que o valor não chegava nem perto dos investimentos realizados em suas extensas estruturas de exploração e produção.

O presidente Carlos Andrés Pérez foi em frente e criou a PDVSA. Em 1º de janeiro de 1976 hasteou a bandeira da Venezuela no poço Zumaque I – aquele que, em 1914, havia marcado o início da exploração petrolífera no país. "O petróleo move hoje a história; devemos nos mover com ela!", discursou no evento.

Para organizar a coluna vertebral da estatal, o governo nomeou uma junta diretiva formada por ex-funcionários das empresas estrangeiras do setor, presidida pelo general Rafael Alfonzo Ravard. O militar incutiu na PDVSA um padrão de respeito à hierarquia e à meritocracia e estabeleceu algumas prioridades. Uma delas era voltar a encontrar petróleo. Como teriam que encerrar suas atividades em 1983, as empresas concessionárias simplesmente haviam parado de investir e, por isso, as reservas do país seriam suficientes para apenas mais uma década.

Uma outra prioridade foi reorganizar a estrutura operacional da indústria venezuelana. Depois da nacionalização, a PDVSA herdou quinze concessionárias. A junta decidiu agrupá-las em torno de apenas quatro grandes operadoras. Assim nasceram a Lagoven, formada principalmente a partir da estrutura deixada por uma subsidiária da Exxon; a Maraven, a partir da Shell; a Corpoven, resultante da integração da antiga CVP com ativos da Mobil e de outras concessionárias menores; e a Meneven, formada a partir de uma subsidiária da Gulf Oil.

E lá estava a família Pereira Ruimwyk de novo. "Comecei minha carreira trabalhando em uma dessas empresas, a Meneven", conta José Pereira.

Nos anos 1980, a PDVSA adotou uma estratégia agressiva de internacionalização. A estatal apostou em um sistema de refino mais próximo de seus principais mercados consumidores. Passou a deter participações em oito refinarias na Europa. Foi nesse período, em 1986, que adquiriu a Citgo.

Já na década seguinte, a empresa avançou com a chamada *apertura petrolera*: convênios operacionais que reabriram campos e trouxeram empresas privadas para auxiliar na exploração dos vastos depósitos de petróleo. O primeiro acordo operacional foi um projeto fechado por uma equipe da qual participava José Pereira. Pelo acordo, a empresa japonesa Teikoku Oil Co. ficou encarregada de reativar campos inativos ou de baixa produtividade na região centro-norte do país.

Nesse período, a PDVSA fundiu três de suas subsidiárias, Lagoven, Maraven e Corpoven, e passou a figurar entre as maiores petrolíferas do mundo. Rivalizava em escala e influência com gigantes estatais como a Saudi Aramco, da Arábia Saudita, e a National Iranian Oil Company, do Irã.

A Venezuela produzia 3,4 milhões de barris diários de petróleo. Os altos funcionários da PDVSA planejavam alcançar, em 2010, a marca de 6 milhões de barris diários. Se, com essa produção, a Venezuela tivesse a sorte de pegar um período de alta do preço do barril, ganharia tanto dinheiro que poderia se transformar no país com o maior PIB *per capita* da América Latina.

Era um belo plano de dominação mundial, não fosse um probleminha: onde tem muito dinheiro, tem disputas políticas – e das grossas. E onde tem petróleo esse combo ganha uma escala incomensurável.

"A PDVSA tornou-se algo como 'um Estado dentro do Estado'. Seus executivos venezuelanos compartilhavam o ponto de vista das companhias petrolíferas internacionais, para as quais haviam trabalhado durante muitos anos", escreveu o franco-venezuelano Bernard Mommer logo no início do artigo *Petróleo subversivo*, publicado em 2002 em uma coletânea chamada *O petróleo no pensamento econômico venezuelano*, da qual foi coautor.

Mommer, um matemático com doutorado em ciências sociais, foi parar em Caracas nos anos 1970, onde virou um aguerrido intelectual de esquerda. No artigo, ele afirma que, no período anterior à chegada de Chávez ao poder, a política venezuelana foi dilacerada por dois movimentos subversivos. Um deles, bem conhecido, ocorria dentro das Forças Armadas. Outro, invisível, dentro da PDVSA.

O intelectual traçou até o que chamou de "alguns paralelos notáveis" entre o desenvolvimento de ambas as correntes. "Chávez fundou seu movimento por volta de 1982; os executivos da PDVSA embarcaram em sua estratégia de internacionalização em 1983", escreveu ele. E prosseguiu:

Tanto os executivos da PDVSA quanto Chávez e seus seguidores estavam convencidos de que o regime político vigente naquele momento já não tinha solução. No julgamento de ambos os grupos conspiradores, o desperdício das receitas petrolíferas desempenhou um papel crucial nesse declínio contínuo. Tanto os militares quanto a PDVSA assumiram uma atitude moralizante e culparam a corrupção pela crise. Os militares sonhavam em salvar o país; os executivos da PDVSA sonhavam apenas em salvar a indústria petrolífera das mãos do país.

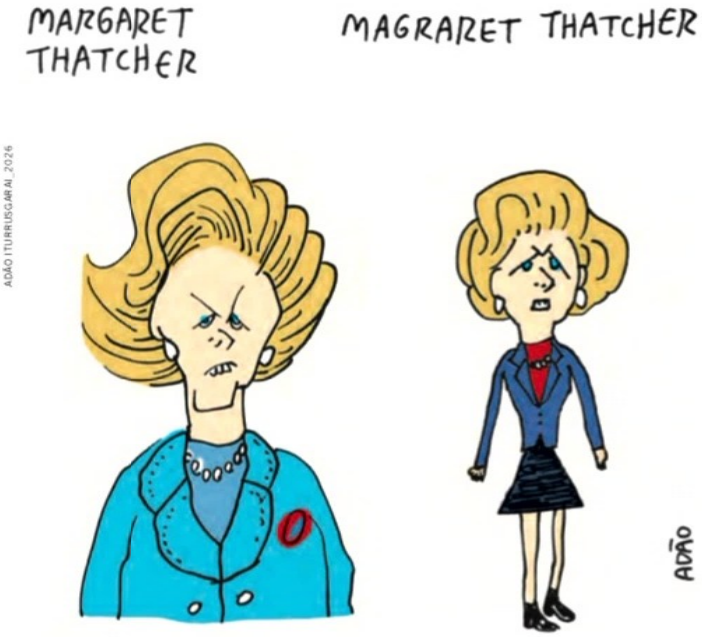
Com esse ideário, o franco-venezuelano se transformou no principal ideólogo da política chavista para o setor energético – e acabaria cruzando o balcão da academia para assumir postos importantes, como o de vice-ministro de Hidrocarbonetos, diretor de PDVSA e, depois, da PDV UK, subsidiária da estatal em Londres. Hugo Chávez costumava brincar que o francês era a única pessoa capaz de falar de petróleo de uma maneira que ele entendia.

O artigo de Mommer é o sumo do argumento usado pelo lado chavista na peleja entre duas visões de mundo que aconteceu na PDVSA – e que se transformaria em um abraço de afogados para o país.

De um lado, tecnocratas que entendiam tudo do setor, mas acreditavam que era preciso deixar a administração da empresa longe das garras do Estado para que ela pudesse produzir riqueza – a ponto de operar suas empresas no exterior sem dar satisfação ao Estado. Mommer escreveu que eles fizeram a internacionalização da estatal "com o objetivo de criar um mecanismo para transferir lucros para fora do alcance do governo".

De outro, o chavismo, que acreditava que cada tostão que entrava na estatal deveria ser imediatamente distribuído para o povo, na forma de programas sociais. Chávez acusou a elite da PDVSA de receber "salários obscenos que ultrapassam a imaginação de qualquer pessoa" – 24 mil dólares por mês, em um país onde a maior parte dos trabalhadores ganhava 180 dólares mensais. Em sua retórica inflamada, às vezes engraçada, dizia que eles viviam em "suntuosos chalés nos Andes", e faziam "bacanais onde o uísque corre solto".

Essa corda foi esticada até romper. Assim que assumiu, Chávez manteve a autonomia técnica da empresa e se limitou a indicar seus presidentes. As



rusgas com a cúpula começaram quando ele planejou vender a Citgo. Acabou dissuadido por dois generais que ele mesmo colocara na presidência da PDVSA e da subsidiária americana. Os generais o levaram para a sede em Houston e, em uma apresentação, argumentaram que o país não havia desembolsado dinheiro vivo com a compra da refinaria, feita com estoques de barris. Chávez mudou de ideia: 'A Citgo não está à venda", declarou.

Esse episódio terminou pacificado, mas a guerra ideológica dentro da estatal não demorou a começar. No documentário *PDVSA: de la esperanza al colapso*, produzido por um grupo de opositores do chavismo e de Maduro, o general Guaicaipuro Lameda, nomeado em 2000 por Chávez para a presidência da estatal, conta os bastidores do começo do azedume. Em 2001, Lameda foi levado por Chávez a Cuba e teve um almoço particular com Fidel Castro.

Fidel, diz ele, tentou convencê-lo a transformar a PDVSA em um braço financeiro para a "expansão do pensamento revolucionário no continente americano", implantando a seguinte receita: calcular a quantidade de renda petroleira necessária para manter a população venezuelana em nível de subsistência, mas com esperança, e "queimar" o excedente. Quando o general perguntou a Fidel o que isso significava, ouviu que esse dinheiro seria muito útil para "comprar consciências e colaborações no nível nacional e internacional para apoiar nossa expansão".

Lameda voltou para a Venezuela e, em janeiro de 2002, renunciou à presidência da PDVSA. Chávez o chamou de traidor da pátria.

Nas semanas seguintes, a cúpula da empresa passou a se queixar de que Chávez estava afastando diretores e gerentes que entendiam do riscado para substituí-los por indicados políticos, sem experiência no setor. A empresa começou a borbulhar por dentro. Funcionários deixaram a sede de La Campiña e foram protestar em semáforos, denunciando a politização da atividade petroleira. Lideranças da estatal publicaram um manifesto no jornal *El Nacional*, de linha conservadora, exigindo a renúncia do presidente da PDVSA que sucedera Guaicaipuro Lameda – Gastón Parra Luzardo, um economista de esquerda – e ameaçaram interromper os embarques de petróleo.

Chávez meteu o pé na porta. No dia 7 de abril de 2002, em uma transmissão ao vivo na televisão e no rádio, demitiu sete executivos da PDVSA. Leu o nome de cada um e ordenou: "Fora! Você está demitido!" Sob aplausos de apoiadores, soprou um apito e gritou: "*Offside*! [...] essas pessoas se tornaram sabotadoras de uma empresa que pertence a todos os venezuelanos!"

A partir daí, o conflito transbordou. Os funcionários da PDVSA se somaram a outros setores descontentes com um pacote de leis recém-aprovadas, que iam da reforma agrária à legislação financeira e pesqueira. Entraram em cena a Fedecámaras (na época, a principal câmara de comércio da Venezuela), a CTV (Confederação dos Trabalhadores da Venezuela), a Igreja Católica e parte da imprensa. Juntos, organizaram uma primeira paralisação, ainda parcial.

Quatro dias depois da demissão dos executivos, multidões foram às ruas de Caracas exigir a renúncia de Chávez, enquanto outra multidão saiu para defendê-lo. O encontro entre os dois grupos terminou em tiroteio – dezenove pessoas morreram. Na madrugada de 12 de abril, militares de alta patente retiraram Chávez do Palácio de Miraflores, a sede do governo, e o conduziram a uma base militar em Caracas. O golpe militar durou dois dias. Chávez retornou ao poder, impulsionado por uma mobilização gigantesca de apoiadores – organizada, em grande parte, por meio de rádios comunitárias – e por manifestações de lealdade da guarda presidencial.

Em um primeiríssimo momento, Chávez adotou um tom conciliador. Reintegrou os diretores da PDVSA que haviam sido demitidos e substituiu novamente a presidência da empresa. Aos poucos, porém, começou a demitir funcionários que identificava como lideranças do movimento que desaguara em sua breve saída do poder.

Eles revidaram. Em dezembro, a PDVSA tornou-se o epicentro de uma ampla greve, o chamado *paro petrolero*, que se estendeu por dois meses. A aposta era clara: uma paralisação na época do Natal provocaria uma pane no país e geraria revolta suficiente para derrubar Chávez mais uma vez. Não foi o que aconteceu e a greve foi perdendo o fôlego até se esgotar. Quando o movimento terminou, Chávez endureceu de vez: demitiu 20 mil funcionários da estatal – aproximadamente metade do quadro da empresa – em uma cacetada só, que ficou conhecida como "o expurgo".

A partir daí, tomou conta da PDVSA.

"Esses eventos mudaram toda a política do chavismo. É a partir daí que começa a nascer de forma muito mais intensa a polarização política no país, de realmente haver uma divisão entre as pessoas", analisa a professora Carolina Pedroso, da Unifesp.

Durante o *paro petrolero*, Rafael Ramírez era o ministro de Energia e Minas, encarregado de enfrentar a chamada "sabotagem petrolífera". Quase um ano depois do fim da greve, Chávez o nomeou também presidente da PDVSA. Ramírez ficou nos cargos por quase uma década, até 2013. Tornou-se um dos personagens mais poderosos e, ao mesmo tempo, controversos da história recente da Venezuela. Sob sua gestão, a estatal passou por mudanças profundas. A empresa deixou de ser apenas uma operadora do setor petrolífero tradicional e se transformou no motor da Revolução Bolivariana. Passou por uma reestruturação para financiar e administrar programas sociais, as *misiones*.

A PDVSA ganhou subsidiárias criadas para administrar necessidades populares que não tinham relação direta com o negócio do petróleo. A PDVAL (Produtora e Distribuidora Venezuelana de Alimentos), por exemplo, importava e vendia comida a preços tabelados, porque Chávez acusava o setor privado de estocar alimentos para gerar escassez e vender mais caro.

Ramírez defendia que essa estratégia reduziria a pobreza no país. Era o que chamava de "semeadura do petróleo", feita para benefício popular. Em 2003, George Bush invadiu o Iraque e, a partir daí, o valor do barril de petróleo foi para as alturas, o que permitiu ampliar o financiamento de programas sociais. De fato, a pobreza no país encolheu, e muito. Entre 2003 e 2011, a pobreza caiu 54,5%. A pobreza extrema caiu 38%. Tudo com o dinheiro que jorrava da PDVSA.

Chávez criou também o Fonden (Fundo de Desenvolvimento Nacional). A PDVSA passou a transferir seus petrodólares direto para esse fundo, e os recursos eram usados pelo governo para financiar de programas sociais à ajuda financeira a outros países.

Em 2007, Chávez fez a segunda grande nacionalização do setor. Determinou que todos os projetos da Faixa Petrolífera do Orinoco, a maior reserva de petróleo pesado do planeta, fossem convertidos em empresas mistas, com participação obrigatoriamente majoritária da PDVSA. A ExxonMobil e a ConocoPhillips, que até então se fartaram com lucros polpudos, deixaram o país e iniciaram processos de arbitragem internacional para buscar compensação pelos investimentos que fizeram.

José Pereira participou da fase de arbitragem internacional da ExxonMobil na Câmara de Comércio Internacional. Como se saiu muito bem, acabou entrevistado por Chávez em seu programa dominical de televisão, *Aló Presidente*, onde foi chamado de herói. A sua "façanha épica" foi alardeada até nos protetores de tela dos computadores da PDVSA.

"A Exxon cometeu um erro grave, porque trabalha basicamente com *outsourcing* (terceirização de serviços) e o escritório de advocacia contratado para cuidar do caso traçou uma péssima estratégia jurídica. Recebeu uma indenização em torno de 300 milhões de dólares, quando havia investido bilhões. O problema é que eles conduziram a arbitragem muito mal", disse Pereira à **piauí**.

À medida que a era Chávez avançava, a politização da estatal era escan-

carada, sem pudores. Rodou o mundo o vídeo em que Rafael Ramírez bradou, em um evento, que a PDVSA agora era *roja*, *rojita* (vermelha, vermelhinha) e que aqueles funcionários que não apoiassem a Revolução Bolivariana deveriam sair. A ocupação vermelha horrorizou os tecnocratas que ainda tocavam o dia a dia da empresa.

José Pereira, por exemplo, pegou o finalzinho desse período, quando saiu da CVP, que a essa altura havia de novo se transformado em uma subsidiária da PDVSA, e foi transferido para a sede da estatal. Chegou em janeiro de 2012 para ser diretor financeiro. Trabalhou em uma sala ampla com móveis de madeira e couro no oitavo andar da torre Oeste de La Campiña. Chocado, descreve em seu livro detalhes da festa chavista. Define a recepção como um "mercado persa", sempre lotado de pessoas com camisetas e bonés vermelhos, esperando "não se sabe o quê".

Conta que havia um culto à personalidade, com fotos de Chávez em absolutamente todos os lugares e que, toda semana, os executivos precisavam deixar pronto o "livrinho de sexta-feira", como chamavam um relatório semanal sobre as divisas recebidas pela PDVSA, além de projeções mensais e todos os fundos discricionários. A preparação do documento, escreveu, deixava a todos estressadíssimos.

"Chávez carregava esse livrinho no bolso da camisa todo fim de semana, quando apresentava seu programa *Aló Presidente*, ou quando participava das reuniões com as comunidades, conhecidas como 'governo de rua'. Dessa forma, ele distribuía os recursos da nação de maneira pródiga e demagógica, como se fosse o Papai Noel no Natal", criticou.

A estatal também virou um imenso cabide de empregos. Rafael Ramírez, que no livro de José Pereira é identificado apenas como R. R., tinha vários parentes na folha de pagamento – mulher, irmãos, cunhado, primos e a sogra, Hildegard Rondón de Sansó, magistrada que trabalhou como assessora jurídica da empresa nos processos de nacionalização e era uma aguerrida defensora da venda de todos os ativos da estatal no exterior, como a Citgo (Pereira também não a nomeia diretamente no livro).

"A falta de moral e de ética permeava todos os departamentos ligados à área de finanças, que mais parecia uma coleção de amantes e favoritismos", escreve o ex-presidente da Citgo em outro trecho. Uma de suas gerentes, relatou ele, era amante do vice-presidente de Finanças, Víctor Aular Blanco, e estava grávida de um filho dele. Segundo Pereira, o sócio-gerente da empresa que fazia auditoria na PDVSA perguntou a Victor Aular o que ele, casado, faria em relação à moça na empresa. Ele respondeu, às gargalhadas: "Não se preocupe, eu gosto de ter muitos bebês."

A passagem de José Pereira pela sede da PDVSA em La Campiña, para seu alívio, durou pouco. Cinco meses depois, ele foi transferido para Houston – primeiro como vice de Finanças, depois virou presidente.

Quando Chávez descobriu que o câncer havia retornado, em 2012, precisou pensar em sua sucessão política. Ficou entre três opções: Diosdado Cabello, militar da reserva então presidente da Assembleia Nacional; Rafael Ramírez, o czar do petróleo; e Nicolás Maduro, vice-presidente e chanceler.

Chávez morreu em 5 de março de 2013 e, como se sabe, optou por Maduro – cujos problemas começaram logo. Em 2014, houve uma queda global nos preços do petróleo. A PDVSA, encrencada em uma crise de fluxo de caixa, foi forçada a retirar milhões de dólares em empréstimos do Banco Central da Venezuela. Ou seja, em vez de jogar dinheiro para o governo, teve que pedir.

Assim que o dinheiro do petróleo sumiu, o país entrou em colapso. Os ganhos sociais evaporaram rapidamente, a hiperinflação explodiu, a fome se generalizou – veio a diáspora, que expulsou mais de 7 milhões de venezuelanos do país. Estudos como a pesquisa Encovi, de 2021, feita pelas principais universidades venezuelanas, indicaram que mais de 90% da população estava em algum nível de pobreza.

A PDVSA, que já era um ninho de cobras, ganhou um alçapão.

Em um mesmo pacotão, o governo Maduro colocou boa parte da velha guarda do chavismo que estava na PDVSA para correr. Um mês depois da prisão dos Citgo6, chegou a vez do próprio Rafael Ramírez e de seus aliados.

Bernard Mommer, o guru de Chávez e arquiteto da soberania petrolífera, teve prisão decretada e só escapou de um destino parecido com o dos Citgo6 porque estava fora da Venezuela. Acusação: teria manipulado dados sobre os preços do petróleo bruto venezuelano para beneficiar empresas compradoras.

Também caiu Diego Salazar Carreño, primo de Ramírez. Foi acusado de gerenciar uma rede de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de euros através de bancos em Andorra, usando o nome da PDVSA. Está no tenebroso El Helicoide.

O efeito dominó ainda pegaria dezenas de pessoas, como Luis Mariano Rodríguez Cabello, primo, advogado e braço direito de Diego Salazar, apontado como testa de ferro que ocultava o dinheiro do esquema em bancos de Andorra. Ou Fidel Darío Ramírez, diretor-geral de Serviços de Saúde e Assistência da PDVSA durante a gestão do irmão Rafael Ramírez. Foi enviado para a Boleíta.

Victor Aular Blanco, o vice de Finanças que adorava ter bebês à custa da PDVSA, foi preso e acabou gravando um vídeo, divulgado pelo procurador Tarek William Saab. Em 9 minutos, confessou que, em 2012, Ramírez havia pedido sua ajuda para fazer um empréstimo em bolívares com uma empresa privada chamada Atlantic, com pré-acordo para pagamento em dólares à taxa oficial do Banco Central. Era um esquema que violava a legislação cambial venezuelana. E a diferença entre a taxa oficial e a taxa paralela permitiu que funcionários da estatal obtivessem ganhos extraordinários.

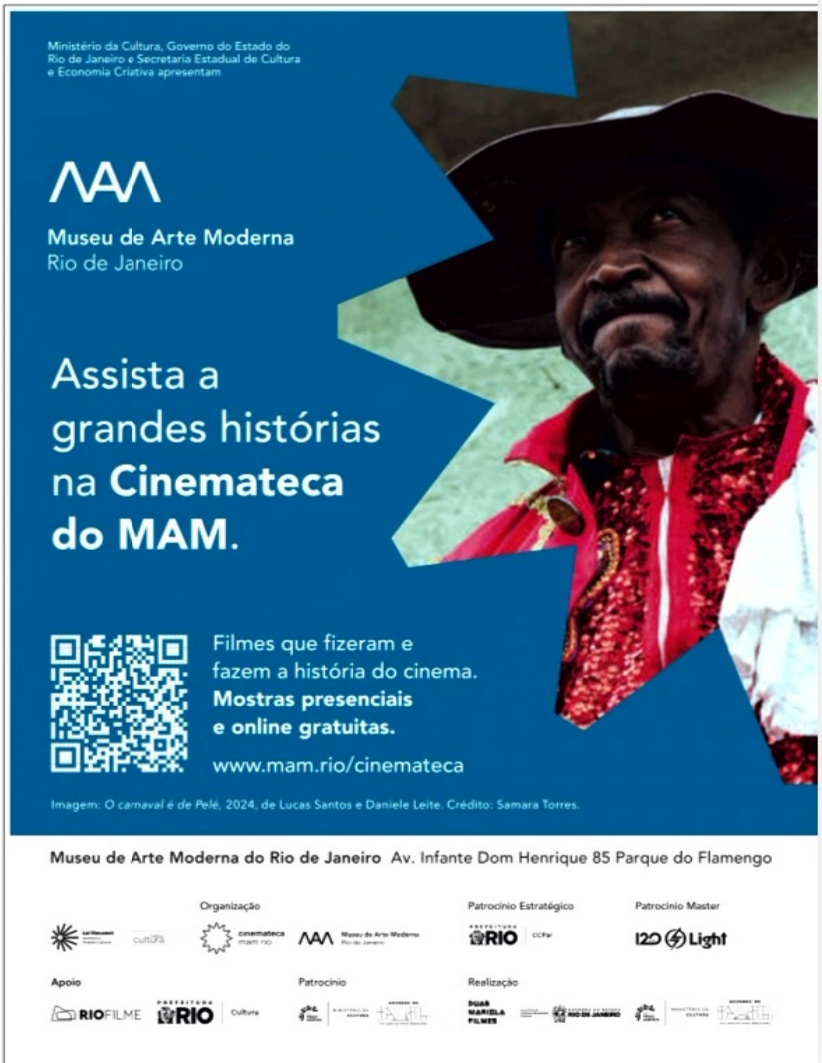
Rafael Ramírez foi acusado de participar desse esquema e de outras *cositas más*. Depois de dez anos à frente da estatal, ele já havia sido afastado por Maduro da PDVSA e enviado a Nova York para ser embaixador quando a Venezuela entrou no Conselho de Segurança da ONU. No momento em que as denúncias explodiram em Caracas, Maduro o chamou de volta. Ramírez foi mais ligeiro. Enviou uma carta de quatro páginas renunciando ao cargo e fugiu para a Itália, onde vive até hoje, a despeito dos pedidos de extradição e dos alertas vermelhos enviados à Interpol, feitos pela Venezuela.

Usando um capacete vermelho com o logo da PDVSA, Maduro aproveitou um evento para esbravejar no microfone: "O rato imundo Rafael Ramírez, protegido pelo império americano, vivendo num castelo, uma mansão na Itália! A Justiça venezuelana vai te pegar, seu ladrão de galinhas!"

Ramírez nega as acusações e diz que é vítima de perseguição política, porque representava uma ameaça a Maduro. E diz que o ex-ditador traiu o ideal chavista.

A novela da PDVSA continuou – com capítulos dramáticos e grandes viradas.

Em 2022, Tareck El Aissami que já fora vice-presidente de Maduro e àquela altura acumulava o cargo de ministro de Petróleo com o de presidente da PDVSA, foi ao Ministério Público da Venezuela apresentar uma denúncia de empréstimos fraudulentos contra Rafael Ramírez, a mesma que depois motivou a confissão gravada de Aular. El Aissami chamou Ramírez de "ladrão miserável", que teria feito os desvios enquanto Hugo Chávez estava muito doente.



Mas então, em abril de 2024, aconteceu o inconcebível: chegou a vez do próprio Tareck El Aissami, chavista de primeira hora e personagem novelesco da política venezuelana. Sobrinho-neto de um ex-vice-presidente da Síria nos anos 1960, El Aissami foi líder estudantil na Universidade de Los Andes, onde se formou em direito e se aproximou do professor Adán Chávez, o irmão de Hugo Chávez.

Costuma ser descrito pela imprensa venezuelana, ou pelo que restou dela, como um sujeito misterioso, sempre rodeado por empresários da comunidade árabe. Quando os Estados Unidos apertaram o torniquete em torno de Maduro, ele teve importância crucial nos contatos diplomáticos com o Irã e com a Turquia, para abrir rotas alternativas de exportação do petróleo da PDVSA e importar alimentos.

No começo de 2023, uma auditoria interna achou um rombo de 21,2 bilhões de dólares nas contas da PDVSA, que aparecera bem no período em que El Aissami presidia a empresa. De acordo com a Bloomberg, em uma reunião ministerial Delcy Rodríguez informou a El Aissami que o governo iniciaria uma investigação sobre acusações de corrupção na estatal. No dia 20 de março, o ministro anunciou em suas redes sociais que estava se afastando do governo para respaldar a investigação e "a cruzada contra os antivalores que estamos obrigados a combater, até com a vida". Depois, submergiu. Só reapareceu um ano depois, em fotos e vídeos divulgados pelo governo em que está de camiseta cinza, algemado e preso – adivinhe só, pelos mascarados de preto.

O procurador-geral Tarek William Saab informou que El Aissami burlou os controles administrativos da PDVSA, escondendo operações ilegais por meio de criptomoedas. O esquema desviou mais de 23 bilhões de dólares. Com ele, foram presos outros setenta funcionários da estatal, cujos nomes não foram divulgados. Mas o mistério em torno dele continua: ninguém sabe onde ele está preso.

Dois dias depois da renúncia de El Aissami, o Ministério de Petróleo foi entregue a Pedro Tellechea Ruiz, que já estava na presidência da PDVSA. Tellechea é um coronel de 48 anos que já presidiu a Pequiven (Petroquímica de Venezuela, uma outra estatal) e integrava a trupe de militares gradualmente colocada por Maduro em lugares estratégicos na administração petrolífera do país.

Assumiu os dois postos se comprometendo a varrer a corrupção entranhada na estatal e a aumentar sua produção, que estava reduzida a 200 mil barris por dia, para 1,7 milhão. Conseguiu atingir 900 mil. Não bateu a meta, mas foi elogiado por Maduro, que resolveu transferi-lo para o Ministério das Indústrias e Produção Nacional. "Ele já fortaleceu a PDVSA e temos de recuperar o parque industrial", disse o ditador, ao nomeá-lo para o novo cargo. Em outubro de 2024, foi subitamente afastado. Colocou a imagem de um Jesus crucificado em suas redes sociais e anunciou que estava saindo por motivos de saúde.

Acabou preso três dias depois em sua casa, na madrugada de um domingo. O procurador Tarek William Saab emitiu um comunicado curto, dizendo que ele foi detido "junto com seus mais imediatos colaboradores" por graves delitos contra interesses da nação. Entre eles, a entrega do controle do sistema de transferência automatizada "conhecido como o cérebro da PDVSA, a uma empresa controlada pelo serviço de inteligência dos Estados Unidos". Como no caso de El Aissami, não se divulgou o nome dos outros presos – e nem mesmo para onde ele foi levado.

A PDVSA, a estatal que se confunde com um país inteiro, é hoje sombra do que já foi. Na era Chávez, se transformou em um instrumento de financiamento da Revolução Bolivariana; na era Maduro virou uma estrutura de sobrevida para o governo, tateando um mercado paralelo global para contornar sanções americanas – o governo Trump bloqueou as contas da empresa nos Estados Unidos e proibiu a venda dos diluentes necessários para processar o pesado petróleo venezuelano.

A produção diária caiu para 700 mil barris, depois gradualmente se recuperou para 1,2 milhão, patamar em que se encontra hoje. Sem manutenção, sem equipe especializada, a infraestrutura ficou sucateada. No país do petróleo, os moradores precisam fazer rodízio definido pelo número final da placa do carro para abastecer automóveis.

A situação da Citgo tornou-se ainda mais insólita. Se a PDVSA era um 'Estado dentro do Estado', sua subsidiária transformou-se em um enclave do Estado em solo estrangeiro.

Em 2019, o ex-presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, usou um artigo da Constituição para se autoproclamar presidente interino da República, na marola causada pela declaração de ilegitimidade da reeleição de Maduro. Os Estados Unidos reconheceram Guaidó na Presidência da Venezuela, e a Citgo, com sua sede americana, passou a ser administrada por um conselho administrativo nomeado pelo autointitulado presidente do país. O conselho chama-se PDVSA Ad Hoc.

É um grupo formado por vários ex-altos funcionários da PDVSA que entraram em atrito com Chávez durante as quedas de braço que deram no *paro petrolero*. Coube a esse grupo, de forma totalmente independente de Maduro, tentar blindar a Citgo dos credores e trabalhar em coordenação com a nova administração da empresa.

E a confusão já era grande. Em 2008, descontente com a nacionalização feita por Chávez que resultou na expropriação de uma de suas minas, a canadense Crystallex entrou na Justiça pedindo indenização da Citgo. Outras empresas adoraram a ideia e fizeram o mesmo. Juntas, cobram 19 bilhões de dólares da subsidiária da PDVSA em Houston.

Como nada está tão ruim que não possa piorar, a Justiça dos Estados Unidos acabou autorizando a compra da Citgo pela empresa americana Elliott Investment Management, por cerca de 5,9 bilhões de dólares. Um juiz do Tribunal Federal de Delaware entendeu que a empresa é um "alter ego" do governo venezuelano e, por isso, seus bens podem perfeitamente ser usados para pagar dívidas por expropriações feitas por Chávez e Maduro. A PDVSA Ad Hoc entrou com recurso para tentar impedir a venda, alegando que o valor oferecido pela empresa está muito abaixo do seu valor de mercado, avaliado em 12 bilhões de dólares.

Menos de uma semana depois de sequestrar Maduro e anunciar que os Estados Unidos tomariam as rédeas da produção de petróleo na Venezuela, Donald Trump se reuniu na Casa Branca com executivos das gigantes do setor. Pediu que o grupo investisse 100 bilhões de dólares no país. O presidente da ExxonMobil, Darren Woods, respondeu que a Venezuela é "não investível". E justificou: "Nossos bens foram confiscados duas vezes e, portanto, você pode imaginar que para entrar uma terceira vez seriam necessárias algumas mudanças bastante significativas em relação ao que historicamente vimos aqui", disse. Trump, bem ao seu estilo, ficou irritado. "Não gostei da resposta da Exxon. [...] Eles estão se fazendo de engraçadinhos demais", reclamou, a bordo do avião Air Force One.

Dias depois, Trump compartilhou em sua rede social, a Truth Social, uma montagem em que ele aparece como presidente interino da Venezuela em sua página na Wikipédia. Delcy Rodríguez reagiu: "Vi algumas imagens sobre quem manda na Venezuela. Bem, aqui há um governo que manda na Venezuela, aqui há uma presidente em exercício e há um presidente refém nos Estados Unidos, e governamos junto com o povo organizado." Mas negócios são coisas à parte, mostrou ela em seguida. No dia 16 de janeiro, Delcy Rodríguez apresentou à Assembleia Nacional uma reforma da Lei de Hidrocarbonetos – e esse foi exatamente o pedido do presidente da Exxon. Aprovado no dia 29, por unanimidade, o novo pacote autoriza as empresas privadas a explorar e comercializar a produção de petróleo sem a participação do Estado.

"Conheço bem o funcionamento desse mundo, o presidente da Exxon foi só o porta-voz. As demais empresas não se manifestaram publicamente, mas isso já estava acordado entre eles antes", diz José Pereira. Ele prevê que, agora, as empresas americanas vão pressionar bastante para estabelecer

suas condições. A nacionalização do petróleo venezuelano, até a próxima reviravolta, foi para as cucuias.

Em 1977, a revista *The Economist* criou o termo "doença holandesa" para descrever a crise que quase soterrou a Holanda depois que imensas reservas de gás natural foram descobertas em Groningen, na década de 1960. Ocupado em extrair e exportar o recurso natural em grandes volumes, o país quase destruiu sua indústria têxtil e outros setores.

A expressão se alastrou pelo mundo e é exaustivamente aplicada ao caso venezuelano. Duas décadas antes da invenção da expressão, nos anos 1950, o brasileiro Celso Furtado já mostrara que a montanha de dinheiro oriunda do petróleo no país criava uma economia artificial que asfixiava os outros setores produtivos. Em *Os ares do mundo*, sua bela autobiografia intelectual, Furtado, que foi um estudioso incansável das armadilhas econômicas que aprisionam a América Latina na pobreza, lamenta que a Venezuela tenha sido uma oportunidade perdida: foi o primeiro país latino-americano com chances reais de virar uma nação desenvolvida.

O ex-presidente venezuelano Rómulo Betancourt (o que criou a CVP, onde José Pereira e seu pai trabalharam), publicou em 1956 o livro *Venezuela, política y petróleo*, considerado uma joia do nacionalismo petrolífero venezuelano. Ele escreveu: "Uma avalanche de dólares e de libras esterlinas chegou a um país que não havia democratizado nem modernizado seus sistemas de produção, que no século XX produzia nos moldes do século XVIII, governado por uma tirania grosseira e predadora, incapaz de reformar a estrutura econômica para utilizar o petróleo."

E prosseguiu:

A presença avassaladora do petróleo operou, porém indiretamente, como um fator deformador da economia e da vida nacionais em seu conjunto. Os setores privilegiados da população começaram a adquirir uma mentalidade mineradora, de novos-ricos esbanjadores. O fluxo ininterrupto de dólares estimulou as importações, o comércio se hipertrofiou e configurou-se, por anos, essa fisionomia de nação principalmente consumidora de mercadorias estrangeiras que a Venezuela teve por muito tempo. E começamos a parecer demais com aquela Califórnia desarticulada e movediça, paraíso de aventureiros e de trapaceiros dos anos da "loucura do ouro".

Enquanto isso, o povo, ó: "Indefeso, analfabeto, humilhado", escreveu.

Mesmo no auge da chuva de petrodólares, a desigualdade no país era abissal. Até para olhos brasileiros, os contrastes sociais em Caracas costumam ser impressionantes, com seus bairros ricos com prédios arrojados completamente cercados de comunidades populares construídas nas encostas.

Não à toa Juan Pablo Pérez Alfonzo, ministro de Minas e Hidrocarbonetos durante o segundo governo de Betancourt e idealizador da Opep junto com o saudita Abdullah al-Tariki, fez uma profecia que ficou famosa, principalmente porque se concretizou de forma retumbante: "Daqui a dez anos, daqui a vinte anos, você verá: o petróleo nos trará ruína. O petróleo não é o ouro negro, é o excremento do diabo. Estamos nos afogando no excremento do diabo."

Há pouquíssimos países que escaparam dessa sina. Um dos exemplos mais cintilantes é o da Noruega – em parte, graças a um geólogo iraquiano, Farouk al-Kasim, que testemunhou como um país pode de fato se afogar nos próprios recursos naturais.

Executivo da Companhia Iraquiana de Petróleo, ele migrou em 1968 para a Noruega, país onde sua mulher nascera, atrás de um tratamento de ponta para o filho mais novo, que tinha paralisia cerebral. Conseguiu emprego no Ministério da Indústria e pegou a tarefa solitária de se debruçar sobre dados do Mar do Norte. Previu que ali estava um grande campo de petróleo. Os noruegueses, de fato, o acharam, no último poço aberto pela última empresa a desistir da prospecção. Era o campo de Ekofisk, uma das maiores bacias petrolíferas marítimas do mundo.

Depois, Al-Kasim foi para uma cabana na floresta e escreveu uma lista de recomendações para que o país não virasse um "Iraque do frio". Entre uma polêmica e outra, o país acabou seguindo as diretrizes.

Criou um fundo soberano para administrar quase 100% dos lucros que o governo tem com petróleo, por meio da então estatal Statoil – uma PDVSA que deu certo. Não entra nenhum tostão na economia norueguesa, tudo vai para o exterior e é investido em ações, títulos e imóveis pulverizados em mais de setenta nações. Com isso, os petrodólares não invadem o país e não desvalorizam a moeda local – os outros setores produtivos, como indústria e pesca permanecem competitivos. O governo norueguês só pode colocar as mãos nos rendimentos do fundo se for para fechar as contas do orçamento do país. A gestão desse fundo é feita pelo Banco Central, longe de mãos ministeriais. E o pouco que é permitido usar do lucro é investido, obrigatoriamente, em educação e tecnologia.

É um espelho perfeitamente invertido de tudo o que foi feito na Venezuela, o país em que a maldição do petróleo tomou contornos de Realismo Mágico. E está agora voltando a ser uma colônia – desta vez, dos Estados Unidos. ✪

O podcast de política da piauí, com Fernando de Barros e Silva, Ana Clara Costa e Celso Rocha de Barros.

Sexta-feira, às 11h, em todas as plataformas de áudio.

Realização:

RÁDIO NOVELO

piauí DONA DO SEU PRÓPRIO NARIZ

OPERAÇÃO FLÓRIDA

Como o ambiente conservador de Miami pavimentou o caminho para a queda de Maduro

FERNANDO BRANCOLI, de Miami

Marco Rubio e Donald Trump, em reunião na Casa Branca: para convencer o presidente a capturar

Por volta das quatro da manhã de 3 de janeiro de 2026, o estacionamento do El Arepazo começou a encher. O restaurante fica numa esquina de Doral, um subúrbio de Miami onde as placas dos consultórios estão em espanhol e os outdoors, em vez de hambúrgueres, anunciam empanadas. Os moradores chamam o lugar de "Doralzuela". Afinal, mais de um terço da população ali é formada por venezuelanos. Naquela madrugada, carros chegavam com bandeiras amarelas, azuis e vermelhas penduradas nas janelas. Alguém abriu o porta-malas de uma picape e ligou o som no volume máximo. Logo a imprensa começou a chegar. Uma mulher de uns 25 anos chorava diante de uma câmera de tevê local. "Desde que nasci, vivemos sob uma ditadura", disse. Ao lado, um homem de cabelos brancos posava para um fotógrafo com uma bandeira desbotada, do tipo que se guarda no fundo do armário esperando o dia certo. As imagens rodaram o dia inteiro nos noticiários em espanhol.

A notícia que os reunia tinha chegado horas antes. Às duas da manhã, horário de Caracas, mais de 150 aeronaves americanas cruzaram o espaço aéreo venezuelano. Atingiram sistemas de defesa, instalações militares, aeroportos. Em uma operação que durou menos de 30 minutos, agentes da CIA e da Delta Force, uma tropa de elite do Exército americano, invadiram o Palácio de Miraflores, sede do governo venezuelano, e sequestraram Nicolás Maduro e sua esposa, Cilia Flores. Mais de cem pessoas morreram no ataque, entre agentes de inteligência, oficiais venezuelanos e militares cubanos. Antes do amanhecer, Maduro já estava fora do país, a caminho de um tribunal federal em Nova York. Era a maior operação militar americana na América Latina desde a invasão do Panamá, em 1989.

Em Caracas, a manhã chegou devagar. As ruas estavam vazias. Quem saiu de casa encontrou carros queimados, postos de controle em cada esquina e helicópteros cruzando o céu. "Como me sinto? Com medo, como todos os venezuelanos", disse um morador à Associated Press. Alguns opositores do governo comemoravam das janelas, sem coragem de descer de seus apartamentos. Perto do Palácio de Miraflores, um grupo de chavistas queimava uma bandeira americana. A maioria ficou em casa, de portas trancadas, para ver o que viria.

Duas cidades. Duas madrugadas. Em uma, festa. Na outra, silêncio. A mesma notícia, recebida de formas opostas, e uma pergunta que nenhuma das duas conseguia responder: para quem, afinal, essa operação tinha sido feita? A razão da invasão americana da Venezuela se resume a duas palavras: Trump e petróleo. Horas depois do sequestro de Maduro, Trump convocou a imprensa em Mar-a-Lago, em Palm Beach, na Flórida, e não fingiu sutileza: "Nós construímos a indústria de petróleo da Venezuela com talento e esforço americanos, e o regime socialista roubou de nós." O país tem as maiores reservas comprovadas do mundo, 303 bilhões de barris, mais que a Arábia Saudita. Trump, como quem fecha um negócio, acrescentou: "Vamos fazer o petróleo fluir como deveria."

Era o tipo de franqueza que deixa diplomatas desconfortáveis e eleitores satisfeitos. Trump sempre entendeu que, na política americana, confessar o óbvio às vezes funciona melhor do que escondê-lo. O que ele não disse (e talvez não soubesse) é que fazer o petróleo fluir levaria anos. Décadas de corrupção, desinvestimento e saques deixaram a infraestrutura venezuelana em ruínas: oleodutos que não são atualizados há meio século, refinarias abandonadas, plataformas desmontadas e vendidas como sucata. Especialistas estimam que restaurar a produção aos níveis históricos exigiria mais de 100 bilhões de dólares e pelo menos uma década de trabalho. "Produção de petróleo não é um interruptor que se liga e desliga", resumiu o americano Tony Franjie, especialista em mercado de petróleo, em entrevista ao canal de notícias Al Jazeera. O prêmio estava ao alcance, mas não cabia no bolso, pelo menos não tão cedo.

Mas a equação Trump-petróleo é uma explicação incompleta para a invasão. Durante mais de uma década, um arranjo político foi construído no Sul da Flórida, envolvendo redes de exilados, legisladores, doadores de campanha e cálculos eleitorais, que transformou a Venezuela em uma causa bipartidária, unindo republicanos e democratas. A pressão por sanções, o reconhecimento de governos paralelos, a retórica de "mudança de regime": tudo isso foi gestado em Miami antes de chegar a Washington.

Em 2019, o economista Mark Weisbrot, crítico de longa data da política americana para a Venezuela, cunhou uma expressão: "Se fosse uma operação militar, se chamaria Operação Flórida." Sete anos depois, na madrugada de 3 de janeiro, a operação aconteceu. E a Flórida, de fato, estava no centro de tudo.

O condado de Miami-Dade, o mais populoso do estado da Flórida, abriga a maior concentração de exilados latino-americanos. É um lugar onde a polícia local e a geopolítica global se confundem há décadas. Para testemunhar essa notável confluência, basta ligar o rádio. Quem sintoniza as

BRENDAN SMIALOWSKI/AFP, 2025

a Venezuela, o secretário juntou três linhas – o petróleo para os empresários, o narcotráfico para os agentes do Departamento de Justiça e o reduto eleitoral da Flórida para os políticos

estações AM em espanhol de Miami escuta um tipo único de programação. Os locutores falam de Cuba, Venezuela e Nicarágua como se tratassem de bairros vizinhos. Discutem sanções, denunciam "o regime", entrevistam exilados. É uma bolha construída ao longo de décadas e onde a Guerra Fria nunca terminou.

Primeiro, chegaram os cubanos, fugindo da revolução que levou Fidel Castro ao poder em 1959. Aproveitaram que Miami fica a apenas 370 km de Havana. Muitos dos que fugiram da ilha, transformada no primeiro país socialista das Américas, eram profissionais de classe média, empresários que perderam tudo com as nacionalizações promovidas pelo novo regime. Reunidos em Miami, ergueram uma cultura política própria: rádios em espanhol, associações de bairro, igrejas, comitês de ação política.

Com o tempo, consolidaram uma regra não escrita: nenhum político sobrevive na Flórida sem ser linha dura contra Havana. Eles ajudaram a eleger legisladores como Ileana Ros-Lehtinen, a primeira cubano-americana no Congresso, e os irmãos Díaz-Balart, cujo pai fora ministro de Fulgencio Batista, o ditador derrubado pela revolução de Fidel. Entre eles, anticomunismo funcionava como credencial. O embargo a Cuba, que dura mais de seis décadas apesar de sua manifesta ineficácia, é menos uma política externa do que uma política doméstica: só persiste porque seus defensores estão concentrados onde os votos contam.

Ao longo dos anos, chegaram os nicaraguenses que fugiam dos sandinistas, os colombianos que escapavam da guerrilha das Farc, os argentinos que saíram durante o governo de Néstor Kirchner. Os venezuelanos começaram a chegar em massa a partir de 2000, quando Hugo Chávez, eleito em 1998, consolidou seu projeto de "socialismo do século XXI". Em 2013, a imigração se intensificou ainda mais depois que Maduro assumiu o poder e a crise econômica e política se agravou. Segundo dados do Censo americano, entre 2008 e 2018 a população de origem venezuelana apta a votar na Flórida cresceu mais de 180%.

Boa parte dos imigrantes venezuelanos se instalaram em Doral, Weston e outras cidades do condado de Miami-Dade. Encontraram uma estrutura que os cubanos já tinham montado: advogados que falavam espanhol, igrejas evangélicas com cultos em castelhano, mercados que vendiam o tradicional café colombiano Sello Rojo e a popular farinha P.A.N., tão usada nas arepas, *hallacas* e tortilhas. Hoje, entre 100 e 120 mil venezuelanos estão aptos a votar na Flórida.

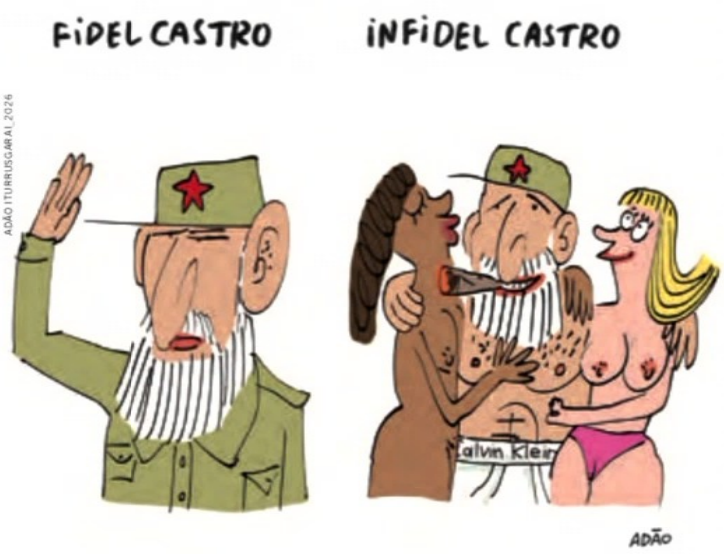
Em um ambiente anticomunista, os venezuelanos sentiram-se em casa e logo foram integrados às redes republicanas locais. Os dois grupos tinham diferenças de origem, de classe, de geração. Enquanto os cubanos da primeira onda eram profissionais e empresários destituídos pelas nacionalizações, os venezuelanos vinham com diplomas e algum dinheiro. Mas todos compartilhavam um inimigo comum: aquilo que chamavam, genericamente, de *el socialismo*.

A conexão ia além do rótulo. Desde o início dos anos 2000, Cuba e Venezuela tinham se tornado parceiros estratégicos: Chávez enviava petróleo subsidiado à ilha. Em troca, recebia médicos e professores, além dos assessores de inteligência que ajudaram a blindar o regime. Para os exilados em Miami, os dois governos eram considerados faces da mesma moeda. Juntos, nicaraguenses, colombianos, argentinos, cubanos e venezuelanos formaram um arquipélago de ressentimentos – uma base eleitoral que logo se traduziria em organização.

Há algo particular nas comunidades de exílio. A perda funda uma identidade, e essa identidade, porque nasceu de uma ferida, resiste a revisões. O cubano que fugiu de Fidel há décadas e o que deixou Havana anteontem podem discordar de quase tudo, menos do essencial: de que perderam algo, e de que alguém é culpado pela perda. O mesmo vale para os venezuelanos. É uma memória que se transmite entre gerações, cultivada em jantares de família. É também uma condição vulnerável: quem carrega uma ferida procura aliados, e aliados às vezes têm suas próprias agendas. Miami oferecia estrutura, contatos, tradução política. Em troca, pedia lealdade. A pergunta que poucos faziam era: lealdade a que exatamente?

Com o tempo, surgiram organizações próprias. A entidade Cidadãos Venezuelo-Americanos Independentes (Ivac) é liderada por Ernesto Ackerman, um empresário de origem cubana que se tornara porta-voz informal da causa venezuelana. O grupo coordenava campanhas de naturalização e organizava caravanas de ônibus até Washington para pedir sanções. A Veppex fundada por venezuelanos que se diziam perseguidos políticos, tinha outra estratégia: operar a máquina política local. Em 2010, conseguiu que a Prefeitura de Doral declarasse o 13 de abril como Dia do Exilado Político Venezuelano. Era um gesto simbólico, mas dizia muito: os recém-chegados tinham aprendido com os cubanos que, na América, até a diáspora precisa de data comemorativa.

Uma das figuras centrais desse movimento era o venezuelano José Antonio Colina. Baixo, bigode zelosamente aparado, voz firme, Colina é presença constante em entrevistas de tevê e rádio. Tinha sido tenente da Guarda Na-



cional Bolivariana da Venezuela. Em abril de 2002, um golpe militar derrubou Chávez, que, com apoio popular e de setores leais das Forças Armadas, voltou ao poder 47 horas depois. Colina não participou diretamente do golpe, mas integrava círculos militares que se opunham ao governo. Um ano depois, o regime o acusou de envolvimento em atentados a embaixadas em Caracas. Culpado ou não, Colina fugiu para a Colômbia e de lá para Miami, onde passou mais de dois anos detido pelos serviços de imigração enquanto lutava pelo asilo. Quando finalmente saiu, em 2008, fundou a Veppex.

Colina tinha uma tese que repetia em entrevistas: a Venezuela estava pior que Cuba. "Cuba é uma ditadura", disse à rádio pública americana. "Mas pelo menos a revolução deles foi igualitária. Na Venezuela, não tem comida, não tem pasta de dente, não tem fralda, e ainda te matam na rua." A comparação servia a um propósito: se os cubanos tinham a Lei de Ajuste Cubano (CAA, na sigla em inglês), que lhes facilitava a obtenção de residência ao pisar em solo americano, por que os venezuelanos não mereciam o mesmo tratamento? A frustração de se sentir exilado de segunda classe alimentava o ativismo. E criava uma dependência mútua: os venezuelanos precisavam de aliados no Congresso e os republicanos precisavam de uma causa que mobilizasse votos latinos, já que Cuba era uma bandeira desgastada. Ackerman descrevia as viagens a Washington como "missões". "Vamos de gabinete em gabinete", contava em entrevistas. O destino era sempre o mesmo: o escritório de um senador cubano-americano da Flórida. "Nosso general", como Ackerman o chamava. Seu nome era Marco Rubio.

Na autobiografia que publicou em 2012, Marco Rubio, 54 anos, conta que na infância brincava de derrubar o governo de Cuba. Ele e os amigos simulavam operações militares no quintal de casa, em West Miami, escondidos atrás de arbustos, planejando invasões imaginárias. Um dia seriam eles a libertar a ilha. É o tipo de detalhe que se lê com um sorriso condescendente, até que o menino cresce e vira secretário de Estado, cargo que ocupa desde a posse de Trump, em janeiro do ano passado.

A brincadeira tinha algo de herança familiar: seus pais chegaram aos Estados Unidos em 1956, três anos antes de Fidel tomar o poder, mas se integraram à comunidade de exilados que viria depois, a mesma que fez do Sul da Flórida uma extensão do Caribe, na geografia e na política. Nascido em Miami, Rubio cresceu nesse ambiente. Quem o conheceu jovem descreve um sujeito ambicioso e afável: sorriso fácil, aperto de mão firme, memória para nomes. Na juventude, fez estágio no gabinete de Ileana Ros-Lehtinen, a voz mais dura contra Havana no Capitólio. Aprendeu cedo que, em Miami, política externa não é abstração: é pauta local, conversa de família, critério de voto.

Em 1998, com apenas 26 anos, foi eleito para a Câmara Municipal de West Miami. Dois anos depois, ganhou uma cadeira na Assembleia Legislativa da Flórida, derrotando, no caminho, um radialista popular entre os exilados cubanos. Era um sinal do que viria: sabia falar a língua da comunidade, mas também sabia jogar o jogo institucional. Subiu rápido. Em 2006, aos 35 anos, tornou-se presidente da Assembleia, o primeiro descendente de cubano no cargo. Em 2010, elegeu-se senador pelo Partido Republicano, surfando a onda do Tea Party, o movimento reacionário que canalizava a raiva contra Obama e o establishment político de Washington. Quando a Venezuela entrou em crise, Rubio tinha todas as ferramentas e os contatos. Faltava só o palco.

O palco apareceu em 2014. Rubio foi um dos coautores da primeira lei americana de sanções voltada especificamente para Caracas. Eram medidas pontuais, contra indivíduos acusados de violar direitos humanos, mas a lei estabeleceu um princípio: a Venezuela era um problema dos Estados Unidos. Nos anos seguintes, acumulou projetos. Em 2019, uma lei autorizou 400 milhões de dólares em ajuda humanitária. Em 2023, os poderes de sanção foram ampliados. Entre uma lei e outra, Rubio fez audiências no Senado, recebeu ativistas venezuelanos no gabinete, apareceu em churrascos e missas da diáspora. Virou, na prática, o porta-voz da causa, o rosto americano de uma luta que, para muitos em Doral, era pessoal.

A relação com Trump era improvável. Em 2016, os dois tinham se enfrentado nas primárias republicanas. Trump o apelidou de Little Marco (Marquinho, mas com um tom pejorativo) e zombou dele em rede nacional porque, nos debates, ficava nervoso, suava, bebia água. O senador revidou chamando-o de "vigarista" e insinuando que suas mãos pequenas indicavam outra coisa. Foi brutal. Perdeu, inclusive na Flórida. Mas, quando Trump venceu a eleição, Rubio engoliu o orgulho e se aproximou. Descobriu que, em política externa, o novo presidente tinha pouco interesse e menos ainda conhecimento. Era uma brecha.

Em fevereiro de 2017, no primeiro ano do governo Trump, Rubio levou Lilian Tintori, mulher de Leopoldo López, líder oposicionista venezuelano preso em 2014 e hoje exilado na Espanha, para um encontro com Trump na Casa Branca. Foi a primeira vez que o presidente demonstrou interesse pessoal pelo assunto. Segundo relatos da época, Trump ficou impressionado com Tintori, uma mulher loira que falava inglês fluentemente e chorava ao descrever o marido. A Venezuela deixou de ser só um dossiê e virou uma história com rosto.

Dois anos depois, veio a aposta mais ousada. Em janeiro de 2019, a Venezuela vivia uma crise de legitimidade. Maduro fora reeleito em 2018, mas a oposição e dezenas de países denunciaram a eleição como farsa: a principal candidata de oposição, María Corina Machado, foi impedida de concorrer, houve abstenção recorde e denúncias de fraude. A Assembleia Nacional, controlada pela oposição, declarou a presidência "vaga" e invocou uma brecha constitucional: o presidente da Assembleia podia assumir interinamente.

O presidente da Assembleia era Juan Guaidó, um deputado de 35 anos praticamente desconhecido até semanas antes. Guaidó se autoproclamou presidente interino em uma praça de Caracas, diante de câmeras de tevê. De imediato, os Estados Unidos reconheceram Guaidó como presidente legítimo. Mais de cinquenta países fizeram o mesmo – inclusive o Brasil com Bolsonaro. Maduro continuou no Palácio de Miraflores, com o apoio das Forças Armadas, da Rússia e da China. A estratégia fracassou e Guaidó acabou no exílio em Miami, mas Rubio cresceu. Na época, a imprensa americana passou a chamá-lo de "arquiteto-chefe" da política para a Venezuela. Não era exagero.

Rubio entendia como Washington funcionava. Não bastava denunciar Maduro como ditador (isso qualquer um fazia). Era preciso traduzir a crise numa linguagem que abrisse portas. Denunciar a Venezuela como rota do narcotráfico chamava a atenção do Departamento de Justiça. Classificá-la como base da inteligência cubana atraía o interesse dos comitês de segurança. Apontá-la como porta de entrada para russos e chineses despertava preocupações no Pentágono. Cada enquadramento mobilizava uma burocracia diferente. Rubio jogava a longo prazo, uma paciência rara em Washington, onde carreiras se medem em ciclos eleitorais. Enquanto outros políticos recorriam a gestos dramáticos, Rubio acumulava pequenas vitórias: uma lei de sanção aqui, um indiciamento por narcoterrorismo ali. Não tinha pressa. Sabia que, para derrubar um governo, não bastava vontade política. Era preciso criar as condições em que a derrubada se tornasse inevitável. Ou, pelo menos, defensável.

Há uma ambiguidade moral nessa paciência. "Criar condições" é uma expressão neutra, quase técnica, o tipo de frase que cabe em relatórios e audiências. Na prática, o que significa? Para defensores das sanções, é cortar o fluxo de dinheiro que financia a repressão, pressionar generais a mudar de lado, isolar um regime que se sustenta pela força. Para críticos, é estrangular uma economia já em colapso, encarecer remédios, punir um povo que não escolheu seu governo. A verdade, provavelmente, está em algum lugar entre os dois, e é impossível calcular com precisão. Quanto do colapso venezuelano é culpa de Maduro, quanto é culpa das sanções? A pergunta é real, mas a resposta é política.

Rubio e seus aliados argumentavam que as sanções eram cirúrgicas,

voltadas a indivíduos do regime, não contra a população venezuelana. Economistas apontavam que, na prática, a distinção se dissolvia: sanções ao setor petrolífero afetam toda a economia e punem os cidadãos. Restrições bancárias dificultam importações e sufocam o regime, mas também barram a compra de alimentos e remédios. Em qualquer situação, há sempre uma aposta. Planta-se o sofrimento de curto prazo para colher a liberdade de longo prazo. O dado indiscutível é que raramente a conta é paga pelo apostador.

Nada disso impediu a ascensão de Rubio. Pelo contrário: sua paciência rendeu frutos. Em janeiro de 2025, com o início do segundo governo Trump, tornou-se o primeiro político de origem latina a ocupar a Secretaria de Estado, o equivalente à chancelaria brasileira. Meses depois, acumulou a função de conselheiro de Segurança Nacional, algo que não acontecia desde Henry Kissinger nos anos 1970. "Marco vai ficar na história como o maior secretário de Estado que os Estados Unidos já tiveram", disse Trump em outubro de 2025. O homem que tinha sido humilhado nas primárias agora concentrava mais poder em política externa do que qualquer outra figura do governo.

Dois dias depois da posse, Rubio telefonou para os dois líderes da oposição venezuelana. O primeiro foi Edmundo González, um diplomata de 75 anos que concorreu à Presidência em 2024 e, de acordo com a oposição, venceu. A segunda ligação foi para María Corina Machado, a quem González substituiu na chapa presidencial depois que ela foi novamente proibida de concorrer. A mensagem era clara: o que Rubio havia costurado por uma década agora era a política oficial dos Estados Unidos. Mas ele não operava sozinho. Por trás, e em alguns casos antes dele, havia uma engrenagem menos visível.

Em Washington, ideias não surgem do nada. Elas são produzidas, testadas, embaladas e distribuídas por uma rede de instituições que funciona como uma linha de montagem. *Think tanks* publicam relatórios. Relatórios viram citações em audiências no Congresso. Audiências viram manchetes. Manchetes viram opinião pública. Opinião pública vira política. A Venezuela passou por essa linha de montagem ao longo de uma década. O que saiu do outro lado foi um consenso raro: democratas e republicanos concordavam que Maduro precisava cair. Discordavam apenas sobre o método.

Os *think tanks* são uma instituição particular inventada pelos americanos para executar esse tipo de trabalho. O nome não tem boa tradução em português (algo como "fábrica de ideias") e, na prática, funcionam mais como "usinas de influência". Ocupam uma zona cinzenta entre a academia e o lobby, produzindo estudos com aparência de neutralidade, mas que, frequentemente, servem aos interesses de quem os financia. Existem centenas de *think tanks* em Washington, de todos os matizes ideológicos: conservadores, liberais, libertários, especialistas em defesa, em clima, em política externa. Alguns operam com orçamentos modestos e influência limitada. Outros movimentam dezenas de milhões de dólares por ano e ajudam a definir os termos do debate. Seus estudos são citados por jornalistas, invocados por senadores, incorporados a projetos de lei. Moldam o vocabulário com que Washington discute o mundo. E funcionam como uma elegante sala de espera para o poder: ex-secretários e ex-embaixadores passam alguns anos em seus corredores, escrevendo artigos e cultivando contatos, até que o partido retorne ao governo e seus telefones voltem a tocar. É a porta giratória. Quem entra por um lado sai pelo outro – e geralmente volta.

O Center for Strategic and International Studies (Csis), um dos *think tanks* mais influentes da capital, mantinha a chamada "Iniciativa para o Futuro da Venezuela" que descrevia o país como "um Estado falido que representa uma ameaça significativa à segurança do Hemisfério Ocidental". O enquadramento importava: não se tratava de uma crise humanitária distante, mas de um problema de segurança nacional americana. A Heritage Foundation, outro centro influente, seguia linha parecida, mas com ênfase doméstica: seus relatórios conectavam a Venezuela à gangue Tren de Aragua, ao narcotráfico, à suposta infiltração de criminosos entre os migrantes.

O *Projeto 2025*, o plano de governo que serve de roteiro para o segundo mandato de Trump, incorporou várias dessas recomendações. Em dezembro de 2025, duas semanas antes da invasão da Venezuela, dois pesquisadores do Csis publicaram um artigo defendendo que os Estados Unidos deveriam "ir com tudo" na Venezuela. O que o artigo não mencionava era quem financia o Csis dos dois pesquisadores. A lista:

* A ExxonMobil, petroleira que busca 1,6 bilhão de dólares em indenização por ativos expropriados por Chávez, doou 250 mil dólares ao Csis em 2024.

* A petroleira ConocoPhillips, que ganhou uma arbitragem de 8,7 bilhões de dólares contra o governo venezuelano, contribuiu com mais de 50 mil.

* A General Atomics, fabricante dos drones usados nos ataques a lanchas venezuelanas, e a Lockheed Martin, gigante do setor aeroespacial e de defesa, doaram mais de 250 mil dólares cada uma.

* A Boeing, gigante na fabricação de aviões e caças militares, entrou com mais de 100 mil dólares.

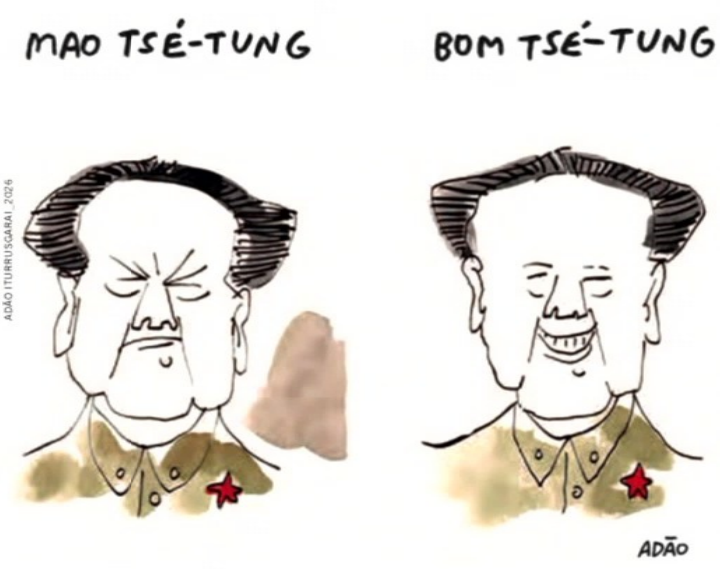
Como se vê, a Venezuela era, a um só tempo, um problema de segurança e uma oportunidade de negócios.

Havia vozes dissonantes. *Think tanks* de orientação mais liberal, como o Escritório de Washington para a América Latina (Wola, na sigla em inglês), enfatizavam o custo humanitário das sanções e defendiam soluções negociadas. Em 2021, um relatório do Escritório de Responsabilidade Governamental (GAO, em inglês), o órgão de auditoria do Congresso americano, ajudou a eliminar a ambiguidade moral das sanções ao concluir que elas tinham "contribuído diretamente" para o colapso econômico venezuelano. Mas essas vozes foram progressivamente abafadas. Em novembro de 2025, dois meses antes da invasão, a *Foreign Affairs*, influente revista sobre política externa americana, publicou um artigo intitulado *How to topple Maduro* (Como derrubar Maduro). O autor, Elliott Abrams, que tinha sido representante especial de Trump para a Venezuela entre 2019 e 2021, sugeria ataques cirúrgicos: destruir a defesa antiaérea, bombardear bases da Força Aérea, afundar lanchas do narcotráfico. Como se vê, o título não era uma metáfora.

A matéria-prima desse consenso, porém, não era fabricada apenas em Washington. Vinha também de Miami. Eram os ativistas de Doral que organizavam as caravanas até o Capitólio, entregavam centenas de cartas aos gabinetes, testemunhavam em audiências. Ernesto Ackerman, o líder do Ivac que chamava Rubio de "nosso general", conhecia o senador pessoalmente e repetia suas frases em entrevistas. Em fevereiro de 2019, Rubio participou de um evento na Heritage Foundation intitulado Venezuela em um Ponto de Inflexão, onde ecoou o que os exilados diziam há anos: que Maduro era um narcoditador, que nenhuma opção deveria ser descartada. Os relatórios dos *think tanks* citavam dados que vinham dos testemunhos de Miami. Os testemunhos de Miami ganhavam peso porque os *think tanks* os validavam. Era um circuito fechado, e Miami era o ponto de entrada.

É tentador ver esse circuito como conspiração, um grupo de homens em salas fechadas decidindo o destino de um país. A realidade é mais banal e, por isso, mais perturbadora. Não era preciso combinar nada. Os *think tanks* publicavam o que seus financiadores queriam ler, não porque recebessem ordens para tal, mas porque a afinidade ideológica já estava dada. Os políticos citavam os relatórios porque validavam posições que já tinham. Os ativistas forneciam testemunhos porque precisavam de aliados. Cada peça seguia sua própria lógica, e o resultado era um consenso que parecia orgânico, inevitável até. A ilusão de neutralidade técnica é o que torna esse tipo de máquina tão eficiente. Ninguém mente. Todos apenas escolhem quais verdades contar.

Nesta engrenagem, as petroleiras são ingrediente fundamental. Quando Chávez nacionalizou a indústria em 2007, a Exxon e a Conoco (as mesmas que agora financiam *think tanks* enquanto esperam bilhões em indenização) saíram do país. A Chevron ficou, a única grande petroleira americana a manter operações na Venezuela. Isso criou uma tensão curiosa. De um lado,



os falcões (como são chamados em Washington os defensores de linhas duras) queriam isolar completamente a Venezuela. Rubio era um deles. E, para ele, qualquer negócio com Caracas era, na prática, financiamento para Maduro.

Mas, de outro, a Chevron gasta cerca de 12 milhões de dólares por ano em lobby, argumentando que sua presença dava aos Estados Unidos alguma influência na Venezuela e impedia que russos e chineses ocupassem o vácuo. A tensão se resolveu em etapas. Em novembro de 2022, o governo de Joe Biden autorizou a Chevron a retomar operações limitadas. Em julho do ano passado, já sob Trump, a licença foi modificada: a petroleira podia operar, mas não podia pagar em dinheiro ao governo venezuelano, apenas em petróleo. Era uma solução que permitia manter o acesso às reservas enquanto estrangulava o regime. Quando a operação militar aconteceu, agora em janeiro, as ações da Chevron subiram. Trump anunciou que empresas americanas iriam "entrar e gastar bilhões". Era um investimento, e um prêmio.

Mas *think tanks* e petroleiras, por mais influentes que fossem, tampouco explicam tudo. Havia outra engrenagem nessa máquina, talvez a mais importante. Não estava nos gabinetes. Estava nas ruas.

Em outubro de 2020, a oito dias da eleição presidencial, um anúncio começou a circular nas redes sociais do Sul da Flórida. Mostrava imagens de filas para comprar comida em Caracas, intercaladas com fotos de Joe Biden e Kamala Harris. A narração, em espanhol, dizia: "Isso é o que o socialismo faz. É isso que eles querem trazer para cá." Em uma semana, o vídeo teve mais de 100 mil visualizações, quase todas em Miami-Dade.

O anúncio era falso. Biden nunca defendeu nada parecido com o chavismo, nem Kamala Harris. Mas não importava. A mensagem não precisava ser verdadeira. Precisava ser sentida. E, para quem tinha fugido da Venezuela, a imagem de prateleiras vazias não precisava de legenda: evocava o que tinham vivido.

Durante décadas, a Flórida decidiu eleições americanas. Desde que George W. Bush ganhou a eleição presidencial com uma diferença de apenas 537 votos no estado em 2000, vencer na Flórida tornou-se uma obsessão de ambos os partidos. Entre 2016 e 2020, a cidade de Doral (a Doralzuela do estacionamento do El Arepazo) registrou uma das maiores guinadas eleitorais do país. Mais de 40% dos cerca de 80 mil habitantes são de origem venezuelana. Trump perdeu ali por 40 pontos em 2016. Em 2020, produziu uma virada espetacular e venceu por margem apertada. O padrão se repetiu em outras cidades com grande população venezuelana: Weston, Sweetwater, partes de Hialeah.

No condado de Miami-Dade como um todo, a margem democrata caiu de 29 pontos para apenas 7 em quatro anos. A virada eleitoral era sintoma de algo maior: uma reconfiguração do mapa político americano, impulsionada em parte pelos mesmos exilados que lotavam o estacionamento do El Arepazo. Em 2024, Trump venceu em Miami-Dade – o primeiro republicano a fazê-lo desde 1988 – e levou a Flórida por 13 pontos, a maior margem desde 1988. Hoje, o estado deixou de ser um território disputado: virou republicano. Ironicamente, isso significa que o peso eleitoral dos venezuelanos já não era decisivo. A invasão aconteceu mesmo assim.

Os números contam uma história que vai além de preferências partidárias. Pesquisas de boca de urna mostravam que, para os eleitores latinos de Miami-Dade, a palavra "socialismo" tinha peso que não se repetia em nenhum outro lugar do país: menos conceito do que cicatriz, menos ideologia do que biografia. Os republicanos entenderam isso antes dos democratas. Enquanto a campanha de Biden falava de saúde pública e mudança climática, os comitês republicanos martelavam uma mensagem simples: Biden é socialista, Harris é socialista. Se eles vencerem, a América vira Venezuela. Era uma mentira, mas funcionava porque se ancorava em algo real: o trauma de quem tinha perdido país, carreira, família.

Há algo de trágico nessa equação. As pessoas que mais sofreram com o autoritarismo de Maduro acabaram votando em um homem que até ex-membros de seu próprio gabinete acusam de ter impulsos autoritários, que o levam a questionar eleições, atacar a imprensa, ameaçar adversários de prisão. A coalizão que se formou em Miami tinha pouco a ver com ideologia no sentido clássico: era uma aliança de feridas. E feridas não leem plataformas de governo. Reconhecem inimigos.

A Venezuela virou, assim, um código. Quando Trump dizia que ia "libertar" o país, não falava apenas para Caracas. Falava para Doral. Quando Rubio subia no palanque e chamava Maduro de ditador, os aplausos vinham dos dois lados do Estreito da Flórida. Era política externa feita para consumo interno, e consumo interno com consequências externas. Os ativistas venezuelanos sabiam disso e jogavam o jogo. A Veppex levava exilados a comícios republicanos. Em troca, esperavam que a retórica virasse ação. "Votamos nele porque prometeu nos libertar", disse uma mulher em Doral, no dia da operação. "Cumpriu a promessa." Mas havia uma tensão nessa aliança que só ficaria clara mais tarde. Os mesmos venezuelanos que votaram em Trump por causa da Venezuela seriam, meses depois, afetados por suas políticas de imigração. Antes, porém, havia uma invasão a fazer.

Donald Trump nunca foi um intervencionista. Ao contrário. Durante anos, criticou as guerras do Iraque e do Afeganistão, chamou a política externa americana de "desastre" e prometeu trazer as tropas de volta para casa. O movimento Maga, a sigla que identifica os adeptos do nacional-trumpismo, nasceu, em parte, dessa promessa. Menos guerras. Menos envolvimento externo. América primeiro. A Venezuela era, em tese, tudo o que Trump deveria evitar: um país distante, sem ameaça direta aos Estados Unidos, com um regime que não atacava ninguém fora de suas fronteiras. Uma intervenção ali seria exatamente o tipo de aventura que os isolacionistas republicanos detestam. E, no entanto, aconteceu.

O que mudou não foi Trump: foi o enquadramento. Rubio e seus aliados passaram anos construindo uma narrativa que transformava a Venezuela em algo diferente de uma guerra tradicional, algo que não evocasse nem Iraque, nem Afeganistão.

Primeiro, existe o petróleo. Trump gosta de falar em termos de negócios, de ativos, de coisas que podem ser obtidas ou perdidas. "O petróleo venezuelano é propriedade americana roubada pelos socialistas", repete Stephen Miller, um de seus conselheiros mais próximos. A Venezuela virou um investimento a ser recuperado. Depois da invasão, a conta chegou. Trump disse que a Venezuela entregaria até 50 milhões de barris aos Estados Unidos, petróleo "de alta qualidade", que estava parado em navios-tanque em razão das sanções. Seria vendido a preço de mercado, e o dinheiro, disse Trump, ficaria sob seu controle pessoal "para garantir que seja usado em benefício do povo venezuelano e dos Estados Unidos".

A frase tem a precisão de um contrato e a sinceridade de um espólio. Analistas de política externa encontraram uma palavra para descrever o arranjo: protetorado. Os Estados Unidos não estão anexando a Venezuela, mas controlando seu principal recurso, ditando decisões econômicas e mantendo o governo local sob supervisão. No início do século XX, Washington fez o mesmo com a República Dominicana, o Haiti e a Nicarágua – países com bandeira e presidente, mas sem soberania fiscal. A diferença, agora, é o petróleo.

Depois, existe o narcotráfico. Em março de 2020, o Departamento de Justiça indiciou Maduro por narcoterrorismo, uma acusação que o colocava na mesma categoria de Pablo Escobar. O indiciamento tinha a digital de Rubio, que pressionara o Departamento de Justiça por anos. Até hoje, a acusação não veio acompanhada de provas, a Venezuela nem sequer é produtora de droga, mas apenas rota de passagem de cocaína que, em grande parte, vai para a Europa, mas o indiciamento deu a Trump uma justificativa que vai além da ideologia: combater o tráfico de drogas. E há um detalhe técnico que importa: a acusação de narcoterrorismo permite enquadrar a operação não

como guerra, mas como "ação policial com apoio militar", uma geringonça que, segundo a Casa Branca, dispensava autorização do Congresso. "Maduro tem múltiplas acusações nos Estados Unidos por narcoterrorismo", escreveu o vice-presidente J. D. Vance no X horas depois do ataque. "Você não escapa da Justiça americana porque mora num palácio em Caracas."

Por fim, existe a Flórida. Ou, pelo menos, a memória dela.

Rubio soube costurar essas três linhas. Em reuniões na Casa Branca, falava de petróleo quando estava com empresários, de drogas quando estava com o Departamento de Justiça, de votos quando estava com a equipe de campanha. Há algo quase admirável na economia dessa operação retórica para quem consegue abstrair seu imenso custo. A depender da plateia, a Venezuela era reserva de petróleo, ou corredor de cocaína ou laboratório de socialismo. Cada versão continha um grão de verdade, envolto em muito exagero. Juntas funcionavam como aqueles espelhos de parque de diversões que deformam o reflexo: dá para reconhecer a imagem, só não se sabe mais exatamente o que é. Trata-se de uma habilidade, essa de convencer cada plateia de que a sua versão é a verdadeira. Políticos fazem isso o tempo todo. A diferença é que, desta vez, a apresentação virou guerra.

A tensão com a ala isolacionista do movimento Maga nunca desapareceu. Figuras como Tucker Carlson, o apresentador de tevê que se tornou um dos principais porta-vozes do Maga, criticaram abertamente a ideia de intervir na América Latina. "O que a Venezuela tem a ver conosco?", perguntou em um programa. A resposta de Rubio era sempre a mesma: tudo. Drogas, petróleo, imigração. A Venezuela não estava longe. Estava na fronteira.

Agora, finalmente, Rubio tinha o poder de agir. E agiu rápido.

Nas semanas anteriores à operação militar, os sinais tinham se acumulado. Rubio falava abertamente em "todas as opções", o Pentágono transferiu porta-aviões para o Caribe. Mas, quando os mísseis atingiram Maracay e Barquisimeto na madrugada de 3 de janeiro, a surpresa foi real. Ninguém esperava que acontecesse naquela noite. Em Mar-a-Lago, Trump convocou uma entrevista coletiva para a imprensa às seis da manhã. Ao seu lado, de terno escuro e expressão contida, estava Marco Rubio. Até falou, mas nem precisava. Sua presença era a mensagem.

A reação foi imediata – e dividida. Enquanto os exilados em Miami celebravam, a América Latina acordava em choque. Brasil, Colômbia, Uruguai, Chile, México e Espanha emitiram uma declaração conjunta condenando a violação flagrante do direito internacional. O presidente Lula foi o mais duro: chamou a operação de "afronta gravíssima à soberania" e disse que a ação recorda os piores momentos de interferência na América Latina, pedindo uma resposta "vigorosa" da ONU.

No estacionamento do El Arepazo, as bandeiras ainda tremulam. Doral continua em festa. Mas, em algumas mesas, a conversa já mudou de tom. Não se fala só de Maduro. Fala-se de vistos para permanecer nos Estados Unidos.

O assunto provocou uma fratura na coalizão que Rubio construiu. E começou antes mesmo da invasão. Em fevereiro de 2025, a secretária de Segurança Interna, Kristi Noem, anunciou o fim do Status de Proteção Temporária (TPS, na sigla em inglês), uma espécie de visto humanitário que permitia a cerca de 600 mil venezuelanos viver e trabalhar legalmente nos Estados Unidos. Em maio do ano passado, a Suprema Corte autorizou a revogação. E, assim, centenas de milhares de venezuelanos (muitos dos quais tinham apoiado Trump e chegaram ao país fugindo de Maduro) passaram a viver sob ameaça de deportação. Para os que já eram cidadãos e tinham votado no republicano, a decisão era um golpe de outra ordem: muitos tinham parentes, amigos e vizinhos com TPS.

"Nos usaram", disse um ativista venezuelano a uma rádio local. "Durante a campanha, os políticos republicanos nos garantiram que ele não tocaria nos documentados." Uma pesquisa da Universidade Internacional da Flórida mostrou que metade dos venezuelanos que votaram em Trump estava arrependida ou tinha sentimentos mistos. Quase 40% disseram que votariam em outro candidato no futuro. O deputado Mario Díaz-Balart, republicano de Doral e neto de ex-ministro de Fulgencio Batista, declarou publicamente que se opunha à revogação do visto humanitário. Era tarde.

Horas depois da captura de Maduro, a prefeita de Miami-Dade, Eileen Higgins, pediu que Trump reinstaurasse imediatamente o TPS. Kristi Noem respondeu: "A Venezuela está mais livre hoje do que ontem. Não há razão para não voltarem." A lógica era implacável e, para muitos em Doral, cruel. Quem ajudou a eleger Trump por causa da Venezuela agora podia ser expulso por causa da Venezuela.

A traição – é assim que muitos a descrevem – tem uma anatomia particular. Durante anos, os exilados venezuelanos foram instrumentalizados como arma eleitoral: seus traumas viraram anúncios de campanha, suas histórias viraram discursos de palanque, seus votos viraram margem de vitória nas urnas. Em troca, receberam promessas de linha dura contra Maduro, e essas promessas foram cumpridas. Mas o que não estava no acordo era o que viria depois. Os venezuelanos de Doral imaginavam que derrubar Maduro selaria sua integração à história americana. Descobriram, com o fim do TPS, que a gratidão política tem prazo de validade.

Havia outra ironia, mas silenciosa. María Corina Machado, a líder oposicionista que Rubio tinha cultivado por anos, foi escanteada. Em outubro de 2025, ela ganhou o Nobel da Paz, um prêmio controverso, criticado por organizações de direitos humanos devido ao apoio de Machado ao genocídio de Israel em Gaza e às sanções que devastaram a economia venezuelana. Trump ligou para parabenizá-la, mas achava que ele próprio era o merecedor do prêmio. No mesmo dia da operação militar na Venezuela, disse a jornalistas: "Ela não tem apoio nem respeito dentro do país. É uma mulher muito simpática, mas não tem o respeito que merece."

Quando o governo provisório foi anunciado em Caracas, Machado não fazia parte. Trump declarou que os Estados Unidos iriam "administrar" a Venezuela até uma "transição judiciosa", e sua escolha recaiu sobre Delcy Rodríguez, a vice-presidente de Maduro. Machado, em entrevista ao canal Fox News, elogiou a operação, chamou Trump de "visionário" e "corajoso" e até ofereceu dividir com ele o Nobel da Paz. Era um gesto de conciliação. Ou de desespero. Doze dias depois, Machado foi recebida na Casa Branca. Levou consigo a medalha do Nobel e a entregou a Trump, em um gesto de gratidão pela deposição de Maduro. O Comitê Nobel precisou emitir uma nota: "A medalha pode mudar de dono, mas o título de laureado do Nobel da Paz não pode." A mulher que liderou a campanha contra Maduro em 2024, que mobilizou milhões, que virou símbolo internacional da resistência democrática, agora implorava por um lugar à mesa. Trump aceitou a medalha de presente, mas não mudou de ideia: Machado continua fora do governo.

A coalizão que sustentou a Operação Flórida – exilados, legisladores, *think tanks*, petroleiras – entregou o que prometeu: a queda de Maduro. Mas coalizões instrumentais raramente sobrevivem à vitória. Cada grupo entrou nela por razões próprias. Agora, as razões divergem. Os venezuelanos de Doral querem ficar onde estão. A política migratória, que vem convulsionando os Estados Unidos, quer mandá-los embora. María Corina Machado quer governar. Trump prefere outra pessoa. O petróleo está ao alcance. As petroleiras temem desembolsar bilhões e bilhões de dólares num país ainda sob um regime chavista.

A história das intervenções americanas está cheia de alianças que se desintegraram depois da vitória. Os cubanos que desembarcaram na Baía dos Porcos em 1961 esperavam um apoio aéreo que nunca veio. Os afegãos que trabalharam como tradutores para o Exército americano esperavam vistos que demoraram anos. A fratura que se abre em Doral é a mesma que marca outras coalizões do ressentimento: servem enquanto há inimigo comum; racham quando a vitória chega e os interesses divergem.

No El Arepazo, ainda há bandeiras. Mas não há festa. ✪

O ÚLTIMO AURELIANO

O nacionalismo mágico de Gustavo Petro, o presidente colombiano que desafia Trump

ROBERTO ANDRÉS, de Bogotá

Petro, no palácio presidencial: ele é ex-guerrilheiro,

Logo depois de invadir a Venezuela e sequestrar seu presidente, e antes de ameaçar tomar para si a Groenlândia, Donald Trump começou a fustigar a Colômbia. Afirmou que o país era governado por um "homem doente, que gosta de produzir cocaína e vendê-la aos Estados Unidos – e não vai continuar fazendo isso por muito tempo". Disse também que uma intervenção militar no país "soava bem". Desafiando Trump, o presidente colombiano, Gustavo Petro, afirmou que estava disposto a "pegar em armas" e convocou o povo colombiano para ir às ruas em defesa do seu país.

A disputa, que ganhou os holofotes com a grave intervenção dos Estados Unidos no continente, começara um ano antes. Na verdade, Petro foi o primeiro líder da região a polarizar com Trump em seu segundo mandato. Em janeiro de 2025, quando iniciou sua caça a imigrantes, Trump despachou dois aviões com destino à Colômbia. Neles, estavam algumas centenas de imigrantes ilegais, que o presidente americano chamou de criminosos. Mas os aviões não pousaram em Bogotá. A entrada foi barrada pelo presidente colombiano. Petro alegou que os cidadãos de seu país estavam sendo tratados como delinquentes e que os Estados Unidos não respeitavam protocolos internacionais. Depois, autorizou a entrada dos aviões, mas o recuo não impediu que se iniciasse o embate entre os dois presidentes. Um embate cuja arena, claro, foi a terra de lacração das redes sociais.

Contrariado, Trump vociferou em uma postagem em que chamou Petro de presidente impopular em seu país e listou as retaliações que promoveria: tarifas sobre produtos colombianos, revogação de vistos de membros do governo, do presidente e seus familiares, além de sanções alfandegárias e em transações financeiras. A resposta veio logo. Abusando de referências da literatura e da história, Petro povoou o ringue com imagens incomuns nas contendas políticas. O resultado é um textão nacionalista com um quê de Realismo Mágico, que diz bastante sobre a forma como o presidente colombiano busca se posicionar politicamente.

Em resposta à ameaça de cassar seu visto, Petro afirmou achar entediante viajar aos Estados Unidos. Evocou Salvador Allende (ex-presidente do Chile deposto por um golpe militar com apoio do governo americano) para assegurar que resistiria a um golpe articulado por Trump. Em seguida, fantasiou seu próprio assassinato ("Me matarás, mas eu sobreviverei no meu povo, que é anterior ao seu, nas Américas"), apresentou uma imagem poética do povo colombiano ("Somos um povo dos ventos, das montanhas, do Mar do Caribe e da liberdade"), mobilizou o orgulho nacional ("A Colômbia é o coração do mundo", o "primeiro território livre das Américas") e suas peculiaridades ("terra das borboletas amarelas"). Tudo isso coroado pela evocação de uma figura mítica da literatura, em chave de autoidentificação – nas palavras de Petro, a Colômbia é também a terra "dos coronéis Aurelianos Buendía, dos quais eu sou um deles, talvez o último".

Aureliano Buendía é o protagonista de *Cem anos de solidão*, clássico do escritor colombiano Gabriel García Márquez, laureado com o Prêmio Nobel de Literatura. O autor e o romance são motivos de orgulho nacional. É possível dizer que García Márquez está para o povo colombiano como Pelé está para o brasileiro. Não era a primeira e não seria a última vez que o presi-

NATHALIA ANGARITA, 2026

sofreu ameaças de morte, viveu três anos na Europa e, em 2006, foi escolhido pelos leitores do jornal *El Tiempo*, o maior do país, como "personagem do ano", à frente da cantora Shakira

ADÃO ITURRUSGARAI, 2026

dente evocaria o aclamado escritor e sua obra-prima – desde a juventude, quando participava da luta armada, Petro utilizava o pseudônimo "Coronel Aureliano". Note-se que a jornada de Aureliano Buendía não é a do herói que triunfa depois da superação de obstáculos, mas a de uma figura voluntarista, capaz de grandes feitos, mas derrotada pela dureza da realidade.

Como narra García Márquez, "o coronel Aureliano Buendía promoveu 32 rebeliões armadas e perdeu todas. [...] Escapou de 14 atentados, 73 emboscadas e de um pelotão de fuzilamento". Bastava liberais e conservadores anunciarem uma conciliação para que o coronel articulasse um novo levante armado, retomando a guerra. Foi tido como morto várias vezes, mas ressurgia em seguida. Chegou a ser comandante-geral das forças revolucionárias, temido em todo o país. Tentou suicidar-se com um tiro no peito depois de assinar o acordo de paz, mas a bala atravessou seu corpo sem atingir nenhum órgão. Já na velhice, quando se dedicava à ourivesaria, bradou ameaças contra os gringos que enchiam o país em busca de riqueza fácil. No dia seguinte, seus dezessete filhos, todos de nome Aureliano e cada um de uma mãe diferente, foram assassinados, um a um. Aureliano Buendía morreu solitário enquanto urinava na árvore do pátio da casa em que nasceu em Macondo.

É dessa estirpe de anti-herói, que oscila entre o mítico e o trágico, cujos feitos são memoráveis, mas cujos resultados são irrelevantes ou terríveis, que o presidente colombiano afirma ser o último biscoito do pacote. O sentido simbólico dessa comparação ajuda a compreender os objetivos políticos de Gustavo Petro ao polarizar de forma tão acalorada com um adversário que, na prática, tem poucas condições de enfrentar.

A eleição de Gustavo Petro e Francia Márquez para o governo da Colômbia começou um ano antes do pleito. Em abril de 2021, uma greve promovida por centrais sindicais parou o país, em um momento em que uma insatisfação difusa se acumulava na sociedade. O que veio em seguida foi uma onda de protestos massivos, que os colombianos chamam de *el estallido* (a explosão). Como apontou a jornalista María Teresa Ronderos em artigo publicado na **piauí** (*O impasse colombiano*, **piauí_178**, julho de 2021), problemas sociais em torno de temas como saúde, educação e emprego se somaram aos retrocessos promovidos pelo governo de direita de Iván Duque no processo de paz que estava em curso. Tudo isso conformou o estado de coisas contra o qual a população se insurgiu.

O rol de insatisfações teve o tamanho e a intensidade necessários para formar um incêndio na pradaria – rápido e impossível de conter. O governo fez o que governos fazem nessa hora: mandou a polícia descer a lenha nos manifestantes, mas a repressão aumentava a indignação popular, o que levava mais gente aos protestos. Rapidamente, as ruas do país estavam em chamas. Foram mais de cinquenta dias de revolta popular combatida com muita violência policial, e um saldo de dezenas de mortos e centenas de feridos. Pesquisas apontaram que a maioria dos jovens do país estiveram nos protestos, endossados por boa parte da sociedade.

O *estallido* de 2021 teve similaridade com o ciclo de protestos ocorrido no início da década passada em diversos países do mundo – no Brasil teve lugar em junho de 2013. Mas a distância no tempo e a diferença no contexto político acabaram levando a resultados distintos. Ao contrário do que ocorreu no Brasil, a revolta colombiana se deu quando um governo de direita estava no poder. Além disso, a década de 2020 já assistia, em diversos países, à emergência de novas lideranças de esquerda, que podiam expressar a renovação demandada pelas ruas. Os protestos colombianos de 2021 tiveram mais proximidade com outro *estallido* – aquele ocorrido no Chile em 2019, cujos desdobramentos levaram à realização de uma Assembleia Nacional Constituinte e à eleição de Gabriel Boric, novo líder de esquerda, à Presidência do país em 2021.

No caso da Colômbia, a renovação na esquerda foi representada por Francia Márquez, que ficara conhecida por liderar mobilizações contra grandes empreendimentos com impactos ambientais na região de Cauca. Mulher negra e ativista por direitos humanos, aos 39 anos Márquez apresentou-se como pré-candidata à Presidência nas primárias do Pacto Histórico (uma coalizão de partidos de esquerda) para as eleições de 2022. Teve a segunda maior votação nas prévias, e foi indicada como vice na chapa que seria liderada por Gustavo Petro.

Enquanto Márquez iniciou sua vida pública nas lutas sociais, Petro o fez, vinte anos antes, na luta armada. Aos 18 anos, aderiu ao Movimento 19 de Abril, o M-19, um grupo guerrilheiro de esquerda. O M-19 chegou a ser a segunda maior guerrilha da Colômbia, atrás das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). O grupo organizou a tomada do Palácio de Justiça em 1985, cujos desdobramentos levaram a um massacre promovido pelo Exército colombiano, que matou uma centena de pessoas – entre elas, doze ministros da Corte Suprema de Justiça. Na série *Narcos*, da Netflix, conta-se que a ação do M-19 fora contratada pelo megatraficante Pablo Escobar, para que os processos judiciais contra ele fossem extintos, tese que foi validada por uma comissão de ex-presidentes da Suprema Corte anos depois, mas nunca foi aceita pelos desmobilizados do M-19. Embora tenha sido acusado de participar da ação, Petro estava na prisão à época. Quase um ano e meio depois, quando foi libertado, participou das negociações de paz que transformaram o M-19 em um partido político, a Aliança Democrática M-19.

Nas eleições de 1990, o partido de Petro apresentou-se aos eleitores pela primeira vez. Seu candidato à Presidência seria Carlos Pizarro, maior liderança do grupo desde a época da guerrilha. Mas seu nome não chegou às urnas. Durante a campanha, enquanto viajava a bordo de um avião, Pizarro foi morto a tiros. Naquele pleito, também foram assassinados os candidatos Luis Carlos Galán, do Partido Liberal, que era favorito no pleito, e Bernardo Jaramillo, do União Patriótica, partido de esquerda que teve diversas lideranças abatidas na época. Por trás das execuções estavam o Cartel de Medellín, liderado por Escobar, e um grupo paramilitar de extrema direita.

A grave situação política levou a uma mobilização social, articulada por estudantes, que reivindicava a criação de uma Assembleia Nacional Constituinte para reescrever a Constituição. O movimento propôs que, no dia da eleição, as pessoas levassem uma sétima "papeleta", que seria inserida na urna depois dos seis votos protocolares. No papelzinho extra, responderiam se aprovavam ou não a proposta da constituinte. A Constituição então vigente, promulgada em 1886, ancorava-se em valores arcaicos (proibia o divórcio, por exemplo) e promovia a concentração de poder nas elites (o direito ao voto era restrito) e no presidente (que escolhia governadores e juízes).

A mobilização social deu resultado. O presidente eleito, César Gaviria, do Partido Liberal, convocou eleições para a Assembleia Nacional Constituinte poucos meses depois de sua posse. Seu partido elegeu 25 constituintes, enquanto a Aliança Democrática fez 19, em um total de 70. Juntos, liberais e esquerda tiveram a maioria dos assentos, e a nova Carta foi escrita com tintas democráticas e progressistas. Promulgada em 4 de julho de 1991, a Constituição revogou o Congresso e chamou novas eleições parlamentares para dali a quatro meses. No pleito, o Partido Liberal conquistou sozinho maioria na Câmara e no Senado. A Aliança Democrática ficou em terceiro nas duas Casas, com menos de 10% dos assentos. No departamento de Cundinamarca, o partido fez um representante: Gustavo Petro, que, com pouco mais de 12 mil votos, entrava no Congresso com a segunda menor votação dentre os eleitos de sua região.

Naquela altura, Petro tinha 31 anos. Mais 31 se passariam até que ele chegasse à Presidência. A caminhada não seria em linha reta. Seu partido ficou isolado no Congresso e seu primeiro mandato parlamentar foi pouco expressivo. No pleito de 1994, ele não se reelegeu. Sem função pública e sofrendo ameaças de morte, deixou o país. Conseguiu do governo colom-

biano um cargo de baixo escalão na embaixada de Bruxelas. Ficou na Europa por três anos, aprendeu francês e cursou uma especialização em meio ambiente e desenvolvimento populacional na Universidade Católica de Louvain. Como conta em seu livro de memórias, ali ele passou a formular a crítica da relação entre neoliberalismo e degradação da natureza – e a partir de então a agenda ambiental se tornou uma de suas principais pautas.

Em 1997, de volta à Colômbia, Petro candidatou-se à Prefeitura de Bogotá. Ficou em oitavo lugar, com 0,5% dos votos. No ano seguinte, concorreu à Câmara de Representantes, equivalente à Câmara dos Deputados no Brasil. Integrou a lista liderada por Antonio Navarro Wolff, que fora seu companheiro no M-19 e candidato à Presidência em pleitos anteriores. A lista foi a segunda mais votada da região de Bogotá, e Petro retornou ao Congresso. Ali teve início de fato "a carreira daquele que é considerado um dos mais brilhantes parlamentares que já atuaram no Congresso", avaliam Laura Ardila Arrieta e Carlos Hernández Osorio, em um perfil do presidente publicado no *La Silla Vacía*, um veículo geralmente crítico ao governo.

Os doze anos seguintes seriam de presidentes de direita, e Petro soube se construir como uma das principais figuras de oposição no Parlamento. Denunciou escândalos de corrupção e conluios entre políticos, paramilitares e narcotraficantes. Vocalizou a indignação contra problemas que afetavam a maioria da população. Tornou-se um político popular. Em 2002, foi reeleito com 79 mil votos, a terceira maior votação para a Câmara. Em 2006, os leitores do jornal *El Tiempo*, o de maior circulação no país, escolheram Petro como personagem do ano – à frente da cantora Shakira e do então presidente Álvaro Uribe. No mesmo ano, ele foi eleito senador com 143 mil votos, a maior votação de seu partido. No Senado, teve uma atuação aguerrida de oposição ao presidente Álvaro Uribe, a quem denunciou por relações com narcotraficantes.

Então veio a primeira candidatura à Presidência, em 2010. Com mais de 1,3 milhão de votos, Petro ficou em quarto lugar. O liberal Juan Manuel Santos acabou vencendo o pleito e, involuntariamente, foi o responsável por criar as condições para que a esquerda se tornasse uma força eleitoralmente viável para comandar o país. O acordo de paz firmado com as Farc em 2016, que desmobilizou a guerrilha, contribuiu para reduzir os índices de violência e para enfraquecer a associação entre a esquerda e grupos criminosos. A partir do momento em que o principal tema do país deixou de ser a violência, a esquerda pôde levar as questões social e econômica para o centro do debate.

Enquanto esse processo se dava, Petro foi eleito prefeito de Bogotá em 2011, com uma votação cem vezes maior do que a que obtivera catorze anos antes. Dois anos depois, foi afastado do cargo por uma decisão judicial, mas conseguiu retornar ao posto e concluir seu mandato. Em 2018 candidatou-se novamente à Presidência da República e, desta vez, chegou ao segundo turno, em confronto com Iván Duque, o candidato da direita. Perdeu a disputa, mas foi beneficiado por uma lei que estabelece que o segundo colocado no pleito presidencial tem direito a uma vaga no Senado, enquanto seu candidato a vice ganha um assento na Câmara. Assim, Petro pôde seguir com uma atuação parlamentar de oposição durante o governo de Duque.

Em 2022, elegeu-se presidente no segundo turno, com 50,4% dos votos, tornando-se o primeiro presidente de esquerda da história da Colômbia. Quando indagados sobre as condições que permitiram a vitória da esquerda, analistas costumam elencar quatro fatores: o acordo de paz com as Farc, que reduziu a importância da criminalidade no debate público; o crescimento da relevância das pautas sociais e econômicas; o *estallido* de 2021; e os tropeços do governo Duque. Esse último elemento não foi trivial. Eleito presidente aos 42 anos, o mais jovem da história do país, e com pouca experiência administrativa, Duque foi um líder fraco, atuando à sombra de seu padrinho, o ex-presidente Álvaro Uribe. Buscou recuar no acordo de paz, enquanto o país assistia ao aumento da pobreza e do desemprego. Já no segundo ano de seu mandato, alcançava a marca histórica de 70% de reprovação. Diante do fracasso da direita e do sentimento de mudança que acompanhou o *estallido* de 2021, Petro e Francia tornaram-se alternativas reais nas eleições do ano seguinte.

Mas houve um outro fator, fundamental, para que a esquerda chegasse ao poder: seus candidatos não foram assassinados, como ocorrera com tantos postulantes que tiveram chances em pleitos anteriores.

Em vez de anúncios publicitários ou imagens de produtos, uma das lojas Camiseria Europea, no bairro de Santa Fé, em Bogotá, exibe na parte superior de sua fachada uma fotografia antiga. Nela vê-se uma rua bogotana nos anos 1940, quando a loja foi fundada, com elegantes edifícios em estilos *art déco* e neoclássico, apinhada de homens de chapéu e mulheres de sobretudo. A cidade retratada na imagem desmanchou-se no ar em razão de uma fatalidade ocorrida logo em frente. Ali, na esquina da Carrera 7 com Avenida Jiménez, em 9 de abril de 1948, foi assassinado com três tiros Jorge Eliécer Gaitán, um dos políticos mais populares da história da Colômbia. A sublevação popular que se seguiu virou a cidade e o país do avesso.

Gaitán estava no auge de sua carreira política. Fora deputado federal (1931), prefeito de Bogotá (1936), ministro da Educação (1940) e ministro do Trabalho (1945). Naquele momento, era senador e pré-candidato à Presidência da República. Principal líder da oposição, vinha eletrizando a população contra o governo do conservador Mariano Ospina Pérez. Seus comícios mobilizavam multidões. Embora integrasse o Partido Liberal, não reproduzia a linha hegemônica da legenda. Seu discurso populista opunha o povo às elites que sempre governaram o país, inclusive a elite de seu partido – o que era sintetizado em frases marcantes como "a fome não é liberal ou conservadora". Com uma oratória magnética, ele vinha denunciando os assassinatos e detenções políticas realizadas pelo governo.

Em fevereiro daquele ano, o então estudante de direito Gabriel García Márquez, que começava a publicar seus primeiros contos em jornais, acompanhou uma manifestação liderada por Gaitán. Ficou impressionado com o que viu, do discurso do líder ao formato da passeata, em que milhares de pessoas marchavam em silêncio absoluto pelas ruas da cidade. Nas palavras do escritor, "a impressão que ficou daquela tarde histórica foi que a eleição de Gaitán era um fato consumado que ninguém conseguiria impedir".

O impedimento veio à bala, dois meses depois. No dia 9 de abril, a agenda de Gaitán marcava um compromisso para depois do almoço: encontro com Fidel Castro. O cubano, então um líder estudantil, estava em Bogotá para uma mobilização de entidades. Mas o encontro vespertino não ocorreu. Gaitán foi abatido na calçada quando caminhava para o restaurante em que iria almoçar. A notícia da morte se espalhou imediatamente. A turba revoltosa espancou, matou e espalhou partes do corpo do suposto assassino pelas ruas. Saquearam lojas, incendiaram edifícios, destruíram bondes. Atacaram e botaram fogo nas sedes dos principais jornais da cidade. Invadiram parte do Palácio do Governo, e o presidente só não caiu porque o Exército se manteve leal e a fúria das ruas carecia de organização.

O Bogotazo, como aquele dia ficou conhecido, foi um dos protestos mais sangrentos da história da Colômbia. A violência se espalhou país afora, de forma descontrolada. Gaitán certa vez dissera que "a oligarquia não me mata porque sabe que, se o fizer, o país entra em erupção e levará cinquenta anos para que as coisas voltem ao normal". A afirmação foi premonitória, mas fato é que a Colômbia nunca retornou à normalidade. É comum a avaliação de que o evento "alterou a história do país, sendo, para a historiografia colombiana, o ponto de partida de um vasto conflito que dura até os dias de hoje", resume José Antonio Conde Moreno em *Poder y violencia. Historia del conflicto armado en Colombia (1948-2016)*.

Não era a primeira vez que o país entrava numa guerra civil pela disputa política. Na segunda metade do século XIX, ocorreram quatro guerras civis de alcance nacional entre liberais e conservadores. A maior delas, a Guerra dos Mil Dias, iniciada em 1899, entrou no século XX e matou, estima-se, cerca de 3% da população. Mas a diferença é que a morte de Gaitán e a década que se seguiu (não por acaso, o período é chamado de "La Violencia") produziram uma espiral sem retorno que dão razão ao coronel Aureliano Buendía quando notou que "é mais fácil iniciar uma guerra do que terminá-la".

As motivações do assassinato de Gaitán nunca foram confirmadas. Para o grosso da população e os partidários do líder, ele foi morto pelos conservadores para impedir sua vitória eleitoral certa. Ainda que isso não tenha sido comprovado, o fato de um candidato popular ser abatido em plena campanha deixou sua base à flor da pele. Já do lado conservador, espalhou-se a versão de que uma conspiração de esquerda estaria por trás do assassinato, para, em meio ao caos, implantar uma revolução comunista no país. A tese não tem cabimento, mas a ausência de uma explicação contribuiu para colocar água na fervura – cada lado acreditava que o outro fora responsável pela violência que se instalou. "E isso ajuda a explicar muito do comportamento irracional, quase patológico, que os colombianos exibiriam nos anos seguintes", resume David Bushnell (1930-2010), pesquisador americano conhecido por seus estudos da Colômbia.

Com um país conflagrado, o governo conservador se manteve à custa de repressão e autoritarismo. Espalharam-se os ataques a cidades e vilas de maioria liberal. Em resposta, vieram as guerrilhas dos liberais e da esquerda, que reuniam milhares de pessoas nas zonas rurais e promoviam ofensivas principalmente contra o Exército. O governo passou a formar grupos paramilitares com nomes pitorescos como Los Chulavitas e Los Pájaros, responsáveis por incontáveis massacres. A matança tornou-se o *modus operandi* da política, com números impossíveis de precisar. Estimativas apontam de 2 a 4 mil mortos somente nas 24 horas que se sucederam ao assassinato de Gaitán. Durante os dez anos de violência descontrolada, Bushnell aponta ter havido entre 100 mil e 200 mil assassinatos no país.

Em 1958, liberais e conservadores chegaram a um acordo de revezamento no poder, inaugurando o período conhecido como Frente Nacional. Mas a essa altura grupos de guerrilha já estavam consolidados, formando aquilo que o Partido Comunista chamava de "estruturas de autodefesa". O governo via esses grupos como ameaças e continuou a atacá-los. Em 1964, uma investida do Exército contra a "República de Marquetalia", um grupo de camponeses liberais e comunistas no departamento de Tolima, acabou sendo malsucedida. Os guerrilheiros não só venceram a batalha, como apresentaram uma série de demandas ao governo e criaram uma organização cuja luta mudaria profundamente o país.

Fundada por 350 guerrilheiros em Tolima, as Farc chegaram a 20 mil membros em todo o território nacional no início dos anos 2000. De início, financiadas por taxas cobradas dos moradores das regiões em que operavam, as Farc tornaram-se uma organização multimilionária quando passaram a atuar no narcotráfico. Seu patrimônio declarado em 2016 foi de 324 milhões de dólares, o que incluía mais de 240 mil hectares de terra, 20 mil cabeças de gado, veículos, ouro, armas e 3 753 km de estradas em selvas e montanhas. Desmobilizadas com o acordo de paz, foram o maior grupo guerrilheiro do continente.

A fora artigos, conjunções e preposições, e o próprio nome do país, *paz* é a palavra mais repetida no discurso de posse de Gustavo Petro em agosto de 2022. Aparece 20 vezes, muito à frente de trabalho (8), saúde (6) e educação (6). Em uma sociedade traumatizada pela forma com que a violência prevaleceu nos últimos setenta anos, o novo presidente chegava ao governo buscando retomar os caminhos estabelecidos pelo acordo de paz de Juan Manuel Santos, em que cerca de 13 mil combatentes e simpatizantes das Farc trocaram a luta armada por anistia e proteção estatal.

Ex-guerrilheiro, Petro acreditava que seria possível negociar a desmobilização de todos os grupos ilegais. A política já nascia com um nome ambicioso: Paz Total – curiosamente, o oposto da "guerra total" com a qual o coronel Aureliano Buendía sonhava libertar o país de "um regime de corrupção e de escândalo sustentado pelo invasor estrangeiro". No caso de Petro, a política apostava nas mesas de diálogos com os grupos ilegais mirando em acordos para que seus membros recebessem o perdão do Estado em troca de deixarem as armas e aderirem a atividades legalizadas. Já em novembro de 2022, o governo aprovou um projeto no Congresso que dava sustentação à proposta.

A tarefa, claro, não seria fácil. A presença de guerrilhas, narcotraficantes e demais agrupamentos ilegais na sociedade colombiana chegou a um nível de penetração muito profundo. O país é de longe o maior produtor de cocaína do mundo, respondendo, em 2023, por 70% da produção global. São cerca de 260 mil hectares destinados ao plantio de folha de coca. Há ainda a extração ilegal de ouro e de madeira na Floresta Amazônica, além da atuação dos grupos em mercados legais. As características geográficas do país (relevo montanhoso em meio à Floresta Amazônica) e a concentração política (as ações do Estado estão sobretudo em Bogotá e em alguns centros urbanos) criaram as condições para que o crime dominasse vastas porções do território.

Já no primeiro ano de governo, iniciou-se a negociação com o Exército de Libertação Nacional (ELN), guerrilha de esquerda criada à mesma época das Farc. Em seguida, vieram os diálogos com os demais grupos, e chegaram a ocorrer nove mesas em paralelo. A aposta era de que negociar com diversas forças ao mesmo tempo evitaria vazios de poder que são rapidamente ocupados quando uma delas se desmobiliza. Houve alguns avanços em territórios específicos, mas a promessa de desmobilização total passou longe de se realizar. As forças mais relevantes "se aproveitaram da retórica de paz para ganhar tempo, reduzir a pressão das forças de segurança e tratar de se fortalecer", alertou já em 2023 Catalina Niño Guarnizo, coordenadora de projetos da Fundação Friedrich Ebert na Colômbia.

Para a especialista em segurança pública, "o problema é que o governo não parece ter uma política de segurança aliada à sua política de paz", já que "a extrema generosidade com os grupos não foi acompanhada do desenho e da execução de uma necessária estratégia de dissuasão". O Estado reduziu os ataques aos grupos ilegais, mas no mesmo período cresceram os conflitos entre eles – cada um buscando aproveitar o momento para aumentar seu poder. Com pouca demonstração de força do governo, faltaram incentivos para que a desmobilização ocorresse de fato. Não demorou e os acordos de cessar-fogo foram rompidos, e os ataques à população voltaram à baila.

A política de Paz Total foi um fracasso total? Fiz essa pergunta a Guarnizo em uma conversa por telefone em janeiro de 2026. Sua avaliação é que a política promoveu alguns avanços que podem ser medidos em números – como a redução de assassinatos de lideranças sociais no país –, mas que a promessa original obviamente não se cumpriu. Para ela, uma política do tipo deveria passar por um enfoque territorial, fazendo negociações em regiões específicas que seriam acompanhadas de ações do Estado em várias frentes, como segurança pública e desenvolvimento econômico. Seria necessário, de um lado, ser linha dura com quem não cumprisse acordos, e, de outro, oferecer alternativas de trabalho para quem se dispusesse a deixar o crime.

Ainda assim, seria possível alcançar um resultado relevante sem tratar da legalização do mercado de drogas? Como resposta, ouvi um sonoro "não". O consumo de cocaína no mundo está crescendo. Com a demanda em alta, e considerando a dificuldade de controle estatal do território colombiano, a tendência é que a desmobilização de uma

força derive no crescimento de outras. Não por acaso, os maiores grupos ilegais deram um salto de crescimento depois da extinção das Farc: passaram de 6 519 membros em 2017 para 25 278 membros em 2025. Somente o Clan del Golfo, hoje a maior agremiação criminosa do país, chegou a quase 9 mil integrantes. "Estamos fadados por muito tempo a ter uma situação de violência na Colômbia", resume Guarnizo.

No cômputo geral, o governo Petro teve dificuldade de entregar resultados. Com minoria parlamentar e pouca experiência administrativa de sua equipe, muito do plano ousado de mudança, baseado em reformas estruturais, ficou no papel. A reforma da saúde não foi aprovada pelo Congresso. A reforma agrária avançou pouco. Outras propostas de campanha nem chegaram a ganhar forma. No aspecto positivo, o governo aprovou uma reforma da previdência que estendeu o direito à aposentadoria a segmentos que estavam excluídos. E, depois de uma forte batalha travada no ano passado, conseguiu aprovar uma reforma trabalhista que reduziu a carga horária máxima semanal e estabeleceu o direito a horas extras em fins de semana e feriados. Houve ainda redução do desmatamento na Amazônia colombiana e a economia do país vai bem, com controle de inflação e bons níveis de emprego. No fim do ano passado, Petro anunciou um aumento de 23,7% do salário mínimo para 2026, o maior índice já aplicado no país neste século.

No plano internacional, Petro tem se colocado de forma contundente em temas cruciais. Tem sido um dos principais defensores da transição energética e do fim da exploração dos combustíveis fósseis – em agosto de 2023, durante a Cúpula da Amazônia, chegou a chamar parte da esquerda de negacionista climática, criando um climão com o governo Lula e seu projeto de exploração de petróleo na Foz do Rio Amazonas. Petro é também um crítico ferrenho do genocídio que vem sendo promovido pelo Estado de Israel em Gaza.

No último ano, a avaliação de Gustavo Petro cresceu modestamente. Passou de 33% em dezembro de 2024 para 37% em janeiro de 2025, segundo o agregador de pesquisas do *La Silla Vacía*. O período coincide com a polarização com Trump, além de algumas vitórias do governo, como a aprovação da reforma trabalhista. O cálculo de Petro parece ser de que a disputa retórica com o presidente americano cria um sentimento nacionalista que o favorece – a conhecida ideia de que o enfrentamento a um inimigo externo une o país e reduz espaço dos adversários internos.

Depois da invasão da Venezuela pelos Estados Unidos, o movimento de Petro ganhou escala, mas também complexidade. De início, Petro elevou o tom contra Trump, com longos tuítes em seu singular estilo inspirado no Realismo Mágico. Não deixa de ser interessante que, para fazer frente a uma extrema direita cuja retórica é baseada em elementos fantasiosos, o presidente colombiano lance mão da literatura e da simbologia nacional para construir o imaginário de seu polo político. Mas é evidente que o país não tem forças para enfrentar o poderio militar americano, de modo que a disputa verbal precisa ser mediada por esforços diplomáticos.

Poucos dias depois de trocarem ofensas pelas redes, em 8 de janeiro, Petro e Trump falaram ao telefone por uma hora. O presidente dos Estados Unidos mudou de tom. Disse que "foi uma grande honra" falar com o colombiano e que os dois marcariam um encontro em breve para tratar da situação do narcotráfico. Petro citou essa fala em um comício em praça pública, construindo a sensação de vitória política ao ter feito o adversário recuar – e levando o público a aplausos entusiasmados. Na semana seguinte, anunciou que se encontraria com Trump na Casa Branca no início de fevereiro.

O movimento do colombiano tem seu sentido. Ao polarizar com Trump, acende o orgulho nacional e se aproxima de setores de centro avessos ao imperialismo. Ao demonstrar capacidade de diálogo, isola a extrema direita, cuja referência é o presidente dos Estados Unidos. Parece fazer parte do cálculo a percepção de que o custo para uma intervenção na Colômbia, ao menos no curto prazo, seria alto para Trump – ainda mais considerando que o modelo experimentado na Venezuela, de demonstrar força e usar da coerção para extrair vantagens sem precisar entrar numa guerra, ainda não foi provado. Além disso, o governo de Petro se encerra em poucos meses. Caso queira mesmo intervir na Colômbia, faz mais sentido para Trump meter o bedelho, de forma mais ou menos transparente, depois das eleições de maio.

As pesquisas mais recentes indicam que os favoritos no pleito presidencial são Iván Cepeda, candidato da esquerda, e Abelardo de la Espriella, da extrema direita. Há ainda alguns candidatos de centro com chances de crescer, como Sergio Fajardo, ex-prefeito de Medellín e ex-governador da Antioquia, e Claudia López, ex-prefeita de Bogotá. No cenário atual, no entanto, nenhum dos dois centristas parece ser capaz de criar uma terceira via competitiva. Em março, ocorrerá, junto com as eleições legislativas, a rodada final de prévias, em que os partidos negociarão as coalizões a partir da votação obtida pelos candidatos. Em maio, os colombianos elegerão seu novo presidente.

ADÃO ITURRUSGARAI, 2026

Iván Cepeda tem 63 anos e está em seu terceiro mandato como senador – atualmente filiado ao Pacto Histórico, o partido de Petro. É filho do ex-senador Manuel Cepeda, do União Patriótica, que foi assassinado em 1994 por paramilitares com participação de oficiais do Exército. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos decidiu que o Estado colombiano violou convenções internacionais no julgamento do assassinato de Manuel Cepeda. Depois da morte do pai, Iván passou a atuar em organizações sociais em torno da violência política e fundou o Movimento Nacional pelas Vítimas de Crimes do Estado, que reunia dezessete organizações que buscavam esclarecer crimes ocorridos no país. Formado em filosofia, viveu um período de exílio na França. De volta à Colômbia, entrou para a política institucional.

Aos 47 anos, Abelardo de la Espriella nunca ocupou um cargo público. Advogado atuante na Colômbia e na Itália, é dono ou sócio de empresas nas áreas de direito, comércio de alimentos e bebidas, produção de vinho, obras de engenharia e atividades imobiliárias. Prestou serviços como consultor para as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), um grupo paramilitar e narcotraficante de extrema direita ativo nos anos 1980 e 1990. De la Espriella fez fortuna, da qual se gaba rotineiramente em seu perfil nas redes sociais. Em 2025, decidiu se candidatar à Presidência da Colômbia. Ele se autodenomina El Tigre e, eventualmente, posta vídeos feitos com inteligência artificial com um tigre de terno liderando uma multidão. Diante da renitente presença do crime organizado no país, promete ações no estilo linha-dura de Nayib Bukele, o presidente de El Salvador. Com uma estratégia bem montada de redes sociais, De la Espriella escalou nas pesquisas. Em dezembro do ano passado figurava em segundo lugar com 16,2% das intenções de votos, enquanto Cepeda alcançava 30,7%. Em janeiro passado, em uma pesquisa da AtlasIntel com internautas, De la Espriella alcançou 28% de intenções de votos, enquanto Cepeda teve 26,5%.

O que está em jogo pode parecer familiar para brasileiros. De um lado uma figura reconhecida do campo da esquerda, com um histórico político consistente, um jeitão de professor universitário e pouca força nas redes sociais. Iván Cepeda é um político à moda antiga. De outro, uma figura que demonstra poucos escrúpulos, com um histórico controverso, pinta de milionário e muita capacidade de pautar o debate no mundo digital. Se eleger seu sucessor, Petro terá feito uma conquista notável. Se De la Espriella vencer, Trump terá mais um aliado no continente. ✪

A pesquisa inicial para este texto foi realizada a partir de uma visita organizada pela Rede de Inovação Política na América Latina (RINP) a Bogotá, em janeiro de 2025, em que ativistas de oito países do continente se encontraram com lideranças sociais, analistas e políticos colombianos.

A UTOPIA LEVADA A SÉRIO

O passado e o futuro do socialismo no novo livro de Fernando Haddad

CELSO ROCHA DE BARROS

Em *Capitalismo superindustrial*, livro que lança neste mês pela editora Zahar, Fernando Haddad tenta fazer três coisas: a) demonstrar que há vários caminhos possíveis para a modernidade capitalista, e que a trajetória de entrada de cada país no capitalismo tem consequências para seu desenvolvimento posterior; b) com base nessa ideia, oferecer uma caracterização do que foram as experiências socialistas do século XX na União Soviética e nos países que nela se inspiraram; c) oferecer uma explicação do capitalismo contemporâneo (o "superindustrial") que revisa pontos da teoria marxista tradicional e ajuda a explicar os novos conflitos que hoje nos desafiam.

É importante sair da leitura da introdução tendo clareza sobre esses objetivos. Haddad aprofunda muitas discussões em passos intermediários de seu argumento central. Sem alguma clareza sobre o plano geral da obra, é fácil se pegar pensando: "O.k., mas o que isso tem a ver com o que eu vinha lendo até agora?" Não é sempre um problema estilístico, mas um traço comum em estudos acadêmicos, em que cada ponto do argumento precisa ser exaustivamente embasado. E boa parte do livro foi extraída de trabalhos acadêmicos: suas teses de mestrado, em que discutiu a natureza das sociedades de tipo soviético, e seu doutorado, em que propôs um debate entre as teorias de Karl Marx e Jürgen Habermas (dando mais razão para o alemão mais velho). Há também capítulos que o ministro da Fazenda escreveu especialmente para o livro, que ajudam a atualizar a discussão e amarrar melhor os argumentos.

Alguns trechos curtos retirados da tese de filosofia são bastante desafiadores para o leitor. Toda discussão da dialética marxista pelo filósofo brasileiro Ruy Fausto, por exemplo, é interessante, mostra como Fausto merece que Haddad o chame de "mestre", mas é completamente inalcançável pelo leitor comum.

Se o leitor pensar em desistir nessa hora, sugiro que não o faça: a dialética está ali, se entendi corretamente, para Haddad refinar distinções conceituais sobre as classes sociais. As conclusões desse trabalho de refino são apresentadas mais adiante. Siga em frente e, se um dia tiver curiosidade, leia Ruy Fausto.

Idealmente, Haddad deveria ter reescrito essas mesmas ideias de forma

CÁSSIO LORÉDANO, 2026

mais acessível ao grande público. Meu conselho aos amigos acadêmicos sempre é esse: se você espera que sua tese tenha repercussões políticas, não a publique. Em vez disso, publique um livro com as ideias da sua tese.

Entretanto, pelo que tenho acompanhado do noticiário, o autor esteve razoavelmente ocupado nos últimos anos.

O primeiro conceito fundamental discutido em *Capitalismo superindustrial* é o de acumulação primitiva de capital. Ele é importante porque, mais adiante, Haddad vai propor a tese de que os experimentos socialistas do século XX, como o soviético ou o chinês, foram casos particulares de acumulação primitiva de capital. Uma tese análoga foi proposta, recentemente, pelo economista Branko Milanović no livro *Capitalismo sem rivais* (Todavia, 2020).

O conceito de acumulação primitiva de capital foi criado por Marx para descrever o processo pelo qual, na transição para o capitalismo, a coerção estatal, e não o mercado, funciona para criar as condições de funcionamento do novo sistema econômico. Durante a acumulação primitiva, o Estado expulsa os trabalhadores das terras que cultivavam tradicionalmente e priva-os de acesso aos meios de produção. Ao mesmo tempo, o capital é acumulado por meio do trabalho forçado de escravizados, colonizados e, em algumas sociedades, servos. Em todos esses casos, as condições para a emergência do capitalismo – capital acumulado, proletários que só têm a força de trabalho para vender – são criadas pela violência, não pelo mercado.

Durante esse processo, a coexistência de mercado e coerção pode tornar a exploração bem pior, comparada tanto com a que havia nas sociedades pré-capitalistas, quanto com a que haverá no capitalismo plenamente instalado. No caso da escravidão colonial, por exemplo, Marx argumenta que aos horrores da escravidão tradicional se somou a pressão por máxima eficiência do capitalismo (inclusive a extração do máximo de trabalho possível de cada escravizado).

O conceito de acumulação primitiva é especialmente importante na caixa de ferramentas marxista porque abre a possibilidade de discutir histórias nacionais do capitalismo que divergem do modelo da Europa Ocidental. O tipo de sociedade que existia antes do capitalismo, bem como o equilíbrio específico entre mer-

cado e coerção no ponto de entrada para esse regime econômico, será muito importante para determinar o modelo capitalista de cada país ao fim do processo.

Em sua extensa discussão sobre exemplos de trajetórias históricas divergentes até o capitalismo, Haddad gasta mais tempo com duas.

Primeiro, com a escravidão colonial, cujo interesse para o leitor brasileiro é óbvio. A discussão, em especial no que tange à crítica da tese do "modo de produção escravista", é boa. No fundo, saber se na definição geral do escravismo colonial devem prevalecer mais as relações de trabalho escravistas ou a subordinação à economia capitalista europeia é um daqueles debates que não vão acabar nunca. Como o conceito de acumulação primitiva é praticamente desenhado para esse tipo de situação contraditória, o argumento de Haddad funciona.

Depois, o autor analisa a chamada "segunda servidão" na Europa Oriental. A servidão se instaurou no Leste da Europa muito mais tarde do que no Oeste; na verdade, só se consolidou definitivamente por lá quando começava a desaparecer na Europa Ocidental. Essa circunstância, aliada à vizinhança com o núcleo dinâmico do capitalismo global – para o qual exportavam e contra o qual frequentemente guerreavam –, deu às sociedades do Leste Europeu características muito próprias, entre elas um Estado muito mais envolvido na vida social do que o da Europa Ocidental, com seu liberalismo clássico.

A discussão sobre o Leste Europeu é importante porque, como eu disse antes, prepara o terreno para uma das principais teses do livro de Haddad: as sociedades socialistas do século XX foram, em si mesmas, processos de acumulação primitiva de capital. A União Soviética transformou o trabalho, em todo território do antigo Império Russo, em trabalho assalariado. A coletivização da terra produzida pelo stalinismo foi um processo extremamente brutal de separação entre trabalhador e meios de produção (a terra em que os camponeses trabalhavam, mas também seus instrumentos de trabalho, seus pequenos rebanhos etc.). E a industrialização stalinista, combinando a superexploração do trabalho fabril com um importante enclave de trabalho escravo nos *gulags*, gerou uma enorme quantidade de riqueza que, com o fim da União Soviética, foi privatizada pelas elites surgidas depois da derrocada do regime.

Mas Haddad discorda de quem vê no sistema soviético uma continuidade linear com o velho despotismo "semiasiático" do czarismo. O sistema soviético era incrivelmente mais dinâmico do que o velho despotismo reacionário. As tentativas de industrialização autoritária do czarismo tardio já se parecem mais com o stalinismo, mas mesmo aí Haddad enxerga diferenças: não se pode deixar de levar em conta que a identidade do sistema bolchevique era anticapitalista e anti-imperialista. Aqui podemos lembrar, por exemplo, como a luta por independência tecnológica diferenciou a sociedade soviética do que ocorreu no capitalismo periférico. Ou como o isolamento internacional (tanto o autoimposto quanto o imposto pelos países capitalistas) prejudicou o desenvolvimento econômico da União Soviética.

Com essa interpretação na mão, Haddad vai discutir com a tradição marxista dedicada à reflexão crítica sobre a União Soviética.

Boa parte de *Capitalismo superindustrial*, talvez sua melhor parte, é dedicada à história da discussão marxista sobre que tipo de sociedade existia na União Soviética e nas sociedades que nela se inspiraram.

Sempre foi difícil reconhecer na União Soviética a realização do ideal utópico marxista. Como lembra Haddad, Marx tinha em mente um modelo de controle operário da produção por meio de cooperativas e um Estado radicalmente democrático, com eleição dos administradores, mandatos revogáveis a qualquer momento, enfim, o exato oposto da máquina centralizada e autoritária construída pelos bolcheviques.

Em defesa de Lênin e sua turma, deve-se lembrar que Marx nunca explicou como esse Estado semianarquista, com tão pouca autonomia em relação à sociedade, planejaria a gestão da economia como um todo. Ninguém obrigou os bolcheviques a preencherem com autoritarismo as lacunas do projeto marxista, mas as lacunas sempre estiveram lá.

Na teoria marxista clássica, o socialismo era um estágio pós-capitalista, a ser construído quando o capitalismo já tivesse realizado suas tarefas históricas: quem já leu *O manifesto comunista* sabe que Marx tinha enorme admiração por essas realizações. Esperava-se, portanto, que as revoluções socialistas acontecessem nos países capitalistas desenvolvidos.

Isso não ocorreu. A primeira revolução socialista aconteceu na Rússia – ainda marcadamente rural e pouco industrializada –, e daí em diante a revolução foi se deslocando para países cada vez mais pobres: China e antigas colônias na África e na Ásia que lutavam por sua independência. Acompanhando esse movimento, a reflexão marxista revolucionária, a partir de Lênin, foi se deslocando da discussão sobre o capitalismo desenvolvido para a crítica do imperialismo.

Por que a revolução não aconteceu nos países ricos? A explicação marxista clássica envolve a formação de uma "aristocracia operária" – um setor grande da classe trabalhadora que conquistou direitos importantes no capitalismo e, por isso, se acomodou dentro dele. Mas há outra explicação possível, que Haddad poderia ter explorado mais: o exemplo soviético era muito pouco atraente para os operários que já haviam conquistado direitos democráticos e sociais. Os operários – não por acomodação ao capitalismo, mas por consciência de classe – demandavam liberdade de sindicalização, de opinião, de participação política. Se o critério de medição de quão socialista é uma sociedade for o grau de poder que tem a classe trabalhadora, a Suécia social-democrata sempre foi muito mais socialista do que a União Soviética. A resistência do operariado dos países desenvolvidos ao modelo de revolução de tipo soviético foi, também, resistência a entregar a um partido leninista o poder que haviam conquistado em suas lutas.

Para países muito pobres, envolvidos em guerra de libertação nacional, o modelo soviético era muito mais sedutor. Se o desafio era construir um Estado nacional depois da expulsão do colonizador, o partido leninista podia ser uma boa solução: do ponto de vista histórico, Estados raramente foram fundados como democracias. Quase todas as revoluções comunistas aconteceram ou depois que uma das guerras mundiais destruiu o poder do Estado em dado país (como na Rússia em 1917), ou em decorrência de guerras de descolonização. Se você quer mesmo combater o comunismo, seja pacifista.

Se pudessem escolher, os chineses provavelmente teriam enforcado Mao Tsé-Tung pelo desastre do Grande Salto para a Frente, a tentativa de industrialização desastrada em que, segundo diferentes estimativas, entre 15 e 45 milhões de pessoas morreram de fome. Teriam toda razão. Mas muitos deles também reconheceriam que Mao e os comunistas tiveram um papel importante na unificação da China e na criação de um Estado livre do controle das potências europeias que dilaceravam o país. Também teriam razão, embora os comunistas chineses tenham desperdiçado a possibilidade de fazer essa reconstrução com uma frente política mais ampla: até hoje existem resquícios de outros partidos na China, herança de movimentos que participaram da revolução de 1949, mas foram esvaziados pela ditadura maoista.

Mas, se a União Soviética não era a realização do ideal marxista, então era o quê?

O ponto de partida da discussão crítica sobre o modelo soviético sempre foi a obra de Leon Trótski. Ele e Lênin foram os grandes líderes da revolução de 1917. Mas Trótski demorou para perceber que, na ditadura que ajudara a construir, suas habilidades de líder popular e intelectual valiam menos que a excepcional capacidade de Stálin para fazer política de bastidores. Foi assassinado pela KGB no exílio, em 1940.

Para Trótski, a revolução soviética foi sequestrada pela burocracia. O velho revolucionário sempre considerou esse estado de coisas como transitório: ou os trabalhadores soviéticos se insurgiriam contra a burocracia e retomariam o

controle do processo, ou o capitalismo seria, em algum momento, restaurado.

Quando o Muro de Berlim caiu em 1989, tendências trotskistas dentro do PT se entusiasmaram com o levante popular no Leste Europeu contra a burocracia, que, entretanto, acabou resultando na restauração do capitalismo. Em defesa dos trotskistas, isso não parecia inevitável em 1989: muitos dissidentes do Leste, inclusive lideranças da época (como Václav Havel, da antiga Tchecoslováquia) eram também críticos do capitalismo. Mas a mudança de clima ideológico que já estava em curso no mundo todo, a necessidade de obter ajuda dos países capitalistas para reconstruir a economia, bem como a desmoralização do ideal socialista pelas ditaduras leninistas, acabou matando essa alternativa.

O grande mérito de Haddad em sua leitura de Trótski é a ênfase nesse caráter transitório do domínio da burocracia. Para o líder revolucionário, a burocracia foi capaz de realizar, com imensa brutalidade e selvageria, a tarefa da industrialização da União Soviética. A industrialização consistiu, sobretudo, em reproduzir em solo soviético as fábricas e outras unidades produtivas que existiam no capitalismo ocidental (em alguns casos, em escala muito maior). Mas a burocracia se mostraria cada vez mais inapta para gerir uma economia que, rapidamente, se tornava mais complexa e desenvolvida. Foi exatamente isso que aconteceu: as propostas de descentralização do regime começaram poucos anos depois da morte de Stálin.* Na Hungria, especialmente, o mercado já era admitido em várias áreas da economia antes do fim do comunismo. Na Iugoslávia, já nos anos 1950 desenvolveu-se um interessante experimento de autogestão das fábricas associado à economia de mercado.

O *insight* de Trótski é mais esclarecedor ainda. Se a burocracia se provou adequada para o período de "assimilação", de "enxerto" de uma indústria de tipo ocidental, restava o problema da inovação. Durante a história da União Soviética, a ciência desenvolveu-se gloriosamente, mas isso teve muito menos impacto na produção própria do que nos países capitalistas. Os únicos setores em que os soviéticos inovaram – com grande destreza, diga-se – foram o espacial e o militar, os mesmos em que não podia evitar a concorrência internacional.

Isso talvez explique por que a economia soviética, que atingiu níveis de crescimento muito altos, chegou no começo dos anos 1970 com sinais evidentes de esgotamento. Naquele mesmo momento, os países do capitalismo desenvolvido começavam a desmontar o paradigma tecnológico fordista que a industrialização stalinista havia "assimilado". A tolerância com o que o economista Joseph Schumpeter chamou de "destruição criativa" deu ao capitalismo a vantagem que precisava para vencer a Guerra Fria.

Mas, enquanto o regime soviético durou, os marxistas críticos precisaram explicá-lo. Alguns autores caracterizaram a burocracia como uma nova classe dominante, gestora de um novo tipo de sociedade, que alguns autores definiram como uma tecnocracia radical, e outros como uma nova forma de escravidão. Trotskistas dissidentes e maoistas identificaram na União Soviética um tipo de capitalismo de Estado, com algum segmento do aparato administrativo (a burocracia como um todo ou os administradores de empresas) atuando como burguesia de Estado. Outros autores, ainda, viram na industrialização stalinista uma continuidade evidente dos projetos de industrialização autoritários do czarismo. Alguns dissidentes do Leste Europeu enxergaram a possibilidade de emergência dos intelectuais como uma nova classe.

Esse debate foi muito rico, e Haddad o reconstrói com competência. Sua escolha de autores, como toda escolha de autores, pode ser discutida: por exemplo, senti falta dos trabalhos da chamada Escola de Budapeste, que incluiu intelectuais como Ágnes Heller, Ferenc Fehér e György Márkus, todos muito melhores analistas do socialismo do que seu mestre György Lukács. O livro também seria enriquecido com uma discussão sobre a obra do economista húngaro János Kornai, o grande analista das economias de tipo soviético. Isso ajudaria Haddad a evitar um dos problemas de sua análise: na maioria das vezes, sua descrição do que era uma economia planificada corresponde muito proximamente à autoimagem dos regimes socialistas, mesmo que ele denuncie sua ineficiência, seu autoritarismo.

Historicamente, o planejamento nunca foi sinônimo de controle total do processo produtivo: o operariado soviético, por exemplo, não deixava de mudar de emprego, em busca de condições melhores, a despeito do planejamento central. E nisso era ajudado pelo fato de que os administradores de empresas tinham uma demanda sempre crescente por força de trabalho (e por tudo o mais, diria Kornai): afinal, não estavam limitados pela necessidade de vender com lucro. Kornai também ajuda a entender o motivo pelo qual – ao contrário do que Trótski imaginava – a burocracia não dominava apenas porque alguém tem que organizar a fila da comida em um país pobre. Na verdade, a burocracia produzia suas próprias filas, seja por causa da "disparada de demanda" das empresas, seja porque os salários eram mais altos do que a oferta de produtos. Essas filas sobreviveram mesmo quando a União Soviética passou a ter uma renda bem maior.

Haddad produziu uma crítica desse debate melhor do que qualquer outra que eu conheça na literatura internacional. Pode-se discordar de seus argumentos, mas dá trabalho.

No geral, as críticas de Haddad à tradição marxista são bem formuladas. Isso não quer dizer que sua própria interpretação do socialismo real não tenha pontas soltas e aspectos que poderiam ter sido mais bem desenvolvidos.

Muito depende do que se faz com o conceito de "acumulação primitiva de capital". Caso o termo seja aplicado retrospectivamente, depois que já sabemos que um determinado tipo de sociedade serviu para acumular capital para o desenvolvimento posterior do capitalismo, então a tese de Haddad é *trivialmente* verdadeira. Qualquer que seja sua opinião sobre o que era a União Soviética, não resta dúvida de que a riqueza que ela produziu foi apropriada como capital pelos capitalistas que emergiram na Rússia na época do governo de Boris Iéltsin (1991-99), primeiro presidente depois do fim do período soviético. Nesse sentido, é indiscutivelmente certo que a União Soviética realizou acumulação primitiva de capital. Mas isso, por si só, não diz muito sobre que tipo de sociedade houve ali.

Haddad aponta uma similaridade evidente, indiscutível, entre casos anteriores de acumulação primitiva e o caso soviético: a industrialização stalinista separou os trabalhadores dos meios de produção de que dispunham desde o tempo da velha comuna agrícola russa, como a terra e os instrumentos de trabalho, ou que adquiriram desde a grotescamente tardia abolição da servidão na Rússia em 1861. Devemos falar de expropriação, inclusive, do controle operário sobre fábricas durante o breve experimento dos conselhos (*soviets*) de fábrica, nos primeiros anos da revolução.

A instabilidade estrutural da dominação burocrática, um dos argumentos centrais do livro, também reforça o caráter transitório da experiência socialista. Poderia ter sido uma transição para outra coisa que não o capitalismo? Nunca saberemos, mas possibilidades jamais realizadas talvez tenham existido também em outros processos de acumulação primitiva, que, como o caso soviético, foram arranjos instáveis e contraditórios.

Mas há outra similaridade, não explorada em *Capitalismo superindustrial*, entre a experiência socialista e outros processos de acumulação primitiva de capital. Nas sociedades pós-socialistas (China incluída), por exemplo, as elites que conduziram a acumulação tornaram-se, elas mesmas, parte importante da nova classe capitalista. Não obtiveram essas vantagens apenas porque o velho regime acabou, mas como decorrência direta dos lugares privilegiados que ocupavam no antigo sistema.

Isso claramente aconteceu no pós-socialismo: muitos dos novos capitalistas eram antigos administradores de

* Para quem tiver interesse neste assunto, recomendo a leitura do livro de ficção histórica *Red plenty* (Abundância vermelha), de Francis Spufford (Faber & Faber, 2010).

empresas ou, em muitos casos, membros do Partido Comunista. Ocorreu, inclusive, durante o processo de "privatização espontânea" (a transferência legal ou ilegal de recursos das empresas soviéticas para as novas empresas criadas pelos membros da antiga elite) – processo que precedeu a privatização oficial. Foi o que se passou, em maior ou menor grau, em todas as sociedades pós-socialistas, independentemente da estratégia de transição adotada.

Trata-se de consequência direta da estrutura social dos países socialistas, onde a divisão do trabalho na produção dava poder aos administradores de empresas e a ditadura concentrava enorme poder nas mãos dos dirigentes do Partido Comunista. Esse padrão, a emergência de uma classe capitalista com a genética do processo de acumulação primitiva de capital, é historicamente comum.

A tese de Haddad sobre acumulação primitiva no socialismo real, em termos gerais, resiste bem ao confronto com a historiografia sobre o regime soviético. Mas lamento que esse conflito não seja uma parte maior de *Capitalismo superindustrial*. Algumas pontas soltas do argumento poderiam ser facilmente amarradas recorrendo a estudos empíricos (e não a outros modelos teóricos).

Finalmente, resta a questão da China e da diferença assustadora entre o milagre chinês e o colapso soviético.

Como vimos, o sistema soviético dava sinais claros de esgotamento já nos anos 1970. Comunistas sinceros como Mikhail Gorbachev tentaram reformar o sistema de acordo com a teoria marxista original, descentralizando-o e eliminando o seu caráter autoritário, mas sem reintroduzir o mercado em larga escala. Sem contar nem com a disciplina autoritária nem com a disciplina do mercado, a economia soviética tornou-se uma corrida caótica de lobbies e de privatização espontânea.

O primeiro passo para as reformas capitalistas na União Soviética deveria ter sido uma retomada de controle dos recursos pelo Estado, que só então os venderia ordenada e criteriosamente. Os reformistas de Iéltsin, com cínica cumplicidade ocidental, privatizaram em meio ao caos. Sobrepuseram aos problemas da *perestroika* (as reformas econômicas de Gorbachev) as possibilidades de lucro fácil e falcatrua de um capitalismo nascente. O resultado foi um absoluto desastre, que não aconteceu, por exemplo, nos outros países pós-socialistas do Leste Europeu, como Polônia e República Tcheca. Muito menos na China.

Depois da morte de Mao em 1976, a China estava completamente exaurida com o surto de fanatismo ideológico da Revolução Cultural (1966-76). Aproveitando a aproximação que Mao iniciou com os Estados Unidos, a liderança chinesa adotou uma estratégia muito diferente da soviética, bem mais pragmática. Foi muito além de Gorbachev nas reformas de mercado, mas implementando-as de maneira mais gradual do que fez Iéltsin.

A ditadura de Deng Xiaoping (1978-92), incomparavelmente menos brutal que a de Mao, pode ter sido funcional para acomodar o setor estatal à transição e assegurar uma inserção disciplinada no mercado mundial. Os números do milagre chinês das últimas décadas são inegáveis: trata-se de um dos principais eventos da história mundial. Se a ditadura chinesa ainda é útil para a China, ou se continuará sendo para sempre, é uma questão completamente diferente. Caberá aos chineses resolvê-la.

Tanto Haddad como Branko Milanović propõem, corretamente, que o sucesso econômico chinês traz problemas para as hipóteses dos economistas Daron Acemoğlu e James Robinson, ganhadores do Prêmio Nobel de Economia, que argumentam que o segredo do crescimento consistente (para além de "milagres") está nas instituições inclusivas (mercado e democracia). Ora, a China cresceu com mercado, mas sem democracia.

Aqui cabe a dúvida: o erro está em não admitir que ditaduras podem promover crescimento sustentado? Ou em não reconhecer a possibilidade de especialização funcional das instituições de cada país em um sistema global?

A ditadura chinesa prosperou por fornecer mão de obra, só inicialmente barata, mas sempre disciplinada e de qualificação profissional rapidamente crescente, para empresas cada vez mais globalizadas. Essas mesmas empresas, muitas vezes, preferiram manter suas finanças em Londres e seus setores de pesquisa na Califórnia, onde instituições inclusivas protegem sua propriedade e favorecem a inovação. Nesse caso, a China pode ter problemas, não por ser uma ditadura, mas porque a globalização está recuando.

Haddad, enfim, discorda de Milanović sobre o caráter irremediavelmente capitalista da China. Os dados de Milanović são indiscutíveis: a economia chinesa é essencialmente uma economia de mercado, e o setor privado é responsável pelo dinamismo das últimas décadas. Quando Xi Jinping aumentou o imposto sobre os ricos chineses, me lembro de fazer esta piada: "Maoismo faz virada para a esquerda e se torna social-democrata."

Entretanto, pergunta Haddad, o modelo chinês é irreversivelmente capitalista? Talvez não seja. Autores marxistas, como Domenico Losurdo, acreditam que a China vive uma espécie de NEP – a sigla da nova política econômica soviética adotada nos anos 1920, que restaurou mecanismos de mercado para reconstruir o país depois da guerra civil. Para esses autores, o socialismo na China nem ganhou nem perdeu: está em suspenso, e não se deve descartar a possibilidade de que a evolução futura do sistema gere algo que possa ser chamado de socialista (aqui já enfraquecendo muito a necessidade de se adequar ao projeto marxista original).

Haddad concorda que o futuro do sistema chinês ainda está em aberto. Ele deveria ter desenvolvido mais esse argumento. Em um sentido trivial, o futuro de qualquer coisa é incerto. A China pode, um dia, se tornar socialista, mas isso também pode acontecer no Brasil, no Senegal ou na Dinamarca.

A questão é se há traços específicos na China que tornariam esse desenvolvimento mais provável. O suspeito óbvio, claro, é o regime político, que mantém, ao menos nominalmente, sua fidelidade ao ideário marxista-leninista. Mas o que isso quer dizer? Tanto Haddad como Milanović mostram que esse ideário foi, no século XX, a ideologia de projetos brutais de acumulação primitiva de capital na periferia capitalista. Ele pode ser reciclado como inspiração para algo genuinamente democrático, como na proposta marxista original?

Descartemos, já de início, qualquer tentativa de racionalizar a experiência chinesa atual como democrática: isso é mudar o sentido das palavras, não descrever a realidade.

Se for possível partir do marxismo oficial chinês e chegar em uma democracia com mais preocupação social, uma economia eficiente e menos poder político para os ricos do que na democracia ocidental, será uma maravilha. Torço para que esse novo regime, além de se tornar democrático, avance na desmercantilização de setores cruciais da vida com serviços públicos (o Estado de bem-estar social chinês é pouco desenvolvido) e renda básica. Se ainda houver mercado, e for uma democracia, eu vou chamar de social-democracia. Mas, se outros quiserem chamar de socialismo, talvez tenham razão.

Também é possível que as reformas de mercado sejam revertidas, e o sistema chinês se torne, novamente, parecido com uma sociedade de tipo soviético (ou maoista). Nesse caso, baseado nas reflexões de Haddad, poderíamos nos perguntar: qual seria a funcionalidade dessa regressão, agora que a China já se tornou, com enorme sucesso, capitalista? Haverá uma forma social mais adequada ao período de desglobalização, acelerado por Donald Trump? Se o sistema chinês deixar de promover crescimento consistente, a contradição emergente entre forças produtivas e relações de produção dará início a uma era de revolução social, como previa o velho Marx?

Nos últimos capítulos do livro, Haddad deixa de lado os países socialistas e dirige sua atenção às novas formas do capitalismo mo-

derno. Seu interesse é descobrir o que, nessas novas configurações, favorece ou dificulta alguma forma de horizonte utópico.

Se a discussão sobre o socialismo real se baseou em atualizações de sua tese de mestrado, aqui somos apresentados a ideias que Haddad produziu em seu doutorado, quando contrastou o pensamento de Karl Marx com o de Jürgen Habermas. Quase tudo que entrou no livro é sobre Marx, o que (digo isso sem ter lido a tese) pode ter sido uma pena: Habermas é um autor importante para pensar a política democrática, e o déficit de democracia política no marxismo ortodoxo é evidente.

Haddad chama o capitalismo contemporâneo de capitalismo superindustrial. O nome soa estranho, porque o consenso acadêmico é que a indústria vem perdendo centralidade na economia moderna. Ele rejeita essa premissa: o número de pessoas empregada na indústria vem caindo, é verdade. Ao mesmo tempo, porém, nossa sociedade vai se tornando cada vez mais gerida pelos princípios da sociedade industrial: no setor de serviços mais modernos, por exemplo, há coisas muito próximas de uma linha de montagem, ou da disciplina fabril. A cultura se organiza como indústria cultural, e mesmo a administração das igrejas vai se tornando cada vez mais racionalizada, como em uma indústria.

O ponto central do supercapitalismo é a incorporação da ciência como fator de produção, como núcleo dinâmico da produção. Essa ideia já estava presente nos *Grundrisse* de Marx, manuscritos publicados postumamente com caminhos que os argumentos de *O capital* poderiam ter seguido se seu autor não tivesse morrido antes mesmo da publicação do segundo volume.

A incorporação da ciência produz, para as empresas de ponta, "superlucros" (o "super" de "capitalismo superindustrial") por meio de fenômenos bem conhecidos dos estudiosos. Por exemplo, a inovação, até que seja copiada, é um monopólio. Desenvolvem-se então novos conflitos pela apropriação dessa renda do saber, como antes se lutou pela renda da terra. O debate sobre propriedade intelectual se torna central.

Para Haddad, a incorporação da ciência no cerne do processo produtivo gera um novo segmento social, o dos inovadores, que o filósofo italiano Franco Berardi vai chamar de *cognitariado*. O trabalho dessa elite nem é trabalho, conforme a definição tradicional, mas atividade criativa, e tem como contraparte um "exército de reserva intelectual" nas universidades. As empresas de software são o caso clássico de atuação do cognitariado, que vive da renda que extrai de um saber de ponta exclusivo.

Ao mesmo tempo, um segmento do proletariado vai sendo excluído pelo progresso tecnológico, dando origem ao que o economista britânico Guy Standing chamou de *precariado*. O precariado tem uma posição econômica bem mais incerta e frágil do que o proletariado tradicional.

Em uma boa paráfrase de Tolstói, Haddad afirma que enquanto "todas as classes proprietárias se parecem em sua felicidade, cada classe não proprietária é infeliz à sua maneira". Isto é: não há nada, no funcionamento automático da economia, que levará à convergência dos interesses do cognitariado, do proletariado e do precariado. Os interesses do cognitariado podem convergir com o dos proprietários, por exemplo, na defesa da mudança tecnológica – o que pode ameaçar proletários e precários. Mas também pode convergir, em outras dimensões, com os do proletariado, com quem o cognitariado compartilha a submissão aos proprietários.

Para que haja um renascimento das esperanças utópicas, portanto, dependeríamos de conciliações políticas e da criatividade para pensar novos projetos de futuro que contemplem essas alianças. Os debates atuais sobre os efeitos da inteligência artificial na produção mostram como é difícil pensar a política em meio à exclusão de multidões inteiras do processo produtivo, à acumulação de superlucros e aos monopólios de produção de saber.

O centro da reflexão de Haddad foi extraído de uma tese produzida antes de muitos dos debates políticos mais recentes. Há capítulos novos, feitos especialmente para o livro, que se debruçam sobre as teses a respeito do capitalismo contemporâneo, como as do capitalismo cognitivo e do tecnofeudalismo. A discussão é ótima, como no caso das teorias sobre o sistema soviético, mas não avança muito sobre os projetos de futuro possíveis na atual conjuntura.

Se o livro de Haddad tem uma fraqueza substantiva, é essa: nem no debate sobre o socialismo real, nem no debate sobre o supercapitalismo, ele discute o que seria exatamente uma visão do socialismo, ou alguma alternativa democrática pela qual valha a pena lutar. Seu trabalho é tirar da mesa ideias que já falharam e apresentar os desafios presentes. Já é muito, sem dúvida. Mas é impossível não ficar com a impressão de que mais discussão sobre "o que fazer" – como dizia a velha esquerda – ajudaria o livro.

ADÃO ITURRUSGARAI, 2026

Fernando Haddad faz parte de uma geração de marxistas que estava amadurecendo intelectualmente quando o socialismo real desmoronou. Para muita gente dessa turma, a reflexão sobre a experiência soviética era a questão mais urgente. O que se podia salvar da herança socialista? Qual era o socialismo possível? Quanto da bagagem do marxismo soviético deveria ser simplesmente abandonado? O marxismo, como teoria, ainda merecia ser levado a sério, depois da queda de regimes autoritários que o utilizavam como ideologia de Estado?

Os anos 1990 foram uma época muito ruim para movimentos políticos marxistas, mas excelentes para quem quisesse pensar com o marxismo. Não havia mais burocracias partidárias prendendo ninguém às ortodoxias do passado. O ambiente entre os marxistas era mais caótico, mas era também mais livre. Haddad parece ter sido um dos intelectuais que souberam aproveitar essa brecha.

Esse ambiente não durou muito tempo: com a desilusão generalizada diante da experiência socialista, os intelectuais de esquerda se concentraram em uma tarefa mais promissora politicamente, a crítica do neoliberalismo. A discussão ambiental abriu possibilidades muito ricas para o pensamento progressista. No meio dos anos 1990, os debates sobre o sistema soviético já pareciam antiquados, um pouco como os debates sobre o Império Austro-Húngaro.

Isso teve um preço. Quando a extrema direita ressuscitou a bandeira do anticomunismo, a ignorância histórica já era tão grande que no balaio dos "comunistas" entrou todo mundo que não fosse fascista. Eu sinceramente gostaria de ver a cara de Lênin ouvindo que "ideologia de gênero" é comunismo. Imagino que ele responderia: "Camarada, calma, eu só quero estatizar os meios de produção!"

Por outro lado, a rica história da reflexão marxista crítica do regime soviético não foi transmitida às gerações posteriores de militantes de esquerda. Hoje temos jovens esquerdistas obviamente inteligentes e valorosos repetindo coisas sobre a experiência comunista que, sem exagero, nenhum militante do PCB teria coragem de dizer depois dos anos 1960. A primeira vez que vi alguém sem problemas mentais óbvios defender o regime da Coreia do Norte faz cerca de cinco anos.

O trabalho teórico realizado em *Capitalismo superindustrial* é, portanto, valioso. Pode-se, é claro, discordar de suas teses – como fiz algumas vezes neste texto. Mas o debate sobre o socialismo depende do resgate dessa herança crítica. E, mesmo se você não acredita – como tem todo o direito de não acreditar – na viabilidade da alternativa socialista, um fato é inegável: a aspiração socialista é um traço recorrente nas sociedades capitalistas, e é parte importante da identidade ideológica da esquerda. A conversa sobre socialismo talvez migre agora de planejamento centralizado para algo como renda básica, superação da sociedade do trabalho ou para ideias que ainda não nos ocorreram. Mas ela é claramente importante para muita gente que tenta melhorar o mundo de maneira democrática e corajosa. ✪

ARQUIVO NACIONAL, 1945

Bertha Lutz em São Francisco: a bióloga era a única mulher na delegação brasileira que participou da conferência responsável por redigir a Carta das Nações Unidas em 1945

ÚNICA NA FOTO

Documentarista reúne imagens em que mulheres aparecem sozinhas num mar de homens

SIMONE DUARTE

Assim que Jackson Pollock, Mark Rothko e Willem de Kooning começaram a se posicionar nos lugares marcados, Hedda Sterne percebeu que não havia nenhum com o seu nome. Os quinze pintores que compareceram à sessão de fotografia em Nova York, todos expressionistas abstratos, haviam assinado uma carta de protesto contra o conservadorismo do Metropolitan Museum of Art. Os artistas revolucionários iriam posar para o célebre retrato *Os irascíveis*, de Nina Leen, que a revista *Life* publicou em 1951. Como tinha subido numa mesa, Sterne apareceu um pouco acima dos catorze colegas, que estavam de pé ou sentados e faziam pose de banqueiros. "Eu assinei a carta e fui convidada para participar da foto. Mesmo assim, os homens que me rodeavam ficaram enfurecidos. Eram machistas o suficiente para acharem que a presença de uma única mulher tiraria a seriedade da imagem", lamentou Sterne tempos depois. "Sou mais conhecida por aquela maldita foto que por oito décadas de trabalho. Se eu tivesse um ego, isso me incomodaria." De origem romena, a artista americana morreu em abril de 2011, com quase 101 anos.

Em 2016, quando Immy Humes – documentarista nova-iorquina já indicada ao Oscar – mostrou essa e outras fotografias semelhantes para seus amigos homens, nenhum viu nada de especial nas cenas. Ela trabalhava no documentário *Portrait of Shirley*, sobre Shirley Clarke, diretora que se destacou como uma das precursoras do cinema independente nos Estados Unidos. Numa foto de 1961, Clarke posou rodeada de 22 marmanjos enquanto comemorava o lançamento do seu longa-metragem de estreia, *A conexão*. Foi essa imagem que primeiro chamou a atenção de Humes. Mais tarde, ela flagrou Clarke no centro de outra fotografia, agora com sete associados do New American Cinema Group, cooperativa que arquiva, exibe e distribui filmes experimentais. A partir de então, Humes passou a colecionar fotos que mostram apenas uma mulher no meio de inúmeros homens. Ficou tão obcecada que juntou mais de mil delas. A cada nova imagem, perguntava-se: por que há somente uma mulher na foto? Que caminhos ela teve de percorrer para chegar ali?

Durante a pandemia, Humes resolveu investigar seu acervo mais a fundo. Nasceu, assim, *The only woman*, livro que a documentarista lançou há três anos e meio pela editora Phaidon, ainda sem tradução para o português. A coletânea reúne cem retratos em que mulheres aparecem sozinhas num oceano masculino de advogados, políticos, músicos, escritores, cineastas, pintores, médicos, cientistas, atletas. As fotos, tiradas em vinte países de cinco continentes, vão de 1862 a 2020. A retratada mais jovem se chama Abigail

WISCONSIN CENTER FOR FILM AND THEATER RESEARCH. SHIRLEY CLARKE PAPERS, 1962

A cineasta Shirley Clarke em 1962, entre associados do New American Cinema Group: a cooperativa, ainda em atividade, exibe, arquiva e distribui filmes experimentais

Hoffman e ainda está viva. Em 1956, aos 9 anos, virou notícia no Canadá por ser a única jogadora numa equipe de hóquei no gelo. A garota usava cabelos bem curtos. Por isso, seus pais a inscreveram na liga masculina como se fosse um garoto, Ab Hoffman. À época, não existiam times de meninas por lá.

Algumas personagens do livro são muito conhecidas: a princesa Diana, de Gales; a artista mexicana Frida Kahlo; a atriz e cantora alemã Marlene Dietrich; a ex-primeira-ministra do Paquistão, Benazir Bhutto; e a Dama de Ferro britânica, Margaret Thatcher. Já dezenove das retratadas não tinham nenhuma identificação. Humes conseguiu descobrir o nome e a história de oito delas.

Uma dessas figuras é a neurocientista e bioquímica Elizabeth Roboz Einstein, que mal aparece numa foto de 1946 entre os membros da American Society of Sugar Beet Technologists (ASSBT). "O retrato lembra aquela divertida coleção de livros infantis, *Onde está Wally?*", debocha Humes. "Olhe bem para a imagem e tente achar Elizabeth." A documentarista contou com a ajuda de Anna Murphy, vice-presidente da ASSBT, para saber quem, afinal, era a mulher da fotografia. Depois de muita pesquisa, o nome de Roboz surgiu num antigo catálogo. Húngara e judia, a neurocientista fugiu do nazismo em 1940. Nos Estados Unidos, a impediram de dar aulas numa universidade da Califórnia justamente por ser mulher. Seus estudos tornaram possível associar o sistema nervoso à esclerose múltipla. Em 1959, casou-se com o engenheiro Hans Albert Einstein, filho do físico Albert Einstein. "Durante sete décadas, ninguém se preocupou em identificá-la. Era como se Elizabeth fosse invisível", diz Humes.

The only woman também identificou Stella Levy, que aparece de perfil numa foto de 1965 com escritores da geração beat. Eles posaram diante da livraria City Lights, em São Francisco, ponto de encontro do grupo. O cantor Bob Dylan estava lá, mas não aceitou ser fotografado. O poeta Allen Ginsberg ficou no centro do retrato. Levy trabalhava como assistente editorial na livraria, que tinha por sócio outro poeta beat, Lawrence Ferlinghetti. No dia da foto, a maioria dos homens não queria que a jovem funcionária aparecesse. "Ferlinghetti irritou muitos deles ao insistir que eu ficasse a seu lado", contou Levy à documentarista. Por mais de cinquenta anos, a assistente editorial quase nunca era identificada na imagem mais famosa da geração beat. "Adorei conhecê-la. Stella fez uma carreira brilhante como advogada", afirma Humes.

As fotos mais impactantes da coletânea mostram ativistas em ação. É o caso da britânica Emmeline Pankhurst. Num flagrante de 1914, a sufragista cai nas garras da polícia londrina enquanto lidera uma marcha a favor do voto feminino. Em outra imagem, de 1963, a americana Gloria Richardson, militante negra dos direitos civis, ignora uma baioneta durante manifestação em Maryland. "Direitos humanos são direitos humanos e não direitos dos brancos", gritou na ocasião. Em 2016, a enfermeira Ieshia Evans exibiu a mesma dignidade diante da violência policial em Baton Rouge, na Louisiana, quando estava prestes a ser presa num protesto contra a morte de um homem negro. "Quero que se lembrem de mim como uma revolucionária – uma manifestante pacífica que viu a injustiça e se posicionou", declarou à época.

Depois de analisar seu acervo, Immy Humes criou três categorias para explicar por que as mulheres se tornaram únicas nas fotos. "A categoria mais frequente no livro é a das pioneiras: a primeira cineasta, a primeira juíza da Suprema Corte, a primeira professora universitária...", diz a documentarista. Boa parte das instituições de qualquer país tem algum registro das pioneiras. O curioso é que, só quando uma das desbravadoras saía do posto, abria-se espaço para outra mulher. Nunca duas atuavam simultaneamente. "Era como se houvesse apenas uma cadeira destinada às mulheres", aponta Humes.

A editora Katharine Graham, que dirigiu o jornal *The Washington Post*, figura entre as pioneiras mais notórias do livro. Ela jamais imaginou que comandaria o diário. Seu pai, o banqueiro Eugene Meyer, comprou a publicação em 1933 e a capitaneou por treze anos. Foi sucedido na direção pelo genro, Philip Graham. Quando ele se matou, em 1963, a viúva assumiu o cargo e permaneceu à frente do *Post* até 1991. Sob a batuta dela, a redação promoveu coberturas lendárias, que sacudiram os Estados Unidos, como a do escândalo de Watergate, responsável pela renúncia do presidente Richard Nixon em agosto de 1974. Não à toa, a editora se tornou a primeira mulher eleita para o conselho administrativo da Associated Press, a agência de notícias sediada em Nova York. Numa foto de 1975, resgatada por Humes, o vestido azul de Graham destoa em meio aos 22 paletós dos demais conselheiros.

A história de como Martha Gellhorn virou a única mulher a cobrir o desembarque dos Aliados na Normandia, em 6 de junho de 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, é uma das prediletas da documentarista. Natural de Saint Louis, nos Estados Unidos, a jornalista pretendia acompanhar o evento pela revista *Collier's*. Os militares, porém, vetavam repórteres mulheres no front. Para piorar, o escritor Ernest Hemingway, com quem Gellhorn esteve casada entre 1940 e 1945, mexeu os pauzinhos e acabou correspondente da *Collier's* no lugar dela. A jornalista recorreu, então, a uma ousada artimanha: antes de os combatentes zarparem, se escondeu num dos banheiros do navio-hospital. Tão logo chegou à Normandia, desembarcou carregando uma maca e fez a cobertura. No decorrer do casamento, Hemingway mandou um telegrama à parceira com a seguinte indagação: "Você é correspondente de guerra ou a mulher em minha cama?" A jornalista se ressentiria pelo resto da vida por ter seu nome associado ao do romancista.

Na categoria das pioneiras, Humes criou uma subcategoria que batizou de "a grande exceção". Dela faz parte, por exemplo, a cineasta neozelandesa Jane Campion, primeira mulher a receber o maior prêmio do Festival de Cannes, a Palma de Ouro. Ela ganhou o troféu em 1993 pelo filme *O piano*, mas o dividiu com o chinês Chen Kaige, diretor de *Adeus, minha concubina*. Só 28 anos depois, em 2021, outra mulher voltou a faturar a Palma de Ouro: a francesa Julia Ducournau, autora de *Titane*. "A primeira vitória pressupunha que haveria a segunda, a terceira, a quarta... No entanto, após quase três décadas, Ducournau se tornou a primeira novamente. É a exceção que confirma a regra, entende? Como se os homens dissessem: 'Vejam, nós temos uma mulher, ou tivemos uma mulher certa vez'", afirma a documentarista.

A segunda categoria estabelecida por Immy Humes é a das "mascotes". Nesse caso, a única mulher da foto não pertence ao grupo retratado, mas aparece na cena como um enfeite, amuleto ou algo do tipo. Pode ser a irmã de alguém ou uma jovem que os homens gostam de manter próxima por julgá-la simpática, engraçada, prestativa. Numa imagem de 1894, uma moça posa de chapéu entre 23 formandos da Academia Naval dos Estados Unidos em Maryland. Embora não esteja identificada, ocupa posição de destaque – o centro da fotografia. No livro, Humes divaga sobre quem seria aquela figura: a filha do superintendente ou de outro oficial? Com certeza, não era uma graduanda, já que a academia só iria admitir mulheres na década de 1970.

Há, finalmente, a categoria das que estão nas imagens por desempenharem trabalhos considerados femininos, como os de secretária, enfermeira e professora. "A foto mais antiga do livro é de 1862 e exibe uma cozinheira negra junto de militares brancos que lutavam na Guerra Civil Americana", diz a documentarista. "As mulheres dessa categoria aparecem nos retratos apenas porque os homens precisavam delas."

The only woman remete ao "princípio da Smurfette", conceito que a poeta e crítica Katha Pollitt cunhou em 1991 num artigo divulgado pela *The New York Times Magazine*. A ensaísta notou que muitas narrativas da cultura popular (filmes, séries, quadrinhos) apresentam vários personagens masculinos e somente um feminino, quase sempre insosso. O melhor exemplo é o desenho animado *Os Smurfs*. "As tramas contemplam o Smurf lenhador, o arquiteto, o médico, o alfaiate, o padeiro. Mas existe uma única Smurfette, que não exerce nenhum ofício e carece de personalidade marcante. Ela participa dos enredos só para simbolizar todas as outras mulheres", explica Humes.

A documentarista se declara impressionada com a boa recepção do livro. "Sinto que as ideias e as histórias presentes nele impactam principalmente as leitoras. Os homens ficam um pouco desconfortáveis. Já as mulheres... Choram, me abraçam, relembram coisas e mandam fotos." Em 2023, Humes recebeu um convite para falar e expor imagens da coletânea no Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça. "Quando me convidaram, pensei se tratar de uma piada. O evento é muito criticado por ser majoritariamente masculino."

Mal soube que a **piauí** desejava entrevistá-la, a documentarista – cujo livro não traz imagens do Brasil – correu à internet e encontrou um retrato precioso no site do Arquivo Nacional. Tirada em São Francisco, a fotografia de 1945 mostra a bióloga e ativista paulistana Bertha Lutz como a única integrante da delegação brasileira que participou da conferência onde se redigiu a Carta das Nações Unidas, documento fundador da ONU. "Pretendo garimpar cada vez mais fotos com mulheres de diferentes culturas", afirma Humes. "Meu sonho é fazer edições regionais do livro, além de exposições. Os registros podem ser cômicos, absurdos, inspiradores, deprimentes, misteriosos, trágicos... Não importa. Todos são relevantes porque ajudam a contar a intrincada história do lento colapso do patriarcado." ✪

NINA LEEN/THE LIFE PICTURE COLLECTION/1951

Hedda Sterne no retrato *Os irascíveis*, publicado em 1951: a romena tirou a foto em cima de uma mesa porque não havia nenhum lugar reservado para ela entre os colegas pintores

Elizabeth Roboz Einstein em 1946, entre os membros da American Society of Sugar Beet Technologists (ela se encontra mais ao centro, na segunda fileira de baixo para cima): durante sete

YORK UNIVERSITY LIBRARIES, CLARA THOMAS ARCHIVES & SPECIAL COLLECTIONS, TORONTO TELEGRAM FONDS, 1958

Abigail Hoffman em 1956, infiltrada num time masculino de hóquei no gelo, o St. Catharines Teepees: a canadense de 9 anos está ajoelhada (é a segunda da esq. para a dir.)

CITY OF VANCOUVER ARCHIVES, 1946

décadas, a neurocientista húngara – que estudou a esclerose múltipla – ficou sem identificação no retrato

GETTY IMAGES, SAN FRANCISCO CHRONICLE, HEARST NEWSPAPERS, 1965

Stella Levy em 1965, com escritores da geração beat, diante da livraria City Lights, em São Francisco: a maioria do grupo desaprovou a presença da assistente editorial na foto

GETTY IMAGES_1914

Emmeline Pankhurst em 1914: a sufragista foi presa pela polícia londrina quando protestava em frente ao Palácio de Buckingham

A editora Katharine Graham em 1975, no conselho administrativo da Associated Press, agência de notícias sediada em Nova York: ela comandou o jornal *The Washington Post* ao longo de quase três décadas

SHUTTERSTOCK_AP_1963

A militante americana Gloria Richardson em 1963, durante manifestação em Maryland: "Direitos humanos são direitos humanos e não direitos dos brancos", gritou à época

SHUTTERSTOCK_AP_1975

IWM_1944

Martha Gellhorn na Segunda Guerra: ela foi a única repórter a cobrir o desembarque dos Aliados na Normandia, em 1944

JONATHAN BACHMAN_REUTERS_2016

O protesto da enfermeira Ieshia Evans em 2016, na Louisiana, contra o assassinato de um jovem negro pela polícia: "Quero que se lembrem de mim como uma manifestante pacífica"

A PAISAGEM BRUTAL

Como enfrentar a beleza e o cinismo do Rio de Janeiro

DANILO MARQUES

Cidade maravilhosa: "O Rio destinou os lugares naturais mais belos aos ricos e poderosos, que hoje entendem essa paisagem como algo que pertencesse a todos, sem distinção de classe

New York, I love you
But you're freaking me out[1]
James Murphy

1_Na infância, eu não costumava ir às praias da Zona Sul. Só vim a frequentá-las no fim da adolescência, com uns 16 anos. Eu não gostava de praia, em parte porque nunca me dei bem com meu corpo. Além disso, meus pais não costumavam me levar ao Rio, apesar de morarmos em São João de Meriti, um município da Baixada Fluminense distante apenas 40 minutos de carro da capital. Eu não conhecia Copacabana, Ipanema, Leblon. Não conhecia Catete, Flamengo, Botafogo, Urca. De São Conrado, não sabia nem mesmo o nome. Minha família não frequentava esses locais e achava que restaurantes, centros culturais e teatros não eram lugares para o nosso bico. Minha vida era circunscrita à Baixada Fluminense.

Lembro que, no quarto ano do ensino fundamental, deparei num livro de geografia com uma lista das Sete Maravilhas do Mundo Moderno. Muitas ficavam em outros países, mas, entre elas, estava o Cristo Redentor. Eu pedia aos meus pais que me levassem até lá, mas eles nunca tinham tempo nem grana. Do terraço da minha casa, meu irmão apontava na direção de uma montanha e dizia: "Olha bem lá no alto. É naquele ponto que fica o Cristo Redentor." Eu via apenas uma mancha indecifrável.

Mais velho, tive a ideia de pegar um dia o metrô, sozinho, e ver enfim com meus próprios olhos a paisagem que irrigava meu imaginário havia tanto tempo. Mas esse projeto foi sabotado pela pandemia, que limitou radicalmente meus movimentos e o de todo mundo.

Em 2022, quando fiz 17 anos, passei em jornalismo na UFRJ, faculdade que fica na Urca, na Zona Sul do Rio. Naquela época, eu ainda tinha pouquíssima noção da vida fora de São João de Meriti. Por isso, nos dois primeiros dias de aula, meu pai foi comigo até lá. Pe-

1 *Nova York, eu te amo/mas você me deixa assustado*, versos da canção *New York, I love you but you're bringing me down* (Nova York, eu te amo, mas você me deixa deprimido), do álbum *Sound of silver* (2007), do grupo LCD Soundsystem.

CAIO BORGES. 2026 (INSPIRADO EM BASQUIAT)

e raça. Mas, com isso, dissimulam cinicamente o seu próprio privilégio de viver ali, diante do mar, diante do Cristo, diante do Morro Dois Irmãos, desfrutando de lindas ruas e praias"

gamos o ônibus da linha 734, que sai da Vila Norma, bairro vizinho ao meu, e saltamos na Pavuna, que fica na Zona Norte do Rio, onde apanhamos o metrô até Botafogo. Depois, pegamos o ônibus da linha 513, que em cerca de 15 minutos nos deixou na porta. Aprendi o trajeto e passei a ir sozinho.

Eu demorava cerca de uma hora e meia para ir da minha casa à faculdade. As aulas, nos três primeiros períodos do curso, aconteciam à tarde. Para mim, porém, tratava-se de um curso em tempo integral, já que eu saía pela manhã e só retornava à noite. Além de complicado, esse percurso consumia boa parte dos 700 reais da bolsa que eu consegui na universidade: gastava 25 reais por dia em passagens, ou quase 505 reais por mês. Lá pelo terceiro semestre, eu já estava mais aclimatado à região, embora ainda me embananasse quando saía da maratona em três etapas.

Certa vez, uma professora marcou uma aula no Fórum de Ciência e Cultura, na Avenida Rui Barbosa, no Flamengo. Essa via é um cobiçado endereço da Zona Sul, com prédios antigos e elegantes, em geral de estilo europeu. Das janelas dos apartamentos, imensos e caríssimos, podem-se contemplar um dos famosos cartões-postais do Rio, o Pão de Açúcar, e as centenas de veleiros flutuando sobre as águas da Baía de Guanabara. Da minha turma, só eu fui naquela aula. Na saída, precisei do auxílio do GPS para chegar até a estação de metrô mais próxima.

Com medo de ser assaltado, gravei na memória o caminho e guardei o celular no bolso. Prestes a entrar na Rua Senador Vergueiro, decidi perguntar a duas mulheres que estavam um pouco à frente qual era o caminho até a estação. Quando as cumprimentei, antes de fazer a pergunta, elas passaram o olho rapidamente em mim e correram para o outro lado da rua. "Desculpa", gritei, de longe. E gritando ainda expliquei que estava perdido e queria apenas pedir informação. Uma delas disse: "Achei que fosse assalto." E riu. Caiu na gargalhada.

Desculpar-me, naquela situação, significava o mesmo que um zero à es-

ADÃO ITURRUSGARAI, 2026

querda. Nem mesmo se eu ajoelhasse. Nem se chamasse a atenção para as roupas de marca que eu estava vestindo, parceladas em dez vezes no cartão de crédito da minha mãe. Nem se exibisse a mochila que indicava que eu era um estudante. Ainda assim, eu continuaria não pertencendo àquele lugar, ao Flamengo, à Zona Sul, ao Rio de Janeiro.

2 _Eu estava esperando uma amiga no andar de cima da Livraria da Travessa de Botafogo, que fica na Voluntários da Pátria, a rua mais movimentada do bairro. Em uma espécie de mezanino, fica um café caríssimo. Maria demorou, e demorou muito. Para passar o tempo, comecei a prestar atenção na conversa de uma mulher e um homem de meia-idade na mesa ao lado, ambos com sotaque excessivamente carioca.

Os dois haviam rompido seus casamentos e falavam sobre filhos. Depois, sobre a juventude. Sobre como havia sido legal uma viagem que fizeram no passado à serra fluminense com colegas. Sobre um amigo em comum que, durante a adolescência, fumava maconha sem parar.

O homem pediu um refrigerante zero açúcar. Vestia camisa branca de manga longa, calça de alfaiataria e sapatos pretos, desses lustrosos e bicudos (não pude ver muito bem a mulher: como ela estava do meu lado, eu teria que dar uma guinada de 180° para observá-la por inteiro).

A conversa dos dois, então, enveredou para um assunto que acho especialmente irritante: os problemas da esquerda. Eles comentaram sobre as dificuldades que políticos progressistas enfrentarão nas próximas eleições, o perigo que Tarcísio de Freitas representava (mas o homem tinha alguma simpatia por Tarcísio, dava para perceber). Ele disse: "Acho que o grande problema é o seguinte: os políticos de esquerda não admitem que a polícia meta porrada nesses pivetes." A mulher deu uma risadinha discreta, como quem concorda e não quer se comprometer, ou talvez como alguém que discorda, mas não o suficiente para argumentar.

Eu, que havia quase uma hora prestava atenção no papo, não me contive. "Acontece que pivete tem cor", eu disse ao casal, fazendo questão de me intrometer. O homem me olhou espantado, parecendo prestes a ter uma vertigem, e pediu desculpas. Ele disse que era só brincadeira e me ofereceu um copo d'água.

3 _Por um tempo, fiz parte de um projeto de extensão na faculdade que realizava experimentações em fotografia analógica. Aprendi a fotografar, revelar e ampliar. Organizávamos, uma vez por ano, um evento que convidava profissionais da área para aulas abertas e oficinas. Todo o grupo era composto por alunos da UFRJ, com exceção de um rapaz, Marcos, que cursava cinema em outra universidade. Ele morava na Gávea, na Zona Sul. De seu apartamento, que deve custar uma cifra macabra, ele via claramente o Cristo Redentor, o mesmo que, anos antes, eu fizera tanto esforço para enxergar.

No segundo ano do evento de fotografia, combinamos que venderíamos camisetas estampadas com desenhos feitos pelo grupo. Marcos, que havia se metido com uma vertiginosa variedade de atividades artísticas, além de cinema, queimou a largada e falou que ele mesmo poderia estampar as camisetas, sozinho. Contribuímos, cada um, com uns 10 reais para comprar os materiais. O resultado ficou uma merda.

Ele, então, abandonou seu habitual mutismo para justificar a lambança. Disse que sua semana havia sido difícil, com vários problemas que consumiram seu tempo e sua atenção. E ali estava o resultado. Para nos consolar, exclamou: "Basta olhar pela janela que tudo passa, pô!"

Eram dias ensolarados e quentes. Marcos falava de forma pausada, muito expressiva, como uma criança, acrescentando em cada uma das frases a interjeição "Pô!". Depois de dar sua justificativa, aproveitou para fazer uma apologia da alegria inegociável do Rio de Janeiro. Concluiu, dizendo: "Pô, é impossível ter depressão aqui, nessa cidade!"

Suas palavras me deixaram atônito. Pouco tempo antes, eu havia carregado com meu pai e meu irmão o caixão de meu tio, em um cemitério de Mesquita, município da Região Metropolitana do Rio. Aos 59 anos, meu tio morrera com um tiro na cabeça. Tinha sido escolhido ao acaso por traficantes de uma comunidade em Belford Roxo, cidade onde ele morava, que queriam dar um recado a milicianos que pretendiam conquistar seu território. No mesmo condomínio onde meu tio morava, e na mesma hora, foram mortos um porteiro e um rapaz que fazia a pintura das grades do local. As imagens de segurança da rua, divulgadas em telejornais, são brutais: quando ouve os tiros, meu tio corre, mas logo é atingido. Tudo isso aconteceu numa sexta-feira de abril de 2023, às cinco da tarde, quando eu assistia a uma aula online da faculdade.

A Baixada Fluminense reúne treze municípios, com os quais o Rio tem uma relação parecida com aquela que os Estados Unidos estabeleceram com a periferia latino-americana: um misto de exploração e desprezo. A proximidade fez surgir nessa margem urbana um não lugar, uma cidade-dormitório. Não há o que fazer em São João de Meriti. O município tem prefeitos reacionários, políticos inúteis e igrejas neopentecostais às pencas. Não tem hospitais, nem boas escolas, públicas ou particulares. Não existe planejamento urbano. É também uma cidade sem muitas árvores. Debaixo do Sol abrasivo, as pessoas carregam toalhinhas, com nomes ou desenhos bordados, para secar o suor. O asfalto das ruas é precário, e os viadutos espantam com sua cor de fumaça. As bocas de fumo são o que há de mais cosmopolita por lá.

Quem vai de São João de Meriti ao Rio de Janeiro, depois de descer na Pavuna, na Zona Norte carioca, precisa pegar a Linha 2 do metrô. Na parte inicial do caminho, os vagões trafegam na superfície. Da janela, se vê o mesmo padrão da minha cidade: terrenos abandonados, pouco verde, prédios residenciais populares e imensos, muito parecidos uns com os outros. É assim até a Estação Cidade Nova, quando o trem mergulha fundo na terra. E não há grande diferença entre a paisagem depreciada de São João, da Pavuna, de Madureira ou de Parada de Lucas e outros subúrbios.

Para continuar o caminho até a Zona Sul, é preciso trocar a Linha 2 pela Linha 1. Nesta, o trem permanece o tempo todo no subsolo. Quando chegamos ao destino em Ipanema ou Leblon e subimos pela escada até a superfície, parece que, num passe de mágica, fomos transportados do Terceiro Mundo dos subúrbios para outro lugar: o Sol ilumina as ruas arborizadas e as fachadas dos restaurantes e lojas elegantes, pessoas bem-vestidas trafegam com seus cães, as crianças parecem sempre em férias, jovens passam em bicicletas caras, enquanto os entregadores voam em suas magrelas desconjuntadas e as babás sempre uniformizadas levam os bebês para um passeio na praça. Alguns passos mais, e estamos nas praias cheias de turistas flanando pelo calçadão ou estendidos na areia, sob os guarda-sóis coloridos, servidos pelos funcionários maltrapilhos dos quiosques.

No caminho até a faculdade, às vezes caminhava ao lado de Danty, um amigo de origem social parecida à minha e que, morando em Jacarepaguá, na Zona Oeste, demorava quase o mesmo tempo que eu para chegar à escola. Nós dois olhávamos os prédios entre Botafogo e Urca, especulando quanto custava um apartamento ali. Andando um pouco mais, conseguíamos ver o mar na enseada e, depois, chegávamos à Mureta da Urca, de onde se vê o Pão de Açúcar e a Baía de Guanabara. Ali, gente de todas as idades e classes sociais se juntavam, entupindo-se de álcool e de alegria, como numa cena de telenovela. "É tudo muito cínico", me disse Danty um dia. As palavras dele não me afetaram na hora, mas ficaram guardadas comigo. Eu ainda levaria um tempo para entendê-las.

O Rio destinou os lugares naturais mais bonitos para os ricos e poderosos, que hoje entendem essa paisagem como algo que pertencesse a todos, sem dis-

tinção de classe e de raça. Mas, com isso, dissimulam cinicamente o seu próprio privilégio de viver ali, diante do mar, diante do Cristo, diante do Morro Dois Irmãos, desfrutando de belas ruas e belas praias. É um modo de recorrer à dádiva natural para amaciar as mágoas dos que não têm lugar em um ambiente tão seletivo quanto esse.

Um dia as coisas começaram a mudar. Durante o trajeto que eu percorria todos os dias, passou a tomar conta de mim uma tristeza ímpar. Eu sofria dentro da condução que andava pelas ruas estragadas de São João do Meriti. Sofria esperando o ônibus na Rua Professor Lindolfo Gomes, às margens do Rio Pavuna, que cheira mal como um cadáver. E sofria ainda mais quando notava tudo aquilo que os outros tinham ao seu dispor – e eu não. Eram dilemas estabelecidos no que me faltava.

Ao me dar conta do elenco de ausências que constituía minha cidade, comecei a fazer um esforço imenso para acreditar que São João também era parte do mesmo universo semântico que o Rio. Não havia, porém, contraste maior com minha cidade sem praia, sem ruas arborizadas, coberta de lixo, esgoto a céu aberto e a linha decadente de trens cargueiros. Para pertencer ao Rio – já que me parecia uma dádiva viver numa cidade dotada de tanta beleza – passei a dizer que gostava do calor (embora odeie), de praia (apesar de me incomodar a areia colada no corpo), de futebol (ainda que não suporte as reações hipermasculinas que ele provoca).

As desigualdades se manifestavam também de maneiras mais sutis. No primeiro semestre de 2023 (quando consegui uma vaga no curso de radialismo, pois só depois eu me mudaria para o de jornalismo), passei a estudar das 16 às 21 horas. O tempo era calculado milimetricamente para que eu chegasse em casa livre de perigos. Depois das 23 horas, as ruas de São João e da Pavuna viram uma terra sem dono, e eu, bobo, muito provavelmente seria assaltado. O assassinato do meu tio fez com que, para minha família, os perigos não fossem apenas latentes, mas reais. Eu deveria estar feliz por ter conseguido uma vaga na universidade pública (fui o primeiro no meu núcleo familiar imediato), mas a tensão me cercava por todo lado.

Passei a alimentar um forte ressentimento em relação ao Rio ao me dar conta de que, na verdade, era um intruso na paisagem da cidade, tanto do ponto de vista geográfico quanto racial. Eu sentia inveja dos colegas de sala que chegavam na escola em questão de minutos. Que conseguiam, em dias úteis, frequentar, além das aulas da faculdade, o curso de francês, a academia e o cinema à noite. A maioria, aliás, tinha tempo para acumular um capital intelectual notável. Eles frequentavam escolas cujas mensalidades consumiriam parte considerável da renda de toda a minha família. Enquanto para mim a universidade significava uma conquista paradigmática, para alguns desses colegas não passava de um movimento natural de ascensão social.

Estudei por muito tempo numa escola católica. Depois, fui matriculado em uma evangélica. Nos dois casos, tive poucos colegas de classe que sonhavam com a universidade. A maior parte deles vislumbrava entrar nas Forças Armadas ou em alguma força policial. A segurança financeira era o principal motivo dessa decisão – e, por algum tempo, essa mesma possibilidade encheu minha mente. Ser militar ou policial era também para os meninos uma forma de contrariar as expectativas e se alinhar com as forças diametralmente opostas ao tráfico, que os alicia de maneiras muito astutas.

Sentindo que precisava alcançar uma posição equivalente à dos outros – os privilegiados –, me esforcei para ampliar minha cultura. Eu anotava qualquer referência a obras e autores mencionados nas aulas. Fazia o longo percurso de ida e volta à faculdade sempre com alguma leitura nas mãos. Meu objetivo era superar as diferenças mais visíveis entre mim e as pessoas com as quais passei a conviver. Parecia-me um método eficiente de apaziguar pelo menos algumas das minhas feridas.

Mas nem sempre esse era o recurso mais eficaz diante do cinismo com que as pessoas no Rio lidavam com as diferenças sociais, ignorando os esforços alheios para mudar a vida, pois não havia nada a ser mudado na vida dessa cidade onde todos – ricos e pobres, brancos e pretos – podem usufruir hedonística e democraticamente de incontáveis maravilhas.

Foi assim que um sentimento corrosivo de vingança e frustração cresceu em mim, como na *Elegia 1938*, de Carlos Drummond de Andrade:

Coração orgulhoso, tens pressa de
[confessar tua derrota
e adiar para outro século a felicidade
[coletiva.
Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego
[e a injusta distribuição
porque não podes, sozinho, dinamitar
[a Ilha de Manhattan.

Músicas como *Menino do Rio*, de Caetano Veloso, *Do Leme ao Pontal*, do Tim Maia, *Aquele abraço*, do Gil, *Samba do avião*, de Tom Jobim, começaram a me causar ojeriza. Eu estava me tornando um sujeito amargo, em vez de uma pessoa que poderia aproveitar as mudanças que estavam ocorrendo em minha vida. Não foram poucas as vezes que chorei no vagão abarrotado na volta para casa. Calhou de Drummond também dizer:

A literatura estragou tuas melhores
[horas de amor.
Ao telefone, perdeste muito, muitíssimo
[tempo de semear.

ADÃO ITURRUSGARAI, 2026

No fim de 2023, fui a São Paulo pela primeira vez, para o Festival **piauí** de Jornalismo. Parcelei o ingresso em duas vezes e me hospedei na casa de Márcia, uma amiga da minha mãe que mora na Vila Prudente, a alguns minutos da estação de mesmo nome, na Zona Leste paulistana. Desembarquei na Rodoviária Tietê, tomei rapidamente um banho e saí logo. Apanhei o metrô e 20 minutos depois estava subindo as escadas da Estação Trianon-Masp, em plena Avenida Paulista.

Não era exatamente um lugar bonito. No entanto, aqueles prédios altos, as ruas entulhadas de gente, o horizonte sem mar e sem morros tinham algo de honesto, pareciam não dissimular nada, o que me comoveu, despertando em mim alguma ternura. Era o tipo de cidade que me atraía, porque ela não impunha nenhuma admiração narcísica a seus moradores: não sendo tão bela, deveria ser apenas vivida como um desafio, e não como uma graça divina.

São Paulo também não exigia que seus moradores a congratulassem sem parar e se deleitassem com seu passado pretensamente aristocrático: interessava mais a abertura para o futuro. De alguma forma, as multidões me camuflavam – ao passo que, em meu estado de origem, as diferenças acabavam me oferecendo algo como um código a ser cumprido.

Era também a cidade que me propiciava, ao menos naquele momento, o direito de ser ativamente melancólico. Ali também era mais fácil entender a minha depressão (causada, nessa época, pelo sem-número de questões que me atravessavam diariamente), porque São Paulo coloca tudo em pratos limpos, sem reagir com cinismo às distâncias sociais nem falsificá-las em cartões-postais.

A fotografia que costuma ilustrar livros didáticos no capítulo sobre desigualdade social brasileira foi feita em São Paulo. Mostra aquele prédio de classe média alta no bairro Morumbi – com uma piscina oval na varanda de cada apartamento –, dividindo o espaço urbano com a favela de Paraisópolis. Os dois complexos residenciais são fronteiriços e estão divididos por um muro.

No Rio, as favelas sofreram um processo curioso: em vez de símbolos da miséria, acabaram como um "cartão-postal às avessas",[2] compondo o fundo exótico da paisagem espetacular. Há outros exemplos de assimilação da miséria e mesmo do crime no Rio. O desenho do Mickey carregando um fuzil nas costas, acompanhado

2 Trecho do ensaio *Sertões e favelas no cinema brasileira contemporâneo* (2007), da professora Ivana Bentes, publicado pela revista *Alceu*: "Etapa histórica, não superada, do capitalismo, e os pobres, que deveriam, dada toda produção de riquezas do mundo, estar entrando em extinção, são parte dessa estranha 'reserva', 'preservada' e que a qualquer momento sai do controle do Estado e explode, 'ameaçando' a cidade."

piauí é aqui

PARA ASSINAR
revistapiaui.com.br/assine
whatsapp e SAC: (11) 3584 9200
renovação: 0800 775 2112
segunda a sexta, 9h às 17h30

ATENDIMENTO AO CLIENTE
ASSINATURA DIGITAL:
assinaturas@revistapiaui.com.br

ASSINATURA IMPRESSA OU COMBO:
perfil.abril.com.br
OU
atendimento.piaui@abril.com.br

PARA ANUNCIAR
publicidade@revistapiaui.com.br

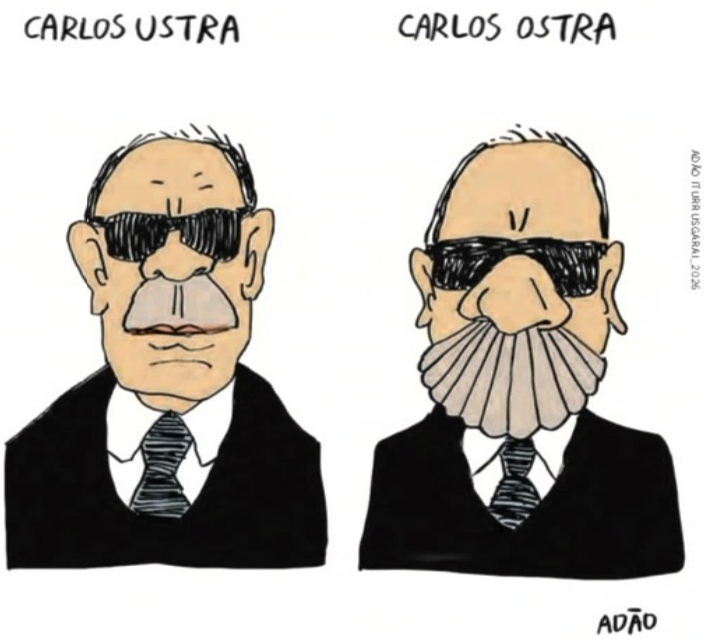
EDIÇÕES ANTERIORES
colecione@revistapiaui.com.br

ESCREVA PARA A PIAUÍ
redacaopiaui@revistapiaui.com.br
forodeteresina@revistapiaui.com.br

site da piauí_com conteúdo extra
revistapiaui.com.br
_pra quem tem um clique a mais

da frase "Tu tá no RJ, não é Disney", era um comentário crítico do designer Raphael Brunet, do bairro da Penha Circular, à violência no Rio. Acabou adotado como peça de estilo, com a imagem agora estampada em roupas, bandeiras, cangas e uma grande variedade de produtos. A desgraça virou cinicamente uma modinha.

Sobretudo as músicas consumidas largamente por camadas mais pobres falam de uma geografia afetiva do Rio. É coisa que remonta ao velho samba, avançou pela Bossa Nova, pelo Tropicalismo e chegou até hoje. Os funkeiros e rappers se ocupam, assim como eu, do desejo de ascensão social e reproduzem, apesar dos *beats* pesados, o mesmo tipo de autocongratulação do imaginário carioca. Nos filmes ambientados na cidade quase sempre é a mesma coisa. Sem falar nas novelas, inebriadas por esforços de conciliação entre as classes sociais e as raças. Com isso, nossa capacidade crítica fica a cada dia mais debilitada. É como se quem ousasse criticar o Rio e sua encenação social não tivesse direito de pertencer à cidade.



Rápido percebi que já não me sentiria em casa nem na Baixada Fluminense nem no Rio. Passei a frequentar apartamentos de alguns amigos que levavam uma vida muito diferente da minha. Mas não conhecia ninguém – com exceção de Danty (que logo saiu do país, imaginando ter uma vida melhor na Europa) – que sentisse algo parecido ao que eu sentia em relação à cidade. Mesmo os que não eram privilegiados de berço, com o tempo acabaram apaziguando seus ressentimentos.

Apartamentos com salas amplas. Móveis modernistas. Quadros abstratos e decorativos. Janelas abrindo-se para a copa das árvores ou para paisagens deslumbrantes. Passei a radiografar os apartamentos que visitava – e o que via das janelas. Quantos metros quadrados tinha a sala de estar. Os livros entulhados na biblioteca. Havia também uma certa obsessão em descobrir se o lugar possuía quarto de empregada e elevador de serviço. Para mim, eram e ainda são marcas muito óbvias do que foi planejado para gente como eu, vinda do lugar de onde eu vinha.

Sempre me acompanhava o sentimento dúbio de querer e de repelir aqueles lugares que eu visitava. Quanto ao subúrbio, eu já não me sentia mais próximo dele, mas não o odiava. Quando ia a São João visitar meus pais, observava o caminho e as pessoas num misto de espanto, desejo e asco. Vinha à mente outro poema de Drummond, *A flor e a náusea*:

Preso à minha classe e a algumas [roupas,
vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias [espreitam-me.
Devo seguir até o enjoo?
Posso, sem armas, revoltar-me?

Em dado momento, quando me aproximava de uma fenomenal depressão, pensei que era hora de mudar, de tentar me conciliar com o Rio e a Zona Sul. Aluguei então um quarto no apartamento de uma amiga, em Botafogo. Custava bem pouco, em comparação com os preços altíssimos da região. Eu demorava menos de 10 minutos até a faculdade e cerca de 20 para chegar à redação da **piauí**, em Ipanema, onde passei a trabalhar. Na mesma rua em que morava em Botafogo, tinha à minha disposição um posto de saúde, uma clínica da família, um cinema, uma livraria, bares e restaurantes, a estação de metrô e ônibus que iam para todos os cantos. A poucos metros dali, havia também uma delegacia policial. Assim, fui inserido involuntariamente numa espécie de "submundo dos filhinhos", como canta Fernanda Abreu em seu hit *Rio 40 graus*.

Meu pai foi quem trouxe de carro a minha mudança: uma pequena vida empacotada em algumas bolsas. Do meu novo quarto, eu e ele avistamos o Cristo Redentor, que nunca pareceu tão perto. Como eu suspeitava, era fácil gostar do Rio morando ali. Me peguei olhando pela janela do ônibus da linha 426 (que sai da Tijuca com destino ao Leblon), admirando os dias ensolarados, um tanto feliz pelas facilidades das quais eu, agora, dispunha.

No sábado à tarde, retornava a São João para ver meus pais na casa em que eles vivem, com seu grande quintal, onde outras duas famílias dividem o espaço. Sempre que volto, me pego contando para eles sobre os lugares que passei a ocupar no Rio, e parece que estou falando de algo tão distante quanto outro país.

Em outubro do ano passado, mais de 120 pessoas foram mortas no Rio em consequência de uma ação policial truculenta, a mais terrível de que se tem notícia. No dia seguinte, a imprensa foi inundada de imagens brutais. Muitos corpos foram estendidos em uma via movimentada do Complexo da Penha. Avós, mães e pais, esposas e filhos choravam sobre os cadáveres.

Mais assustador foi se dar conta de que aquela barbárie estava acontecendo a poucos quilômetros da Zona Sul, onde reinava a certeza de que a violência não chegaria à Avenida Atlântica ou à Vieira Souto. Nestes lugares, a agitação mais visível era a dos trabalhadores, vindos da periferia ou voltando para lá, amontoados nos transportes públicos.

Pouco mais de um mês depois da chacina, chegou o verão. Os dias ficaram diabolicamente ensolarados. Como sempre, os domingos trouxeram gente de todos os cantos e periferias para encher as areias e os calçadões. A cidade irradiava alegria. As pessoas estavam felizes e animadas. Os eventos de outubro pareciam ter ocorrido em outro século. O que há de mais violento no Rio é a paisagem. ✪

bastidores, humor e contexto no seu e-mail

assine as nossas newsletters

VILLA-LOBOS REVISTO

Compositor tem toda a sua obra corrigida e é tema de duas novas biografias

OSCAR PILAGALLO

O prediozinho de cinco andares em Paris, onde a pianista brasileira Sonia Rubinsky vive, fica longe dos pontos turísticos, no 19º *arrondissement*. Construído em 1893, com ornamentos esculpidos sobre o vistoso portão frontal de madeira maciça e sacadas protegidas por grades de ferro fundido, é a cara da cidade dos tempos da Belle Époque. Por um minúsculo elevador com paredes de vidro, que têm a função de não agredir a arquitetura original, chega-se ao apartamento de Rubinsky, no segundo andar.

Ali, a pianista de 68 anos mantém uma rígida rotina. Nas primeiras horas da manhã se debruça sobre o teclado e estuda horas a fio, voltando repetidamente aos trechos mais desafiadores da partitura. Memoriza a dinâmica do movimento das mãos, tão pequenas quanto elásticas. A música, no entanto, só ecoa dentro de sua cabeça, pois seu teclado digital da Roland está sempre no modo silencioso.

O hábito de usar esse piano nasceu da necessidade. Ela queria se antecipar a eventuais reclamações de vizinhos. Com o tempo, percebeu vantagens insuspeitas no aparelho digital. "O piano acústico pode ser um perigo na hora do estudo", ela me disse numa manhã de setembro, na sala de sua casa. "A gente fica tão maravilhada com o som que não dá atenção aos problemas que precisam ser resolvidos. Aliás, quanto melhor o piano, maior a ameaça – é um canto de sereia", compara. Rubinsky conta que o fato de tocar no silencioso a obriga a imaginar cada nota, o que é ainda mais importante quando está na etapa de "aquisição do texto", ou seja, na fase de dominar a partitura. E há uma razão adicional para esse método: "Um pianista profissional tem que estudar muitas horas por dia, todos os dias, e a verdade é que o ouvido simplesmente satura com o excesso de som."

Outro estranhamento que seu método de estudo provoca no observador leigo é a exasperante lentidão com que ela executa cada trecho da peça. "É o segredo para se tocar de memória", diz a pianista, que já interpretou Mozart, Debussy, Mendelssohn, Shostakovich e Alexander Scriabin. "Quanto mais lentamente você tocar, mais a memória fica enraizada. Quem memoriza rápido esquece rápido. Quando tocamos lentamente e no silencioso, saímos do automático e identificamos as falhas da memória mecânica."

Uma vez adquirido o "texto", Rubinsky testa o resultado no Steinway de cauda, que ocupa quase a metade de um dos cômodos do apartamento transformado em estúdio. (Ela tem ainda um segundo piano acústico – um Yamaha de armário – e três teclados elétricos espalhados pelo apartamento: dois da marca Eastar e um teclado de viagem.)

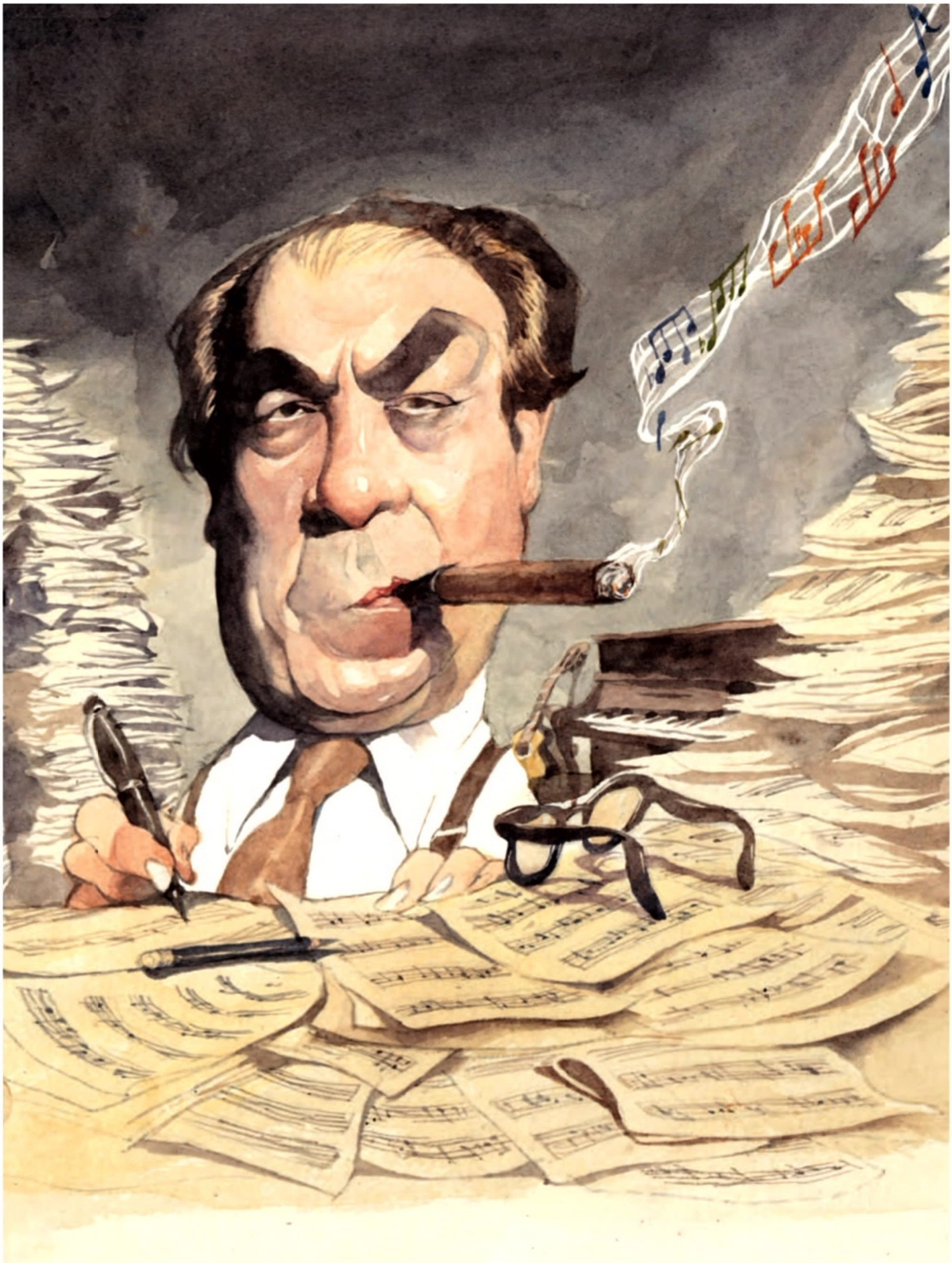
O Steinway a acompanha desde 1972, quando sua família, que é de Campinas, morava em Israel. A adolescente de 15 anos fez jus ao presente dado pelos pais: no ano seguinte chamou a atenção do polonês-americano Arthur Rubinstein (1887-1982), que se tornaria um entusiasta de sua carreira. O xodó pelo instrumento é evidente. "Esse é alemão, não americano", diz Rubinsky, enfatizando a diferença de sonoridade entre os Steinway fabricados na Alemanha e nos Estados Unidos por dois ramos da mesma família. Para azar dos seus vizinhos em Paris, o estúdio caseiro onde o Steinway reverbera pelo menos uma vez por semana é dotado de isolamento acústico.

Foi exercitando em seu Steinway que, por meio século, Rubinsky construiu uma sólida trajetória internacional. Escolheu ser concertista e apresentou-se em renomadas salas do mundo. Embora viva no exterior desde os 13 anos, dedicou-se principalmente aos brasileiros, do passado ou contemporâneos. Entretanto, em seu CD mais recente, *Goldfingers* (2023) são clássicos europeus como Mozart e Debussy que ela volta a visitar.

As muitas horas diárias de estudo, além das aulas particulares para meia dúzia de alunos, cobraram seu preço. Há oito anos, Rubinsky teve um diagnóstico de rizartrose na base do polegar esquerdo. É um desgaste da cartilagem que prejudica a articulação dos dedos, o que não é algo trivial para uma pianista. Fez alongamentos, musculação, ajustou a maneira de estudar, aprendeu a relaxar. "Isso ajudou a melhorar minha técnica", diz. Hoje, ela não dispensa os cuidados com a saúde e tenta caminhar diariamente – 10 mil passos medidos no relógio digital, a maioria nas trilhas sinuosas do Parque Buttes-Chaumont, perto de sua casa.

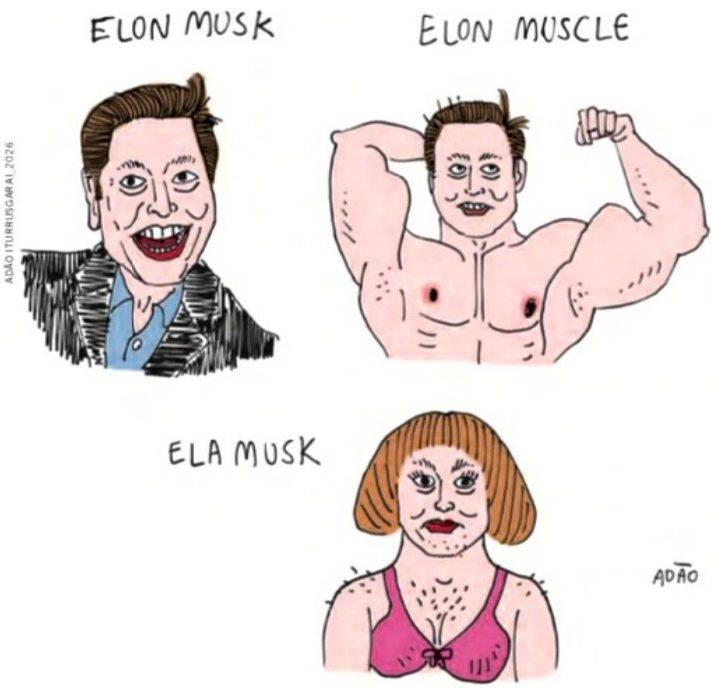
O imponente Steinway está cercado por austeras caixas de escritório cheias de partituras, identificadas por etiquetas manuscritas onde se lê "Camargo Guarnieri", "Lorenzo Fernández", "Ernesto Nazareth" e outros tantos compositores, sobretudo brasileiros. Uma dessas está identificada com a seguinte anotação: "VL Doutorado – Material Pesquisa." A sigla não deixa dúvidas: Villa-Lobos. É nessa caixa que a pianista guarda a documentação do seu doutorado na respeitada Juilliard School, em Nova York. Concluído há 42 anos, o doutorado atesta como é antigo seu interesse pelo compositor de *Rudepoema*, a peça que ela escrutinou no trabalho.

Composta nos anos 1920 em Paris, onde estreou, *Rudepoema* é dedicada a Arthur Rubinstein, que a interpretou pela primeira vez em 1927 e guardou a partitura original. Quando começou a Segunda Guerra Mundial, com a invasão nazista da Polônia em 1939, o pianista, que era judeu, anteviu o pior e saiu às pressas de Paris, onde residia, deixando tudo para trás, inclusive o original de *Rudepoema*, que ganhara de presente de Villa-Lobos. Sumida por décadas, a partitura foi reencon-



KLEBER SALES, 2026

Villa-Lobos: as imprecisões do compositor resultavam em geral da pressa com que ele costumava trabalhar, mais empenhado em esboçar novas ideias do que em cuidar do acabamento formal



trada e devolvida à família do compositor, que a entregou à Juilliard School, onde Rubinsky pôde consultá-la.

Logo que terminou o doutorado, Rubinsky começou a gravação da extensa obra de Villa-Lobos para piano. A proposta inicial, a partir de um convite da gravadora Naxos, era fazer apenas um CD. Com o êxito da empreitada, veio a encomenda para registrar as obras na íntegra. Nos anos seguintes, ela gravou mais de duzentas peças, distribuídas em oito volumes, que superaram em abrangência o desafio semelhante de sua amiga Anna Stella Schic (1922-2009), que, como ela, nasceu em Campinas.

Agora, Rubinsky está envolvida – com uma equipe de uma dúzia de musicólogos e musicistas – na revisão da obra para piano e orquestra de Villa-Lobos. Foi esse um dos motivos que a levou a São Paulo em junho passado. Na bagagem, trouxe um raro exemplar mimeografado da partitura original do *Concerto nº 4 para piano e orquestra*, que é a pista mais valiosa para que a equipe corrija imprecisões e erros da versão editada.

A tarefa de Rubinsky e equipe integra um ambicioso projeto de correção de toda a obra do mais celebrado compositor clássico brasileiro. Em pouco mais de dez anos, já foram corrigidos as *Bachianas*, as sinfonias, os choros, os concertos para violoncelo, as fantasias, as peças para balé, num trabalho feito com o apoio da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp) e da Academia Brasileira de Música (ABM), sediada no Rio de Janeiro. O projeto envolve ainda uma editora dedicada à música clássica, uma gravadora multinacional e um estúdio especializado em sonoridade imersiva.

Os cinco concertos para piano de Villa-Lobos – escritos entre 1945 e 1954, a derradeira fase criativa do compositor – são o último ciclo de suas obras a passar pelo processo de correção. Quando for encerrado esse trabalho, todas as partituras de Villa-Lobos terão ganhado uma forma final e definitiva.

Muito focado em criar, Heitor Villa-Lobos (1887-1959) poucas vezes revia suas anotações, deixando-as às vezes indecifráveis e sem orientações precisas. Dúvidas sobre as partituras inquietam os especialistas há anos. Uma indicação de *fortissimo*, por exemplo, dura de fato quantos compassos? E quanto àquele acorde quase inaudível em meio à massa sonora: é em bemol ou natural?

As imprecisões de Villa-Lobos em geral resultavam da pressa com que ele costumava trabalhar, mais empenhado em esboçar novas ideias do que em cuidar do acabamento formal. "Ele não tinha tempo de rever nada, se olhasse para trás não daria para escrever a enorme quantidade de obras que deixou", me disse o maestro Roberto Duarte, de 84 anos, decano dos estudiosos de Villa-Lobos no Brasil, na sede da ABM, no Rio.

Anedotas reforçam a imagem que o autor das *Bachianas brasileiras* projetava: a de um criador que, por ter mais o que fazer, era displicente com detalhes. Certa vez, Anna Stella Schic perguntou a ele como dedilhar determinado fraseado. "Faça como você quiser", ouviu, em resposta. Em outra ocasião, diante de uma dúvida de um grupo de jovens violonistas, Villa-Lobos disse: "Quando vocês encontrarem um acorde de sete notas, podem cortar uma delas" (o violão tradicional, de seis cordas, só produz acordes de até seis notas, é claro).

Duarte analisou por meio século a sintaxe villa-lobiana e foi um precursor dos revisores. Trabalhou na correção da *Sinfonia nº 6* antes que ela fosse revista por Isaac Karabtchevsky, no âmbito do projeto da Osesp. Essa e outras experiências do gênero levaram Duarte a publicar em 2009 o livro *Villa-Lobos errou?* O título é só uma provocação. "Errar é uma palavra muito forte para um compositor genial", diz ele, que prefere falar em "esquecimento", "distração", "engano", "imprecisão".

Com frequência, o que à primeira audição pode parecer um erro é apenas uma dissonância mais radical, tão estranha quanto intencional. "A revisão não é uma questão de gosto. Mexer num acorde por achar que não soa bem seria uma interferência indevida", afirma Duarte, um alerta com o qual concordam os envolvidos no projeto. O maestro faz uma comparação com a literatura. "Se um autor escreve 'nós vai no cinema', isso não está necessariamente errado, é preciso saber o contexto, se está na boca de algum personagem que falaria assim."

Mesmo entre musicólogos não é incomum a incerteza sobre anotações musicais que podem ser tanto um erro involuntário quanto um exotismo proposital. Se isso ocorrer, o que pode ser feito? "Em caso de dúvida, pró-Villa", responde Duarte.

A estreita escada em caracol no Complexo Cultural Júlio Prestes – uma bolha de revigoração urbanística no deteriorado Centro de São Paulo – leva ao mezanino improvisado onde fica a acanhada sala do Centro de Documentação Musical (CDM) da Osesp. Na aparência, é um puxadinho viabilizado pelo pé-direito alto do prédio, que na origem abrigava a sede da Estrada de Ferro Sorocabana. Mas a aparência de um departamento sem importância engana. O CDM é o núcleo nervoso que liga todas as pontas associadas à revisão da obra de Villa-Lobos. Foi lá que o coordenador da área, Antonio Carlos Neves Pinto, me recebeu em fins de julho.

Inaugurado em 2000, o CDM guarda a memória da Osesp em mais de 200 m². Em seus volumosos arquivos deslizantes há cópias anotadas de todas as partituras que a orquestra já tocou desde então (antes da reestruturação era frequente o uso de fotocópias não autorizadas, um tipo de pirataria artística). No total são mais de 6 mil documentos, incluídas as grades orquestrais – como são chamadas as partituras do maestro, completas – e as partes cavadas – ou seja, as partituras de cada instrumento, que são extraídas (ou cavadas) da principal. O CDM conta também com uma editora que já publicou mais de trezentas obras.

Parte do material ali armazenado é referente às obras de Villa-Lobos, cuja revisão tem passado pelas mãos e ouvidos de Neves. "Durante os ensaios eu fico lá num canto da sala, só escutando e fazendo observações. As pessoas devem achar que estou incorporando o Villa, só falta o charuto", diz o músico e executivo, alheio ao barulho dos trens que passam regularmente a poucos metros da janela.

Às vezes, quando a situação exigiu, ele improvisou. Mais de dez anos atrás, quando Karabtchevsky começou a revisar as sinfonias, as correções eram feitas em telefonemas de até três horas. Cada um com a partitura na mão, eles iam identificando os erros dos copistas ou do próprio compositor, o que gerou um extenso inventário: havia notas evidentemente fora do lugar no pentagrama, brusca interrupção da linha melódica de um instrumento ao virar uma página, ausência da indicação de instrumentos, omissão de acidentes (sustenidos e bemóis).

Neves conta que Karabtchevsky só topou a empreitada que durou sete anos por poder contar com a estrutura do CDM, que, se preciso, ia atrás do autógrafo (como é chamado, no jargão musical, o manuscrito que o compositor entrega ao tipógrafo) e outras fontes primárias para dirimir dúvidas. "A missão institucional mais importante da Osesp é promover a música brasileira de concerto", diz o executivo, com o orgulho refletido no crachá pendurado no pescoço. "A gente briga por uma nota em um milhão de notas."

A revisão e a gravação das onze sinfonias de Villa-Lobos conhecidas (a quinta parece irremediavelmente perdida) são "o grande projeto da orquestra neste século", na avaliação de Marcelo Lopes, diretor executivo da Fundação Osesp. "Villa-Lobos está em nosso DNA. Tocada pela Osesp, sua obra tem outra textura e acento próprio", ele me diz, no anexo que ocupa na Sala São Paulo. Lopes se refere não só às sinfonias, mas ao resultado de um trabalho de muitos anos com a obra de Villa-Lobos. Esse trabalho começou com o maestro Eleazar de Carvalho (1912-96), que regeu o *Choros nº 10 (Rasga o coração)*, continuou com a série de choros registrada por John Neschling e prosseguiu com a gravação do ciclo das *Bachianas* por Roberto Minczuk. A precedência de Villa-Lobos em relação a outros compositores, em seu entender, é óbvia: "O Villa inventou uma parte do Brasil, e a gente é um pouco o que ele disse que a gente é."

Além da dimensão artística da revisão de Villa-Lobos, o aspecto econômico também tem papel fundamental na divulgação da obra do compositor, sobretudo no exterior. A questão é que o custo de uma orquestra, que já é elevado, sobe ainda mais quando os ensaios têm que ser interrompidos por causa de partituras com erros de notação musical. Antonio Neves conta uma conversa que teve com o maestro americano Michael Thomas, da Sinfônica de San Francisco. "Eu amo tocar Villa-Lobos", disse o regente. "Mas não tenho mais paciência para corrigir nota errada. O tempo da orquestra vai embora."

Quanto custa o tempo da orquestra? Roberto Duarte tem uma noção. Começou a pensar nisso desde quando era aluno de Eleazar de Carvalho. "Eu regia, e ele ficava atrás observando. Era só eu interromper o ensaio para acertar algum detalhe que ele começava a contar os segundos em inglês: *one, two, three*... E depois me perguntava: 'Sabe quantos dólares o senhor acabou de jogar fora?'" Duarte nunca mais deixou de fazer a conta, só que na moeda brasileira. Estima que uma orquestra de 80 a 90 instrumentistas custe entre 18 e 25 reais por segundo. Tomando-se o valor mais alto, vão-se 90 mil reais em apenas uma hora. Daí a importância das revisões, que devem otimizar o tempo de ensaio das orquestras. Não à toa, a Osesp está investindo 1,5 milhão de reais na gravação de cada um dos cinco concertos.

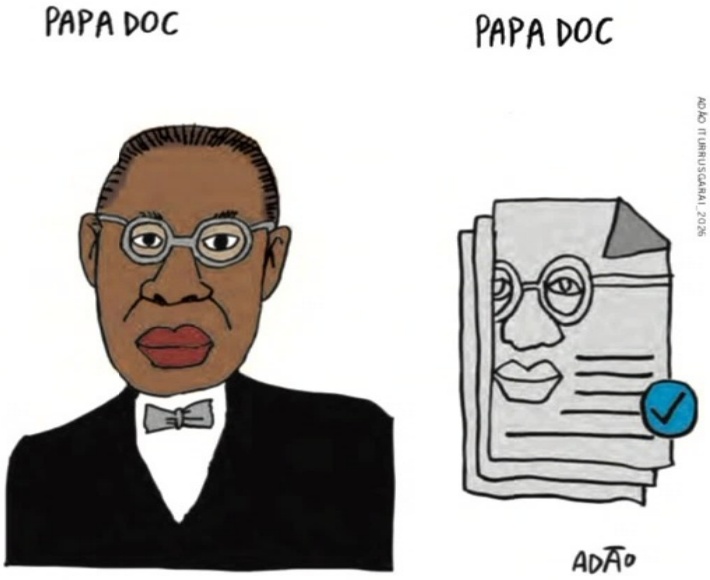
Com as partituras corrigidas e novas gravações na praça, a esperança dos executores do projeto é que a obra de Villa-Lobos ganhe mais espaço nas salas de concerto. Por um acordo entre as partes envolvidas, as revisões são doadas para a ABM, instituição criada em 1945 pelo próprio compositor e que detém seus direitos autorais, pois Villa-Lobos não tem descendentes. A ABM digitaliza o material e o coloca à disposição da editora da maior parte das partituras, a Max Eschig (hoje uma divisão da Universal Music), que publica o compositor desde os anos 1920.

As gravações estão sendo feitas pela Naxos Records e fazem parte do projeto Brasil em Concerto, uma iniciativa do Itamaraty lançada em 2018 para produzir cerca de quarenta CDs com obras sinfônicas de compositores brasileiros, como Alberto Nepomuceno, que inaugurou a série, Claudio Santoro e Guerra-Peixe. Além da Osesp, o Brasil em Concerto tem a participação das filarmônicas de Minas Gerais e Goiás. "O Villa-Lobos nem precisaria dessa exposição, porque já é nosso compositor mais conhecido, mas vai se beneficiar porque será colocado em contexto", diz o diplomata Gustavo de Sá, idealizador do projeto e hoje em Varsóvia, na Polônia. "Nesse meio frequentemente arrogante da música clássica, o Villa ainda é visto como excessivamente exótico. Mas essa percepção tenderá a mudar quando se notar que ele não é um ponto fora da curva e que sua música cresceu num terreno muito bem irrigado."

Ao universalizar a informação correta, o projeto também vai impactar instrumentistas em fase de formação. Para a pianista e professora Lúcia Barrenechea, a revisão é bem-vinda por corrigir definitivamente erros que até hoje só são evitados devido à transmissão oral dos professores mais experientes. "Alguns são óbvios, como uma nota escrita uma oitava acima, mas outros não são facilmente deduzíveis", afirma a pianista, com a autoridade de quem gravou a integral de Villa-Lobos para piano e violoncelo. Ela também estreou, em 2018, as quatro transcrições para piano dos estudos para violão, feitas pelo compositor e pianista José Vieira Brandão (1911-2002), que até então estavam perdidas. "Dou *masterclasses* no Brasil inteiro e em muitos lugares me deparo com alunos que não sabem que determinado trecho de uma música tem erro, porque o professor não teve acesso à informação", conta Barrenechea, que leciona no Instituto Villa-Lobos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O projeto de revisão da obra de Villa-Lobos é beneficiado por dois fatores: a tendência de privilegiar a liberdade de interpretação, desde que dentro dos parâmetros dados pelo compositor, e o surgimento de novas tecnologias de gravação e mixagem. Nas últimas décadas, a relação dos músicos com as partituras em geral descreveu um movimento pendular, oscilando da interferência deturpadora do espírito da obra à total submissão à escrita. No século XIX, durante o período romântico, era comum os editores atualizarem partituras de épocas anteriores segundo o gosto musical do seu tempo. Bach, por exemplo, foi vítima desse procedimento. Sabe-se pelas partituras que muitas notas dissonantes do expoente do barroco sumiram nas releituras romantizadas. "É como querer dar uma arrumada no texto do *Grande sertão: veredas*", compara Rubinsky. Esse tipo de conduta teve vida longa: se manteve até meados da primeira metade do século XX.

Foi então que, em reação ao desrespeito generalizado aos compositores, o mundo da música clássica aderiu em peso ao chamado *Urtext*, que em alemão significa "texto original". São partituras que requerem total fidelidade dos músicos à notação do compositor. Nos anos 1950, com a expansão dos conservatórios, as edições *Urtext* se tornaram norma. "Fiz parte dessa geração, fui educada a não tocar nada além do que estivesse escrito na partitura", diz Rubinsky, que com o tempo relativizou a regra. "Precisamos de bom senso. Se você usar a inteligência artificial, a música sai perfeita, mas perde o fascínio. O estilo de Villa permite maior liberdade. Se a gente tocar só o que ele escreveu, a música não cresce, e o que a gente quer é criar mágica para o público." Para tanto, a pianista também está preparando o que chama de *performance editions* – versões das partituras com sugestões de interpretação para maestros.



O segundo fator que favorece o projeto é a recente utilização pela Osesp do Dolby Atmos. Presente no cinema há algum tempo, esse sistema de áudio imersivo, que cria um ambiente sonoro tridimensional, está começando a ser usado na música clássica em substituição ao estéreo. Ao clarear fraseados e destacar ênfases, por exemplo, o sistema ajuda na interpretação das obras, contribuindo indiretamente para melhor transmitir a intenção do compositor.

O salto tecnológico é proporcionado por Ulrich Schneider, de 60 anos, engenheiro de som com formação em regência, responsável pelos lançamentos internacionais da Osesp. "Eu me sinto um pouco pioneiro", me diz o alemão radicado há vinte anos no Brasil. Como vive em Jundiaí, a cerca de 60 km da capital, Schneider pega a estrada com frequência para ir aos estúdios FullMix, onde a avançada tecnologia está escondida numa casa de fachada discreta na Vila Ipojuca, na Zona Oeste de São Paulo. Ali, junto com Caio Guerin, um dos sócios, trabalha há dois anos com o novo sistema de gravação e mixagem. "Faço uma parceria com o maestro Roberto Minczuk e a Sonia Rubinsky para definir quais trechos da récita a gente deve gravar de novo para dobrar no produto final e enriquecer a experiência do ouvinte", explica.

Foi assim que ele fez no *Concerto nº 5 para piano e orquestra*, a primeira obra de Villa-Lobos em que usou o Dolby Atmos. "Não quero ser arrogante de dizer que estamos sendo mais fiéis à intenção do compositor do que ele mesmo, mas colocamos isso como alvo", afirma. "Acredito que a nova versão transmite mais a emoção que Villa-Lobos tinha em mente quando escreveu, além de melhorar a interação entre orquestra e solista."

A revisão dos concertos para piano e orquestra tem o mesmo peso do trabalho feito com as sinfonias, segundo Marcelo Lopes, da Osesp. Ele conta que a gênese do projeto dos concertos foi uma conversa com Sonia Rubinsky em 2016. Na época, a regente titular da Osesp era a maestrina americana Marin Alsop, que não tinha em Villa-Lobos uma prioridade, e a ideia não prosperou. A conversa foi retomada em 2019, quando o suíço Thierry Fischer assumiu o cargo que exerce até hoje. Sem ser especialista no compositor brasileiro, Fischer abriu espaço para o maestro Roberto Minczuk levar adiante o plano. "A Sonia revisa e o maestro Minczuk, que já tinha sido o responsável pelo ciclo das *Bachianas*, busca o equilíbrio nos ensaios. Avaliamos o que funcionou e o que não funcionou. A partir daí temos uma segunda revisão, que vai gerar a partitura a ser usada na gravação", explica Lopes, que já integrou a orquestra como trompetista. O ensaio é parte do processo de revisão, para checar se o que foi corrigido na

partitura soa bem. "Não é jogar o original no corretor automático. É um processo demorado e complexo."

Rubinsky tem esse norte em mente ao esquadrinhar o *Concerto nº 4*. A peça lhe foi dada por sua amiga Sandra Lechartre, filha de Anna Stella Schic, que herdou o acervo da mãe, com vários caixotes contendo partituras que a pianista interpretou ao longo da vida. Morando em Nice, no Sul da França, Lechartre, que não é musicista, não tinha o que fazer com aquilo, mas sabia a quem poderia ser útil. "Ela me ligou e disse para pegar as coisas do Villa", conta Rubinsky, que levou tudo para seu estúdio em Paris.

A partitura dada por Lechartre era uma redução para piano, ou seja, com toda a parte orquestral sintetizada apenas nesse instrumento. O formato é valorizado por músicos, por viabilizar o estudo sem a necessidade de reunir uma orquestra inteira. Com a redução bastam dois pianos, o do solista e o que faz as vezes dos outros instrumentos. Reduções podem ser feitas por editores, mas no caso do *Concerto nº 4* a autoria é do próprio Villa-Lobos.

Para Rubinsky, a partitura não vale só pela praticidade. Mais importante são as pistas que oferece sobre a intenção do compositor, nem sempre evidentes na partitura com a orquestração completa. "A redução ajuda a identificar ênfases, a estabelecer uma hierarquia de vozes. Sem isso, a música é uma cacofonia. Para entender o que o compositor pensou eu tenho que observar todos os indícios disponíveis, é um trabalho de detetive", diz a pianista, que lê as partituras antigas com uma lupa poderosa. Concluída a revisão, ela gravará esse concerto com a orquestra da Osesp em março.

A revisão dos concertos para piano começou pelo último, o *nº 5*. Em março de 2025, a versão corrigida estreou na Sala São Paulo, com regência de Roberto Minczuk e Sonia Rubinsky ao piano. Não foi uma escolha aleatória. A composição melodramática, que quase flerta com a música para cinema, é considerada a peça mais conhecida e bem-acabada desse ciclo. Devido à maior qualidade técnica da nova partitura, o trabalho exigiu menor grau de intervenção da equipe. Além disso, é o concerto mais curto da série (cerca de vinte minutos). Ideal, portanto, para testar o método cooperativo de um trabalho que deve se estender por mais três anos, pelo menos.

Mas faz sentido revisar uma obra que foi parcialmente executada pelo próprio compositor? Sim, considerando-se que ele não se saiu tão bem assim como maestro. Em meados dos anos 1950, já no final da vida, gravou uma série de peças mais tarde reunidas numa caixa de CDs intitulada *Villa-Lobos par lui-même*. Entre elas, o *Concerto nº 5*, com Felicja Blumental (1908-91), a pianista polonesa naturalizada brasileira que lhe fizera a encomenda e a quem a obra é dedicada. "Do ponto de vista estrutural, Villa-Lobos deixa a desejar, é prolixo", avalia Rubinsky. "Como não é regente, não sabe criar uma grande estrutura. A orquestra está desencontrada, e se percebe que os músicos não estão ouvindo a pianista."

Na produção villa-lobiana, caracterizada pela irregularidade que alterna o sublime e o exuberante com o extravagante e o caótico, os concertos tardios para piano não ocupam lugar privilegiado. Foram recebidos como obras "indiscutivelmente desbotadas e datadas", como descreveu o musicólogo finlandês Eero Tarasti, autor de *Heitor Villa-Lobos, vida e obra, 1887-1959*, uma prodigiosa biografia do compositor. Em Londres, um crítico comentou, em 1955, logo após a estreia do quinto concerto: "Cada um de seus quatro movimentos revira as profundezas da banalidade, trazendo à tona nada além de ideias românticas cafonas ou desconjuntadas." No início da década seguinte, uma resenha publicada em Nova York espicaçava o *Concerto nº 1*, que tivera a primeira apresentação na cidade: "Não há um ponto sequer dessa longa, muito longa peça, em que não possa ser encontrado algum clichê de qualquer estilo posterior a 1800."

Eero Tarasti não endossa tais opiniões. Acredita que os concertos tenham sido subvalorizados devido a um descompasso com o gosto musical predominante na época. O biógrafo contrasta essa fase com a anterior, das *Bachianas brasileiras*, marcada, segundo ele, por um "neorromantismo inteiramente tonal tingido por citações folclóricas diretas e estilizações barrocas". Já nos concertos para piano, Villa-Lobos desistiu do folclore e adotou um estilo universal, com influência dos russos, como Serghei Rachmaninoff (1873-1943) e Dmitri Shostakovich (1906-75), e até do americano George Gershwin (1898-1937). Tarasti considera que esses concertos "apresentam considerável artesania, tratamento refinado do solista e da orquestra, principalmente pelas cores e sonoridade delicadamente impressionistas, sem quaisquer excessos".

Apesar dessa chancela de peso, o fato é que até hoje a percepção negativa sobre os concertos para piano não se alterou muito. Eles continuam ignorados pelo público de música clássica, uma realidade que os revisores da obra de Villa-Lobos querem mudar. A pretensão é que, depois de submetidas ao minucioso escrutínio que resultará em versões mais executáveis, tais peças passem a integrar o repertório de orquestras mundo afora.

Os investimentos editoriais e o avanço na última etapa da revisão das partituras coincidem com a proximidade de dois eventos que devem contribuir, ainda que marginalmente, para ampliar a projeção de Villa-Lobos: os setenta anos de sua morte, em 2029, com a consequente entrada em vigor do domínio público das suas obras, em 1º de janeiro do ano seguinte; e, com menor peso, a reabertura do Museu Villa-Lobos.

Com o domínio público, gravações e apresentações ficarão mais baratas, uma vez que cessa o benefício da ABM de receber os direitos autorais. A exploração comercial, no entanto, não será gratuita, uma vez que as orquestras terão que continuar alugando as partituras – a forma tradicional de remuneração das editoras de música clássica. "A obra e o suporte de fixação da obra são objetos diferentes", explica Marisa Gandelman, advogada da ABM e especialista em *copyright*. "É como acontece com Machado de Assis. Qualquer um pode publicar um texto do escritor, mas não pode reproduzir determinada edição, que pertence ao editor."

O outro lado da moeda é o impacto que a queda em domínio público causará na ABM. "A receita simplesmente vai acabar", diz Gandelman. Ela conta que a entidade terá que lançar mão das reservas acumuladas ao longo dos últimos anos enquanto se adapta aos novos tempos. É possível que tenha que reduzir um pouco as atividades que promove, como concertos, debates e palestras, ou buscar novas formas de financiamento, como a exploração da marca Villa-Lobos. Até hoje, segundo a advogada, a ABM só negociou o seu "direito personalíssimo", expressão jurídica para se referir ao uso do nome, e não a marca.

O segundo evento – a reabertura do museu – ainda não tem data definida. O casarão tombado que abriga o acervo do compositor, em Botafogo, está fechado ao público desde 29 de fevereiro de 2024, quando o frontão que ornamentava uma fachada lateral despencou sobre o espaço de circulação dos visitantes. Dependente de verba do governo federal, o museu vem adiando a reforma, que se estenderá às calhas e ao telhado. "Por enquanto ainda estamos no processo de levantamento do que precisa ser feito", conta o diretor, Luiz Octavio Mendes de Oliveira Castro. Apesar de manter os portões trancados, a equipe do museu ainda recebe pesquisadores, muitos deles estrangeiros, e até pequenos grupos em visitas agendadas. Parte de suas atividades foi transferida para o auditório do Museu da República, no Catete.

A revisão de Villa-Lobos não está limitada à sua obra. Duas biografias em fase final de produção se propõem a enfrentar o desafio de iluminar fases obscuras de sua vida, principalmente os primeiros anos, e desfazer versões fantasiosas que ele mesmo, por brincadeira ou marketing pessoal, criou ou ajudou a disseminar. Os autores são Camila Fresca, de 47 anos, violinista com formação em história e jornalismo, que escreve para a editora Todavia, e Rodrigo Alzuguir, de 53 anos, biógrafo do sambista Wilson Batista (1913-68), que deverá publicar pela Companhia das Letras.

A história de Villa-Lobos, em linhas gerais, é conhecida. Nascido em fins

do século XIX, ele começou a carreira ainda jovem, tocando em confeitarias e cinemas com grupos de chorões que influenciariam sua música. Nos anos 1920, despontou como compositor de vanguarda e participou com destaque da Semana de Arte Moderna de 1922. Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-45), tornou-se uma espécie de músico oficial do regime, organizando cantos orfeônicos com a participação de milhares de crianças em estádios. Nos últimos anos, com a saúde debilitada, desfrutou da fama de compositor consagrado, vivendo entre Brasil, França e Estados Unidos.

"A verdade sobre o Villa-Lobos em geral está no meio", diz Camila Fresca. Sua pesquisa mostrou que, se ele não se prendia muito aos fatos, também não mentia de maneira deslavada. "Ele gostava de tornar as histórias mais pitorescas, mas não é que elas não tivessem nenhum contato com a realidade factual." A biógrafa dá um exemplo. Villa-Lobos disse que, quando jovem, numa temporada em Paranaguá, no Paraná, trabalhou numa fábrica de fósforos de duas cabeças para se sustentar. "Isso sempre foi tratado como piada, mas eu encontrei evidências de que já houve planos para se fazer esse fósforo, embora não em Paranaguá. Ou seja, pode ser que nessa fábrica tenha havido algum protótipo que nunca saiu do papel. Não é uma coisa que ele tirou da cartola."

Camila Fresca conta que pretende construir um personagem em toda a sua complexidade. "Às vezes eu o admiro, outras vezes tenho muita raiva dele", diz a autora. A raiva é por causa da maneira como tratou a primeira mulher, a pianista Lucília Guimarães, que foi relevante em sua produção no início da carreira. "Ela foi o ponto de virada para Villa-Lobos, lhe deu segurança profissional e o bancou financeiramente. E ele foi muito ingrato, era grosseiro com ela na frente de todo mundo, uma coisa até constrangedora. Uma das minhas ambições nessa biografia é recompor o papel da Lucília", diz Fresca. A biógrafa trabalha com a hipótese de que o compositor agia assim por acreditar que Lucília espalhava que todas as suas conquistas se deviam a ela. Villa-Lobos menciona essa razão numa das cartas em que comunicou a separação. "Aí ele entrega o seu recalque", diz.

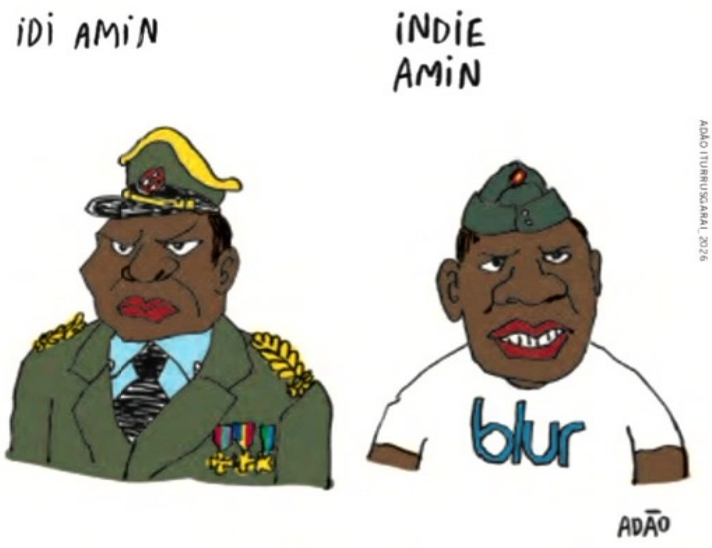
Quanto à admiração, é pelo "homem obstinado, incansável, que chegou aonde chegou à custa de muito trabalho". Para Fresca, essa percepção contrasta com a imagem que se tem de um gênio que compunha obras-primas com muita facilidade, um folclore que vem da narrativa de Vasco Mariz, o primeiro biógrafo de Villa-Lobos. "Há essa ideia cristalizada, mas isso só acontece na maturidade. A verdade é que, quando jovem, ele passava dias diante de um piano que ainda não dominava, tentando organizar as ideias, com os vizinhos reclamando. A evolução foi rápida, mas teve muito trabalho ali."

Já Rodrigo Alzuguir, em sua biografia, pretende resgatar o lado popular de Villa-Lobos. "Ele tem sido perfilado pelo pessoal da música de concerto, e com isso o lado popular acabou ficando subdimensionado. Eu estou procurando trazer as duas coisas, chegar a um equilíbrio", diz Alzuguir, em mensagens enviadas do Porto, em Portugal, onde dá os retoques finais ao livro. "Descobri trechos de Chiquinha Gonzaga nas obras de Villa-Lobos. Ele era amigo dessa gente toda: Sinhô, Catulo da Paixão Cearense, Ernesto Nazareth, Pixinguinha, Donga. Frequentava batucada de malandro na Praça Onze, não era compositor de gabinete. Tudo isso se reflete em sua música de concerto. Fazia isso de maneira visceral e genuína. Para usar um termo atual, ele tinha lugar de fala."

A biografia de Alzuguir é apadrinhada por Marcelo Rodolfo, que por mais de 35 anos trabalhou no Museu Villa-Lobos e é considerado um dos pesquisadores que mais conhecem o compositor, tendo trabalhado com sua viúva, Arminda Neves d'Almeida (1912-85), a Mindinha, responsável pela preservação da memória do marido. Rodolfo, que foi professor de canto de Alzuguir, o estimulou a fazer a biografia por ter restrições às que já foram escritas sobre o compositor. Critica sobretudo a da alemã Lisa Peppercorn, considerada uma das maiores autoridades do mundo em Villa-Lobos. "Lisa devia ter uma paixão contida pelo Villa, era uma obsessão impressionante, mas fazia inferências a partir de dados que nunca ninguém conseguiu localizar", diz Rodolfo.

A suspeita é endossada pelo musicólogo Manoel Corrêa do Lago, que tem papel significativo na revisão das partituras dos concertos para piano e orquestra, a ponto de ser chamado de "o anjo do projeto" por Marcelo Lopes, da Osesp. Corrêa do Lago lamenta as críticas que Peppercorn fazia ao fato de Villa-Lobos reutilizar seu próprio material. "Bach, Händel e tantos outros também faziam isso", diz ele. "Ela também tinha um preconceito eurocêntrico, uma ideia de que o fôlego de Villa-Lobos era só para obras curtas. Isso ficou como sabedoria convencional, porque não se vai às fontes primárias."

Alzuguir foi às fontes primárias – e alçou a biógrafa Lisa Peppercorn à condição de personagem. "Ela é uma fonte complexa, uma mulher misteriosa. Chega ao Rio em 1939, como jornalista que escrevia sobre música, e pede naturalização brasileira em 1941. Passa anos apresentando programas de rádio do Ministério da Educação sobre música europeia. Conviveu com Villa e teve oportunidade de entrevistá-lo. Virou uma devota, dedicou a vida a escrever sobre ele. Mas não se pode levar ao pé da letra o que publicou em dez livros e muitos artigos. Ela preenchia de forma imaginativa certas elipses e fazia considerações que são apenas opinativas. Mas tenho grande simpatia pelo encantamento que ela desenvolveu em relação ao Villa."



ADÃO ITURRUSGARAI, 2026

Em Paris, todos os caminhos parecem levar Sonia Rubinsky para perto de Villa-Lobos. O compositor também morou na capital em duas fases distintas de sua vida. Primeiro no Quartier Latin, nos anos 1920, quando ainda tentava alcançar alguma projeção internacional. Depois, no sofisticado Hotel Bedford, nos últimos anos de vida, quando já era um artista consagrado (a placa em sua homenagem na fachada é mais vistosa do que a dedicada a dom Pedro II, que morreu no mesmo hotel).

"Essa presença de Villa-Lobos em Paris alimenta a minha imaginação", diz a pianista. Foi lá que, em 2007, ela terminou de gravar as obras completas para piano. Além disso, sempre que a agenda permite, participa, a convite de Gérard Berrut, dono do Bedford, de *ensembles* em que não faltam músicas do compositor. "Uma vez, numa apresentação, iluminamos o salão do hotel com o candelabro que pertencia ao quarto do Villa", conta.

Mesmo quando o projeto em que se envolve não tem a ver com Villa-Lobos, ela acaba encaixando algo da autoria do compositor. Numa oportunidade recente, a pianista foi convidada a tocar peças de sua escolha num audiobook do pedagogo Olivier Lafay com histórias que ensinam as crianças a lidar com situações de estresse. Às obras de Debussy e Erik Satie, ela acrescentou *O cachorrinho de borracha*, uma das peças que integram a *Prole do bebê nº 2*, de Villa-Lobos. A publicação está prevista para este ano.

A outra oportunidade deu-se no âmbito do projeto *Ballade au-dessus de l'abîme* (Balada acima do abismo), versão francesa da peça com textos de Clarice Lispector em que a pianista se apresenta com a atriz Maria Fernanda Cândido, também residente em Paris. O espetáculo nasceu de uma ideia de Rubinsky, por ocasião do centenário de nascimento da escritora, em 2020, de fazer uma leitura dramática ao som de músicas que sublinhassem as palavras. A apresentação aconteceu na embaixada brasileira em Paris e, mais tarde, por iniciativa da atriz, se transformou em peça de teatro.

Rubinsky escolheu a maior parte do repertório, dominado por Villa-Lobos. Entre outras obras, ela toca *O chicote do diabinho* e *A manha da Pierrette*, ambas da série *Carnaval das crianças*, e a melancólica *Alma brasileira*, como é mais conhecido o *Choros nº 5*. "A música é uma porta de entrada para o mundo de Clarice. Fiquei contente por poder levar Villa-Lobos e outras peças clássicas a um público diferente do que frequenta salas de concerto", me disse Rubinsky na véspera da estreia da peça em São Paulo, em 2 de julho do ano passado, no Teatro BDO Jaraguá. A temporada parisiense, com os textos interpretados em francês por Maria Fernanda Cândido, aconteceu na segunda quinzena de janeiro, no celebrado Théâtre du Soleil, a convite da fundadora da companhia, Ariane Mnouchkine. ✪

MONIQUE E CLAUDE

A viúva de Lévi-Strauss conta em livro sua relação com o antropólogo

FELIPE FORTUNA

Durante uma viagem de Paris a Seul, na Coreia do Sul, leio *J'ai choisi la vie* (Eu escolhi a vida), que trata da vida de um antropólogo que odiava viajar: Claude Lévi-Strauss (1908-2009). No livro, o escritor Marc Lambron, da Academia Francesa, entrevista Monique Lévi-Strauss, viúva do antropólogo, a terceira mulher com quem ele se casou, e traz as recordações de uma união de quase sessenta anos. Na conversa com Lambron, Monique rememora, inicialmente, episódios de sua própria vida moldados pela origem judaica (por parte de mãe). Seu sobrenome de solteira, Roman (romance, em francês), prenunciava uma sequência de acontecimentos que, fosse descrita em uma ficção, pareceria inverossímil.

Em 1939, seu pai (que era belga e não judeu) decidiu aceitar um emprego na Alemanha, o que levou a família, apesar de todas as advertências, a se mudar de Paris para Düsseldorf, onde viveu o cotidiano do nazismo. Certo dia, ele foi preso. Alegou-se simples averiguação, mas a prisão se estendeu por seis meses. Temendo o pior, a mãe judia resolveu ser batizada na Igreja Católica e pediu que a própria Monique a acompanhasse, forçando a filha a "abrir um parêntese" no seu ateísmo, adotado havia algum tempo. O fato paradoxal, como salienta Monique, é que em Paris a família poderia estar exposta a uma denúncia, já que era notória sua ascendência judaica, ao passo que na Alemanha ninguém a conhecia.

Monique já havia contado sobre isso em um livro anterior de memórias, *Une enfance dans la gueule du loup* (Uma infância na boca do lobo), publicado em 2014, mas na nova publicação suas lembranças ganham a vivacidade da expressão oral. Na entrevista, a experiência na Alemanha é reinterpretada à luz da sobrevivência, da escolha por "viver" e por construir uma trajetória intelectual.

Aos 99 anos, tinindo de lucidez, Monique afirma fazer parte da "seção judaica de Passy", bairro afluente de Paris formado por famílias oriundas da Áustria e da Alemanha, que ali se instalaram na segunda metade do século XIX, e por intelectuais laicos, professores, advogados, médicos, todos tendentes a posições políticas mais à esquerda, educando seus filhos com governantas poliglotas e frequentemente aceitando casamentos com não judeus.

O talento de tradutora do inglês e do alemão, bem como de professora de línguas, rendeu a Monique uma vida confortável na França e a proximidade com alguns artistas e acadêmicos que moldaram as principais tendências na cultura de boa parte do Ocidente, como os poetas surrealistas André Breton e René Char (um mulherengo que a assediou), o dramaturgo Samuel Beckett, o escritor Georges Bataille e os filósofos Maurice Merleau-Ponty e Simone de Beauvoir. Um dos nomes mais importantes foi o de Jacques Lacan, que desconfiava das traduções para o francês de textos de Sigmund Freud e pedia a ela "uma tradução oral instantânea" que lhe permitisse fazer comentários imediatos sobre o que acabava de ler ou ouvir. Monique reconhecia em Lacan "uma grande inteligência em ação", mas acabou lamentando que, com o passar dos anos, o psicanalista insistisse em elaborar trocadilhos, jogos de palavras e brincadeiras linguísticas que muitas vezes tinham somente o intuito de fascinar as mulheres, o que a fez desistir de assistir aos seus seminários.

Emmanuelle Loyer observa, na sua grande biografia *Lévi-Strauss* (2015), que o antropólogo tinha ótimo conhecimento da obra de Freud e da psicanálise, o que teria produzido impacto teórico decisivo em seus textos. Ao longo dos anos 1940, a psicanálise mereceu forte atenção de Lévi-Strauss, atraído pela noção de inconsciente, que lhe daria acesso ao estudo do pensamento mítico.

O antropólogo considerava Lacan um homem de vasta cultura, mas o seu conhecimento teórico já estava bem consolidado quando conheceu o psicanalista – e foi Lacan que encontrou em *As estruturas elementares do parentesco* (1949), de Lévi-Strauss, a chamada linguística estrutural, que apontaria um caminho a ser explorado por sua psicanálise. Lacan percebera que a "impregnação biológica" do pensamento de Freud poderia ser reformada a partir do advento de uma "estrutura de linguagem", segundo as palavras de outra psicanalista, Elisabeth Roudinesco, na biografia *Jacques Lacan: esboço de uma vida*. Em outras palavras: Lacan deslocou a psicanálise de uma base biológica para uma base linguística. Onde Freud poderia ter dito que o inconsciente é como um corpo cheio de forças biológicas reprimidas, Lacan diria que o inconsciente é como uma linguagem: ele fala, se organiza por palavras e estruturas simbólicas.

À medida que o psicanalista virava moda, foi-se formando maior distância entre ele e Lévi-Strauss, ajudada pelo fato de que o antropólogo não apenas desconfiava das qualidades terapêuticas da psicanálise, mas passou a ter dificuldade com o hermetismo de Lacan. "Eu precisaria de cinco ou seis leituras. Falta-me tempo", comentou Lévi-Strauss com um amigo filósofo. Na longa entrevista de Monique, Lacan também é lembrado pela voracidade com que arranjava amantes, graças não apenas à personalidade fascinante, mas por dispor de muito dinheiro, resultado das suas caras e breves sessões de análise. Era comum que, ao final de um dia de trabalho, ele convidasse a tradutora para jantares, juntamente com outros amigos e amigas, em restaurantes luxuosos de Paris.

Casualmente, Lacan criou o ambiente onde se encontraram Claude Lévi-Strauss e Monique Roman. Tudo se deu em setembro de 1949, quando ela contava 23 anos, em um jantar organizado pelo psicanalista em seu apartamento, para o qual também fora

MARC GANTIER. GETTY IMAGES. 1990

Monique e Claude Lévi-Strauss, em 1990: com uma mudança no regime alimentar, ela o curou da hipoglicemia, impressionando o antropólogo, que passou a atribuir poderes xamânicos à esposa

convidado Lévi-Strauss, então com 40 anos. Lacan comentou com ele que Monique seria a pessoa ideal para corrigir as provas do livro de um casal de antropólogos australianos que Lévi-Strauss estava editando – o primeiro título de uma coleção das Éditions Hermann que ele havia aceitado coordenar.

Logo, o mestre francês passou a se interessar pela tradutora e a convidou para encontros no Museu do Homem, onde trabalhava. É belo o trecho da entrevista em que Monique descreve sua rotina de 9h30 a 12h30 para traduzir trechos de um livro em alemão sobre o Brasil, a partir do que o antropólogo tomava uma série de notas. O que a jovem ia traduzindo acabava por estimular lembranças emotivas no futuro autor de *Tristes trópicos*. Enquanto Lévi-Strauss lhe narrava as suas aventuras na Amazônia em 1938, ela tinha a impressão de ouvir o desenrolar de *As mil e uma noites*. "Eu era como uma intermediária humana entre os livros e o passado dele", ela diz. Assim começou o amor.

Monique relata em *J'ai choisi la vie* que foi também contratada, no inverno de 1950, para remontar e classificar a biblioteca particular de 12 mil volumes de Lévi-Strauss. Os livros haviam sido levados para os Estados Unidos durante a guerra e foram úteis a ele no período em que trabalhou como conselheiro cultural em Nova York. Depois, foram trazidos de volta para a França. Durante a arrumação as recordações do antropólogo surgiram novamente. As sessões de trabalho eram seguidas de passeios por Paris e jantares – "todos os dias" –, durante os quais o dono da biblioteca já havia iniciado um ritual de sedução. Cristalizou-se assim o fim do segundo casamento de Lévi-Strauss, com Rose Marie Ullmo, que fora tão infeliz quanto o primeiro, com Dina Dreyfus, a antropóloga que o acompanhara ao Brasil – o casal ficou no país de 1935 a 1939.

Claude e Monique Lévi-Strauss se casaram em 1954, "em um sábado banal", como ela diz, em um cartório no bairro da Opéra, em Paris. Até aquele ponto, o antropólogo acumulara consideráveis fracassos: não apenas nos dois matrimônios, mas também nas tentativas de se firmar como autor relevante e acadêmico de prestígio. Depois que voltara dos Estados Unidos, em 1947, publicara *As estruturas elementares do parentesco*, mas poucas pessoas leram a obra à época, o que representou, nas palavras de Monique, "um insucesso custoso para o editor". Ela relembra que, no início dos anos 1950, a Gallimard recusou uma reunião de ensaios de Lévi-Strauss, que, para piorar, ainda fracassou nas duas vezes em que tentou entrar no prestigioso Collège de France.

Foi nesse período intimamente desolador que surgiu a ideia de escrever *Tristes trópicos*, o livro em que daria curso a uma "inspiração livre" – como ela descreve –, aproveitando a oportunidade do lançamento de uma coleção intitulada *Terra humana*, da editora Plon, concebida inicialmente para reunir livros de exploradores.

Monique conta que a escrita do livro famoso ocorreu por meio de um processo de colagem e construção gradual. Lévi-Strauss dava preferência a compor o texto na sua velha Remington, evitando as primeiras máquinas de escrever elétricas, uma vez que as suas mãos "já tremiam ligeiramente". Exigente com o texto que ia recebendo, Monique avaliava que, de cada dez páginas, "duas eram sublimes, mas havia passagens tenebrosas". Todas as suas observações para o companheiro eram anotadas em folhas A4.

O antropólogo trabalhava com tesoura, cortando trechos e parágrafos e escrevendo ou reescrevendo, até alcançar o texto desejado, "o que dava às folhas tamanhos bem variáveis". Depois de obter a versão definitiva, Lévi-Strauss a entregava a Monique, que datilografava tudo com duas cópias em papel-carbono. Cada capítulo era disposto em uma pasta diferente do arquivo. A versão original, toda ela um misto de interpolações, cortes, adições e recortes, era jogada fora, mesmo porque – ela ressalta – Lévi-Strauss não gostava de rever hesitações nem fragmentos preparatórios. Em meio a tanta papelada, a faxineira um dia encontrou um cheque jogado na lata de lixo.

Lévi-Strauss temia que *Tristes trópicos* pudesse repetir o malogro do livro anterior ("vender apenas oitocentos exemplares"). Porém, dois artigos na imprensa, um de Simone de Beauvoir e outro de Georges Bataille, garantiram o êxito de crítica e de público. Publicado em 1955, o livro conseguiu até mesmo a proeza de abrir as portas do Collège de France: o antropólogo foi eleito em 1959 e deu sua primeira aula em 1960.

A experiência no Brasil – narrada em *Tristes trópicos* – foi, portanto, decisiva para Lévi-Strauss, o ponto de inflexão em sua carreira acadêmica, proporcionando-lhe a projeção que buscava. Nas palavras da viúva, a temporada de trabalho no país chegou mesmo a operar mudanças na personalidade costumeiramente fria e distante, associada ao intelectual de gabinete – um tipo classificado de "capitolino" por amigos, que o consideravam altaneiro e superior. Monique comenta que nem a visita a Israel tocou tão fundo Lévi-Strauss: nesse caso, como ela diz, o "sentimento geográfico" não implicou um rito de adoração. "Eu o vi mais emocionado no Brasil", ela conclui.

Essa emoção foi transmitida aos seus antigos alunos brasileiros, quando ele retornou ao país em 1985, acompanhando o presidente François Mitterrand em uma viagem oficial. A diferença de idade entre o professor e os antigos alunos era pequena: Lévi-Strauss tinha então 76 anos, e eles, diante dos quais voltou a falar, em torno dos 70 anos. Monique, que veio com o marido ao Brasil, conta que muitos daqueles ex-alunos choraram.

Emoção parecida afetou os bororos, um dos povos indígenas com os quais Lévi-Strauss entrou em contato na década de 1930. A viúva recorda que, em 2024, uma delegação de bororos foi a Paris, munida de presentes rituais (essa visita também foi contada no texto *O reencontro*, na **piauí_222**, março de 2025). "Os avós [*dos bororos*] falavam de Claude como de um mito, um homem vindo do exterior que havia proclamado a dignidade deles para o mundo", diz Monique, no novo livro. Os bororos quiseram ver os objetos de seu povo que o antropólogo havia trazido nos anos 1930, hoje conservados no Museu do Quai Branly. Os objetos haviam sido pintados pelos indígenas com tinta vegetal e perecível. Lévi-Strauss pediu a seu pai, um pintor, que reproduzisse as cores originais com tinta durável.

Durante a minha leitura da longa entrevista no voo, com pausas para ver as nuvens lá fora, fui recordando a marca profunda que o Brasil deixou no antropólogo, cujo interesse pelo país se manifestou para além da antropologia – ele pretendeu até abrir um restaurante brasileiro em Nova York.

Esse plano é contado em *Chers tous deux* (Caros todos os dois, 2015), a reunião de cartas enviadas pelo jovem antropólogo, filho único, aos seus pais, entre 1931 e 1942. Monique Lévi-Strauss foi a responsável pela edição do livro e pelo prefácio, no qual ela ressalta:

Após a morte de Claude, eu tive que organizar os seus papéis. Li esses pacotes de cartas com um espanto prazeroso: eu escutava a voz dele, revia seus traços, as descrições me faziam lembrar o homem com o qual eu vivi quase sessenta anos. Era um ser humano reservado, tão intimidante e mal conhecido. [...] Tornando-o público, eu queria fazer conhecido o homem que se escondia por trás do sábio.

Em carta escrita em Nova York, em 14 de julho de 1941, Lévi-Strauss contou a seus pais que estava seriamente engajado com a ideia "de fazer dinheiro":

E, ao mesmo tempo, de trazer vocês para cá com um trabalho: fundar um restaurante brasileiro [...]. Há centenas de restaurantes mexicanos, e um tanto de suecos, espanhóis, italianos, chineses etc., mas nada de brasileiro. Já estou me documentando sobre quanto capital seria necessário.

Já em 27 de abril de 1942, em nova carta para os pais, ele anunciou que, durante as férias, estaria dedicado a escrever "um livro bastante popular sobre o Brasil, quase um manual para as universidades", e preconizou o sucesso do projeto.

Como se percebe, *Tristes trópicos*, escrito pouco mais de uma década depois, era um projeto que poderia ter tomado as mais diversas formas, porém acabou sendo um modelo de livro de memórias e de trabalho de pesquisa antropológica, cruzando correntes

inesperadas, como literatura e música. Em um trecho deste seu clássico, Lévi-Strauss confessa:

Durante semanas, sobre este planalto de Mato Grosso, eu tinha estado obcecado, nunca pelo que me circundava e que eu não reveria jamais, mas por uma melodia repetida que minha lembrança empobrecia mais ainda: a do Estudo Opus 10, n° 3, *de Chopin, no qual me parecia, por um desdém devido à amargura à qual eu estava também sensível, resumir tudo o que eu havia deixado atrás de mim.*

Esses desvios e hesitações eram mais adiante questionados pelo antropólogo como contradições típicas da sua escolha pessoal e a razão de ser do seu trabalho. Isso explica, possivelmente, a forte admiração que tinha por um viajante francês do século XVI, Jean de Léry, que se juntou a um grupo de genebrinos e veio explorar o Rio de Janeiro em 1557. No século XX, Lévi-Strauss admira o frescor das observações de seu compatriota europeu, o vívido retrato dos indígenas, sua compreensão do canibalismo como ato de dimensão religiosa – tudo isso o fascina na leitura de *História de uma viagem feita à terra do Brasil, também chamada América* (1578).

Ao término do seu trabalho no Brasil, no fim da década de 1930, em crise no casamento com Dina Dreyfus, que voltara antes a Paris, Lévi-Strauss reconheceu que sua experiência decisiva no país exibe ambivalências. A biógrafa Emmanuelle Loyer lembra que, em 1938, ocorreu o encontro do antropólogo com Alfred Métraux, grande estudioso dos tupinambás, do vodu haitiano e dos povos da Ilha de Páscoa. Em seu diário, Métraux (que se suicidaria em 1963, aos 60 anos), descreve o colega como "frio, compassado, bastante universitário francês". E acrescenta:

Lévi-Strauss está desgostoso com o Brasil. Vargas é um ditador sem princípio que simplesmente se prolonga [no poder]. *Sua ditadura é essencialmente policial.* [...] *Lévi-Strauss não vê esperança alguma para a América do Sul. Ele está quase inclinado a ver nesse fracasso uma espécie de maldição cósmica. Ele decidiu deixar o Brasil, onde qualquer trabalho parece impossível.*

Continuo a ler a longa entrevista de Monique Lévi-Strauss. Na tela pequena no encosto da poltrona à minha frente, vejo o itinerário já percorrido e me informo de que a aeronave está agora atravessando o Deserto de Gobi, a mais de 11 mil metros de altitude, a quase 900 km/h. Mas sigo preso a outra viagem que Lévi-Strauss fez ao meu país, na forma de um salto triplo: da França ao Brasil; do Brasil a *Tristes trópicos*; e de *Tristes trópicos* a *Saudades do Brasil*.

Este último livro também contou com intensa participação de Monique, se não com o *fiat lux* dela para a edição de 3 mil negativos fotográficos que o antropólogo havia trazido do período no Brasil. Ela diz que sonhara em fazer cópias em papel daquele material, "mas o preço para o formato 13 por 18 cm era proibitivo".

Com o apoio do filho do casal, Matthieu, que tinha excelente conhecimento de fotografia, improvisou um laboratório em um dos banheiros do apartamento da Rua des Marronniers e começou a revelar o material. Em seguida, perguntou a Lévi-Strauss se ele poderia legendar cada uma das fotos obtidas. Hesitante no início, sobretudo porque temia haver esquecido muita coisa, ele foi aos poucos descobrindo o prazer com aquela operação de resgate da memória.

As lembranças trazidas pela observação das imagens indicaram a todos – Lévi-Strauss, Monique e Matthieu – que um novo livro poderia estar em gestação. Ao longo de dois meses e meio, ela trabalhou quatro horas por dia "na câmara escura", como conta na entrevista, guardando depois as fotos reveladas em caixas de sapatos vazias que pedia nas lojas do bairro. O antropólogo levou três meses para legendar todas as imagens que ele próprio fizera no Brasil – e apenas uma parcela ínfima compõe o livro que, a seu modo, constitui nova referência sobre o país indígena e urbano da segunda metade dos anos 1930. Existem ainda milhares de cópias legendadas por Lévi-Strauss, que estão agora sob a guarda do filho.

À maneira de Marcel Proust, o antropólogo comenta as fotos, no prefácio de *Saudades do Brasil*, da perspectiva de um tempo perdido, fazendo referência ao cheiro do creosoto – produto contra o mofo e as traças – que ainda sobrepairava nos seus cadernos de notas. As imagens dos indígenas lhe inspiram "vazio e tristeza", e o genocídio deles só pode ser comparado, segundo o antropólogo, a um cataclismo nuclear ou à queda de um meteorito.

Na sua curta e dolorosa extensão, o texto de Lévi-Strauss é atravessado pelo pessimismo e prima pelas observações atiladas: que as missões religiosas de agora buscam preservar os indígenas, muito ao contrário do que fizeram em séculos passados; que a qualidade do ar em São Paulo nos anos 1930 continha um frescor e uma pureza que, ao ser relatada a ouvintes dos anos 1980, provocou descrença e risos; que estamos fazendo conosco o que fizemos com os indígenas: exterminando modos de ser.

Monique foi testemunha e partícipe do aparecimento dessa obra crepuscular de seu marido sobre o Brasil e os seus habitantes, "aos quais, ao mesmo tempo que à minha juventude longínqua, eu envio uma saudação amical e nostálgica", escreveu Lévi-Strauss no prefácio.

ADÃO ITURRUSGARAI, 2026

Chego ao meu destino marcado por mais de uma viagem, experimentando tempos nostálgicos e tempos regressivos. Já em Seul, e ainda influenciado pela leitura da longa entrevista, vou à minha biblioteca em busca de uma informação – e confirmo que Monique Lévi-Strauss também esteve envolvida em outra obra do antropólogo, a *Correspondance 1942-1982* (2018), entre o seu marido e o linguista Roman Jakobson. O historiador Maurice Olender, editor da coleção La librairie du XXIe siécle (A livraria do século XXI), na qual se insere o volume, informa que a reunião das cartas jamais teria sido publicada "sem o entusiasmo de Monique Lévi-Strauss – e a minúcia de seu olhar sobre cada palavra".

A correspondência permite acompanhar a intensa amizade do antropólogo com o linguista (cujo nome, por coincidência, era igual ao sobrenome de solteira de Monique). Mais ainda, documenta a contínua presença da mulher no convívio e, por fim, na colaboração que ambos mantiveram. Como demonstra uma carta de 13 de outubro de 1961 na qual Lévi-Strauss comenta sobre a análise que ele e Jakobson fizeram de um soneto de Charles Baudelaire, *Os gatos*, publicada na revista de antropologia *L'Homme*: "Eis aqui *Os gatos* revistos e corrigidos por Monique e por mim. Nós fizemos mudanças bem pequenas, que dizem respeito unicamente ao estilo." Além dessa correspondência, outros cinco títulos póstumos de Claude Lévi-Strauss devem tudo às mãos e ao olhar da viúva.

Ela esteve presente em tudo. Graças a uma mudança no regime alimentar, conseguiu curar Lévi-Strauss de uma crônica hipoglicemia – o que muito impressionou o antropólogo, que passou a atribuir poderes xamânicos a Monique. Ela comenta ainda sobre o amor de Lévi-Strauss pela natureza e conta da intensa amizade que ele manteve com um pequeno corvo que vinha pousar no seu ombro, nos dias em que o antropólogo passava em sua casa de campo. "Ele colocava emotivamente o seu pequeno corvo acima da Academia Francesa", diz a viúva.

Companheira e discreta colaboradora, Monique, que não tem qualquer título acadêmico, também foi a companheira de pesquisa de campo de Lévi-Strauss em uma região bem menos selvagem do que a "virgem e solene paisagem [...] hoje entregue ao silêncio e ao abandono" que marcou o antropólogo em sua passagem pelo Paraná, como ele descreve nos *Tristes trópicos*.

Ela fez uma pesquisa própria e muito singular: é conhecida como historiadora dos xales de caxemira, que para Monique são "uma paixão", como escreveu em *Cachemires: la création française 1800-1880*, publicado em 1987. Em busca de xales e máscaras de povos originários, ela e o marido costumavam ir ao mercado de pulgas de Saint-Ouen, em Paris, atraídos pelo amor mútuo pelo incomum. Um casamento que teceu vida e obra à perfeição. ✪

CÉU DE MIGUELZIN

Meu menino sempre teve esse olho virado pro alto, pras nuvem

JEOVANNA VIEIRA

O menino desde pequeno foi encantado com as cores. Primeira palavra dele não foi mamãe, foi "marelo". Era eu e ele nesse conjunto habitacional, e pra tudo, sempre abaixo da graça de Deus. Quando entramo naquele apartamento, as parede já tavam encardida. Nunca que gostei de sujeira. Preparei mistura de cal e xadrez verde e deixei tudo com cara de limpeza. Tudo pintadin. Miguel gostou também, Nossa casa tá bonita, mãe. Tava mesmo. De vez em quando eu puxava uns crochê e tome crochê. Parede verde e crochê em cima dos móveis que a gente tinha. Vi muita novela a vida inteira, eu sei como decorar uma casa.

A gente descia pro pátio do prédio na minha folga e pintava junto. Pintava tudo que dava na cabeça dele, árvore, melancia, capivara. Rarrarrá. Ele me pintava, eu pintava ele. Não era comum muito as mãe e os filho brincarem junto. Eu pelo menos nunca vi lá. Pai, então... Fui saber de menino criado apegado com pai agora, coisa recente. As mãe ficava conversando entre si e os filho brincando entre eles, e eu com Miguel, porque a gente era sozin mesmo pra tudo. As mãe me chamava pra perto. Achava sem sentido, eu mulher feita brincando como igual com meu filho. Miguelzin era menino com a cabeça dada pra interagir com criança não. Era pintar que botava brilho no olho dele, e eu ia deixar de fazer brincadeira que fosse pra prestar prazo em coisa que vizinhança falava? Então pintava. Comprei uma cartolina, emendei duas, três, deitei no chão da calçadinha que tinha lá no condomínio e ele me desenhou certin meu corpo. A gente botou de comprido do lado da porta com fita crepe. Quando eu ia trabalhar lá na casa da dona Gabriela, apontava pro desenho de eu grande e falava, Ó, mãe tá aqui. Apontava pro coração dele e, Aqui também, ó.

Dona Gabriela? Dona Gabriela era minha patroa. Me ganhou de presente da mãe dela. De primeiro, eu trabalhava pra dona Vera, aí dona Vera engravidou, aí virei babá da menina Gabriela. Quando Gabriela foi morar sozinha, depois de ter virado meio mundo, dona Vera me deu de incumbência cuidar de Gabriela, que virou dona também, dona Gabriela. Sempre fui muito correta nos meu serviço porque pobre só tem mesmo a palavra pra se fiar. Não aceitava de dona Vera nem as roupa dada. Tinha pavor de alguém achar que tava roubando roupa de madame, porque lá nos predin tinha até um comércio de coisa afanada na casa das patroa. Mas tava falando era de dona Gabriela, ela era ar-tis-ta-plás-ti-ca. Fazia uns borrão cinza e chorava, tinha muita tristeza naquelas coisa que ela pintava. A dona Gabriela mesmo não tinha nenhum talento, vivia de dar entrevista, só porque era rica, se morasse nos predinho não arrumava nada.

No dia de receber gente pra ver o trabalho dela, eu vivia de comprar e trocar flor de vaso, passar e servir cafezin, ficava na moita, parada igual múmia perto da mesa de café. Ela me olhava esperando de mim que eu soubesse o que ela queria. E geralmente eu sabia mesmo e atendia. A mãe dela me ensinou a fazer uma água no jarro que colocava rodela de fruta e ramo de alecrim. Coisa esquisita. Aí eu ficava lá, repunhando a água gelada. Nesse dia ela ria, se fazia de graciosa pras visita. Quem não te conhece que te compre. Dia que não ia ninguém, ficava lá enfurnada naquele quarto, não bebia água e nem café, bebia era muito uísque. Ficava lá de roupão, cortina fechada praquele marzão, com a cara funda de chorar e desperdiçando tinta. As pintura de Miguelzin não, as pintura de Miguelzin era tudo alegre, a janela tava sempre aberta e era sempre dia.

Desde 6, 7 aninhos que Miguel já ficava sozin, que jeito? Não interessava formar companhia pra bater bola. Ficava da hora que voltava da escola até a hora que eu chegava do trabalho, vendo desenho animado, pintando, lendo história de *Turma da Mônica* que eu trazia da Central. Isso me dava uma tranquilidade pra trabalhar fora, porque até tinha duas vizinhas que passava o olho pra mim, mas sempre que pedia, Dá uma olhadinha em Miguel, sumia 1 kg de açúcar, um biscoito do lanche, o porquin do Miguel emagrecia, na vida tudo tem seu preço.

Desde sempre. Talento, né? Meu menino sempre teve esse olho virado pro alto, pras nuvem, quando virava o olho pra baixo era pra pintar. Quando pegou idade de 12, assim mais pra rapazinho, começou a pintar céu, muito céu, muita nuvem, e os prédio pequeno, e a favela, a linha amarela e tudo tinha céu. Céu amarelo com rosa, azul com roxo e laranja, laranja só, rosa com branco e azul, até céu vermelho Miguel pintava. E umas vacas, rarrarrá, com cabeças de dinossauro, e tome céu.

Matutava aqui comigo, era de serventia que ele tomasse gosto de repetir. Repetir, repetir, repetir aquilo até ficar bom, porque assim ia dar de fazer serviço direito. Deus me livre ter filho pra fazer serviço porco. Poderia até ser um pintor, igual Seu Mário. Eu bobinha, né? Conheço um monte de dona na Zona Sul, já pedi emprego de porteiro pro filho da Zélia, não ia pedir serviço de pintor pra filho meu? Mão de obra de pintor é valorizada na Zona Sul. O Seu Mário, dono

FAW CARVALHO, 2026

do apartamento que a gente morava, nessa casa onde Miguelzin cresceu, é que me falava isso. Uma semana de trabalho dele pintando apartamento de madame era três mês de salário meu, limpando parede de madame.

Eu sei é que nas pintança de Miguelzin, começou a faltar as cores. Quando o ônibus virava na Itaoca eu já dava sinal. Parava dois pontos antes pra levar pão quente e o kitzin de seis tintas que vendia na padaria. Padaria que era armarin, onde eu pegava minhas linha de crochê, que era lan house né, que era meio que tudo. Miguel fazia mistura e dali saía umas cores nova, bonita. Fazia milagre com aqueles potin de guache. Cheguei a pensar que ia passar, que era fase de criança, mas olha, era mesmo dele. O menino é para o que nasce.

Na casa de dona Gabriela, olhava aqueles tubin pela metade jogado no chão, quando ia dar uma limpada no quarto dela de pintar. Desconjuro pegar coisa que não é minha, mas se tivesse no lixo, aí eu pegava e colocava na minha bolsa de ir embora. Quando chegava com tubo prateado era dia de festa pra Miguelzin.

Sabe, dona Gabriela, Miguel dá pra pintar também. Estendi a mão assim, mostrando a pintura que ele fez na folha de papel. Bom pra ele, Marlúcia. Essa foi a importância que ela deu pro céu de Miguelzin. Nem sequer pegou na mão. Aquilo me magoou foi muita coisa. Enfiei de volta no avental o sulfite dobrado no meio duas vezes. Miguel tinha assinado o nome dele com dedicatória pra ela, isso que cortou meu coração. O pobre, ele precisa de muito pra ter importância.

No início, eu chegava em casa com os tubo meio amassado, porque presa na Avenida Brasil ficava passando o pente, sabe? Pra tinta ficar mais fácil de sair, igual a gente faz com pasta de dente quando tá acabando. Mas depois fiquei descarada, pegava dos novo mesmo, ela tinha muito e não usava aquele tanto de cor. Usava sim, muito preto, marrom, cinza, coisa que Miguelzin detestava. Eu que não ia querer um trem verde-escuro uns borrão marrom, parecia cocô de vaca pendurado na minha parede. Cruz-credo!

Nunca percebeu. A empregada mexendo em tinta, tela, pegando pincel? De tanto remédio que ela tomava, ela mesma achava que não tinha pedido pra entregar e comprava tudo de novo, e de novo. E Miguelzin lá, com o ateliê dele crescendo, e as tela ficando melhor. Mãe, a senhora é a melhor mãe do mundo, um dia eu vou comprar uma casa pra senhora. Uma casa não, uma chácara. Na minha Minas Gerais. Que eu quero ter criação, pé de fruta, um galo pra chamar Hipólito. Rarrarrá, assim eu falava pra ele. Num Natal desse, Miguelzin pintou essa chácara conforme a imaginação dele e me deu. Passamo anos olhando praquela mirage na parede.

Se fosse pra mim comprar as coisa, eu não poderia porque sou sozinha com ele pra tudo. Quase quarenta conto um tubo do mais comum, 67,40 o azul fta-lo-cia-ni-na que Miguel não podia ficar sem. O azul-cobalto também, eram os dois que não podia faltar. Miguel me ensinou muita coisa, tem uns nome de cor que é bonito igual música. Fico admirada como as pessoa tem cabeça boa pra fazer poesia com quase tudo dessa vida. Bom, bolinha vai, bolinha vem, Miguelzin prestou vestibular pra belas-artes. Ele tão dedicado virando noite estudando, saía da faculdade e ia pra Zona Sul fazer trabalho na casa dos coleguinha. Às vezes nem voltava. Longe, né? Miguel ria, Mamãe, na minha sala tem um monte de dona Gabriela. E ele lá, pintando céu do Complexo, do Morro do Adeus, a linha do trem e os animais cabeça-de-um-corpo-de-outro. E as pessoas foram botando vista no trabalho dele. Aí não era só mais eu que via que aquilo era uma beleza só. Mesmo quando ele começou a colocar as parte dos homem nos corpo das mulher, mostrar as partes das mulher tudo arreganhada, não perguntei pra Miguelzin, Onde cê viu isso assim de tão perto, menino?, rarrrararrarrá, é as intimidade dele.

Só sei que um dia meu filho tava pintando um muro ali no Centro, perto da rodoviária e uma moça importante com nome engraçado chamou Miguel pra trabalhar com ela. Aí, esse menino praticamente se mudou nesse dia mesmo, porque em casa pouco aparecia. A moça é artista também, faz uma coisa estranha com coração com sangue, umas víscera pulando pra fora do quadro, sabe como? Levou meu Miguel pra fazer uma exposição lá em Da-kar.

Falei agora mesmo com ele de vídeo, né? Agora só assim, mas não é lamento não. Meu menino tá lá ganhando o mundo e eu aqui de volta pro meu Jequitinhonha. Mãe tá aqui ó, ele aponta pro peito e eu sei que tá tudo certo. Vi a turma nova dele, o quadro que ele tava pintando, a tal da dona Adriana tava lá também, mandou um beijo pra mim, assim passando por detrás dele, muito simpática ela. Aí eu mostrei aqui também como tava a criação. O galinheiro, o Hi-pó-li-to, rarrarrarrá. O casal de porco de raça, a horta, os pé de fruta, o pé de canela. Mostrar, né, pro meu filho ver como tá bem cuidado o sítio que ele comprou pra mim com as cores que eu levava pra ele. Mãe, mãezinha, preciso desligar. Deus na frente, Jesus te guie, Miguel, que o céu no teu horizonte nunca se empreteie. ✪

PEDRO FRANZ, 2026

MINERAÇÃO

Escavo o papel,
atrás de uma frase oculta.
Tento trazê-la à tona,
ela porém reluta.
Resiste a se entregar
nessa nossa disputa.
Depois de muito suor
consigo vencer a luta.
Arranco da folha o segredo
trancado em sua gruta.
Descubro então o conselho
destinado à minha escuta:
"Desista de aqui procurar
palavra fina ou bruta.
Nem tente escavar o papel,
não existe a frase oculta."

SENTIMENTO DRUMMUNDO[1]

Minhas mãos tecem o rude trabalho:
capinar, semear, colher.
Os olhos lacrimejam, o coração transborda.
E nada espero de ninguém.

Olhos enevoados. Detrás do chapéu,
minha sombra cintila, brilhosamente negra.

Pouco importa a velhice:
a fome, na casa, na manhã,
se renova, a cada dia.

Meus dedos escavam o mundo
e ele pesa muito mais
do que o cabo de uma enxada.

ALÉM

O poema acaba aqui.
O que vem agora não é meu,
nem sei de quem seja.
Além de mim, com clareza,
a poesia passeia,
entre bruma e incerteza.
Seu banquete começa
depois que eu já tirei a mesa.
Desligo o som do poema.
Ele insiste, à revelia.
O poema por fim
avança à sua origem:
lança na cara da luz
o pólen da letra.
E vai, num voo feliz,
se transformando
em aprendiz de borboleta.

1 A partir do poema *Sentimento do mundo*, de Carlos Drummond de Andrade.

RETRATO A CORES, DE CORPO INTEIRO

Não olhe para esta cara,
que teve talvez beleza,
nem veja a boca entortada
pela pá da Natureza.
Se eu pudesse lhe pedir,
pediria, com certeza,
que primeiro você visse
lá no alto da cabeça
uma faixa colorida
de um incerto azul-turquesa,
coroa falsificada,
pano de toalha de mesa.
Examine bem seus pés:
seriam pés de princesa?
Pois então perderam o trono
sem chegar à realeza.
Não consegue perceber
nada além da correnteza
que derruba em ruga e cinza
tudo o que antes foi firmeza?
No fim, resta um rosto apenas:
frio, feito de dureza,
mesmo que a fumaça irônica,
espécie de sobremesa,
venha adoçar o retrato
numa névoa de leveza.

SONETILHO PÓS-ERÓTICO

O poeta ingere um ácido
para ver se assim se excita.
Seu corpo é bastante flácido,
mas rijo o seu verso fica.
Tamanha inspiração nasce do
que dentro o peito palpita.
Pretendia amor bem plácido,
mas, tenaz, o ciúme o pica.
Ele se julga absoluto,
é só fração decimal;
seu desejo está de luto,
vai erguido a meio pau.
"Em furada não me meto.
Vou ficar só no soneto."

A CAPITOLINA[2]

Capitu, neste encontro derradeiro,
Apesar de eu já ter perdido a vida,
Aqui venho rever-te, bem-querida,
Trazer-te abraço e beijo companheiro.

Tens por mim teu afeto verdadeiro,
Bentinho foi a página mal lida,
Zombou de ti, por mim apetecida,
Fruto que eu sempre quis comer inteiro.

Lembro os gritos e os gozos arrancados
Na cama, quando o amor tornava unido
O que meu fim tornou tão separado.

Sou Escobar, teu homem preferido.
Morto, a simulação deixo de lado:
Declaro horror e ódio a teu marido. ✪

2 A partir do poema *A Carolina*, de Machado de Assis.

grandes histórias cabem em qualquer formato

o conteúdo completo da **piauí** está disponível em e-book, no seu **leitor digital**

acesse aqui, gratuitamente, a edição de janeiro

ANAIS DA CORRUPÇÃO

Parabéns a Allan de Abreu, que trouxe uma matéria exemplar na **piauí_232**, janeiro (*"Duvido não aceitar"*). Lamentável é a omissão dolosa de órgãos de fiscalização e corregedorias da Justiça, pois sou advogado inscrito na OAB/DF há 37 anos e fico triste de ver criminosos impunes no Judiciário, na OAB e no tráfico internacional de drogas. Uma jovem advogada trabalhista consegue uma liminar e André do Rap está livre. E, conforme a reportagem, foram pagos 5 milhões de dólares, e não acontece nada. As partes envolvidas são exemplos de *homens honrados* e pregam, em podcasts variados, com voz de locutor de rodeio, conduta moral que não têm, e os advogados honestos não soltam um trabalhador de crime famélico. Allan, da próxima vez, procure a OAB/DF, porque mulher e filhos de ministros, desembargadores e juízes fazem o que fazem e continuam advogando nos moldes descritos.

UIRAN SILVA FREITAS_BRASÍLIA/DF

VULTOSAS

Eu só queria registrar meu agradecimento pelo texto do Fernando de Barros e Silva na **piauí_232**, janeiro (*A erosão da República*). É de uma precisão no diagnóstico de parte do país que chega a assustar.

Tenho a certeza de que usarei esse material nas aulas do primeiro período de direito, em que leciono pensamento jurídico. Temas como República, cidadania e democracia são parte obrigatória do curso, e esse texto será muito útil para a visualização do passado e a exploração do presente.

ELISA CRUZ_RIO DE JANEIRO/RJ

PRÓS & CONTRAS

A **piauí_231**, dezembro de 2025, surpreende novamente seus leitores com o generoso número de páginas (102) e o alto nível das reportagens. Apontar algumas delas seria injusto com as demais, porém o espaço é restrito, o que me obriga a fazer uma espécie de escolha de Sofia. Assim sendo, optei pelo relato de Angélica Santa Cruz (*O inconformado*). É um texto que emociona, pois nos transporta para uma época terrível de nossa história. Como num filme de suspense, a autora traça, passo a passo, a luta do engenheiro aposentado Gilberto Carvalho Molina em resgatar os restos mortais do seu irmão Flávio, preso, torturado e morto pelas forças de repressão. Ele foi um militante da ALN e, por fim, do Molipo, organização totalmente esmagada pela luta desigual com o sistema vigente.

Finalmente ele pôde recuperar os despojos mortais do irmão para enterrá-lo dignamente no Cemitério São João Batista, assim como conseguiu um atestado de óbito relatando o ocorrido. Angélica praticamente deixou o esboço de um roteiro pronto para um eventual cineasta aproveitar e tentar repetir o sucesso do Walter Salles em *Ainda estou aqui*.

Porém... Já na edição de janeiro (**piauí_232**), devo ressaltar que o editor de cartas realmente se excedeu, desrespeitando os missivistas, pois se apropriou indevidamente do nosso precioso espaço, preenchendo-o com baboseiras que não interessam a ninguém e sem a mínima graça. Teve o desplante de justificar o uso indevido com o argumento de que faltaram cartas, o que é um absurdo, pois o número de dezembro premiou os leitores com matérias excepcionais, o que deve ter motivado inúmeras correspondências para a Redação. Só nos resta lamentar tal fato, e que entregue o cargo, diante de tanta incompetência.

DIRCEU LUIZ NATAL_RIO DE JANEIRO/RJ

NOTA TEMERISTA DA REDAÇÃO: Não renunciarei! Repito: não renunciarei! E não esqueça: *Verba volant, scripta manent*.

DEZEMBRO

Fim de ano é tempo de renovar a vida, mas a **piauí_231**, dezembro de 2025, estava repleta de morte. Não, não reclamo, apenas constato. Também não quero revelar as angústias havidas com a leitura. Apenas como exemplo, deve-se elogiar o artigo de Fernando de Barros e Silva (*Os vivos e os mortos*) em que ele fez um profundo levantamento das escolhas de manchetes da grande imprensa em relação ao massacre no Complexo do Alemão, comparando a forma como a ação no presídio do Carandiru foi noticiada. Sangue é líquido que escorre gratuitamente na periferia.

Por outro lado, quebrando a dureza da edição, pudemos ler a doce relação entre as irmãs Rilda Machado Lorch e Ruth Rocha por meio das revelações de Armando Antenore (*Olhos emprestados*). Lágrimas de emoção e não de tristeza embaçaram a leitura. Também é significativo o fato de a escritora Ruth Rocha resgatar a importância do imaginário na formação de leitores, representado por Monteiro Lobato, dentre outros, mostrando que passados nefastos devem ser explicados, e não cancelados.

Por fim, fica o protesto pela diminuição do espaço das cartas de leitores.

ADILSON ROBERTO GONÇALVES_CAMPINAS/SP

NOTA TOFFOLISTA DA REDAÇÃO: O respondedor de cartas faz saber que todos os ataques ao respondedor de cartas ficarão acautelados sob a guarda do respondedor de cartas.

O artigo (*Os vivos e os mortos*, **piauí_231**, dezembro de 2025) expõe a prática adotada e exacerbada pela direita de insultar nossa inteligência, e faz isso sem nenhum receio.

O jorro de mentiras e ódio absorvido pela população embotou o poder de reflexão, pois não se consegue ver que é ela mesma a maior vítima da violência vinda de todos os lados.

A função da polícia é evitar que as pessoas se matem; a solução do problema viria de outros órgãos do Estado, o que não acontece. Então, tome mais e mais violência.

DJALMA ROSA_SÃO SIMÃO/SP

O texto de Fernando de Barros e Silva, *Os vivos e os mortos*, demonstra bem o quão pusilânime foi a cobertura feita pelo Grupo Globo da chacina do Complexo do Alemão, no Rio, ocorrida em outubro de 2025. O grau oficialesco do tratamento global ao massacre fez com que lembrássemos de como eram tratadas quaisquer manifestações da famigerada força-tarefa da Operação Lava Jato. Tristes tempos para o jornalismo.

Fato é que os horrores bolsonaristas, somados a uma anódina e até mesmo folclórica adesão a uma pauta inclusiva nos costumes, incutiram no imaginário coletivo sobre a Globo uma vaga visão de progressismo, que nunca foi real. Não há dúvida de que lado estarão nos embates econômicos que contrariem seus interesses empresariais ou quando tiverem que defender direitos humanos de pretos e pobres, alguns deles eventualmente faccionados.

Até mesmo a relativa boa vontade demonstrada com o governo Lula, creio eu, não sobreviverá à eleição deste ano, caso surja algum candidato palatável à sua linha editorial. Não são tontos, sabem que um sobrenome Bolsonaro tende a ser pior para os seus negócios, mas abraçarão sem medo um projeto de bolsonarismo sem Bolsonaro.

No mais, o texto de Fernando de Barros e Silva é um exemplo de revisão crítica da cobertura midiática e deveria ser leitura indicada nas faculdades de jornalismo do país.

UMBERTO ABREU NOCE_BELO HORIZONTE/MG

É lamentável que grande parte de nossa imprensa se utilize da linguagem esópica para normalizar o absurdo.

Assim, os termos "chacina" e "massacre" foram eliminados pelo noticiário da operação policial que resultou em mais de cem mortes no Rio de Janeiro. O inefável governador Cláudio Castro a princípio tentou partilhar tal infâmia com o governo federal. Desmentido, partiu para a comemoração da grande vitória contra o crime organizado. A sua eficiente polícia cuidou de contaminar a cena do crime, precavendo-se contra uma perícia imparcial.

Nessa toada, uma jornalista sabedora de encontros entre o ministro Alexandre de Moraes e o dirigente do Banco Central, Gabriel Galípolo, deduziu que se tratava de possíveis alternativas para o Banco Master. Desconsiderou a aplicação da Lei Magnitsky que deixou o ministro e familiares sem cartão de crédito e acesso a contas bancárias, graças à campanha patriótica de Eduardo Bolsonaro visando anistia ao ex-presidente, seu genitor.

Outrora a sutileza era mais presente na imprensa ao tentar suavizar ou mesmo fazer desaparecer situações esquisitas e propósitos políticos dúbios. Hoje em dia, com as tolices das sandálias e outras mais, é desnecessário o refinamento.

Felizmente uma voz quase solitária de Fernando de Barros e Silva (*Os vivos e os mortos*, **piauí_231**, dezembro) nos auxilia a enxergar a realidade. Sem dúvida, temos com ele uma dívida, por ora impagável.

SEBASTIÃO MAURÍCIO DUARTE PESSOA_RIO DE JANEIRO/RJ

FICÇÃO

Gostei muito do texto *Cheiro de moleque* (**piauí_231**, dezembro de 2025), pela forma como a história é contada. A escrita é envolvente, cheia de imagens e faz a gente entrar na cena com facilidade. A lembrança da infância, narrada de maneira tão direta, é forte e ao mesmo tempo delicada. É aquele tipo de texto que prende o leitor sem esforço e continua mesmo depois da

leitura. Parabéns ao autor, Renê Bionor, e à revista pela escolha.

ELENIZE ALMEIDA_BELO HORIZONTE/MG

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Sou leitor da **piauí** há mais de uma década e a considero um dos últimos bastiões do jornalismo investigativo e literário. Em tempo de inteligência artificial, que inevitavelmente será usada para revisão de texto e síntese de informação, faço meu apelo para que a **piauí** também seja uma trincheira contra o uso de LLM (Large Language Models, ou Grandes Modelos de Linguagem) para a escrita. Treinadas para aproximar palavras com base em probabilidades encontradas nos textos de treinamento, majoritariamente em inglês, elas promovem uma pasteurização da linguagem, que era justamente o diferencial da **piauí**. Com o tempo é possível que humanos não consigam distinguir um texto escrito por inteligência artificial de um escrito por humanos, mas por ora ainda é possível. Ainda mais para quem recebe centenas de textos mensais feitos por estudantes usando ChatGPT, Claude, Gemini e similares.

Mesmo quando disfarçadas as características visuais óbvias (frases curtas em ordem direta, recorrência de pontuação, tópicos e ícones), vocabulário padronizado e fórmulas muito típicas do inglês (*not only... but also*), ainda há marcas sintáticas típicas da IA que dificilmente uma escrita humana replicaria com tanta frequência. Por exemplo, a constante adjetivação de substantivos como em "A ironia sutil ou a piada rasgada sempre eclode nos livros da escritora, incluindo os que abordam situações amargas". Dificilmente um humano faria quatro adjetivações seguidas em uma frase curta de ordem direta como na matéria *Olhos emprestados* (**piauí_231**, dezembro de 2025). Tomara que eu só esteja vendo fantasmas (e não seja alvo de chacota na seção de cartas), mas ao menos enquanto a Matrix não consegue enganar todos os mortais, bem que a **piauí** podia ser também resistência à escrita direta na IA.

ALYSSON RAMOS ARTUSO_CURITIBA/PR

NOTA ESTUPIDAMENTE ADJETIVADA DA REDAÇÃO: Apesar de acolher a crítica cortante, feita por um leitor astuto, morador da gélida Curitiba, a **piauí** se dá o douto direito de dizer, por meio desse egrégio editor de cartas, que seus textos – sempre tão lapidados, inconformados, maiúsculos – não fazem uso dos assustadores recursos dessa suposta quimera que se convencionou chamar de inteligência artificial. A proibição explícita, incontornável e peremptória consta no item *Em relação às redes sociais e inteligência artificial* do esmerado, elegante e criativo Código de Conduta da revista, que pode ser acessado no site.

CARTA

Ao ler a carta de Daniel Recco na **piauí_229**, outubro de 2025, sobre o fardo de acumular e movimentar os seus 30 kg de revistas, fiquei pensando sobre a minha situação.

Detentor de TODAS as edições da **piauí**, desde o primeiro exemplar, e radicado na Colômbia desde 2015, meus pais são os encarregados de receber a revista todos os meses e organizar tudo em um armário que ficou para trás quando eu me mudei.

Já cansado das queixas dos velhos e da iminente falta de espaço, peço à Redação uma singela contribuição financeira para fretar um contêiner e trazer a minha coleção de **piauís** para a Colômbia. Aguardo o Pix!

STHEFANO VENGA PEREIRA_ZIPAQUIRÁ/COLÔMBIA

NOTA SUSTENTÁVEL DA REDAÇÃO: Scanner? Será?

COMPLEMENTO DO EDITOR

Na parte VII do dossiê *Geração Democracia – A floresta e a obra* (**piauí_230**, novembro), Erasmo Theofilo afirma que seu pai "fez o primeiro contato entre os brancos e os indígenas do povo Arara, junto com o padre Alírio Bervian". O relato refere-se a um grupo Arara da região de Medicilândia (PA) que, segundo Theofilo, ainda não havia sido contatado por não indígenas. De acordo com o Instituto Socioambiental, os primeiros contatos com o povo Arara ocorreram no século XIX, seguidos por tentativas intermitentes ao longo do século seguinte, com destaque para as frentes de atração lideradas por sertanistas como Afonso Alves da Cruz e João Carvalho nos anos 1960.

No mesmo texto, consta a afirmação de que o "Exército invadiu a aldeia e matou muitos indígenas (*do grupo Arara*)". O relato baseia-se em memórias locais, transmitidas oralmente entre indígenas araras da região. Nos registros oficiais, não há menção a uma operação militar com as características descritas.

Por questões de clareza e espaço, a **piauí** se reserva o direito de editar as cartas selecionadas para publicação. Solicitamos que as cartas informem o nome e o endereço completo do remetente.

Cartas para a redação:
REDACAOPIAUI@REVISTAPIAUI.COM.BR

piauí

FUNDADOR
João Moreira Salles

CONSELHO EDITORIAL
Dorrit Harazim, Flavia Lima, João Moreira Salles, Marcelo P.L. Medeiros, Natuza Nery, Simon Romero, Thiago Amparo

DIRETOR DE REDAÇÃO
André Petry

EDITORES EXECUTIVOS
Alcino Leite Neto, Daniel Bergamasco

PRODUTORA EXECUTIVA
Raquel Freire Zangrandi

EDITORES
Alejandro Chacoff, Armando Antenore, Guilherme Henrique, Luigi Mazza

REPÓRTERES
Allan de Abreu, Amanda Gorziza, Ana Clara Costa, Angélica Santa Cruz, Bernardo Esteves, Breno Pires, Camille Lichotti, Consuelo Dieguez, Danilo Marques, Fernando de Barros e Silva, João Batista Jr., Pedro Tavares, Tatiane de Assis, Thallys Braga, Tiago Coelho

DIRETORA DE ARTE
Maria Cecilia Marra

EDITORAS DE ARTE
Isabela Magalhães da Silveira e Paula Cardoso

REDES SOCIAIS
Emily Almeida, Fabio Brisolla, Isa Barros

COORDENADORA DE CHECAGEM
Marcella Ramos

CHECAGEM E REVISÃO
Carlos Santos, Carolina Rodrigues, Ethel Rudnitzki, Fábio Martins, Gilberto Porcidonio, João Felipe Carvalho, Luciene Gomes, Luiza Barbara

COORDENADOR DIGITAL
Pieter Zalis

COORDENADORA DE ESTRATÉGIAS
Mariana Faria

COORDENADORA DE NARRATIVAS VISUAIS
Fernanda Catunda

DIRETORA EXECUTIVA
Catarina Carvalho

DIRETOR DE ESTRATÉGIA
Vitório Canozzi

DIRETOR FINANCEIRO
Guilherme Terra

DIRETORA DE CRESCIMENTO
Heloisa Joly Prado
heloisa.joly@revistapiaui.com.br

GERENTE COMERCIAL
Isabella Jaggi
isabella.jaggi@revistapiaui.com.br

GERENTE DE PROJETOS
Bárbara Uchiyama

ESPECIALISTA DE NEGÓCIOS DIGITAIS
Felipe Poppe

ADMINISTRAÇÃO
Andréa Albuquerque, Elena Abramcheva, Elisangela Prado, Leandro Arruda, Pedro Eduardo Vinhas, Simone Cardoso

COORDENADOR DE PUBLICIDADE
Tarcisio Perroni
tarcisio@revistapiaui.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
comercial@revistapiaui.com.br
Enio Santiago (RJ):
eniosantiago@revistapiaui.com.br
João Fernandes (SP):
joao.fernandes@revistapiaui.com.br
Sérgio Siqueira (SP):
sergio.siqueira@revistapiaui.com.br
Tida Cunha (SP):
tida.cunha@revistapiaui.com.br
Paulo Tamanaha (BSB):
paulo.cin@centrodeideiasenegocios.com.br

EDITORA ALVINEGRA
Rua Aníbal de Mendonça, 151 / 2º andar
22410-050 Rio de Janeiro / RJ
tel (21) 3511 7400
Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 445 / 1º andar
05415-030 - São Paulo / SP
tel (11) 97410 3500 / (11) 3061 2122
e-mail: redacaopiaui@revistapiaui.com.br

ANER
Associação Nacional dos Editores de Revistas

IVC
Instituto Verificador de Comunicação

PRÉ-IMPRESSÃO
Antonio Rhoden

A **piauí** é impressa pela Plural Indústria Gráfica Ltda, em papel pólen bold 90 gramas nas capas e pólen soft 70 gramas no miolo, produzidos em bobinas exclusivamente para a **piauí** por Suzano Papel e Celulose S/A.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 33 850 exemplares

PARA ANUNCIAR
publicidade@revistapiaui.com.br

PARA ASSINAR
revistapiaui.com.br/assine
WhatsApp e SAC: (11) 3584 9200
Segunda a sexta, 9h às 17h30

SAC (ATENDIMENTO AO CLIENTE)
site: minhaabril.com.br
atendimento.piaui@abril.com.br
WhatsApp e SAC: (11) 3584 9200
Renovação: 0800 775 2112
Segunda a sexta, 9h às 17h30

COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Abril Assinaturas
assinaturas@revistapiaui.com.br

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL EM BANCAS
Total Express
bancas@revistapiaui.com.br

EDIÇÕES ANTERIORES
colecione@revistapiaui.com.br

www.revistapiaui.com.br

ALBERTO BENETT, 2026

SEM RECHEIO

O desaparecimento gradual dos filhos do meio

MÔNICA MANIR

O magnata Bill Gates representa uma espécie em vias de extinção – e não por ter bilhões de dólares, mas por ser filho do meio, à semelhança da cantora Madonna, do investidor Warren Buffett e do piloto Ayrton Senna. Segundo de três irmãos, o fundador da Microsoft integra um recheio familiar que está desaparecendo. Com a fecundidade em queda na maior parte do mundo, três ou mais filhos viraram exceção. "De tão raro, o filho do meio vem se transformando em objeto de estudo", diz a demógrafa Simone Wajnman, professora aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Esse desaparecimento paulatino também ocorre no Brasil. De acordo com o Censo de 2022, a taxa nacional de fecundidade é de 1,55 filho por mulher, a menor já registrada no país. O índice está muito próximo do norueguês (1,41), do americano (1,62) e do australiano (1,64). Em 1960, a cifra era de 6,28 filhos por brasileira e chegava a 8,56 na Região Norte. Desde então, a taxa tem caído ininterruptamente. O fenômeno se explica tanto pelo declínio da mortalidade infantil – que desestimula os pais a investirem numa sucessão de partos, já que mais crianças vingam – quanto pela migração maciça do campo para a cidade, onde não existe o imperativo de colocar novos braços no mundo a fim de garantir a sobrevivência da família na lavoura.

Outro aspecto que justifica a tendência é o choque entre o período reprodutivo das mulheres e o investimento delas na carreira profissional. Hoje ficou comum a percepção de que um herdeiro basta porque não sobra tempo biológico para conceber o segundo, ou de que vale a pena abdicar da parentalidade porque a sociedade já não recrimina tal decisão. "Ter mais de um filho se tornou um ato de coragem, especialmente para as mulheres, não só pelos aspectos emocionais e corporais que envolvem a gestação, mas também por causa das dificuldades financeiras e da velocidade das mudanças entre cada geração. Não dá mais para criar filho 'tudo igual', como se dizia antigamente", afirma a demógrafa Glaucia Marcondes, coordenadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo), da Unicamp.

A psicanalista Margareth Arilha, outra pesquisadora do Nepo, ressalva ser importante observar o papel da religião nesse cenário. "Certas alas tradicionais continuam desejando famílias maiores." Ainda conforme o Censo de 2022, a taxa de fecundidade das mulheres evangélicas (1,74) estava acima da média nacional. Depois vinham as católicas (1,49), as sem religião (1,47), as adeptas de religiões de matriz africana (1,25) e as espíritas (1,01). Outras religiosidades, em conjunto, totalizavam 1,39.

O último Censo também apontava que a taxa de fecundidade das brasileiras sem instrução ou com ensino fundamental incompleto era de 2,01 filhos por mulher. Já as brasileiras com ensino superior completo tinham índice bem menor: 1,19.

Embora o país caminhe para uma política pessoal de filho único, o número mágico de herdeiros – aquele considerado ideal pelos pais, segundo pesquisas do instituto Gallup nos Estados Unidos e do Fundo de População das Nações Unidas – é dois, preferencialmente de sexos distintos. Em geral, se o casal tem três, é porque um "escapou" ou porque vieram gêmeos.

O filho do meio amarga duas frustrações: nunca saboreou o privilégio de ser único e perdeu a condição de ser o caçula. "Há quem sustente que essa posição ou amadurece a pessoa antes do tempo ou a torna muito complicada psicologicamente", diz Wajnman, ela mesma uma filha do meio e mãe de três.

A teoria de que a ordem de nascimento dos filhos faz diferença no desenvolvimento e na personalidade da criança teve seus altos e baixos. O pai da matéria, o psicólogo e médico austríaco Alfred Adler (1870-1937), trabalhou com Sigmund Freud, mas discordou dele por não julgar a sexualidade tão importante assim. No início do século XX, Adler descreveu comportamentos típicos de primogênitos, caçulas e filhos do meio.

Destronado da condição de filho único, o primogênito seria mais inseguro por querer se proteger de súbitos reveses do destino. O caçula, normalmente coberto de mimos, encontraria terreno fértil para virar uma criança-problema ou um adulto desajustado. O do meio, por sua vez, seria ambicioso e viveria em constante luta para se destacar entre os extremos, o que lhe daria condições de sobreviver com mais sucesso no mundo lá fora. Claro que a teoria de Adler leva em conta uma série de nuances. Para o psicólogo, a ordem de nascimento é importante, mas não determinante. O desenvolvimento individual também dependeria da dinâmica familiar mais ampla, do estilo de criação dos pais e das experiências de cada criança, inclusive com os irmãos.

Pesquisadores subsequentes passaram a ver o filho do meio como uma figura rebelde e mal compreendida, imersa na síndrome do abandono. Ele sofreria tanto que acabou merecendo uma data comemorativa. No Brasil e em diversos outros países, 12 de agosto é o Dia do Filho do Meio. Não se trata de nada oficial. A efeméride nasceu nos Estados Unidos e se espalhou como uma brincadeira, uma compensação para as agruras enfrentadas pelos que não são nem primogênitos, nem caçulas.

Em 2011, depois de dez anos estudando o filho do meio, a psicóloga americana Catherine Salmon, da Universidade de Redlands, na Califórnia, lançou o livro *The secret power of middle children*, escrito com a jornalista Katrin Schumann e ainda não traduzido para o português. À **piauí**, Salmon declarou que, sem os filhos do meio, o mundo perderá a resiliência, a adaptabilidade, a independência e, principalmente, a capacidade de negociação deles – "atributo mais valioso do que nunca, mas pouco incentivado no sistema educacional".

Para Glaucia Marcondes, o desaparecimento gradual das famílias com vários filhos impacta a rede de cuidados. "O estoque de parentes que poderiam se revezar na atenção aos idosos diminui bastante", diz a demógrafa da Unicamp. Ela afirma que a árvore genealógica frondosa tende a se transmutar num pé de feijão, com várias gerações para cima e poucos galhos laterais nas partes mais baixas. Por causa da longevidade maior, as pessoas terão bisavós, mas irão carecer não só de irmãos, como de tios, primos, sobrinhos.

Simone Wajnman, da UFMG, resgata um provérbio árabe para ilustrar o que está se esvaindo: "Eu contra os meus irmãos; eu e meus irmãos contra os meus primos; eu, meus irmãos e meus primos contra o resto do mundo." Não seria apenas o fim do filho do meio. Seria o fim do clã na sua acepção mais pura. ✪

A RODA NÃO SE INVENTA,
SE MOVIMENTA.
RODA VIVA
COM
ERNESTO PAGLIA
DIA 23/02
SEGUNDA
22h
AO VIVO
SOMOS CULTURA
tvcultura.com.br

Trienal de Artes

FRESTAS

do caminho um rezo

27 fevereiro—16 agosto

Curadoria
Khadyg Fares,
Luciara Ribeiro
e Naine Terena

Entrada gratuita

Sesc Sorocaba
Rua Barão de Piratininga, 555
/sescsorocaba
sescsp.org.br/frestas

Apoio Apoio Institucional Promoção Parceria Institucional Realização